

# PREGÃO ELETRÔNICO

90001/2026

## CONTRATANTE (UASG)

(180299)

## OBJETO

Contratação de serviço de Manutenção Preventiva, Corretiva, Emergencial e gerenciamento/monitoramento remoto, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, para 2 (dois) geradores, sendo 01 instalado na Central de Polícia Judiciária de Bauru e 01 instalado na Delegacia Seccional de Polícia de Bauru

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 456.000,00

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 05/03/2026 às 09h (horário de Brasília)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço global

## MODO DE DISPUTA:

aberto

## PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Baixe o app Compras.gov.br  
e apresente sua proposta

Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS .....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	6
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ..	7
7. DA FASE DE JULGAMENTO .....	10
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	12
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS .....	14
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA .....	14
11. DOS RECURSOS .....	14
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	15
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	18
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	18

**DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE BAURU****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026**

(Processo Administrativo nº 058.00121204/2024-67)

Torna-se público que a DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE BAURU, por meio do SETOR DE FINANÇAS, sediada na PRAÇA DOM PEDRO II, Nº 3-20, CENTRO, BAURU/SP, CEP 17015-230, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação a prestação de serviços DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA, EMERGENCIAL E GERENCIAMENTO/MONITORAMENTO REMOTO, **COM FORNECIMENTO DE PEÇAS**, EM 02 (DOIS) APARELHOS GERADORES, SENDO 01 INSTALADO NA CENTRAL DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DE BAURU, localizada na Avenida Rodrigues Alves, nº 20-20, Vila Cardia, Bauru/SP, CEP 17013-242 E 01 INSTALADO NA DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE BAURU, localizada na Praça Dom Pedro II, nº 3-20, Centro, Bauru/SP, CEP 17015-230, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. *A licitação será realizada em único item.*

**2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. *A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

**3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

- 3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.4. *Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021 para o microempreendedor individual – MEI.*
- 3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:
- 3.5.1. *Para o item, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.*
- 3.6. Não poderão disputar esta licitação:
- 3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);
- 3.6.2. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.6.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.6.4. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.6.5. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.6.6. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.6.7. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.
- 3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade

da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.10. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.10.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

#### 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou *sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007* deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as *cooperativas* que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.

4.4.6. *O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.*

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. *Valor mensal e total estimado do grupo;*

5.1.2. *Marca;*

5.1.3. *Fabricante;*

5.1.4. *Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.*

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de *valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de *percentual* entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **1% (um por cento) do valor total MENSAL do grupo.**
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. *Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.*
- 6.11.1. *A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.*
- 6.11.2. *A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.*
- 6.11.3. *Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.*
- 6.11.4. *Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.*
- 6.11.5. *Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.*
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. *Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.*



6.18.1. *Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.*

6.18.2. *A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.*

6.18.3. *Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.*

6.18.4. *No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.*

6.18.5. *Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.*

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicafe;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNICAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. *Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.*

7.8.1. *A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:*

7.8.1.1. *que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e*

7.8.1.2. *inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.*

7.9. Se houver indícios de inexecução da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. *Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.*

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.11.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SicaF.

8.1.2. *Considerando que na presente licitação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, ou de apresentar declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, observando-se o disposto na documentação que integra este Edital como Anexo.*

8.1.3. *Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.*

8.1.3.1. *Na hipótese de admissão da participação de pessoas jurídicas em consórcio e exigência de requisito(s) de habilitação econômico-financeira de que trata a subdivisão acima, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira.*

8.1.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de

capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. |

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (*duas*) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. *A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.*

8.15.1. *Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.*

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

## 9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. *A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

## 10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. *A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

## 11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados *pelo meio eletrônico do Portal Compras.gov e pelo e-mail: [financas.bauru@policiacivil.sp.gov.br](mailto:financas.bauru@policiacivil.sp.gov.br)*.

## 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

- 12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 12.2.1. advertência;
- 12.2.2. multa;
- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, e calculada com observância dos seguintes parâmetros:

- (1) Multa Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;
- (2) Multa Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
  - a. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;
- (3) Multa Compensatória, para as infrações descritas nos itens 12.1.8 a 12.1.12, de 20% a 30% do valor do Contrato;
- (4) Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no item 12.1.3, de 10% a 30% do valor do Contrato;
- (5) Para infrações descritas no item 12.1.2, a multa será de 20% a 30% do valor do Contrato;
- (6) Para infrações descritas nos itens 12.1.4 a 12.1.6, a multa será de 20% a 30% do valor do Contrato;
- (7) Para infrações descritas no item 12.1.7, a multa será de 20% a 30% do valor do Contrato;
- (8) Para infrações descritas no item 12.1.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.



12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

### 13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo(s) seguinte(s) meio(s):* [financas.bauru@policiacivil.sp.gov.br](mailto:financas.bauru@policiacivil.sp.gov.br)

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas *no sistema Compras.gov.br*, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

### 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. *A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.*

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual", de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa;

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.
- 14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.
- 14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.
- 14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.
- 14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no *sítio eletrônico Imprensa Oficial* [www.doe.sp.gov.br](http://www.doe.sp.gov.br) e também pelo e-mail [financas.bauru@policiacivil.sp.gov.br](mailto:financas.bauru@policiacivil.sp.gov.br).
- 14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.
- 14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:
- 14.15.1. *ANEXO I - Termo de Referência;*
- 14.15.1.1. *Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;*
- 14.15.2. *ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;*
- 14.15.3. *ANEXO III – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;*
- 14.15.4. *ANEXO IV – Modelo(s) de Declarações;*
- 14.15.5. *ANEXO V – Modelos referentes à vistoria prévia;*

- 14.15.6. ANEXO VI – Planilha orçamentária;
- 14.15.7. ANEXO VII – Avaliação de Execução de Serviços.

Bauru, 10 de fevereiro de 2026.

gov.br

Documento assinado digitalmente  
LUCIANO DE BARROS FARO  
Data: 11/02/2026 09:51:59 -0300  
verifique em <https://validar.it.gov.br>

**LUCIANO DE BARROS FARO**  
**DELEGADO SECCIONAL DE POLÍCIA**  
**DIRIGENTE DE UNIDADE DE DESPESA**  
**UGE/UASG 180299**

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

Vide o(s) arquivo(s) específico(s) em que se encontra o conteúdo deste Anexo (especificado no item 14 deste Edital).

]

ESP-DELEG.SECCIONAL DE POLICIA DE BAURU

# Termo de Referência 2/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
2/2026	180299-ESP-DELEG.SECCIONAL DE POLICIA DE BAURU	CAROLINA OLIVA	11/02/2026 11:45 (v 0.7)
Status			
ASSINADO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		058.00121204/2024-67

## 1. Definição do objeto

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços contínuos, sem mão de obra exclusiva, de manutenção preventiva, corretiva, emergencial e gerenciamento /monitoramento remoto para sistemas pertencente a grupo de geradores, diesel, sendo 01 instalado na Central de Polícia Judiciária de Bauru e 01 instalado na Delegacia Seccional de Polícia de Bauru, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL (ESTIMADO MENSAL)
1	Serviço de manutenção preventiva, corretiva, emergencial e monitoramento /gerenciamento remoto, incluindo o fornecimento e substituição de partes e peças de 02 (dois) geradores, sendo um instalado no prédio da CPJ Bauru/SP e um instalado na Delegacia Seccional de Polícia de Bauru, CONFORME DEFINIÇÃO E DESCRIÇÃO CONTIDA NO TERMO DE REFERÊNCIA. Obs: A Contratada deverá prever no custo unitário mensal todos	2356	UNIDADE	2	3.800,00	7.600,00

os custos com materiais, peças, insumos, ferramentas, componentes, abastecimento, motor, mão de obra para manter os equipamentos geradores em pleno funcionamento durante a vigência contratual						
TOTAL GERAL ESTIMADO PARA 12 MESES						R\$ 91.200,00
TOTAL GERAL ESTIMADO PARA 60 MESES						R\$ 456.000,00

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) meses contados da emissão da ordem de início de serviços, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. O serviço é enquadrado como contínuo, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra e com predominância de mão de obra, tendo em vista que a interrupção dos serviços pode comprometer a continuidade das atividades da Administração já que é necessário que o gerador esteja em pleno e perfeito funcionamento para gerar e manter a energia em caso de interrupção da energia da rede pública, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 206, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 03 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.



## 4. Requisitos da contratação

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. A contratada, para a execução dos serviços, deverá observar as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial as contidas na Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), no que couber.

4.1.2. A CONTRATADA deverá respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

4.1.3. A manutenção dos equipamentos só poderá ser efetuada por funcionários devidamente habilitados, qualificados, treinados, identificados, uniformizados e portando equipamentos de proteção individual (EPI's) adequados.

4.1.4. Os produtos químicos, a serem utilizados na execução dos serviços, deverão estar previamente registrados no órgão federal competente, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura, conforme legislação aplicável ao tema.

4.1.5. A CONTRATADA deverá contribuir para as boas práticas de sustentabilidade, baseadas na otimização de recursos e na redução da poluição ambiental, tais como:

4.1.5.1. Treinamento periódico dos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

4.1.5.2. Desenvolver consciência nos empregados acerca da adoção de procedimentos de separação para o descarte adequado de materiais potencialmente poluidores, tais como detergentes, óleos, lâmpadas, placas de circuitos impressos, pilhas e baterias, em estabelecimentos que os comercializam ou na rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores, conforme disposto na legislação vigente.

4.1.5.3. Incentivar entre os seus empregados a atividade de separação de resíduos recicláveis descartados pelo órgão, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber.

4.1.5.4. A contratada se responsabilizará pelo acondicionamento, transporte e descarte de todos os resíduos produzidos durante a execução contratual, de forma técnica e ambientalmente responsável.

4.1.6. Devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.6.1. Eficiência Energética: O serviço deve priorizar a manutenção de gerador de modo a preservar a alta eficiência energética, contribuindo para a redução do consumo de energia e diminuição de emissões de gases de efeito estufa;

4.1.6.2. Uso de Peças e Produtos Sustentáveis: Na execução dos serviços de manutenção, deve-se dar preferência ao uso de peças de reposição, lubrificantes e outros materiais que tenham menor impacto ambiental, sejam recicláveis, biodegradáveis ou compostos por materiais reciclados, sem comprometer a eficácia e a segurança do equipamento;

4.1.6.3. Gestão de Resíduos: A empresa contratada deverá promover a gestão de resíduos gerados durante a manutenção, que inclua a coleta seletiva, reciclagem, reutilização e a disposição final adequada de resíduos perigosos, conforme a legislação ambiental vigente;

4.1.6.4. Redução de Emissões: Deverão ser adotadas práticas que visem à redução de emissões de gases de efeito estufa, tanto no transporte dos técnicos e peças, quanto nas operações de manutenção. Isso pode incluir a otimização de rotas, uso de veículos de baixa emissão, e o incentivo ao uso de tecnologias menos poluentes;

4.1.6.5. Capacitação e Conscientização: A empresa contratada deve promover a capacitação de seus funcionários em práticas de sustentabilidade aplicadas à manutenção de geradores, visando não apenas o cumprimento dos requisitos técnicos, mas também a conscientização sobre a importância da preservação ambiental;

4.1.6.6. Inovação e Tecnologia Sustentável: Incentiva-se a adoção de novas tecnologias e processos inovadores que contribuam para o aumento da sustentabilidade na manutenção de geradores, como o uso de ferramentas de diagnóstico avançadas para reduzir o tempo de inatividade e aumentar a eficiência do equipamento.

4.1.7. A Contratada deverá executar os serviços, disponibilizar materiais, ferramentas e equipamentos seguindo as normas vigentes (Federal, Estadual, Municipal, ABNT) quanto à manipulação e descarte de qualquer material utilizado para a execução da manutenção;

4.1.8. Materiais como embalagens de óleos lubrificantes, desengraxantes, panos de limpeza contaminados, garrafas plásticas, sucatas de metais, materiais elétricos e eletrônicos deverão ser recolhidos e descartados devidamente pela Contratada, de forma atender o que regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

4.1.9. A Contratada deverá fazer uso racional de água e energia elétrica, adotando medidas para evitar o desperdício e mantendo critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo;

4.1.10. A Contratada deverá capacitar seus colaboradores para o desenvolvimento de atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos, em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, respeitando assim, as Normas Brasileiras (NBRs) sobre resíduos sólidos, bem como a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

4.1.11. O corpo técnico da CONTRATADA deve atuar como facilitadores das mudanças de comportamento dos seus empregados;

4.1.12. A Contratada deverá racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;

4.1.13. A Contratada deverá dar preferência – em relação aos materiais utilizados – à aquisição de produtos constituídos no todo ou em parte por materiais reciclados, atóxicos, biodegradáveis, conforme normas da ABNT NBR. Os materiais devem ser acondicionados, preferencialmente, em embalagens recicladas ou recicláveis, preferencialmente de papelão ou de plástico à base de etano de cana-de-açúcar;

4.1.14. As pilhas e baterias utilizadas na execução dos serviços, em equipamentos ou outros materiais de responsabilidade da CONTRATADA, deverão possuir composição que respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio.

4.1.15. A Contratada deverá proibir a aplicação de produtos que contenham o Benzeno, em sua composição, em face da necessidade de serem adotados procedimentos para reduzir a exposição da população face aos riscos de câncer;

4.1.16. A CONTRATADA deverá observar as Leis, Decretos, Portarias, Normas e Resoluções pertinentes que estabelecem regulamentos, critérios, práticas e promoção de sustentabilidade nas contratações realizadas pela Administração Pública;

4.1.17. A Contratada deverá obedecer às normas técnicas de saúde, de higiene e de segurança do trabalho de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego;

#### **Indicação de marcas ou modelos**

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), abaixo descrito, tendo em vista que os serviços deverão ser prestados em 02 geradores, sendo 01 instalado na Central de Polícia Judiciária de Bauru e 01 instalado na Delegacia Seccional de Polícia de Bauru:

### **GERADOR DA DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE BAURU**

Endereço: Av. Dom Pedro II, 3-20, Centro, Bauru – SP – tel.: (14) 3224-3388

Características:

GERADOR: PERKINS

MOD.: 1103A-33TG1

POTENCIA: 75 Kva

COMBUSTÍVEL: DIESEL

### **GERADOR DA CENTRAL DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DE BAURU**

Endereço: Av. Rodrigues Alves, 20-20, Vila Cardia, Bauru – SP

Características:

GERADOR: PERKINS

POTENCIA: 170 Kva

COMBUSTÍVEL: DIESEL

## **Grupo gerador com potência de 165/150 kVA, variação de + ou - 5% - completo**

1) Será medido por unidade de grupo gerador instalado (un).

2) O item remunera o fornecimento e instalação de grupo gerador automático com potência de 165 / 150 kVA (prime / stand by), variação máxima aceitável para potência em torno de mais ou menos 5%, tensão de entrada e saída 380 / 220 V ou 220 / 127 V, com fator de potência de 0,8 indutivo, frequência nominal de 60 Hz, para instalação abrigada em área não classificada, tipo estacionário, composto basicamente por: motor diesel acionador, com refrigeração líquida por radiador, ventilador e bomba centrífuga, provido de proteções com parada automática por alta temperatura de água e baixa pressão de óleo; alternador síncrono trifásico sem escovas, rotação de 1800 rpm, 4 pólos, aberto, autoventilado, proteção IP-21; quadro/painel de comando tipo microprocessado, com supervisão de rede, partida, parada e transferência automática; nível de ruído máximo de 85dB a 1,5 metros de distância; base metálica para o conjunto; painel de comando equipado com chave de transferência rede / gerador formado por dois contadores tripolares intertravados mecânica e eletricamente, para funcionamento automático e manual. Remunera também o fornecimento dos acessórios: conjunto de baterias de partida com cabos / terminais; conjunto de apoios elásticos, amortecedores para atenuação de vibrações; sistema de escapamento composto por silencioso de alta capacidade e flexível; atenuadores de ruído, um tanque de combustível em polietileno de capacidade mínima de 200 a 300 litros; conjunto de manuais técnicos; sistema de pré-aquecimento do motor e carregador de baterias; interligação dos cabos no gerador e no quadro, regulação do sistema, programação, start-up e testes de aceitação realizados por técnico especializado. Referência comercial: GEP165 fabricação Sotreq, C135D6 fabricação Cummins, GMG 165kVA fabricação Heimer e P165FG Wilson fabricação Set Geradores ou equivalente. Não estão inclusos os serviços de adequação civil, fornecimento e instalação dos cabos de força e o seguro de funcionalidade. Acessórios opcionais a serem fornecidos; em caso de exigência Federal, Estadual e/ou Municipal, considerar acréscimo de 3% sobre o valor total do grupo gerador para Oxidocatalisador de gases do escape.

### **Garantia da contratação**

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

### **Vistoria**

4.4. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 16:00 horas.

4.5. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.6. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.6.1. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.7. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.8. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

## 5. Modelo de execução do objeto

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 05 (cinco) dias a contar da emissão da ordem de início dos serviços;

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1. O objeto deste Termo de Referência deverá ser realizado em 01 gerador instalado na Central de Polícia Judiciária de Bauru, situada na Avenida Rodrigues Alves nº 20-20, Vila Cardia, Bauru/SP e 01 gerador instalado na Delegacia Seccional de Polícia de Bauru, situada na Praça Dom Pedro II, nº 3-2, Centro, Bauru/SP;

5.1.2.2. Para atendimento da necessidade, a empresa a ser contratada, além de observar as diretrizes gerais e específicas ao serviço, deverá comprovar a aptidão para atender as necessidades demandadas pela contratação. A empresa deverá observar e cumprir todas as condições previstas no Instrumento Convocatório da licitação e seus anexos.

5.1.2.3. A empresa a ser contratada deverá observar todos os aspectos necessários para o dimensionamento da solução, com base nas informações que constam neste documento, sobretudo quanto à necessidade de profissionais habilitados e qualificados para a prestação do serviço, a unidade de medida adotada para mensurar o serviço, os locais de execução e a periodicidade exigida.

5.1.2.4. Os serviços serão prestados de forma continuada sem dedicação exclusiva de mão de obra.

**5.1.2.5. A CONTRATADA deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica, comprovando que já efetuou com sucesso, em outros órgãos e/ou empresas, serviços similares.**

5.1.2.6. A execução contratual dar-se-á por meio da prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, emergencial e serviço de monitoramento remoto, com fornecimento, instalação, substituição e reposição de peças, materiais, equipamentos, instrumentos, dispositivos, mecanismos, componentes e outros insumos que se fizerem necessários, programado e sob demanda, incluindo todos os custos de materiais, insumos, peças e baterias de reposição, mão de obra, deslocamentos, transportes, tributos, impostos, emolumentos e quaisquer outros custos operacionais, bem como todos os encargos referentes aos serviços, sem qualquer custo adicional para a Contratante.

5.1.2.7. Para fins deste Termo de Referência, conceitua-se:

a. SERVIÇOS CONTINUADOS são aqueles serviços auxiliares, necessários à Administração para desempenho de suas atribuições, cuja interrupção possa comprometer o bom andamento de suas atividades, e cuja contratação deve estender-se por mais de um exercício financeiro.

b. MANUTENÇÃO são as atividades técnicas e administrativas destinadas a preservar as características de desempenho técnico dos componentes ou sistemas do aparelho, cujo funcionamento depende de dispositivos mecânicos, hidráulicos, elétricos e eletromecânicos, peças, componentes, insumos para manter em perfeito funcionamento.

c. MANUTENÇÃO PREVENTIVA é a atividade de manutenção executada antes da ocorrência de falha ou de desempenho insuficiente dos componentes, destinada a prevenir a ocorrência de quebras e defeitos nos mecanismos ou peças do equipamento, conservando-os em perfeito estado de funcionamento, de acordo com as recomendações do fabricante, manuais e normas técnicas específicas.

c.1. A MANUTENÇÃO PREVENTIVA é uma ação planejada e sistemática de revisão, controle e monitoramento dos equipamentos. Ela é feita periodicamente, com o objetivo de reduzir ou impedir falhas do instrumento tendo em vista a sua durabilidade e vida útil a longo prazo.

d. MANUTENÇÃO CORRETIVA é a atividade de manutenção executada após a ocorrência de falha de desempenho insuficiente dos componentes e envolve os procedimentos destinados a recolocar o equipamento em perfeito estado de uso, compreendendo os ajustes e regulagens mecânicos, eletrônicos e reparos necessários, substituição de peças e componentes que se apresentarem defeituosos, gastos ou quebrados, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas.

d.1. Todo procedimento que consistir em consertar ou reparar o gerador, consiste em Manutenção Corretiva, incluindo neste serviço a substituição de peças/componentes que sofreram falhas ou desgastes.

e. PLANO DE MANUTENÇÃO é o conjunto de inspeções periódicas destinado a evitar a ocorrência de falha ou de desempenho insuficiente dos componentes dos equipamentos, de acordo com a orientação técnica dos fabricantes.

5.1.2.8. A CONTRATADA deverá elaborar o Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.

## Condições para Início dos Serviços

**5.1.2.9.** A Contratada deverá apresentar relação nominal dos funcionários da empresa que prestarão serviços à Central de Polícia Judiciária de Bauru e Delegacia Seccional de Polícia de Bauru, constando nomes completos e números dos documentos de identidade;

5.1.2.10. Indicação do preposto para representar a CONTRATADA. Opcionalmente a CONTRATADA poderá apresentar um preposto técnico para trato de assuntos técnicos e um preposto administrativo para assuntos administrativos.

**5.1.2.11. Indicação de número de telefone e endereço de e-mail para chamados de urgência/emergência, bem como para envio de ordens de serviços**

**5.1.2.12. Apresentação de documento de responsabilidade técnica junto ao Conselho Profissional competente, referente aos serviços objeto do Contrato.**

**5.1.2.13. Por motivo de segurança, não será admitida a realização de serviços de qualquer espécie apenas por um funcionário. É requisitado ao mínimo dois profissionais para a execução dos serviços.**

5.1.2.14. Considera-se a CONTRATADA como altamente especializada nos serviços em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta, também, as complementações e acessórios implícitos e necessários ao perfeito e completo funcionamento das instalações e equipamentos contemplados neste Termo, não cabendo, portanto, pretensão de futura cobrança de "serviços extras" ou de alterações nas composições de preços unitários, salvo os previstos neste documento.

5.1.2.15. Nenhum pagamento adicional, a não ser o que for expressamente definido neste Termo, será efetuado em remuneração aos serviços aqui descritos; os custos respectivos deverão estar incluídos nos preços unitários constantes da proposta da CONTRATADA.

5.1.2.16. Os serviços de manutenção deverão ser realizados através de visitas técnicas programadas ou não, as quais deverão ser previamente agendadas junto com o cronograma de manutenções preventivas ou solicitadas por meio de chamados para atendimento de manutenções corretivas.

5.1.2.17. Os serviços de manutenção preventiva, corretiva incluem a realização de todos os testes elétricos e mecânicos, revisão, calibragem, verificação das condições operacionais do equipamento, análises de vazamentos, condições de lubrificação de componentes internos, eficiência, consumo elétrico e limpeza, bem como orientações para operação normal e adequada dos equipamentos.

5.1.2.18. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva devem ser prestados nos locais em que os sistemas estão instalados;

5.1.2.19. Caso por motivos técnicos, o serviço em determinado componente do equipamento não possa ser executado no local de instalação, o referido componente poderá ser retirado pela CONTRATADA, mediante prévia aprovação e avaliação do fiscal do Contrato, ficando a mesma inteiramente responsável pela integridade física de seus subcomponentes durante o período de manutenção fora das instalações do CONTRATANTE. O custo com transporte do equipamento para localidade fora da região de Bauru e/ou substituição de peças, quando aplicáveis, deverão ser previamente analisados e aprovados pelo CONTRATANTE para fins de ressarcimento. Os transportes realizados dentro da região de Bauru ou para a oficina da CONTRATADA ocorrerão sob inteira responsabilidade da CONTRATADA.

**5.1.2.20. SE QUALQUER DOS EQUIPAMENTOS GERADORES FICAR INOPERANTE POR UM PERÍODO SUPERIOR A 7 (SETE) DIAS EM NECESSIDADE DE REPARO, FALTA DE PEÇA, OU QUALQUER OUTRO MOTIVO, A CONTRATADA DEVERÁ COLOCAR UM OUTRO EQUIPAMENTO EM SUBSTITUIÇÃO PARA QUE A CONTRATANTE NÃO FIQUE PREJUDICADA SEM O EQUIPAMENTO POR PRAZO SUPERIOR A TAL LIMITE.**

5.1.2.21. A Contratada deverá realizar TESTES DE FUNCIONAMENTO:

5.1.2.21.1. Colocar o motor em marcha, com carga e sem carga, e anotar as seguintes leituras: pressão, temperatura, frequência e tensão de carga.

5.1.2.21.2. Limpeza e reabastecimento do tanque de combustível

5.1.2.21.3. A contratada deverá possuir todos os equipamentos (como bombas, mangueiras, funis, galões apropriados, EPIs e EPCs, mas não se limitando a estes) necessários à retirada de combustível impróprio do tanque do combustível, limpeza e para o posterior reabastecimento do tanque do motor do grupo gerador na ocasião da realização das manutenções de rotina em que for verificado a necessidade de realização desse procedimento.

5.1.2.21.4. Havendo necessidade de retirada e descarte de combustível fora das especificações (como prazo de validade vencido) ou mesmo de retirada provisória para a realização das atividades de manutenção, tal procedimento também será considerado como atividade inclusa nas manutenções preventivas e a CONTRATADA deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte do produto impróprio para uso.

**5.1.21.5 Caso, nas manutenções de rotina, isto é, programadas, seja necessário proceder com o desligamento completo do grupo gerador, tal tipo de intervenção deverá ser previamente agendada com o CONTRATANTE o qual definirá a data e horário em que o referido desligamento poderá ser realizado.**

#### 5.1.3. CRONOGRAMA DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:

##### 5.1.3.1. MANUTENÇÕES PREVENTIVAS

A manutenção preventiva tem por objeto qualquer ação técnica necessária à garantia de um melhor desempenho e durabilidade dos equipamentos, consistindo, **exemplificativamente**, em:

###### Manutenções mensais

- verificar vazamentos
- completar nível de óleo diesel
- verificar nível de óleo lubrificante
- anotar pressão do óleo
- verificar a pressão da bomba de combustível
- eliminar pontos ou áreas de corrosão no tanque de combustível
- Examinar a parte elétrica, executar reaperto de conexões
- Limpeza externa do gerador
- Checar os termostatos do sistema de arrefecimento
- Checar, limpar e calibrar os sensores diversos
- Inspecionar o motor de arranque
- Inspecionar sistema de escapamento
- Fazer medida isolamento do gerador de tensão através de megômetro. Anotar no campo observações. Informar se a medida obtida está abaixo dos padrões aceitáveis.
- Reapertar ou substituir conexões frouxas
- Limpeza interna e realização de testes de funcionamento
- Checar disjuntores e contadoras

###### Manutenções bimestrais

- limpeza interna e externa dos tanques
- limpar pó da cuba do filtro do sistema de admissão do ar
- verificar o estado de conservação do diesel
- Verificar o indicador de restrição (se acionado trocar o elemento) do sistema de admissão de ar
- examinar a tubulação de ar
- reapertar os coletores de admissão de ar
- Checar índice ph da água de arrefecimento. Trocar fluido de arrefecimento (caso necessário).
- Limpar o radiador externamente
- Verificar a tensão das correias
- Verificar articulações externas de comando



- Verificar nível de tensão das baterias e o funcionamento do carregador de baterias
- Monitorar a queda de tensão da bateria na partida do gerador com aparelho adequado.
- Observar ruídos estranhos com o motor em movimento
- Checar dispositivos de proteção do motor

#### Manutenções trimestrais

- trocar óleo lubrificante do motor
- trocar o elemento do filtro de óleo lubrificante
- trocar o elemento do filtro de combustível
- Verificar trincas na tubulação ou mangueiras de combustível. Executar troca ou reparo conforme necessário.
- Aplicação de anticorrosivo e pintura (caso necessário) do tanque de combustível
- Verificar nível do fluido anticorrosivo
- Verificar trincas na tubulação ou mangueiras de líquido de arrefecimento. Executar troca ou reparo conforme necessário.
- Inspeccionar a polia tensora da bomba d'água

**5.1.3.1.1** Faz parte da manutenção preventiva executar teste com carga, pelo tempo mínimo de 1 hora, no período da manhã, e verificar a existência de anomalias e checagem das condições e parâmetros de funcionamento e geração de energia.

**5.1.3.1.2.** A critério do gestor do contrato o tempo de teste do gerador poderá ser alterado para maior.

#### **5.1.3.2. MANUTENÇÕES CORRETIVAS**

**5.1.3.2.1.** A empresa Contratada deverá providenciar toda e qualquer ação necessária para recolocar o equipamento GERADOR em perfeito estado de uso, compreendendo a substituição de peças, insumos, componentes que se apresentarem defeituosos, gastos ou quebrados por outros novos, originais ou genuínos. de qualidade igual ou superior aos substituídos bem como a execução de regulagens, ajustes mecânicos, elétricos e o que mais seja necessário ao restabelecimento das condições de funcionamento dos mesmos, tudo em conformidade com os manuais e normas técnicas específicas de cada fabricante.

**5.1.3.2.2.** A execução dos serviços deverá receber o emprego de materiais adequados e condizentes com a boa técnica, bem como ser executados em conformidade com as determinações das normas da ANVISA, ABNT e dispositivos previstos em leis específicas, através de técnicos habilitados em contingente suficiente ao atendimento da demanda com a utilização de ferramentas e equipamentos apropriados, de acordo com as recomendações do fabricante, de modo a garantir a conservação da vida útil dos equipamentos e o seu perfeito funcionamento.

**5.1.3.2.3.** A manutenção corretiva será executada para correção de falhas que acarretaram ou estão na iminência de acarretar a paralisação dos equipamentos, com a execução de regulagens, ajustes mecânicos e eletrônicos, bem como substituição de peças, materiais, componentes e/ou acessórios que se apresentarem danificados, gastos ou defeituosos, DEVENDO A CONTRATADA FORNECER TUDO O QUE FOR NECESSÁRIO PARA MANTER OS EQUIPAMENTOS EM PERFEITO ESTADO DE FUNCIONAMENTO.

**5.1.3.2.4.** Nas manutenções corretivas de equipamentos ou instalações, a CONTRATADA deverá executá-las, de imediato, sem ônus para a CONTRATANTE, tendo em vista ser um Contrato firmado com fornecimento de peças, insumos, materiais, mão de obra, combustível, ferramentas e tudo o quanto necessário para manutenção preventiva e corretiva do aparelho GERADOR.

**5.1.3.2.5.** A requisição de serviços de manutenção corretiva deverá ser efetuada por meio de abertura de chamado pelo fiscal do contrato ou emissão da ordem de serviço ou solicitação por e-mail ou através de WhatsApp.

**5.1.3.2.6.** A Contratada deverá comparecer no local para constatação do problema nos equipamentos e iniciar a correção no prazo de até 4 (quatro) horas, a contar do acionamento.

**5.1.3.2.7.** A Contratada deverá realizar, sempre que necessária, a manutenção corretiva nas instalações dos equipamentos em no máximo 6 (seis) horas, quando necessária apenas a utilização dos insumos e materiais de uso

**contínuo; e quando necessária a utilização de peças, em um prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, após abertura de chamado pelo fiscal do contrato.**

5.1.3.2.8. A manutenção corretiva será classificada em PADRÃO ou URGENTE:

- As ocorrências classificadas como Manutenção corretiva URGENTE são as seguintes:

1. As que impeçam o funcionamento do aparelho ou que acarretem risco iminente de impedimento total de funcionamento;
2. As que interrompam o funcionamento de equipamentos.

3. **Em caso de manutenções corretivas consideradas URGENTES, a CONTRATADA deverá, após a comunicação da Fiscalização, adotar providências no sentido de iniciar os procedimentos corretivos no prazo máximo de 30 (trinta) minutos, e finalizá-los em prazo não superior a 2 (duas) horas.**

4. Poderá ocorrer nos fins de semana, feriados ou em horário noturno, em caso de urgência, sempre que for necessário para assegurar a continuidade das atividades.

- As ocorrências classificadas como manutenção corretiva PADRÃO são todas aquelas não listadas como URGENTES.

5.1.3.2.9. No caso de chamados sem urgência, abertos fora do horário de 8h às 18h, de segunda a sexta-feira, será considerada, para todos os efeitos, como data de abertura, o primeiro dia útil subsequente.

5.1.3.2.10. Em caso de manutenção corretiva PADRÃO, a CONTRATADA deverá, após a comunicação da Fiscalização, iniciar os procedimentos corretivos no prazo de até 4 (quatro) horas e finalizá-los no prazo máximo de 6 (seis) horas, quando necessária apenas a utilização dos insumos e materiais de uso contínuo; e quando necessária a utilização de peças, em um prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

5.1.3.2.11. A formalização imediata da comunicação à CONTRATANTE quando houver necessidade de maior prazo para a execução do serviço, justificando e propondo novo prazo será feita pela CONTRATADA, o qual poderá ou não ser aceito pela Fiscalização.

5.1.3.2.12. Nos equipamentos que se encontram em período de garantia, os serviços de manutenção corretiva somente poderão ser executados após a constatação de que o problema não decorre de defeito coberto pela garantia.

5.1.3.2.13. Ficando constatado que o problema do equipamento decorre de defeito de fabricação, a CONTRATADA comunicará o fato à CONTRATANTE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, não ultrapassando a data de término da garantia, mediante emissão de relatório técnico, assinado pelo responsável, a fim de que sejam tomadas as providências necessárias.

5.1.3.2.14. Caso a CONTRATADA execute os serviços de manutenção corretiva nesses equipamentos e disto resulte a perda da garantia oferecida, a CONTRATADA assumirá durante o período remanescente da garantia todos os ônus a que atualmente está sujeito a empresa fornecedora e instaladora do equipamento.

5.1.3.2.15. Incluem-se na manutenção corretiva os seguintes serviços, EXEMPLIFICADAMENTE, sem pagamento adicional à CONTRATADA:

- a. Desmontagem, transporte e remontagem de equipamentos dentro ou fora das dependências da CONTRATANTE;
- b. Trocas e reparos de peças ou outros componentes dos sistemas;
- c. Troca e reposição de peças
- d. Análises e testes para identificar possíveis problemas no sistema elétrico

e. desinstalar e reinstalar equipamentos caso seja necessária a substituição;

f. TODOS OS DEMAIS SERVIÇOS QUE FOREM NECESSÁRIOS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, PARA RETORNAR O EQUIPAMENTO AO SEU FUNCIONAMENTO NORMAL.

5.1.3.2.16. Para os chamados emergenciais ou urgentes deverão ser iniciados os procedimentos corretivos no prazo máximo de 2 (duas) horas a contar do acionamento, e finalizá-los em prazo não superior a 6 (seis) horas.

5.1.3.2.17. O atendimento inicial consiste na chegada do técnico ao local de atendimento portando ferramentas e instrumentos de diagnóstico.

5.1.3.2.18. Ao atenderem aos chamados, o(s) técnico(s) da CONTRATADA deverá(ão) estar portando ferramental adequado para executar os diagnósticos e reparo no local, se for o caso.

5.1.3.2.19. Os serviços que não estiverem de acordo deverão ser refeitos, a pedido do servidor designado, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da data registrada na Ordem de Serviços referente ao fato.



5.1.3.2.20. A CONTRATADA deverá dispor de todo e qualquer dispositivo, ferramenta ou instrumento que possibilite a análise dos problemas, execução de testes, e execução da solução nas partes do gerador e componentes elétricos (incluindo as baterias). Exemplo: “caso as baterias apresentem problemas, a CONTRATADA deverá possuir um analisador de bateria, bem como um carregador de bateria”.

### 5.1.3.3. ATENDIMENTOS EMERGENCIAIS

**5.1.3.3.1** A CONTRATADA deverá atender a chamados emergenciais, mesmo fora do horário de funcionamento normal da Central de Polícia Judiciária de Bauru e da Delegacia Seccional de Polícia de Bauru, inclusive finais de semana e feriados, para proceder às seguintes tarefas sempre que necessário:

- Averiguação de alarmes;
- Destravamento de sistemas;
- Controle de vazamentos
- Outros problemas apontados como emergenciais pelo gestor do contrato.

5.1.3.3.2. O prazo de atendimento dos chamados técnicos de emergência para Manutenção Corretiva é de até 30 minutos para chegada do técnico ao local, sendo que o gerador deverá estar operando no prazo de até 2 (duas) horas a contar do início do chamado.

5.1.3.3.3. Os chamados de emergência, dentre outros, incluem aqueles em que a Contratante estiver sem energia ou com uma fase de energia, o que impossibilita a prestação do serviços policiais.

### Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços: CENTRAL DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DE BAURU, AVENIDA RODRIGUES ALVES, Nº 20-20, VILA CARDIA, BAURU/SP e DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE BAURU, PRAÇA DOM PEDRO II, Nº 3-20, CENTRO, BAURU/SP

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: de segunda a sexta-feira das 09h00min às 16h00min, preferencialmente.

5.3.1. em casos excepcionais em que seja necessário a execução em dias e horários alternativos, a CONTRATANTE poderá autorizar, desde que haja comunicação prévia.

5.3.2. os serviços de manutenção corretiva, em especial os urgentes e emergenciais poderão ser solicitados a qualquer dia e horário, inclusive período noturno, finais de semana e feriados;

5.3.3. Os serviços poderão ser executados aos finais de semana e em horários diversos mediante justificativa e autorização prévia pela Contratante.

5.3.4. Todas as despesas de deslocamento para realização de manutenções preventivas, preditivas e corretivas serão por conta da Contratada.

### Rotinas a serem cumpridas

#### 5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

##### 5.4.1. Manutenção preventiva:

5.4.1.1. Esse serviço se constituirá de visitas conforme cronograma e **Plano de Manutenção** dos equipamentos a ser apresentado pela Contratada, e consistirá de instalação e substituição de componentes, dispositivos, mecanismos e insumos de vida útil preestabelecida (óleos lubrificantes, filtro de óleo, filtro de ar, bateria, correias, rolamentos, tensores de correias, alavancas, mangotes, manômetros etc. vide manual dos equipamentos), inclusive os itens faltantes, limpeza, desobstrução, aspiração, drenagens, ajustes, lubrificações, alinhamentos, regulagens, acertos e outros serviços ocasionais, bem como testes, orientação e assessoria técnica;

5.4.1.2. Também faz parte da manutenção preventiva a análise de vibrações e de ruídos dos componentes, do monitoramento de temperatura, análise das condições dos lubrificantes, dos líquidos de arrefecimento e das baterias, medição de correntes e

descargas elétricas, análise dos efeitos da maresia e da corrosão na pintura dos equipamentos, instrumentos e estrutura do motor e do gerador, bem como abastecimento com óleo diesel;

5.4.1.2.1. A manutenção preventiva tem por objetivo evitar a ocorrência de defeitos nos componentes dos sistemas, conservando-os dentro dos padrões de segurança e em perfeito estado de funcionamento, devendo ser executada em duas etapas:

- Inspeção: verificação de determinados pontos das instalações seguindo programa (rotina) de manutenção recomendado pelos fabricantes dos equipamentos;
- Revisão: verificações (parciais ou totais) programadas das instalações para fins de reparos, limpeza ou reposição de componentes.

**5.4.1.3. Como parte da manutenção preventiva, a Contratada deverá programar os geradores para testes de funcionamento automático diário por um período de 01 (uma) hora, no início da manhã, a fim de constatar se está tudo correto com os geradores.**

**5.4.1.4. A CONTRATADA DEVERÁ APRESENTAR O PLANO DE MANUTENÇÃO (PMOC), NO PRAZO DE 30 DIAS A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO.**

5.4.1.4.1 A elaboração do PMOC é de exclusividade, responsabilidade e competência da Contratada e deverá ser assinado por responsável técnico, de acordo com as exigências legais e normativas, que deverá realizar o recolhimento da ART e responsabilizar-se por seu cumprimento.

5.4.1.4.2. A elaboração do cronograma de manutenções é de inteira responsabilidade da CONTRATADA que usará como base o PMOC e deverá contar com engenheiro capacitado para tal fim o qual fará os devidos registros de responsabilidade.

5.4.1.4.3. A manutenção preventiva dos equipamentos deverá ser realizada, no mínimo, conforme a planilha exemplificativa de rotinas de manutenção contida no Anexo do Edital.

5.4.1.5. A manutenção preventiva dos geradores deverá ser feita mediante fornecimento de peças e materiais correspondentes ao manual de manutenção.

5.4.1.6. A manutenção preventiva dos geradores abrange o motor diesel, alternador, controladora, cabos, quadro de transferência automática, todos os subsistemas mecânicos, elétricos, eletrônicos, instrumentação, automação, baterias, mangueiras, acessórios e componentes agregados. Também se inclui nas atribuições da Contratada a limpeza, conservação e manutenção do contêiner do grupo gerador e seu entorno (base onde a máquina está assentada).

5.4.1.7. A manutenção preventiva deverá ser feita por profissionais habilitados e capacitados e seguir os procedimentos determinados/preconizados pelos fabricantes, normas e legislações vigentes e boas práticas da manutenção. As intervenções ocorrerão, preferencialmente, de segunda a sexta-feira, das 09h00min às 16h00min. Porém, em casos excepcionais em que seja necessário a execução em dias e horários alternativos, a CONTRATANTE poderá autorizar, desde que haja comunicação prévia.

5.4.1.8. Especificamente no caso da manutenção preventiva anual dos geradores, esta deverá se iniciar na data programada, em horário não superior às 09h00min.

5.4.1.9. A CONTRATADA deverá encaminhar para aprovação da fiscalização, na primeira semana após assumir os serviços, o cronograma anual de manutenção preventiva, mencionando com prioridade a data em que realizará a manutenção preventiva anual, visando corrigir todos os possíveis problemas e identificar eventuais vícios ocultos.

5.4.1.10. As manutenções preventivas possuem rotinas de execução quinzenal, mensal, bimestral, trimestral, semestral e anual, e a lista de atividades mínimas estão descritas no (ANEXO II - PLANO DE MANUTENÇÃO).

5.4.1.11. Durante o serviço de manutenção preventiva poderá ser verificada a necessidade de intervenção de manutenção corretiva. Neste caso, a CONTRATADA deverá abrir uma Ordem de Serviço especificando o trabalho a ser realizado e os materiais a serem utilizados para apreciação da Fiscalização.

**5.4.1.12. Os valores tabelados e precificados pela CONTRATADA na ocasião da elaboração de sua proposta deverão considerar o fornecimento de todos os recursos necessários à plena execução do Plano de Manutenção: materiais, insumos, combustível, ferramentas, EPIs, EPCs, mão de obra e custos indiretos (deslocamentos, combustíveis, locação de veículos e/ou equipamentos, etc.)**

5.4.1.13. Após a execução de cada manutenção, a CONTRATADA deverá anotar na folha de dados dos geradores o registro de execução contendo a data de execução, tipo de manutenção (quinzenal, mensal, bimestral, trimestral, semestral ou anual), a data da próxima preventiva e a identificação do técnico que realizou a intervenção. As etiquetas poderão ser acondicionadas em capa plástica transparente e fixadas em local visível e longe de áreas quentes do motor diesel. O fornecimento das etiquetas e capas plásticas serão de responsabilidade da CONTRATADA.

5.4.1.14. Até o quinto dia útil do mês subsequente, a Contratada deverá enviar um relatório da manutenção preventiva executada no mês anterior, em formato digital (PDF), contendo os serviços executados, fotos, parâmetros de funcionamento da máquina, status, não conformidades identificadas, intervenções realizadas e demais informações relevantes.

5.4.1.15. Os elementos filtrantes de ar dos motores diesel deverão ser substituídos por condição, através do indicador de saturação ou inspeção visual sempre que estiverem saturados, contaminados, úmidos ou molhados, ou degradados pela ação do tempo. O fluido de arrefecimento deverá ser periodicamente avaliado com equipamento (termodensímetro) específico a fim de verificar sua proporção em relação à água, corrigindo a dosagem ou substituindo sempre que necessário.

5.4.1.16. Teste de transferência de carga

5.4.1.16.1. Os testes de transferência de carga é um procedimento recomendável para avaliar o automatismo do sistema e comportamento do grupo gerador quando submetido às condições próximas as reais de operação. A Contratada deverá executar tais testes, com frequência.

5.4.1.16.2. Os serviços de manutenção preventiva estão discriminados no Anexo e deverão ser executados sem qualquer custo adicional para a Contratante.

5.4.1.17. Diálise/filtragem do óleo diesel

A diálise/filtragem é considerada como atividade importante para a retirada de impurezas do óleo diesel, evitando a saturação e entupimento dos filtros de combustível, contribuindo, assim, para o bom funcionamento das máquinas. Este serviço deverá ser executado sempre que for identificado alto grau de impurezas no combustível. Após a diálise, o diesel deverá ser aditivado com produto que contenha o mínimo de propriedades: biocida e eliminador de borras, anti oxidante, anti corrosivo e dispersante da água. A diluição deverá seguir a proporção recomendada pelo fabricante no rótulo da embalagem. O serviço de diálise deve ser executado sempre que o técnico constatar na manutenção preventiva que haja necessidade de tal serviço.

5.4.1.18. Flushing e limpeza do reservatório de combustível

A limpeza de reservatório (tanque) é uma atividade necessária para evitar que a borra e os resíduos sólidos provenientes do combustível possam se depositar no fundo, obstruindo filtros, bombas e bicos injetores, causando mau funcionamento do motor diesel. O serviço deve ser executado sempre que durante a manutenção preventiva o técnico constate tal necessidade e, ao menos, trimestralmente.

**5.4.2. Manutenção corretiva:**

5.4.2.1. Ocorrerá quando houver solicitação do fiscal do contrato, indicado pela Administração da Contratante para a correção de defeitos ou mesmo para a substituição total ou parcial de peças, instrumentos, equipamentos, materiais, itens, partes, dispositivos e componentes elétricos, eletrônicos e/ou mecânicos defeituosos.

5.4.2.2. A manutenção corretiva dos geradores diesel deverá ser feita mediante fornecimento de peças e materiais correspondentes ao manual de manutenção do fabricante.

5.4.2.3. Para as manutenções corretivas programadas devem preferencialmente ocorrer durante dias úteis, com prioridade para o horário das 09h00min às 16h00min e serão realizadas após a abertura da Ordem de Serviço.

5.4.2.4. A CONTRATADA deve estar prontamente disponível para responder às solicitações urgentes de manutenções da CONTRATANTE, garantindo uma intervenção ágil e eficaz em um prazo máximo de 6 horas, sempre que necessário para corrigir problemas no gerador.

5.4.2.5. A CONTRATADA deverá arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado à CONTRATANTE e terceiros, por sua culpa, ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do fornecimento contratado, exceto quando isto ocorrer por exigência do CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência.

**5.4.3. Sistema de Monitoramento Remoto Online:** A Contratada deverá contar com um sistema a fim de monitorar remotamente online o funcionamento dos geradores, com reportes de informações dos sensores, parâmetros e alarmes das instalações e dos equipamentos que compõem a infraestrutura, em regime de 24 (vinte e quatro) horas x 7 (sete) dias da semana x 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias ao ano, através de central própria que será responsável pelo sistema de monitoramento online, priorizando que a equipe seja proativa de pronto atendimento, recebendo as ocorrências, notificando via e-mail e telefone à CONTRATANTE, bem como tomando as providências conforme a criticidade do evento, incluindo, se for necessário, a presença de seus técnicos nas dependências da CONTRATANTE para manter em perfeito funcionamento os Geradores;

5.4.3.1. O monitoramento remoto online deverá contemplar os seguintes equipamentos e fornecer, no mínimo, as informações a seguir: ligado; desligado. alarme; falha de rede/defeito; quantidade de partida; nível do combustível; temperatura; tempo de funcionamento.

5.4.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

#### 5.4.1 Ordens de Serviço

5.4.1.1. Em nenhuma hipótese o técnico de manutenção deve apontar uma ordem de serviço como concluída caso ela não tenha sido devidamente executada de forma integral por qualquer motivo.

5.4.1.2. Todas as informações apontadas pelos técnicos de manutenção nas ordens de serviço devem ser fiéis ao que de fato foi utilizado e empregado em campo, incluindo materiais, consumíveis, mão de obra e justificativas.

5.4.1.3. O técnico de manutenção deverá registrar qualquer eventual dificuldade ou informação relevante referente ao ativo que está sendo atendido.

5.4.1.4. Todas as atividades e procedimentos previstos nas ordens de serviço devem ser rigorosamente respeitados e executados pelos técnicos de manutenção. A não execução de qualquer atividade prevista em ordem de serviço sem a devida justificativa poderá gerar penalizações à Contratada mediante Instrumento de Medição de Resultado (IMR) a ser apresentado mais a frente neste documento.

5.4.1.2. A Contratada deverá apresentar, em 5 dias a contar da assinatura do contrato, para apreciação da Fiscalização, o cronograma de execução dos serviços de manutenção nos grupos geradores, seguindo as diretrizes estabelecidas neste Termo de Referência quanto às suas periodicidades.

5.4.2.1. No prazo de 30 dias após a assinatura do Contrato, a Contratada deverá apresentar o Plano de Manutenção (PMOC) para todo o período do contrato.

5.4.1.3. Os serviços deverão ser executados de acordo com o cronograma aprovado pela Fiscalização, respeitando a quantidade, a localização e a capacidade dos grupos geradores, sendo qualquer alteração somente válida se aprovada pela Fiscalização.

5.4.1.4. O não cumprimento do cronograma acarretará deduções no valor a ser pago pelos serviços, devendo ser pagos somente se efetivamente tiverem sofrido as manutenções ora contratadas.

5.4.1.5. Antes do início das atividades, com o intuito de evitarmos qualquer tipo de acidente de trabalho ou danos ao equipamento, os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão ser realizados no modo "manual" do painel de controle.

5.4.1.6. Após concluídos os serviços, a Contratada entregará os relatórios de atendimento técnico à fiscalização. Esses relatórios são imprescindíveis para os fins de realização do pagamento dos serviços.

5.4.1.7. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá utilizar seus próprios equipamentos, materiais, ferramentas e utensílios.

5.4.1.8. O prazo de atendimento dos chamados técnicos de emergência para Manutenção Corretiva é de até 30 minutos para chegada do técnico ao local, sendo que o gerador deverá estar operando no prazo de até 2 (duas) horas a contar do início do chamado.

5.4.1.8.1. Os chamados de emergência, dentre outros, incluem aqueles em que a Contratante estiver sem energia ou com uma fase de energia, o que impossibilita a prestação dos serviços policiais.

5.4.1.9. A Contratada deverá comprovar possuir base instalada e efetivo técnico na região de Bauru, em até 30 dias úteis, após a assinatura do contrato, através de seu centro de assistência técnica.

5.4.1.9.1. A justificativa é que, para atender os geradores localizados na cidade de Bauru no prazo estipulado neste Termo de Referência, a empresa precisará ter base próxima a ele. Os geradores são responsáveis por manter a estrutura jurisdicional e administrativa funcionando quando há falta de energia da rede pública, por essa razão deverá estar sempre pronto para esse fim. Assim, os reparos deverão acontecer o mais rápido possível.

5.4.1.10. As manutenções preventiva e corretiva ocorrerão, preferencialmente, nos dias úteis no horário compreendido entre 09h00min às 16h00min.

5.4.1.10.1. Os atendimentos para a manutenção corretiva poderão ocorrer a qualquer tempo, 24 horas por dia, 7 dias por semana, quando demandado pela FISCALIZAÇÃO.

5.4.1.11. A aquisição de peças, baterias, óleo diesel, motor, correias e todos os materiais necessários serão feitas pela Contratada sem acréscimo de custos para a Contratante.

5.4.1.12. Os técnicos responsáveis pelos serviços deverão deter as competências necessárias para atender os equipamentos.

5.4.1.13. As condições gerais para a prestação do serviço devem obedecer às normas legais e regulamentares aplicáveis à matéria.

## **Materiais a serem disponibilizados**

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

### **5.5.1. Peças de Reposição e Material**

5.5.1.1. A contratada deverá fornecer as peças de reposição necessárias para a perfeita execução do objeto deste Termo de Referência, SENDO QUE;

5.5.1.2. Os itens fornecidos em substituição aos danificados deverão ser novos e originais ou indicada pelo fabricante do equipamento. É vedado o uso de material improvisado ou adaptações, com vistas a eliminar riscos de imprecisão ou funcionamento inapropriado das instalações. No caso do gerador, os materiais originais/genuínos correspondem aos de fabricação. A Contratada deverá sinalizar à Fiscalização eventuais dificuldades na aquisição de peças, para análise do gestor do contrato para eventual autorização de aquisição de peça similar;

5.5.1.3. A Fiscalização reserva-se o direito de rejeitar os serviços e/ou peças que estiverem em discordância com as especificações do fabricante do equipamento, e/ou normas aplicáveis que venham a comprometer o perfeito funcionamento do grupo gerador. Nestes casos, a Contratada deverá providenciar, imediatamente, a troca da peça rejeitada ou a execução do serviço, de acordo com o solicitado, arcando com todos os custos decorrentes;

5.5.1.4. Para componentes passíveis de reparo (radiadores, alternadores, cabeçote de motor diesel, turbina, motores de partida, bombas e bicos injetores, placas eletrônicas, etc), a Fiscalização poderá optar pela recuperação, quando for possível e viável financeiramente, o qual será sinalizado formalmente assim que houver o diagnóstico;

5.5.1.5. A Contratada deverá manter estoque das principais peças, materiais, insumos, componentes, a fim de cumprir os prazos contratuais de manutenção corretiva, tendo em vista que fica a ônus e encargo da Contratada o fornecimento de todas as peças necessárias para o perfeito funcionamento do gerador.

5.5.1.6. Os equipamentos não poderão ficar indisponíveis aguardando a substituição de peça/ material por motivo de garantia e/ ou qualquer outro motivo. A Contratada deverá providenciar imediatamente a substituição de qualquer peça/ material que esteja no período de garantia independente do prazo estabelecidos pelo fabricante/ fornecedor, de forma a respeitar os prazos de execução previstos neste Termo de Referência;

### **5.5.2. Insumos**

5.5.2.1. São considerados insumos os itens utilizados rotineiramente na execução dos serviços e, apesar de não integrarem diretamente os sistemas, equipamentos ou instalações, são necessários para a realização adequada das atividades de manutenção corretiva, preventiva e serviços previstos no objeto da contratação. Normalmente são utilizados no desempenho das atividades, tais como: desengraxantes, panos de limpeza, spray limpa contatos e lubrificantes, graxas, parafusos, buchas, fita isolante, lâminas de serra, brocas, etc;

5.5.2.2. A Contratada deverá fornecer todos os insumos necessários à execução das atividades de manutenção objetivando o perfeito funcionamento dos sistemas, subsistemas e equipamentos objetos do presente Termo de Referência, durante toda a vigência do contrato;

5.5.2.3. É responsabilidade da Contratada o fornecimento de todos os insumos necessários à prestação dos serviços desta contratação, devendo, portanto, considerar na composição de seus custos os valores para o fornecimento em quantidades e qualidades suficientes ao atendimento contratual.

### **5.5.3. Baterias**

5.6.3.1. As baterias dos grupos geradores são substituídas preventivamente a cada 30 (trinta) meses após a data de instalação no equipamento. A Contratada será responsável pelos testes e gerenciamento do ciclo de vida, execução das substituições e pedidos de garantia junto aos fabricantes ou seus representantes autorizados. As baterias fornecidas deverão ser novas, possuir garantia mínima de 18 meses, ter as mesmas especificações da original dos equipamentos e não possuir mais que 3 meses da data de fabricação.

### **5.5.4. Óleo lubrificante**

5.5.4.1. A especificação dos lubrificantes utilizados deverá ser: viscosidade SAE 15W40, API CI-4 ou superior, TBN  $\geq$  10,5 mg KOH/g. Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) que atenda aos seguintes requisitos:

- que esteja previamente registrado na ANP;
- de fabricante ou importador que esteja regularmente autorizado pela ANP para o exercício de sua atividade;
- que possua rótulo com informações em língua portuguesa, discriminadas no art. 12 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP, que assegurem ao consumidor indicações mínimas e inequívocas sobre a natureza, as características e a aplicação do produto;

- classificados segundo os níveis de desempenho de uma ou mais das entidades citadas no art. 13 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP;

- que não se enquadre em uma das vedações contidas no art. 15 da Resolução nº 804, de 2019 da ANP.

#### 5.5.5. Combustível

5.5.5.1. O combustível utilizado pelo gerador é o diesel S500.

5.5.5.2. Além do abastecimento das máquinas, a Contratada será responsável pelo fornecimento do combustível.

5.5.5.3. O transporte e manuseio de combustíveis deverá seguir a legislação vigente no Brasil, bem como as normas e leis ambientais quanto a coleta e descarte do óleo diesel ou outros resíduos utilizados no processo de manutenção do gerador.

5.5.5.4. Os profissionais envolvidos no manuseio de combustível deverão utilizar em suas atividades EPIs e EPCs adequados, além de possuírem certificação NR-20 dentro da validade.

5.5.5.5. O custo referente ao fornecimento de óleo diesel é de inteira responsabilidade da Contratada.

5.5.5.6. O gerenciamento do nível de combustível deve ser feito pela Contratada, que deverá providenciar reabastecimentos sempre que o volume do tanque estiver entre 75% e 90%.

5.5.5.7. Em casos excepcionais o fiscal poderá solicitar reabastecimentos emergenciais caso haja um período longo de funcionamento dos geradores.

#### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. Para atender às manutenções emergenciais, a CONTRATANTE poderá acionar a CONTRATADA por meio de ligação telefônica ou WhatsApp, com o objetivo de acionar rapidamente a equipe. Dessa forma, a CONTRATADA deverá se deslocar até a Central de Polícia Judiciária ou Delegacia Seccional de Polícia de Bauru, **devendo o técnico chegar no prazo de até 30 (trinta) minutos a contar do chamado e concluir o serviço, colocando o equipamento em funcionamento, no prazo de até 2 (duas) horas a contar do início do chamado.**

5.6.2. As manutenções corretivas programadas devem preferencialmente ocorrer durante dias úteis, com prioridade para o horário comercial, e serão realizadas após a abertura da Ordem de Serviço. **A CONTRATADA deve estar prontamente disponível para responder a solicitações de manutenção da CONTRATANTE, garantindo uma intervenção ágil e eficaz dentro de um prazo máximo de 6 horas sempre que necessário para corrigir problemas nos geradores que não sejam emergenciais.** Este compromisso assegura a continuidade operacional e a confiabilidade do equipamento, reduzindo ao mínimo as possíveis interrupções nos serviços.

5.6.2.1. **Caso a manutenção corretiva demande a troca de peças, insumos, componentes que demandem tempo maior para reparo, a Contratada deverá comunicar a situação ao gestor do contrato, através de relatório com justificativa, solicitando prazo maior para conclusão do serviços de manutenção corretiva.**

5.6.3. Dada a crítica importância de evitar interrupções na operação do gerador, a CONTRATADA deve estar disponível para atender às solicitações da CONTRATANTE 24 horas por dia em casos de manutenções emergenciais e corretivas.

5.6.4. Os prazos de atendimento referem-se à conclusão do serviço com a devida assinatura do solicitante, incluindo a eventual aquisição de peças necessárias, aonde a contratada será a responsável por acionar o fabricante e/ou fornecedor para providenciar as substituições necessárias. A falta de materiais não é motivo de justificativa para atraso, com exceção dos casos em que o Fiscal do Contrato aprovou a solicitação de extensão do prazo de atendimento, conforme disposto a seguir.

5.6.5. No caso em que o serviço solicitado não seja realizado no prazo contratual, a Contratada deverá encaminhar por escrito, as justificativas pelo atraso e a previsão de novo prazo de atendimento para apreciação do Fiscal do Contrato, que aceitará ou não a motivação, sob pena de ser caracterizado como descumprimento contratual por parte da contratada e de aplicação de desconto no IMR e eventual sanção administrativa. A justificativa de atraso de atendimento poderá ser acionada em casos excepcionais, como por exemplo: aquisição de componentes obsoletos, fabricação de materiais sob medida, importações, etc.

5.6.6. Serão executadas todas as rotinas de Operação e Manutenção, de acordo com as recomendações da CONTRATANTE, do contido no Plano de Manutenção, dos fabricantes dos equipamentos, normas técnicas aplicáveis e demais condições descritas neste Termo de Referência;

5.6.7. O fornecimento dos materiais utilizados nas manutenções preventivas (filtros, óleos lubrificantes, aditivos etc.), assim como os insumos (desengraxantes, panos de limpeza, spray limpa contatos, graxas, parafusos, fita isolante, brocas etc.) são de responsabilidade da Contratada.

5.6.8. Durante a execução do contrato, a Contratada deverá manter seus profissionais atualizados conforme legislação pertinente.

5.6.9. Não haverá ressarcimento ou pagamentos adicionais por parte da Contratante quanto aos custos decorrentes de treinamentos, certificações, capacitações, credenciamentos e atualizações conforme legislação pertinente, necessários à prestação dos serviços, os quais compõem o valor destinado às despesas administrativas operacionais dos serviços e que devem ser providenciados pela Contratada.

5.6.9.1. Também não haverá pagamento por nenhum outro custo, seja com transporte, material, peça, pedágio ou qualquer outro custo.

5.6.10. Os profissionais utilizados na execução dos serviços deverão atender às qualificações técnicas e Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.6.11. A CONTRATADA deverá se reunir com a CONTRATANTE, no prazo máximo, de até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do Contrato. A reunião poderá ser realizada presencialmente, e será agendada em comum acordo. Nesta reunião a CONTRATADA deverá:

5.6.11.1. Apresentar as características e documentação dos serviços contratados e planejamento da sua execução, além de serem discutidos e esclarecidos todos os questionamentos técnicos. A CONTRATANTE definirá, com o apoio da equipe técnica da CONTRATADA, de que forma os serviços deverão ser realizados. De comum acordo, deverão fazer um planejamento das atividades de manutenção antes de iniciar a manutenção propriamente dita e apresentar o Plano de Manutenção;

5.6.11.2. Apresentar Plano de Manutenção e cronograma de manutenção, já contemplando o período integral do contrato de 30 (trinta) meses;

5.6.11.3. Apresentar quem será o Gestor do Projeto e o Profissional Técnico que atuará como coordenador de todas as atividades de manutenção;

5.6.11.4. Apresentar as informações referentes aos canais de atendimento para abertura dos chamados, caso ainda não o tenha feito;

5.6.11.5. Caso após a realização desta primeira reunião, existam questionamentos direcionados à CONTRATANTE, a mesma terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis a partir da reunião para responder formalmente à CONTRATADA;

5.6.11.6. Independentemente dos prazos acima, será de exclusiva e total responsabilidade da CONTRATADA, a manutenção dos geradores da CONTRATANTE, desde a assinatura do contrato, utilizando as melhores práticas de mercado aliadas às recomendações dos respectivos fabricantes e instaladores, com profissionais devidamente habilitados e qualificados, observando as características previstas.

5.6.11.7. A CONTRATADA estará responsável por executar todo e qualquer serviço de manutenção preventiva e corretiva, monitoramento remoto online, atendimento emergencial, de forma a garantir a integridade e continuidade dos serviços prestados pela Central de Polícia Judiciária de Bauru e da Delegacia Seccional de Polícia de Bauru, fornecendo, substituindo, removendo e ou instalando materiais, equipamentos e seus componentes;

5.6.11.8. As peças e componentes a serem empregados nas intervenções devem ser sempre novos, originais e, ou, sob recomendação do fabricante. Excepcionalmente, admitir-se-á a utilização de peças similares aos originais, com autorização prévia da CONTRATANTE;

5.6.11.9. Nos casos em que os serviços de manutenção corretiva não puderem ser prestados nas dependências da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá retirar e transportar o equipamento e/ou peça para sua oficina e/ou instalação de terceiros sem ônus extra para a CONTRATANTE, mediante autorização desta, de forma a não impactar as atividades da Contratante.

5.6.11.10. Fica a cargo da CONTRATADA, de forma integral, os custos inerentes a quaisquer atendimentos de serviços relativos aos chamados emergenciais de manutenção especializada, executados pela CONTRATADA e ou assistência técnica autorizada e ou fabricante;

5.6.11.11. A CONTRATADA deverá disponibilizar aos responsáveis pelas manutenções um sistema de comunicação móvel tipo celular ou fixo para localização e acionamento 24 horas.

#### **Dos abastecimentos dos tanques de diesel:**

5.6.11.12. A CONTRATADA deverá acompanhar os abastecimentos dos tanques de combustível.

5.6.11.13. A CONTRATADA deverá executar a coleta e descarte ambientalmente correto de óleo diesel ou lubrificante impróprio para uso.

5.6.11.14. Estão envolvidos na manutenção de todos os componentes existentes nos(as): motor, Gerador (ALTERNADOR), Quadro de Transferência Automática (QTA), módulo de comando supervisão eletroeletrônico, aterramento, cabos de força e comando do grupo, Paineis de Comando eletroeletrônico (USCA), Caixas de Interligação, Aterramento, Sistema de arrefecimento e Tanques de combustíveis, bem como quaisquer outros inerentes à prestação dos serviços relativos ao Grupo Motor-Gerador, de modo a garantir perfeito funcionamento elétrico e mecânico, adequado às características técnicas dos equipamentos especificados.

#### **Das Obrigações da Contratada**



- 5.6.11.15. Executar os serviços fielmente, de acordo com as especificações deste Termo de Referência, não sendo admitidas quaisquer alterações sem prévio conhecimento e aprovação por parte da CONTRATANTE;
- 5.6.11.16. Não divulgar dados ou informações, nem fornecer cópias de relatórios e documentos a terceiros sem a prévia autorização, por escrito, da administração da CONTRATANTE.
- 5.6.11.17. Assumir inteira responsabilidade técnica pela execução dos serviços, pela confiabilidade e efetividade dos trabalhos que executar;
- 5.6.11.18. Responsabilizar-se em não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente contratação;
- 5.6.11.19. Nomear PREPOSTO e enviar carta de preposição ao técnico responsável pelas manutenções e representatividade perante a Contratante;
- 5.6.11.20. Participar, com representante em nome da empresa CONTRATADA, de todas as reuniões e outras atividades, planejamento, acompanhamento e avaliação que venham a ser convocadas pela CONTRATANTE;
- 5.6.11.21. Serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, todos os tributos e contribuições, tais como: impostos, taxas, emolumentos, seguros e outros que decorram direta ou indiretamente ao contrato, bem como oriundos de quaisquer acidentes e ou danos causados a CONTRATANTE;
- 5.6.11.22. **A CONTRATADA responderá pelos danos e prejuízos decorrentes de paralisações no fornecimento de energia em que os geradores não funcionem, salvo na ocorrência de caso fortuito, ou força maior;**
- 5.6.11.23. Executar, de forma contínua, a manutenção do equipamento instalado, através de pessoal de seu quadro técnico e sem quaisquer ônus, encargos ou responsabilidades para a CONTRATANTE, devendo os respectivos serviços, serem executados por sua conta e responsabilidade exclusiva, no local e durante o horário de expediente normal da CONTRATANTE. As manutenções devem ser realizadas de forma preventiva e corretiva de modo a causar o mínimo de interferência no ambiente e na rotina de seus ocupantes ou usuários, exceto nos casos excepcionais que poderão ser executados em outros horários.
- 5.6.11.24. Garantir que, em decorrência da execução dos serviços, os geradores sejam mantidos em perfeitas condições de limpeza e segurança. Após a conclusão, deverá ser efetuada limpeza geral no ambiente, eventualmente afetado pela atuação do técnico da CONTRATADA;
- 5.6.11.25. Garantir os meios e materiais necessários (ferramentas de trabalho de uso pessoal, instrumentos de precisão para medições de natureza elétrica e mecânica, dentre outros de uso corporativo) para execução total dos serviços, conforme necessidade de cada atividade;
- 5.6.11.26. Fornecer material de segurança pessoal EPI (capacete, protetor auricular, luvas, calçado especializado, óculos apropriados e máscara de proteção respiratória do tipo cirúrgica), caixa de ferramentas, ferramentas Isoladas e todos os materiais necessários à execução dos serviços;
- 5.6.11.27. Atender os chamados para manutenções corretivas e emergenciais dentro dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, contados a partir da comunicação feita pela CONTRATANTE, evitando assim as aplicações das penalidades previstas;
- 5.6.11.28. Cumprir todas as obrigações sociais e trabalhistas vigentes ou que venham a ser instituídas, relativas ao pessoal direto ou indiretamente designado para execução dos serviços contratados, cabendo-lhe, em consequência, o ônus com o custeio de todos os pagamentos vinculados a tais obrigações;
- 5.6.11.29. Respeitar e fazer com que seu pessoal respeite as normas de segurança, acesso e limpeza da CONTRATANTE;
- 5.6.11.30. Responsabilizar-se, inclusive perante terceiros, por ações ou omissões de seus empregados, prepostos e contratados, das quais resultem danos ou prejuízos a pessoas ou bens, não implicando corresponsabilidade da CONTRATANTE;
- 5.6.11.31. Responsabilizar-se pela disciplina, respeito e cortesia dos empregados durante o atendimento técnico, bem como pelo cumprimento das regras e normas internas da CONTRATANTE;
- 5.6.11.32. Ressarcir quaisquer danos ou prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da prestação dos seus serviços;
- 5.6.11.33. Fornecer crachá de identificação, exigindo o uso do mesmo nas dependências da CONTRATANTE, para o pessoal designado para execução dos serviços de assistência técnica e manutenção do equipamento;
- 5.6.11.34. Substituir, sempre que exigido pela CONTRATANTE, qualquer empregado cuja atuação, e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina do órgão e/ou ao interesse do serviço público;
- 5.6.11.35. Manter base de conhecimento com todas as informações a respeito dos serviços contratados, possibilitando que a CONTRATANTE realize possíveis consultas quando desejar;



5.6.11.36. A CONTRATADA será a única responsável a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução de serviços ou aplicação de materiais;

5.6.11.37. **A CONTRATADA deverá providenciar o registro de toda e qualquer solicitação de manutenção preventiva e/ou corretiva, independentemente de sua natureza, cabendo à CONTRATANTE, o devido acompanhamento.**

5.6.11.38. **Deverão ser disponibilizados os seguintes canais de atendimento para abertura dos chamados: Linha fixa ou Linha celular; e-mail; número de WhatsApp**

5.6.11.39. **Cada chamado deverá conter, no mínimo, o registro das informações a seguir: Número do registro/ocorrência (a ser fornecido pela CONTRATADA); Data e hora da solicitação; Nível de severidade da ocorrência (a ser fornecido pela CONTRATADA); Descrição da ocorrência/chamado; Identificação do técnico para o atendimento; Data e hora da solução /fechamento do chamado.**

5.6.11.40. **A modalidade de atendimento dos serviços deverá ser em regime 24x7 (24 (vinte e quatro) horas por dia x 7 (sete) dias da semana), incluindo os feriados, para os chamados corretivos e emergenciais;**

5.6.11.41. **O horário de abertura do chamado demará o início da contagem do prazo de atendimento e solução das ocorrências, independente do retorno da CONTRATADA;**

5.6.11.42. **O serviço de registro de chamados deverá ser disponibilizado de acordo com a modalidade de atendimento estabelecida neste Termo de Referência.**

5.6.11.43. Realizar vistorias programadas, quinzenais, mensais, bimestrais, semestrais e anuais dos sistemas grupo gerador e essas abrangerão os componentes mecânicos e elétricos, além dos quadros elétricos, quadros de transferência automática, utilizados pelos sistemas.

5.6.11.44. Inspecionar os componentes mecânicos do sistema, verificando, principalmente os seguintes itens: tanque de combustível de serviço, sistema de combustível e filtros, sistema óleo lubrificante e filtros, sistema de arrefecimento, bomba injetora e sistema de injeção, filtro de ar, turbinas, sistema de partida, baterias automotivas e proteções do motor.

5.6.11.45. Inspecionar os componentes do gerador, verificando, principalmente os seguintes itens: limpeza externa, temperatura decarcação do estator, aperto dos terminais de força, acoplamento, vibrações.

5.6.11.46. Inspecionar os componentes do quadro de comando, verificando, principalmente os seguintes itens: tensão do gerador, regulador de velocidade, carregador de baterias, sistema de controle automático, equilibrador de carga e sincronizador.

5.6.11.47. Inspecionar os componentes elétricos do sistema responsáveis pela instrumentação e medição, bem como lâmpadas sinalizadoras, fusíveis, chaves seletoras.

5.6.11.48. Realizar testes de funcionamento nos sistemas, com a partida do grupo sem a transferência de carga, durante as manutenções preventivas quinzenais.

5.6.11.49. Realizar testes de falta de energia elétrica comercial e verificar a entrada do sistema grupo gerador de forma automática, bimestralmente, com transferência de carga.

5.6.11.50. Realizar, quinzenalmente, a inspeção visual e dar partida nos sistemas grupo geradores, sem a transferência de carga, por até 20 minutos.

5.6.11.51. Disponibilizar pessoal tecnicamente treinado para as inspeções elétricas e mecânicas do sistema grupo gerador;

5.6.11.52. Manter os sistemas em condições de funcionar com segurança;

5.6.11.53. Apresentar boletim de visita dos chamados e das manutenções mensais, que deverá ser assinado pela Contratante na pessoa de seu representante;

5.6.11.54. Dispor de atendimento em regime de 24 (vinte e quatro) horas, todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados para atendimento de chamadas de emergência;

5.6.11.55. Executar, quando necessário, o conserto e/ou substituição de peças decorrentes de desgaste natural ou mau uso do equipamento;

5.6.11.56. Fornecer, sem despesas adicionais para o Contratante, os materiais de consumo tais como: graxa, estopa, anticorrosivos, necessários à realização dos serviços.

5.6.11.57. Os valores referentes aos serviços de manutenção incluem as despesas com as trocas de óleo, filtro de óleo, filtro de ar, líquido arrefecimento do radiador.

5.6.11.58. Fornecer e abastecer o tanque de combustível. O óleo combustível deverá ser fornecido pela Contratada que deverá manter o tanque de combustível preenchido de tal forma que garanta autonomia mínima de 12 horas de funcionamento no modo emergência.

5.6.11.59. CASO O GERADOR FIQUE INOPERANTE PELO PERÍODO DE 7 (SETE) DIAS, A CONTRATADA DEVERÁ COLOCAR EQUIPAMENTO EM SUBSTITUIÇÃO PARA NÃO INCORRER EM PREJUÍZOS PARA A CONTRATANTE.

#### **Das Obrigações da Contratante**

5.6.11.59. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas legais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto;

5.6.11.60. Receber os serviços e instalação de acordo com as disposições deste Termo de Referência;

5.6.11.61. Comunicar imediatamente à CONTRATADA qualquer incorreção apresentada com o objeto;

5.6.11.62. Cumprir fielmente as obrigações;

5.6.11.63. Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA e pertinentes ao objeto;

5.6.11.64. Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato ou instrumento equivalente, com base nas disposições da Lei nº 14.133 de 2021

5.6.11.65. Zelar pelo bom andamento do presente Termo de Referência, dirimindo quaisquer dúvidas que porventura existam;

5.6.11.66. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a execução;

5.6.11.67 Processar e liquidar Notas Fiscais correspondente, por meio de ordem bancária, desde que não haja fato impeditivo imputado à CONTRATADA;

5.6.11.68. Zelar para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte da CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na prestação dos serviços;

5.6.11.69. Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários;

5.6.11.70. Verificar minuciosamente a conformidade dos serviços executados com as especificações constantes do Edital, Termo de Referência e Contrato, para fins de aceitação e pagamento da Nota Fiscal de Serviço;

5.6.11.71. Proporcionar as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços, inclusive permitir o acesso dos técnicos da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE, onde os serviços serão executados

5.6.11.72. Os serviços serão executados em dias normais de expediente ou em sábados, domingos e feriados, conforme a necessidade.

5.6.11.73. A eventual execução fora do horário normal de expediente da CONTRATADA, mesmo que solicitado pela CONTRATANTE, não implicará adicional de preço.

5.6.11.74. Os técnicos da CONTRATADA deverão se apresentar para a realização dos serviços trajando uniforme com logomarca da CONTRATADA e portando documento de identificação com foto.

5.6.11.75. A CONTRATADA deverá observar as regras de segurança existentes na Contratante para entrada ou saída de materiais e equipamentos

5.6.11.76. Nenhum bem ou material da CONTRATANTE será removido ou transferido do seu local sem o consentimento formal da mesma.

5.6.11.77. A CONTRATADA emitirá laudos e pareceres oficiais sempre que solicitada pela CONTRATANTE.

5.6.11.78. A CONTRATADA deverá fornecer toda e qualquer informação de maneira detalhada, de forma a garantir que o corpo técnico da CONTRATANTE tenha ciência das atuações da CONTRATADA sobre os equipamentos constantes deste objeto.

**CUMPRE INFORMAR QUE O GERADOR INSTALADO NO PRÉDIO DA DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE BAURU, SITUADO NA PRAÇA DOM PEDRO II, Nº 3-20, CENTRO, NECESSITA DE SUBSTITUIÇÃO DE PEÇA (BOMBA INJETORA MODELO V3239F592T-3 / 2643B315, MARCA DELPHI, COMPATÍVEL COM MODELO PERKINS ) JÁ ADQUIRIDA POR ESTA CONTRATANTE HAVENDO A NECESSIDADE DA MÃO DE OBRA PARA A SUBSTITUIÇÃO QUANDO INICIAR O NOVO CONTRATO SEM ACRÉSCIMO DE VALOR CONTRATADO.**

**O CONTRATO ANTERIOR DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO EQUIPAMENTO GERADOR FIMOU EM 11/09/2025, SENDO QUE APÓS ESTA DATA NÃO FORAM FEITAS MANUTENÇÕES NO REFERIDO EQUIPAMENTO.**

#### **Especificação da garantia do serviço**

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

#### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

### **6. Modelo de gestão do contrato**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade

#### **Fiscalização**

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

#### **Fiscalização Técnica**

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17);

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II);

6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso III);

6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II);

#### **Fiscalização Administrativa**

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, incisos II e III).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.17. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **Gestor do Contrato**

6.19. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. Critérios de medição e pagamento**

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no documento em Anexo para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratado:

7.1.1.1. não tenha produzido os resultados acordados,

7.1.1.2. tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou

7.1.1.3. tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. Fica acordado que falhas de qualidade vão gerar descontos, após serem registradas as ocorrências.

7.3.2. A aferição da execução contratual para os fins de pagamento considerará os seguintes indicadores:

- 1 – Quantidade de dias que o gerador não funcionou;
- 2 - Quantidade de chamados corretivos para o mesmo problema;
- 3 - Atendimento aos chamados de urgência/emergência dentro dos prazos descritos no Termo de Referência;
- 4 - Cumprimento dos cronogramas de manutenção preventiva;

7.3.3. Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade. Essa diferença está relacionada a essencialidade do indicador para aferir a efetiva qualidade da prestação dos serviços.

7.3.4. A pontuação final do IMR pode resultar em valores entre 0 (zero) e 100 (cem), correspondentes, respectivamente, às situações de serviços desprovidos de qualidade e de serviços com a qualidade esperada.

7.3.5. A empresa terá sempre nota inicial de 100 (cem) pontos, sendo essa a sua nota de partida na avaliação do IMR.

7.3.6. E conforme a verificação do IMR, essa nota poderá ser reduzida, de acordo com a qualidade dos serviços prestados, e a quantidade de chamados corretivos (motivados pela ausência de manutenções preventivas e preditivas por parte da Contratada), circunstâncias que impactarão diretamente na aferição da qualidade e quantidade da prestação dos serviços contratados.

7.3.7. As tabelas de IMR constam no ANEXO V do Edital;

## **Do recebimento**

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 03 (três) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023)

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará periodicidade mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.11.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.16. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

7.16.1. o prazo de validade;

7.16.2. a data da emissão;

7.16.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.16.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.16.5. o valor a pagar; e

7.16.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.17. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.18. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.19. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.20. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.22. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### Prazo de pagamento

7.24. O **pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias**, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.25. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

#### Forma de pagamento

7.26. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.26.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.28. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.28.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.29. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

### 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

#### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

#### Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será **empreitada por preço global**.

#### Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

#### **Habilitação jurídica**

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. Ato de autorização para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

8.21. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;



8.22. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

a) índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.22.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, § 1º).

8.22.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.22.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.

8.23. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### Qualificação Técnica

8.24. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurando a ele o direito de realização de vistoria prévia;

8.24.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.25. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, se o caso, em plena validade;

8.25.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista na subdivisão acima por meio da apresentação, no momento da celebração da contratação, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.26. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.26.1. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, os atestados ou certidões deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

**8.26.1.1. serviços similares ao objeto da licitação que demonstrem que a empresa prestou serviços correspondentes a 50% (cinquenta por cento) do objeto da licitação;**

**8.26.1.2. poderá haver somatória de atestados**

8.26.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante.

8.26.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

8.26.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

### Outras comprovações

8.27. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso;

8.28. Tratando-se de consórcio:

8.28.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elemento:

a) Designação do consórcio e sua composição;

- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão;

8.28.2. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição;

8.28.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.28.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio;

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 456.000,00

9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 456.000,00 (quatrocentos e cinquenta e seis mil reais) para o período de 60 (sessenta) meses, conforme custos unitários apostos em Pesquisa de Preço anexo ao Edital. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

## 10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 00001/180299;
- II) Fonte de Recursos: 150010001;
- III) Programa de Trabalho: 06181180149890000 ;
- IV) Elemento de Despesa: 339039;
- V) Plano Interno: 007.008.0209;

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

# 11. AUTORIZAÇÃO

DESPACHO:

Autorizo a contratação nos termos do presente. Encaminhe ao Setor de Contratações, conforme proposto;

**LUCINO DE BARROS FARO**  
**DELEGADO SECCIONAL DE POLÍCIA**  
**ORDENADOR DE DESPESAS**

# 12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**CAROLINA OLIVA**

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 11/02/2026 às 11:39:48.

**LUCIANO DE BARROS FARO**

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 11/02/2026 às 11:45:06.

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I - CARACTERISTICAS DO GRUPO GERADOR.pdf (441.52 KB)
- Anexo II - ANEXO II - MANUTENCAO PREVENTIVA - EXEMPLIFICATIVA.pdf (596.01 KB)
- Anexo III - ANEXO III - SERVICOS DE MANUTENCAO PREVENTIVA.pdf (413.09 KB)
- Anexo IV - ANEXO IV - RELACAO DE PECAS.pdf (376.19 KB)
- Anexo V - ANEXO IMR.pdf (418.31 KB)
- Anexo VI - NOTA FISCAL - GERAFORTE 9684.pdf (108.13 KB)
- Anexo VII - ETP COM ANEXOS.pdf (1.02 MB)

## ESP-DELEG.SECCIONAL DE POLICIA DE BAURU

**Estudo Técnico Preliminar 3/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 058.00121204/2024-67

**2. Descrição da necessidade**

2.1. A Delegacia Seccional de Polícia de Bauru e a Central de Polícia Judiciária contam com aparelhos de geradores diesel para fins de manter o fornecimento de energia e impedir a interrupção na prestação dos serviços policiais essenciais à População.

2.2. Atualmente, a Delegacia Seccional de Polícia de Bauru está sem contrato de manutenção preventiva e corretiva de geradores, eis que foi encerrado o último contrato e houve a mudança de prédio da CPJ de Bauru, situada na Avenida Rodrigues Alves, nº 20-20, Vila Cardia, Bauru/SP, tendo tido alteração no equipamento gerador.

2.3. Assim, se faz necessária a realização de novo processo de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e emergencial em aparelhos de geradores, com fornecimento de peças

2.4. A Polícia Civil do Estado de São Paulo, em especial a Delegacia Seccional de Polícia de Bauru, não conta em seu quadro com servidores capacitados para realização do serviço objeto desta Contratação.

2.5. Assim, necessária a terceirização de serviços que não dizem respeito à atividade-fim da Instituição. Com isso, a Contratante se ressentida da falta de pessoal qualificado para atender às suas demandas para a execução do serviço de manutenção de grupos geradores. A contratação do serviço de manutenção de grupo gerador automático de emergência, sem mão de obra exclusiva, visa prover a Contratante de uma prestadora de serviços com pessoal qualificado a manter em pleno funcionamento o equipamento que tem a função de gerar energia elétrica no caso de falta de Energia na rede pública.

2.6. Com a finalidade de garantir fornecimento contínuo de energia elétrica e diante da possibilidade de falha no fornecimento da rede pública, a Contratante possui dois grupos geradores automáticos de emergência, diesel, sendo que 01 está sendo instalado no prédio da Central de Polícia Judiciária de Bauru e outro no prédio da Delegacia Seccional de Polícia de Bauru. Assim, surge a necessidade de contratação do serviço de manutenção destes importantes equipamentos de salvaguarda.

2.7. Ocorre que somente ter os geradores instalados não é suficiente. Necessário se faz garantir o funcionamento seguro e contínuo destes geradores. Para que seja possível manter a qualidade dos equipamentos imprescindível a contratação de empresa com experiência e estrutura capazes de manter os grupos geradores em pleno funcionamento, realizando suas manutenções preventivas e corretivas, com a substituição de peças, para que seja evitada a descontinuidade dos serviços.

2.8. Por serem prédios em que há atendimento ao público e funcionamento de plantão policial, os aparelhos geradores precisam estar em perfeito funcionamento e pronto para entrarem em ação sempre que necessário, evitando interrupções indesejadas no fornecimento de energia elétrica.

2.9. Para alcançar com êxito a execução de suas atividades, é necessário que o geradores estejam funcionando adequadamente, visto que a finalidade deste é fornecer energia elétrica em regime de emergência e/ou temporária, em razão de interrupções no fornecimento pela concessionária responsável. Em casos de ausência de fornecimento de energia elétrica ou eventual pane estrutural de cunho elétrico, se os geradores não estiverem em perfeitas condições de funcionamento, as atividades policiais prestadas seriam interrompidas e a Polícia Civil ficaria desassistida.

2.10. A manutenção adequada também contribui para que os geradores operem com máxima eficiência, resultando em resposta rápida em emergências e melhor desempenho durante o funcionamento normal. Isso é crucial para assegurar a continuidade dos serviços prestados pela Instituição, pois qualquer interrupção no fornecimento de energia elétrica convencional pode ser rapidamente suprimida pelo gerador.

2.11. A manutenção regular dos geradores ajudam a prolongar sua vida útil, reduzindo os custos a longo prazo e evitando a necessidade de substituição prematura.

2.12. A manutenção de equipamentos é importante para constatar desgaste dos componentes da máquina ao longo do tempo com o propósito de manter os equipamentos em boas condições evitando e economizando com uma quebra inesperada.

2.13. Realizando as manutenções descritas, obtemos o aumento de vida útil dos equipamentos. Quando uma peça não está em boas condições de funcionamento, ela sobrecarrega outras peças do equipamento, resultando em um prejuízo maior.

2.14. As manutenções preventivas e corretivas pretendem conservar o bem público e, ainda, zelar pela continuidade da prestação do serviço público e atendimento do Plantão Policial em caso de interrupção da energia elétrica.

2.15. O presente documento propõe a contratação dos serviços incluindo peças, em vista aos benefícios oferecidos à Administração que, além de contar com a rapidez no recebimento definitivo dos serviços, evitará vários obstáculos encontrados na aquisição das mesmas como, por exemplo, a não compatibilidade de itens constantes do Catálogo de Materiais que possuem descritivo mesclado entre peças originais e as compatíveis, o tempo que demanda para conclusão de um processo para aquisição de peças e materiais, a falta de conhecimento técnico por parte dos servidores desta Contratante, mesmo quando consulta sites de compras de fabricantes, ocasionando risco de erro no momento da opção do item, gerando desacordos e conflitos com a CONTRATADA entre outros desajustes que contribuem para a mora na efetiva conclusão dos serviços.

2.16. Ademais, o fornecimento de peças às expensas da CONTRATADA minimiza o tempo dos geradores permanecerem parados, pois dispensa os procedimentos legais que a Administração Pública precisa adotar toda vez que houver a necessidade de substituição das mesmas, colaborando assim para a celeridade e economia dos custos processuais.

2.17. Os serviços a serem contratados consistem em:

- a. Prestar manutenção preventiva, corretiva e emergencial no gerador, fornecendo peças, acessórios, insumos, componentes, materiais de consumo, combustível necessários à perfeita execução dos serviços dentro dos padrões exigidos pelo fabricante do equipamento e de acordo com as normas técnicas vigentes sem interferir ou prejudicar a rotina das pessoas/usuários que precisam de um ambiente de trabalho com energia.
- b. Realizar inspeções e testes minuciosos, limpeza, regulagem, lubrificação e ajuste geral nos sistemas e instalações, equipamentos mecânicos, elétricos, hidráulicos, com o objetivo de garantir o funcionamento eficiente, econômico e seguro.

2.18. O fornecimento de peças por empresa que não seja a executora dos serviços de manutenção pode gerar grandes conflitos de responsabilidade.

2.19. A inclusão do fornecimento de peças nos contratos de manutenção de geradores vem sendo utilizado pela Administração Pública, tendo em vista que o uso dos equipamentos provoca desgastes mecânicos das peças, exigindo atenção da Administração quanto à manutenção preventiva e corretiva.

2.20. A elaboração deste estudo tem como objetivo a instrução de procedimento licitatório, provendo as especificações técnicas e estabelecendo as normas gerais e específicas referentes à contratação da prestação de serviços contínuos, sem dedicação exclusiva de mão de obra, de manutenção preventiva e corretiva de dois grupos geradores de emergência automático, sendo 01 gerador de 165 KVA, diesel, com reposição de peças, instalado na Central de Polícia Judiciária de Bauru e 01 aparelho de gerador de 75 KVA, diesel, com reposição de peças, instalado na Delegacia Seccional de Polícia de Bauru, marca Perkins, por empresa especializada no ramo, pelo período de 30 meses, podendo ser prorrogável regularmente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133 /2021, seguindo condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento.

2.21. Dessa forma, buscando evitar a descontinuidade da prestação do serviço, faz-se necessária a abertura de procedimento licitatório para contratação dos serviços nos moldes propostos, visando a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e emergencial do gerador, com monitoramento/gerenciamento remoto que porventura apresentar defeitos, a demandar substituição de peças e reparos, com inclusão de peças, insumos, materiais, limpeza, componentes, combustível e tudo o mais que for necessário para o perfeito funcionamento dos equipamentos, visando sobretudo economicidade e eficiência no atendimento às demandas.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DELEGACIA SECCIONA DE POLÍCIA DE BAURU	ANGELICA ZEM GIMENES RODRIGUES GOMES

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A fim de dar uma visão inicial do que se deseja contratar, serão elencados os principais requisitos da contratação, que podem ser flexibilizados pela Equipe de Contratação na elaboração do Termo de Referência, uma vez que é possível o amadurecimento dos requisitos que a solução deverá atender.

### **4.2. Com o foco de atender às necessidades da Administração, a contratação deve contemplar, dentre outros, os seguintes requisitos:**

4.2.1. Serviço continuado de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva de geradores, incluindo o fornecimento de peças, combustíveis, insumos e acessórios;

4.2.2. Trata-se de serviço comum, continuado, com fornecimento de peças e de mão de obra sem dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica;

4.2.3. Os serviços de manutenção de grupos geradores automático de emergência, objeto desta contratação, são considerados como serviço comum, nos termos do inciso XIII, do art. 6º, da Lei 14.133/2021, pois possui padrões de desempenho e qualidade possíveis de serem objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado.

4.2.4. Ele tem caráter continuado, pois sua interrupção pode comprometer a continuidade das atividades da Administração e necessita manter a contratação por mais de um exercício financeiro, continuamente. E deve ser executado sem dedicação exclusiva de mão de obra, em função das características inerentes ao serviço e da metodologia adotada.

4.2.5. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.2.6. O serviço refere-se à atividade de apoio e à realização das atribuições institucionais, podendo ser terceirizado diante da inexistência de cargo com as atribuições pertinentes, no quadro de pessoal.

4.2.7. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço global, tendo em vista a natureza do serviço e a exatidão do quantitativo demandado para a execução contratual do objeto.

4.2.8. Os serviços deverão iniciar, pelo prazo de 5 (cinco) anos, podendo ser estendida por mais de um exercício financeiro, prorrogável regularmente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, tendo como benefício direto da contratação, a efetiva manutenção da prestação do serviço público.

4.2.9. Não há necessidade de a CONTRATADA promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, tendo em vista que a prestação de serviço é comum.

4.2.10. Os serviços serão executados nos seguintes endereços: Avenida Rodrigues Alves, nº 20-20, Vila Cardia, Bauru/SP e Praça Dom Pedro II, nº 3-20, Centro, Bauru/SP.

### **4.2.11. Todos os materiais e/ou peças necessárias à execução dos serviços deverão ser adquiridos e fornecidos pela CONTRATADA, por conta do valor contratado.**

4.2.12. A licitante deverá comprovar aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto do Termo de Referência - TR, por meio de apresentação de, no mínimo, 1 (um) atestado de Capacidade Técnica não superior a 3 (três) anos em nome da matriz ou da filial do Contratado, fornecido por Órgão da Administração Pública, empresas públicas ou privadas, onde a empresa tenha prestado serviços de manutenção corretiva e preventiva em Geradores, semelhante ao serviço contratado.

4.2.13. A contratada deverá apresentar, para habilitação, todos os documentos em seu nome e com número do CNPJ e endereço;

4.2.14. Os serviços deverão ser realizados, preferencialmente, dentro do horário do expediente determinado pela CONTRATANTE e compatibilizados com as solicitações e necessidades do órgão, em períodos a serem acordados com a Gestão do Contrato;

4.2.15. A execução dos serviços deverá obedecer rigorosamente: às normas e especificações constantes no Termo de Referência; às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas; às disposições emanadas pelo Governo local; as normas do Corpo de Bombeiros Militar local pertinentes ao tema; as prescrições e recomendações dos fabricantes e normatização da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

4.2.16. A empresa contratada deverá se responsabilizar pela boa execução dos serviços, instruindo seus empregados a realizar os tratamentos interpessoais com urbanidade e bom nível de educação. Zelar pela segurança pessoal e coletiva, utilizando equipamentos próprios quando da execução dos serviços, inclusive EPIs.

4.2.17. A empresa contratada deverá fornecer todos os insumos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos de manutenção aqui especificados. Os custos com peças de reposição, materiais, ferramentas, combustível e equipamentos diversos correrão à conta da Contratada, sem qualquer custo adicional à Contratante.

4.2.18. A empresa contratada deverá confeccionar um plano de manutenção preventiva dos equipamentos componentes dos grupos geradores, e apresentá-lo à fiscalização para aprovação, em um prazo máximo de 30 dias, contado a partir da data de emissão da AS - Autorização de Serviço.

4.2.19. A prestação do serviço consistirá na realização de manutenção preventiva e corretiva nos geradores, bem como o serviço de prontidão, o atendimento às chamadas de emergência, incluindo, mas não se limitando, aos itens relacionados neste Estudo Preliminar e no Termo de Referência.

4.2.20. Para qualquer serviço executado preventivo/corretivo, deverá ser emitido registro dos serviços executados pela Contratada, bem como, devem ser seguidas orientações constantes no manual de fabricação e legislação pertinente.

4.3. A Contratada deverá alocar profissionais altamente especializados para o desenvolvimento dos serviços, com capacidade nas áreas de mecânica de manutenção de máquinas.

4.4. O procedimento licitatório deverá observar em todas as fases as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, inclusive as recomendações quanto à responsabilidade do fornecedor pelo recolhimento e descarte do material utilizado.

4.5. Deverão ser seguidos os seguintes critérios de sustentabilidade baseadas na otimização de recursos e na redução da poluição ambiental, tais como:

4.5.1. A Contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos frascos de aerossol originários da contratação, se for o caso, recolhendo-os ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação ambientalmente adequada.

4.5.2. Treinar periodicamente os empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, observadas as normas ambientais vigentes.

4.5.3. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

4.5.3.1. recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme legislação aplicável ao tema;

4.5.3.2. providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da legislação vigente aplicável ao tema;

4.5.3.3. exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme legislação aplicável ao tema;

4.5.3.4 Não são permitidas, à Contratada, formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias usadas originárias da contratação, tais como: lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado; queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados; lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

4.5.3.5 A Contratada deverá providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada.

4.5.3.6 São proibidas, à Contratada, as seguintes destinações e utilização de resíduos sólidos:

4.5.3.6.1 deposição inadequada no solo;

4.5.3.6.2 deposição em área sob regime de proteção especial e áreas sujeitas a inundação;

4.5.3.6.3 lançamento em sistema de redes de drenagem de água pluviais, de esgoto, de eletricidade, de telecomunicações e assemelhados;

4.5.3.6.4 infiltração no solo sem tratamento prévio e projeto aprovado pelo Órgão de controle ambiental estadual competente;

4.5.3.6.5 utilização para alimentação animal, em desacordo com a legislação vigente;

4.5.3.6.6 utilização para alimentação humana.

4.5.3.7 A Contratada deverá acondicionar os resíduos sólidos para coleta de forma adequada, cabendo-lhe observar os normas municipais que estabelecem as regras para a seleção e acondicionamento dos resíduos no próprio local de origem, e que indiquem os locais de entrega e coleta.

4.5.3.8 A Contratada é obrigada a efetuar o recolhimento do produto ou embalagem dos itens utilizados na execução do serviço, para fins de destinação final ambientalmente adequada, a cargo dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes.

4.5.3.9 Dentre as recomendações voltadas para a sustentabilidade ambiental, a empresa Contratada deverá observar também as seguintes práticas:

4.5.3.9.1 Fornecimento de equipamentos de segurança que se fizerem necessários aos empregados, para a execução de serviços;

4.5.3.9.2 Os materiais e peças empregados não devem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendadas em legislação específica, tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenol-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);

4.5.3.9.3 Todos os eventuais agentes para limpeza que sejam empregados deverão ser notificados ou registrados na ANVISA, conforme determina a legislação vigente.



4.5.4. Desenvolver consciência nos empregados acerca da adoção de procedimentos de separação para o descarte adequado de materiais potencialmente poluidores, tais como detergentes, óleos, lâmpadas, placas de circuitos impressos, pilhas e baterias, em estabelecimentos que os comercializam ou na rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores, conforme disposto na legislação vigente.

4.5.5. Incentivar entre os seus empregados a atividade de separação de resíduos recicláveis descartados pelo órgão, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber.

4.5.6. A Contratada se responsabilizará pelo acondicionamento, transporte e descarte de todos os resíduos produzidos durante a execução contratual, de forma técnica e ambientalmente responsável.

4.5.7. A manutenção dos equipamentos só poderá ser efetuada por funcionários devidamente habilitados, qualificados, treinados, identificados, uniformizados e portando equipamentos de proteção individual (EPI's) adequados.

**4.6. OS SERVIÇOS OBJETO DO CONTRATO CONSISTEM EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS**

**4.6.1. MANUTENÇÃO PREVENTIVA**

4.6.1. A prestação dos serviços preventivos deverá ser realizada QUINZENALMENTE, no horário das 09:00hs às 16:00hs, de acordo com as especificações técnicas do fabricante do equipamento e o roteiro básico estabelecido neste ETP e no TR.

4.6.2. Efetuar testes de segurança, conforme legislação em vigor e normas do fabricante do equipamento.

4.6.3. A manutenção preventiva destina-se a reduzir a possibilidade de ocorrência de defeitos, falha ou irregularidades do grupo gerador e componentes nele instalados.

4.6.4. A Contratada deverá confeccionar um PLANO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA DOS GERADORES e apresentá-lo à fiscalização da Contratante no prazo máximo de 30 dias contados a partir da emissão da Ordem de Autorização para início dos Serviços.

4.6.5. Os serviços preventivos, no que couber, devem ser, no mínimo, os abaixo descritos:

TABELA DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA	
Grupo Geradores - MOTOR DIESEL	
PARA GERADOR, NO MÍNIMO:	
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	PERIODICIDADE
Limpeza do filtro de ar.	
Manutenção da bateria de partida	
Drenagem do tanque de óleo diesel (condensações)	
Abastecimento de óleo diesel, se necessário.	
Retirada de vazamentos.	
Limpeza externa do radiador.	

Verificação do nível do líquido de arrefecimento (completar se necessário).  Funcionamento e teste.  Inspeção da bomba injetora  Limpeza do gerador  Manutenção da placa eletrônica do regulador de tensão.  Manutenção e lubrificação dos rolamentos de esfera.  Manutenção dos diodos do gerador.  Reaperto dos acoplamentos.  Reaperto geral das conexões dos cabos elétricos.  Eliminação de pontos de ferrugens e corrosão	MENSAL
Reaperto geral do motor.  Reaperto dos cabeçotes.  Calibragem de válvula (se necessário).	SEMESTRAL
Troca do óleo lubrificante.  Troca dos filtros de óleo lubrificante.  Troca do filtro de óleo diesel.  Troca do filtro de ar (se necessário).	ANUAL

PARA QUADRO DE COMANDO AUTOMÁTICO, NO MÍNIMO	
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	PERIODICIDADE
Manutenção dos instrumentos de medição.  Manutenção do carregador flutuador de bateria.  Limpeza geral das partes internas  Reaperto geral do quadro de comando automático.  Programação e configuração do módulo de controle automático.  Eliminação de pontos de ferrugens e corrosão.	MENSAL

#### 4.6.6. MANUTENÇÃO CORRETIVA

4.6.6.1. A contratada deverá atender ao chamado da CONTRATANTE para regularizar anormalidade de funcionamento, procedendo à manutenção corretiva, substituindo e/ou reparando PEÇAS, PARTES, INSUMOS, COMPONENTES, segundo critérios técnicos, software de programação, componentes eletrônicos, elétricos, mecânicos e hidráulicos, necessários à recolocação do equipamento em condições normais de funcionamento, utilizando peças genuinamente fabricadas e testadas pelos fabricantes dos componentes do equipamento.

4.6.6.2. Os registros dos chamados serão feitos através de Ordens de Serviço, enviadas por e-mail, ou, ainda, outra forma de contato disponibilizada pela Contratada, podendo ser por mensagem de WhatsApp.

4.6.6.3. Serviços que envolvam modificação, remoção, substituição, inserção de componentes em placas, devem ser adequadamente realizados, obedecendo as especificações dos fabricantes e as normas vigentes, para garantir a qualidade do serviço de soldagem e montagem dos circuitos eletrônicos.

4.6.6.4. Todas as peças, materiais, ferramentas e acessórios necessários para realizar o conserto deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, não sendo gerado, por este fato, acréscimo no valor contratado.

4.6.6.5. A CONTRATANTE se reserva o direito de fazer quantos chamados de emergência e manutenção corretiva forem necessários sem nenhum ônus adicional.

**4.6.6.6. O restabelecimento do perfeito funcionamento dos equipamentos deverá ocorrer em até 12 (doze) horas consecutivas, a contar do registro dos chamados, quando houver necessidade de troca de peças ou componentes, ressalvados os casos devidamente justificados pela Contratada e aceitos pelo Contratante.**

**4.6.6.7. Para os chamados de manutenção corretiva que não demandem peças, insumos ou materiais, a CONTRATADA deverá restabelecer o funcionamento em até 4 (quatro) horas a contar do registro dos chamados.**

## 5. Levantamento de Mercado

5.1. Diante da necessidade já vastamente descrita e da indisponibilidade de outras soluções, concluiu-se que a alternativa de mercado que atende a presente demanda é a contratação de empresa especializada (terceirização) para prestação dos serviços.

5.2. Foi realizada pesquisa acerca dos possíveis prestadores de serviços, que atenderiam a necessidade da contratação: Pesquisou-se no Portal do COMPRAS.GOV.BR onde foi constatado a participação de diversas empresas prestadoras deste tipo de serviço, no território nacional.

5.3. Verifica-se que a solução pretendida é adotada por entidades públicas locais, regionais e nacionais. Foram avaliados especialmente fatores relacionados ao dimensionamento da solução, produtividade, periodicidade, estimativa de preços, critérios de sustentabilidade e fiscalização, a fim de inserir os critérios cabíveis ao contexto da Contratante.

5.4. De forma a definir a melhor solução técnica para atender a necessidade da Delegacia Seccional de Polícia de Bauru foram analisadas diferentes metodologias de contratação praticados no mercado e suas principais características, conforme apresentado a seguir:

Primeiro cenário

Contratar o posto de trabalho, sendo a CONTRATANTE responsável pelo fornecimento de peças, materiais consumíveis, equipamento de proteção individual e coletivo, além do fornecimento de combustível.

Segundo cenário

Contratação por posto de trabalho com fornecimento pela CONTRATADA de todo equipamento, ferramentas, insumos, materiais, combustível e serviços eventuais necessários a execução do objeto licitado, utilizando planilha de custos para o pagamento dos materiais empregados e o IMR (Instrumento de Medição de Resultado) para pagamento dos serviços;

Terceiro cenário

Contratação sem mão de obra exclusiva, sendo a Contratada responsável pelo fornecimento das ferramentas, equipamentos, insumos, materiais, combustível e serviços eventuais necessários à execução do objeto licitado. As manutenções preventivas ocorrerão conforme programação previamente definida. Já as corretivas, os acionamentos serão mediante a necessidade, com acionamento da contratada através de contato telefônico e e-mail e solicitação de abertura Ordem de Serviço.

### **Conclusão após análise dos cenários**

O primeiro cenário é inviável. O objeto do contrato são apenas 2 geradores, tornando inviável manter um profissional para a demanda apresentada. Outra situação a ser apontada é que a contratante não possui recursos (humanos e espaço físico) para gerir o processo de compras, controle de estoque e fornecimento de peças, materiais consumíveis, equipamento de proteção individual e coletivo. A não aquisição de materiais em tempo hábil por parte da Contratante, ocasionaria em atrasos na execução do serviço e compartilhamento de responsabilidades, podendo culminar em conflitos, visto que a contratante fornece os materiais e a contratada executa, sendo que

esta última possui prazos definidos em contrato para conclusão das ordens de serviço.

O segundo cenário contempla mão de obra com dedicação exclusiva e fornecimentos de peças, materiais consumíveis, combustível, ferramentas, equipamento de proteção individual e coletivo pela contratada. Todavia, a Contratante não possui grande quantidade de geradores que exijam monitoramento e operação 24 horas que justifique um funcionário terceirizado dedicado e em tempo integral. Estima-se que neste cenário o funcionário ficaria maior parte do tempo ocioso.

O terceiro cenário não necessita de mão de obra dedicada e exclusiva, as manutenções preventivas são previamente agendadas e as corretivas executadas sob demanda e mediante aprovação prévia da fiscalização. Nesta opção, é possível acompanhar as manutenções e controlar de forma eficiente o emprego das peças, realização dos serviços e execução dos prazos, levando em consideração a utilização do Instrumento de Medição de Resultado – IMR para pagamento dos serviços.

Diante do acima exposto, após análise dos cenários, sugere-se que a Contratação seja no formato de contratação de empresa para prestação dos serviços, de forma contínua, sem mão de obra exclusiva, com fornecimento de peças;

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. Buscando atender as necessidades da Contratante conforme já fundamentado até o momento, avaliou-se como a melhor forma de contratação a opção 3 apresentada no capítulo anterior: contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva de gerador, incluindo o fornecimento de peças, insumos, combustível e acessórios, sem fornecimento de mão de obra exclusiva, sendo a Contratada responsável pelo fornecimento das ferramentas, equipamentos, combustível, EPIs, peças, componentes, materiais e serviços eventuais necessários à execução do objeto licitado.

6.2. A empresa especializada contratada fornecerá mão de obra sem dedicação exclusiva para atendimento das manutenções preventivas e corretivas dos geradores, conforme disposto a seguir:

6.2.1. MANUTENÇÃO PREVENTIVA - As manutenções devem ser executadas com base no plano de manutenção Manutenção Preventiva do gerador (ANEXO II) e incluir as recomendações do fabricante, normas e legislações vigentes e boas práticas de manutenção.

6.2.1.1. No (ANEXO II) foram listadas as atividades mínimas preventivas a serem cumpridas pela contratada, de forma exemplificativa. Além dos serviços acima, caberá à Contratada incluir e executar outras atividades que identificar como necessárias, tendo como referência as boas práticas de manutenção, instruções dos fabricantes, recomendações provenientes de normas técnicas e legislações vigentes, para atender a satisfatória manutenção e perfeito funcionamento dos geradores.

6.2.2. MANUTENÇÃO CORRETIVA - A manutenção corretiva tem por objeto todos os procedimentos necessários para restaurar os geradores para o seu perfeito estado de funcionamento, compreendendo, inclusive, substituições de peças defeituosas e ajustes necessários, conforme os manuais e normas técnicas específicas para os equipamentos.

6.2.2.1. Os serviços de manutenções corretivas serão realizados sempre que houver emissão de ordem de serviço, cuja motivação seja a abertura de um chamado por parte da CONTRATANTE ou forem detectados problemas pelo técnico da contratada quando da realização das manutenções preventivas. Neste caso, o técnico de manutenção já deverá executar o reparo necessário para deixar o gerador em pleno funcionamento.

6.2.2.2. A Contratada deverá fornecer todas as peças que deverão ser originais ou genuínas. Todo o custo com peças, insumos, materiais, ferramentas e mão de obra devem ser computadas pela CONTRATADA ao apresentar a proposta, visto que nenhum valor poderá ser cobrado de forma adicional.

6.3. As informações dispostas neste estudo, e eventuais complementações da caracterização do objeto no Termo de Referência, são os parâmetros necessários para a fase de seleção e gestão contratual, no intuito de garantir a contratação de empresa que venha a atender à necessidade e produzir os resultados pretendidos.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
	Contratação de empresa especializada em manutenção técnica preventiva, corretiva e emergencial com monitoramento /gerenciamento remoto de grupos			

1	<p>diesel de Geradores de Emergência, incluindo o fornecimento e substituição de partes e peças, sendo um instalado na CPJ Bauru e outro na DELSECPOL Bauru</p> <p>A Contratada deverá prever no custo unitário mensal todos os custos com materiais, peças, insumos, ferramentas, componentes, abastecimento, motor, mão de obra para manter o equipamento gerador em pleno funcionamento durante a vigência contratual</p> <p>Combustível: DIESEL 170 KVA  75KVA</p>	2356	UNIDADE	2
---	--	------	---------	---

#### 7.1. UNIDADE DE MEDIDA

7.1.1. A unidade de medida utilizada na solução da contratação do serviço é de unidade de equipamento e o período de medição é mensal, tendo em vista a metodologia adotada.

#### 7.2. SOBRE A ESTIMATIVA

7.2.1. Trata-se da contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, em 2 (dois) grupos geradores automáticos de emergência, MOTOR DIESEL, sendo um de 170 KVA que atende a Central de Polícia Judiciária de Bauru e outro de 75 KVA que atende a Delegacia Seccional de Polícia de Bauru.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 456.000,00

8.1. A estimativa de preços foi levantada por meio de pesquisa realizada no Portal de Compras do Governo Federal (Painel de Preços), conforme Mapa Comparativo de Preços anexado ao processo.

8.2. O custo estimado da contratação é de R\$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais) mensais, para o contrato dos serviços de manutenção preventiva, corretiva, emergencial e gerenciamento/monitoramento remoto dos 02 geradores, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, perfazendo o valor total anual estimado de R\$ 91.200,00 (noventa e um mil e duzentos reais) e valor total para 60 meses de R\$ 456.000,00 (quatrocentos e cinquenta e seis mil reais), cuja obtenção desse valor se deu pela média dos valores obtidos na pesquisa de preço, conforme Mapa de Consolidação das Pesquisas (SEI nº 058.00121204/2024-67).

8.3. Adotou-se o preço unitário médio mensal único, independentemente do modelo do equipamento, tendo em vista os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da eficiência.

8.4. A estimativa de preço da contratação para os serviços de manutenção preventiva, corretiva e gerenciamento/monitoramento remoto dos geradores, com fornecimento de peças, foi obtida através da consulta dos preços referenciais através de Pesquisa de Preços no portal Gov.br mediante contratações similares de outros entes públicos.

8.5. Como praticamente impossível de conseguirmos individualizar o preço da manutenção para equipamento idêntico, utilizamos a média, como referência. Desta feita, ao apresentarmos o valor da estimativa para os nossos grupos geradores, idealizamos com isto, a obtenção do valor global, mensal, para balizar nossa licitação e poder formar o preço do contrato.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1.1. O serviço a ser contratado é tratado de forma indivisível, ou seja, corresponderá a 1 (um) item a ser licitado. A indivisibilidade é caracterizada pela inviabilidade de algum tipo de parcelamento do serviço a ser prestado, de vez se tratar da manutenção mensal de 02 (dois) equipamentos.

9.1.2. Conforme o inciso II, § 3º do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, e embora a regra seja a divisão do objeto em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, buscando o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala, opta-se pelo agrupamento em único lote.

9.1.2. A opção pelo agrupamento se faz pela adequação e economia na gestão, inter-relação da execução, de modo a permitir ao contratado, por sua vez, realizar uma gestão centralizada do contrato e respectiva garantia de qualidade.

9.1.3. Dessa forma, a execução por mais de uma empresa poderá resultar em atrasos ou execução parcial do objeto, acarretando interrupção temporária dos serviços e acarretar significativos problemas à Contratante, bem como à população que utiliza os serviços policiais.

9.1.4. A natureza do objeto não admite o parcelamento do objeto, devendo a adjudicação ser feita a um único licitante vencedor.

9.1.5. A recomendação do Tribunal de Contas da União é a realização da licitação por itens, de forma fracionada, sempre que econômica e tecnicamente viável, em consonância com os preceitos inseridos na Súmula 247 da referida Corte.

9.1.6. A despeito da orientação, ou seja, a divisão por itens, tantos quanto possíveis, a formação de grupos pode e deve ser utilizada quando a natureza do objeto da licitação condiciona tecnicamente a contratação de forma conjunta ou que possibilite maiores vantagens econômicas em função da escala.

9.1.7. Se os serviços não forem agrupados, ter-se-ia empresas distintas executando, ao mesmo tempo, o objeto da licitação. Tal fato poderia gerar atrasos, onerar o certame e sobrecarregar as equipes de fiscalização dos contratos, comprometendo o resultado final dos trabalhos, por não perseguir a proposta mais vantajosa para a Administração.

9.1.8. Diante disso, a licitação será realizada agrupando itens, tornando a contratação coerente tecnicamente e economicamente mais viável, **uma vez que a empresa prestará os serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como emergencial, com fornecimento de peças nos 02 geradores**, sendo 01 instalado na Central de Polícia Judiciária de Bauru e 01 instalado na Delegacia Seccional de Polícia de Bauru. Isso também reduz o custo administrativo de gerenciamento do processo de contratação e reúne condições para que o fornecedor, pelas características da contratação, ofereça preços menores e mais vantajosos para a Administração.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se verificam contratações correlatas e/ou interdependentes para viabilidade e contratação desta demanda.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Considerando que os geradores estão instalados na Central de Polícia Judiciária de Bauru e na Delegacia Seccional de Polícia de Bauru, tratando-se de contratação nova para os dois grupos de geradores, o objeto do presente Estudo Técnico Preliminar está previsto no Plano Plurianual de Contratações do ano de 2026.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Com esta contratação espera-se que sejam atendidas as necessidades de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças dos geradores instalados na Central de Polícia Judiciária e na Delegacia Seccional de Polícia de Bauru, por meio da contratação de empresa especializada, garantindo assim a manutenção da energia em caso de interrupção de energia elétrica, a fim de possibilitar a continuidade da prestação do serviço policial.

12.2. Os resultados pretendidos com esta contratação serão os benefícios diretos revertidos à Contratante em função da prestação efetiva de serviços que não consegue realizar de forma direta, por falta de servidores no quadro.

12.3. Com a presente contratação busca-se a execução dos serviços de manutenção conforme especificações técnicas, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além do fornecimento de peças de reposição, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas qualidades e quantidades necessárias para manter os geradores em perfeito funcionamento, visando o bom andamento dos serviços prestados por esta Contratante.

12.4. Com os serviços de manutenção preventiva e corretiva, os equipamentos, grupo geradores automático de emergência, terão um funcionamento regular e com segurança.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1. Realização de processo licitatório, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a escolha de empresa especializada para a execução dos serviços. O Pregão será tradicional, por tratar-se de demanda específica e contínua.

13.2. Necessário providenciar fácil acesso dos empregados da contratada aos locais onde os equipamentos estão instalados. Se o local for fechado com porta ou cadeado, cópia da chave deverá estar disponível no atendimento da Contratante, otimizando o tempo de serviço dos técnicos de manutenção, ao evitar-se viagens infrutíferas devido encontrar a cabine fechada.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Os serviços a serem contratados devem possuir critérios e práticas de sustentabilidade em relação aos materiais e produtos a serem empregados, bem como a previsão da adequada execução a fim de atender as demandas sem infringir a legislação ambiental aplicável. A Contratada deverá racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes, informando, se for o caso, o tratamento adotado para o recolhimento dos resíduos; substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; os materiais empregados pela empresa deverão atender a melhor relação entre custo benefício, considerando os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto.

14.2. Assim, não se vislumbra qualquer tipo de impacto ambiental nocivo com a contratação, pois os tipos de serviços a serem prestados não resultarão na modificação de espaços físicos e/ou edificações.

14.3. De modo geral, os resíduos produzidos com a manutenção dos equipamentos serão recolhidos pela contratada, que se responsabilizará pelo seu acondicionamento, transporte e descarte, de forma técnica e ambientalmente responsável.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. De acordo com o exposto neste ETP o serviço a ser contratado, torna-se indispensável se tratando de serviço essencial a ser prestado para melhoria no atendimento às necessidades da Central de Polícia Judiciária de Bauru e da Delegacia Seccional de Polícia de Bauru. Os estudos preliminares evidenciaram que a solução descrita, ou seja, a contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção de geradores, mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária.

15.2 A Equipe de Planejamento se posiciona pela VIABILIDADE e RAZOABILIDADE da realização de contratação, na forma proposta e visando à consecução da solução detalhada neste estudo, para atendimento à necessidade manifestada pela área requerente no Documento de Formalização de Demanda autuado ao processo.

15.3. Assim, declaramos a viabilidade da contratação e recomendamos a aquisição dos serviços conforme proposto.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ANGELICA ZEM GIMENEZ RODRIGUES GOMES**

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 04/02/2026 às 15:36:22.





## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I - CARACTERÍSTICAS DO GRUPO GERADOR.pdf (441.52 KB)
- Anexo II - ANEXO II - MANUTENÇÃO PREVENTIVA - EXEMPLIFICATIVA.pdf (596.01 KB)

# **ANEXO I**

**CARACTERÍSTICAS DOS GRUPOS GERADORES**

### **GERADOR DA DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE BAURU**

Endereço: Av. Dom Pedro II, 3-20, Centro, Bauru – SP – tel.: (14) 3224-3388

Características:

GERADOR: PERKINS

MOD.: 1103A-33TG1

POTENCIA: 75 Kva

COMBUSTÍVEL: DIESEL

### **GERADOR DA CENTRAL DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DE BAURU**

Endereço: Av. Rodrigues Alves, 20-20, Vila Cardia, Bauru – SP

Características:

GERADOR: PERKINS

POTENCIA: 170 Kva

COMBUSTÍVEL: DIESEL

# **ANEXO II**

## **PLANO DE MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E CONTROLE - PMOC**

### **GERADOR**

**MODELO EXEMPLIFICATIVO DE ALGUNS SERVIÇOS E PERIODICIDADE. A OBRIGAÇÃO DE ELABORAÇÃO DO PMOC É INTEIRAMENTE DA CONTRATADA QUE DEVERÁ ELABORAR NO PRAZO MÁXIMO DE 30 DIAS A CONTAR DA ASSINATURA DO CONTRATO, DEVENDO PREVER, NO MÍNIMO, A ROTINA A SEGUIR PARA CADA GERADOR:**

## **ANEXO I - PLANO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA**

Este anexo define o roteiro mínimo de atividades que a empresa contratada deverá executar nas manutenções preventivas dos grupos geradores.

### **Quinzenalmente**

#### **Com o equipamento DESLIGADO**

- Inspeção visual no grupo gerador e QTA sobre condição de operação (automático) e se há falhas/alarmes nos IHMs;
- Verificar nível do óleo lubrificante, completando se necessário;
- Verificar nível de líquido de arrefecimento, completando se necessário;
- Inspeccionar se há vazamentos de água, óleo ou combustível;
- Drenar o filtro separador de água (Racor), quando houver;
- Limpeza do filtro da bombinha manual de combustível;
- Verificar o funcionamento do sistema de pré-aquecimento;
- Verificar o nível de combustível do tanque e completar, se necessário. Anotar no check-list o volume preenchido;
- Anotar o horímetro na Ordem de Serviço;
- Medir a tensão das baterias;
- Verificar o funcionamento do carregador de bateria (flutuador);
- Ligar o gerador em vazio por aprox. 10-15 min.

#### **Com o equipamento Ligado:**

- Mudar o modo de operação para "manual" e ligar o gerador em vazio por aprox. 10-15 min. Avaliar se a partida do motor diesel ocorreu normalmente na primeira tentativa ou se houve dificuldade;
- Avaliar a condição de funcionamento do motor: rotação contínua a 1.800 rpm e sem falhas ou "engasgos";
- Checar a pressão do óleo do motor;
- Verificar a temperatura da água do sistema de arrefecimento;
- Medir a tensão do gerador nas 3 fases;
- Verificar a frequência do gerador nas 3 fases;
- Verificar se há vazamentos de óleo, combustível e água;
- Desligar o gerador e retomar o modo de operação para "automático"

### **Mensalmente**

#### **Com o equipamento DESLIGADO**

- Inspeção visual no grupo gerador e QTA sobre condição de operação (automático) e se há falhas/alarmes nos IHMs;
- Verificar nível do óleo lubrificante, completando se necessário;
- Verificar nível de líquido de arrefecimento, completando se necessário;
- Inspeccionar a condição física e nível de saturação do(s) elemento(s) filtrante(s) de ar, substituindo-o(s) se necessário;
- Inspeccionar se há vazamentos de água, óleo ou combustível;
- Drenar o filtro separador de água (Racor), se houver;
- Limpeza do filtro da bombinha manual de combustível;
- Verificar o funcionamento do sistema de pré-aquecimento;
- Verificar o nível de combustível do tanque e completar, se necessário.
- Anotar o horímetro na ordem de serviço;
- Verificar no painel da USCA se há registro de alarmes;
- Realizar a limpeza dos bornes da bateria, se encontrar sinais de zinabre;
- Realizar teste de carga das baterias com instrumento específico;
- Verificar se a bateria está dentro da data de validade (24 meses);
- Verificar o funcionamento do carregador de bateria (flutuador);
- Inspeccionar o desgaste e tensionamento da correia do alternador e bomba d'água;
- Inspeção visual na colmeia e caixa do radiador;
- Limpeza e despoeiramento do gerador e seus componentes;
- Limpeza interna e externa do contêiner;

#### Com o equipamento Ligado:

- Mudar o modo de operação para "manual" e ligar o gerador;
- Avaliar se a partida do motor diesel ocorreu normalmente na primeira tentativa ou houve dificuldade. Mantê-lo em funcionamento em vazio por 15 minutos;
- Avaliar a condição de funcionamento do motor: rotação contínua a 1.800 rpm e sem falhas ou "engasgos";
- Checar a pressão do óleo do motor;
- Verificar a temperatura da água do sistema de arrefecimento;
- Medir a tensão do gerador nas 3 fases;
- Verificar a frequência do gerador nas 3 fases;
- Verificar se há vazamentos de óleo, combustível e água;
- Proceder com o reabastecimento, se necessário.

#### **Semestralmente**

#### Com o equipamento DESLIGADO

- Inspeção visual no grupo gerador e QTA sobre condição de operação (automático) e se há falhas/alarmes nos IHMs;
- Troca do óleo lubrificante do motor e filtros;
- Verificar nível de líquido de arrefecimento, completando se necessário;
- Checar concentração de aditivo com instrumento específico, corrigindo se necessário;
- Inspeccionar se há vazamentos de água, óleo ou combustível;
- Troca dos filtros de combustível e separador de água (se houver);
- Inspeccionar a condição física e nível de saturação do(s) elemento(s) filtrante(s) de ar, substituindo-o(s) se necessário;
- Limpeza do filtro da bombinha manual de combustível;
- Verificar o funcionamento do sistema de pré-aquecimento;
- Verificar o nível de combustível do tanque e completar, se necessário;
- Anotar o horímetro na ordem de serviço;
- Verificar no painel da USCA se há registro de alarmes;
- Realizar a limpeza dos bornes da bateria, se encontrar sinais de zinabre;
- Realizar teste de carga das baterias com instrumento específico;
- Verificar o funcionamento do carregador de bateria (flutuador);
- Inspeccionar o desgaste e tensionamento da correia do alternador e bomba d'água;
- Lubrificar o rolamento da bomba d'água (se aplicável);
- Inspeção visual na colmeia e caixa do radiador para detectar trincas/fissuras e vazamentos;
- Limpeza e despoeiramento do gerador e seus componentes;
- Limpeza interna e externa do contêiner;

Com o equipamento Ligado:

- Mudar o modo de operação para "manual" e ligar o gerador;
- Avaliar se a partida do motor diesel ocorreu normalmente na primeira tentativa ou se houve dificuldade;
- Avaliar a condição de funcionamento do motor: rotação contínua a 1.800 rpm e sem falhas ou "engasgos";
- Checar a pressão do óleo do motor;
- Verificar a temperatura da água do sistema de arrefecimento;
- Medir a tensão do gerador nas 3 fases;
- Verificar a frequência do gerador nas 3 fases;
- Verificar se há vazamentos de óleo, combustível e água;
- Realizar teste de transferência de carga, desde que alinhado previamente com a Unidade. Avaliar o comportamento do gerador: temperatura do motor, pressão de óleo, se há vazamentos de fluidos, frequência, corrente por fase, potência consumida por fase,

percentual de carga, ruídos ou vibrações anormais. Anotar parâmetros para inserir no relatório;

- Proceder com o reabastecimento, se necessário.

#### Anualmente

##### Com o equipamento DESLIGADO

- Inspeção visual no grupo gerador e QTA sobre condição de operação (automático) e se há falhas/alarmes nos IHMs;
- Troca do óleo lubrificante do motor e filtros;
- Verificar nível e condição do líquido de arrefecimento para completar, corrigir a concentração ou substituí-lo;
- Inspeccionar se há vazamentos de água, óleo ou combustível;
- Troca dos filtros de combustível e separador de água (se houver);
- Inspeccionar a condição física e nível de saturação do(s) elemento(s) filtrante(s) de ar, substituindo-o se necessário;
- Limpeza do filtro da bombinha manual de combustível;
- Verificar o funcionamento do sistema de pré-aquecimento;
- Verificar o nível de combustível do tanque e completar, se necessário;
- Anotar o horímetro na ordem de serviço;
- Realizar a limpeza dos bornes da bateria, se encontrar sinais de zinabre;
- Realizar teste de carga das baterias com instrumento específico;
- Verificar o funcionamento do carregador de bateria (flutuador);
- Inspeccionar o desgaste e tensionamento da correia do alternador e bomba d'água;
- Lubrificar o rolamento da bomba d'água (quando aplicável);
- Inspeção visual na colmeia e caixa do radiador para detectar trincas/fissuras e vazamentos;
- Checar o estado de degradação das mangueiras do tanque aos filtros;
- Verificar o estado do silencioso e escapamento de gases quanto a corrosão;
- Verificar o estado das carcaças e material fono-absorvedor dos atenuadores de ruído;
- Desconectar os cabos de força e medir a resistência de isolamento dos enrolamentos do gerador. Anotar valores na OS;
- Limpeza e despoeiramento do gerador e seus componentes;
- Limpeza interna e externa do contêiner e base;

##### No QTA (Quadro de Transferência Automática) desligado:

- Verificar e reapertar as conexões entre as chaves de transferência e os cabos. Observar se há a ocorrência de sobreaquecimento;
- Lubrificar as articulações de disjuntores e chaves;



- Verificar os contatos fixos e móveis das chaves de transferência;
- Verificar os contatos dos contadores auxiliares;
- Verificar o estado dos isoladores dos barramentos;
- Medir e registrar o aterramento do painel e do Grupo Gerador;
- Efetuar limpeza geral do quadro;
- Verificar o estado da pintura externa do painel;
- Efetuar a limpeza geral das canaletas de passagem dos cabos;

Com o equipamento Ligado:

- Mudar o modo de operação para "manual" e ligar o gerador;
- Avaliar se a partida do motor diesel ocorreu normalmente na primeira tentativa ou se houve dificuldade;
- Avaliar a condição de funcionamento do motor: rotação contínua a 1.800 rpm e sem falhas ou "engasgos";
- Checar a pressão do óleo do motor;
- Verificar a temperatura da água do sistema de arrefecimento;
- Medir a tensão do gerador nas 3 fases;
- Verificar a frequência do gerador nas 3 fases;
- Verificar se há vazamentos de óleo, combustível e água;
- Realizar teste de transferência de carga, desde que alinhado previamente com a Unidade. Avaliar o comportamento do gerador: temperatura do motor, pressão de óleo, se há vazamentos de fluidos, frequência, corrente por fase, potência consumida por fase e percentual de carga. Anotar parâmetros para inserir no relatório;
- Proceder com o reabastecimento, se necessário.

# **ANEXO I**

**CARACTERÍSTICAS DOS GRUPOS GERADORES**

### **GERADOR DA DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE BAURU**

Endereço: Av. Dom Pedro II, 3-20, Centro, Bauru – SP – tel.: (14) 3224-3388

Características:

GERADOR: PERKINS

MOD.: 1103A-33TG1

POTENCIA: 75 Kva

COMBUSTÍVEL: DIESEL

### **GERADOR DA CENTRAL DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DE BAURU**

Endereço: Av. Rodrigues Alves, 20-20, Vila Cardia, Bauru – SP

Características:

GERADOR: PERKINS

POTENCIA: 170 Kva

COMBUSTÍVEL: DIESEL

# **ANEXO II**

## **PLANO DE MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E CONTROLE - PMOC**

### **GERADOR**

**MODELO EXEMPLIFICATIVO DE ALGUNS SERVIÇOS E PERIODICIDADE. A OBRIGAÇÃO DE ELABORAÇÃO DO PMOC É INTEIRAMENTE DA CONTRATADA QUE DEVERÁ ELABORAR NO PRAZO MÁXIMO DE 30 DIAS A CONTAR DA ASSINATURA DO CONTRATO, DEVENDO PREVER, NO MÍNIMO, A ROTINA A SEGUIR PARA CADA GERADOR:**

## **ANEXO I - PLANO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA**

Este anexo define o roteiro mínimo de atividades que a empresa contratada deverá executar nas manutenções preventivas dos grupos geradores.

### **Quinzenalmente**

#### **Com o equipamento DESLIGADO**

- Inspeção visual no grupo gerador e QTA sobre condição de operação (automático) e se há falhas/alarmes nos IHMs;
- Verificar nível do óleo lubrificante, completando se necessário;
- Verificar nível de líquido de arrefecimento, completando se necessário;
- Inspeccionar se há vazamentos de água, óleo ou combustível;
- Drenar o filtro separador de água (Racor), quando houver;
- Limpeza do filtro da bombinha manual de combustível;
- Verificar o funcionamento do sistema de pré-aquecimento;
- Verificar o nível de combustível do tanque e completar, se necessário. Anotar no check-list o volume preenchido;
- Anotar o horímetro na Ordem de Serviço;
- Medir a tensão das baterias;
- Verificar o funcionamento do carregador de bateria (flutuador);
- Ligar o gerador em vazio por aprox. 10-15 min.

#### **Com o equipamento Ligado:**

- Mudar o modo de operação para "manual" e ligar o gerador em vazio por aprox. 10-15 min. Avaliar se a partida do motor diesel ocorreu normalmente na primeira tentativa ou se houve dificuldade;
- Avaliar a condição de funcionamento do motor: rotação contínua a 1.800 rpm e sem falhas ou "engasgos";
- Checar a pressão do óleo do motor;
- Verificar a temperatura da água do sistema de arrefecimento;
- Medir a tensão do gerador nas 3 fases;
- Verificar a frequência do gerador nas 3 fases;
- Verificar se há vazamentos de óleo, combustível e água;
- Desligar o gerador e retomar o modo de operação para "automático"

### **Mensalmente**

#### **Com o equipamento DESLIGADO**

- Inspeção visual no grupo gerador e QTA sobre condição de operação (automático) e se há falhas/alarmes nos IHMs;
- Verificar nível do óleo lubrificante, completando se necessário;
- Verificar nível de líquido de arrefecimento, completando se necessário;
- Inspeccionar a condição física e nível de saturação do(s) elemento(s) filtrante(s) de ar, substituindo-o(s) se necessário;
- Inspeccionar se há vazamentos de água, óleo ou combustível;
- Drenar o filtro separador de água (Racor), se houver;
- Limpeza do filtro da bombinha manual de combustível;
- Verificar o funcionamento do sistema de pré-aquecimento;
- Verificar o nível de combustível do tanque e completar, se necessário.
- Anotar o horímetro na ordem de serviço;
- Verificar no painel da USCA se há registro de alarmes;
- Realizar a limpeza dos bornes da bateria, se encontrar sinais de zinabre;
- Realizar teste de carga das baterias com instrumento específico;
- Verificar se a bateria está dentro da data de validade (24 meses);
- Verificar o funcionamento do carregador de bateria (flutuador);
- Inspeccionar o desgaste e tensionamento da correia do alternador e bomba d'água;
- Inspeção visual na colmeia e caixa do radiador;
- Limpeza e despoeiramento do gerador e seus componentes;
- Limpeza interna e externa do contêiner;

#### Com o equipamento Ligado:

- Mudar o modo de operação para "manual" e ligar o gerador;
- Avaliar se a partida do motor diesel ocorreu normalmente na primeira tentativa ou houve dificuldade. Mantê-lo em funcionamento em vazio por 15 minutos;
- Avaliar a condição de funcionamento do motor: rotação contínua a 1.800 rpm e sem falhas ou "engasgos";
- Checar a pressão do óleo do motor;
- Verificar a temperatura da água do sistema de arrefecimento;
- Medir a tensão do gerador nas 3 fases;
- Verificar a frequência do gerador nas 3 fases;
- Verificar se há vazamentos de óleo, combustível e água;
- Proceder com o reabastecimento, se necessário.

#### **Semestralmente**

#### Com o equipamento DESLIGADO

- Inspeção visual no grupo gerador e QTA sobre condição de operação (automático) e se há falhas/alarmes nos IHMs;
- Troca do óleo lubrificante do motor e filtros;
- Verificar nível de líquido de arrefecimento, completando se necessário;
- Checar concentração de aditivo com instrumento específico, corrigindo se necessário;
- Inspeccionar se há vazamentos de água, óleo ou combustível;
- Troca dos filtros de combustível e separador de água (se houver);
- Inspeccionar a condição física e nível de saturação do(s) elemento(s) filtrante(s) de ar, substituindo-o(s) se necessário;
- Limpeza do filtro da bombinha manual de combustível;
- Verificar o funcionamento do sistema de pré-aquecimento;
- Verificar o nível de combustível do tanque e completar, se necessário;
- Anotar o horímetro na ordem de serviço;
- Verificar no painel da USCA se há registro de alarmes;
- Realizar a limpeza dos bornes da bateria, se encontrar sinais de zinabre;
- Realizar teste de carga das baterias com instrumento específico;
- Verificar o funcionamento do carregador de bateria (flutuador);
- Inspeccionar o desgaste e tensionamento da correia do alternador e bomba d'água;
- Lubrificar o rolamento da bomba d'água (se aplicável);
- Inspeção visual na colmeia e caixa do radiador para detectar trincas/fissuras e vazamentos;
- Limpeza e despoeiramento do gerador e seus componentes;
- Limpeza interna e externa do contêiner;

Com o equipamento Ligado:

- Mudar o modo de operação para "manual" e ligar o gerador;
- Avaliar se a partida do motor diesel ocorreu normalmente na primeira tentativa ou se houve dificuldade;
- Avaliar a condição de funcionamento do motor: rotação contínua a 1.800 rpm e sem falhas ou "engasgos";
- Checar a pressão do óleo do motor;
- Verificar a temperatura da água do sistema de arrefecimento;
- Medir a tensão do gerador nas 3 fases;
- Verificar a frequência do gerador nas 3 fases;
- Verificar se há vazamentos de óleo, combustível e água;
- Realizar teste de transferência de carga, desde que alinhado previamente com a Unidade. Avaliar o comportamento do gerador: temperatura do motor, pressão de óleo, se há vazamentos de fluidos, frequência, corrente por fase, potência consumida por fase,

percentual de carga, ruídos ou vibrações anormais. Anotar parâmetros para inserir no relatório;

- Proceder com o reabastecimento, se necessário.

#### Anualmente

##### Com o equipamento DESLIGADO

- Inspeção visual no grupo gerador e QTA sobre condição de operação (automático) e se há falhas/alarmes nos IHMs;
- Troca do óleo lubrificante do motor e filtros;
- Verificar nível e condição do líquido de arrefecimento para completar, corrigir a concentração ou substituí-lo;
- Inspeccionar se há vazamentos de água, óleo ou combustível;
- Troca dos filtros de combustível e separador de água (se houver);
- Inspeccionar a condição física e nível de saturação do(s) elemento(s) filtrante(s) de ar, substituindo-o se necessário;
- Limpeza do filtro da bombinha manual de combustível;
- Verificar o funcionamento do sistema de pré-aquecimento;
- Verificar o nível de combustível do tanque e completar, se necessário;
- Anotar o horímetro na ordem de serviço;
- Realizar a limpeza dos bornes da bateria, se encontrar sinais de zinabre;
- Realizar teste de carga das baterias com instrumento específico;
- Verificar o funcionamento do carregador de bateria (flutuador);
- Inspeccionar o desgaste e tensionamento da correia do alternador e bomba d'água;
- Lubrificar o rolamento da bomba d'água (quando aplicável);
- Inspeção visual na colmeia e caixa do radiador para detectar trincas/fissuras e vazamentos;
- Checar o estado de degradação das mangueiras do tanque aos filtros;
- Verificar o estado do silencioso e escapamento de gases quanto a corrosão;
- Verificar o estado das carcaças e material fono-absorvedor dos atenuadores de ruído;
- Desconectar os cabos de força e medir a resistência de isolamento dos enrolamentos do gerador. Anotar valores na OS;
- Limpeza e despoeiramento do gerador e seus componentes;
- Limpeza interna e externa do contêiner e base;

##### No QTA (Quadro de Transferência Automática) desligado:

- Verificar e reapertar as conexões entre as chaves de transferência e os cabos. Observar se há a ocorrência de sobreaquecimento;
- Lubrificar as articulações de disjuntores e chaves;



- Verificar os contatos fixos e móveis das chaves de transferência;
- Verificar os contatos dos contadores auxiliares;
- Verificar o estado dos isoladores dos barramentos;
- Medir e registrar o aterramento do painel e do Grupo Gerador;
- Efetuar limpeza geral do quadro;
- Verificar o estado da pintura externa do painel;
- Efetuar a limpeza geral das canaletas de passagem dos cabos;

Com o equipamento Ligado:

- Mudar o modo de operação para "manual" e ligar o gerador;
- Avaliar se a partida do motor diesel ocorreu normalmente na primeira tentativa ou se houve dificuldade;
- Avaliar a condição de funcionamento do motor: rotação contínua a 1.800 rpm e sem falhas ou "engasgos";
- Checar a pressão do óleo do motor;
- Verificar a temperatura da água do sistema de arrefecimento;
- Medir a tensão do gerador nas 3 fases;
- Verificar a frequência do gerador nas 3 fases;
- Verificar se há vazamentos de óleo, combustível e água;
- Realizar teste de transferência de carga, desde que alinhado previamente com a Unidade. Avaliar o comportamento do gerador: temperatura do motor, pressão de óleo, se há vazamentos de fluidos, frequência, corrente por fase, potência consumida por fase e percentual de carga. Anotar parâmetros para inserir no relatório;
- Proceder com o reabastecimento, se necessário.

**ANEXO III**

**DESCRIÇÃO**

**EXEMPLIFICATIVA DOS**

**SERVIÇOS DE**

**MANUTENÇÃO PREVENTIVA**

**GERADOR**

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	M	T	S	A
1	Testes de carga	x			
2	Verificação do desempenho do motor	x			
3	Inspeções para detectar vazamentos		X		
4	Verificação do tempo de vida útil da bateria		X		
5	Limpeza do gerador e da área circundante	X			
6	Verificação dos níveis de refrigerante e óleo do motor		X		
7	Verificação do nível do combustível/abastecimento	X			
8	Verificação dos rolamentos e polia esticadora		X		
9	Verificação das folgas das válvulas		X		
10	Verificação de bicos injetores	X			
11	Limpeza de conexões e componentes			X	
12	Troca de filtros		X		
13	Verificação dos níveis de fluído	X			
14	Remoção e troca de peças	X			
15	Avaliação das leituras e indicadores do painel de controle		X		
16	Atualização de componentes			X	
17	Elaboração dos relatórios de manutenção	X			
18	Cumprir rotinas de lubrificação	X			
19	Inspeccionar instalações elétricas (alternador/fusíveis/carregador de bateria/excitatriz do gerador		X		
20	Verificar bomba d'água e bomba de combustível		X		
21	Revisão geral do quadro de comando	X			
22	Verificar acúmulo de sujeira	X			
23	Verificar sinais de corrosão	X			
24	Aquecedor de refrigerante		X		



**ANEXO IV**

**RELAÇÃO DE PEÇAS**

**EXEMPLIFICATIVA**

**GERADOR**

**RELAÇÃO DE PEÇAS, MATERIAIS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS SUSCETÍVEIS DE SUBSTITUIÇÃO (EXEMPLIFICATIVA- o rol e quantidade abaixo é apresentado de forma exemplificativa, sendo que a Contratada deverá fornecer todas as peças, insumos, materiais, ferramentas, componentes elétricos, eletrônicos e mecânicos necessários para manter o GERADOR em pleno funcionamento)**

<b>Item</b>	<b>Descrição da Peça/Componente</b>	<b>Quantidade Estimada/12 meses</b>
1	ÓLEO LUBRIFICANTE	300 L
2	BATERIAS	3
3	FILTROS DE ÓLEO	6
4	FILTROS DE COMBUSTÍVELMOTOR	6
5	FILTROS SEPARADOR DE ÁGUA	6
6	FILTROS DE ÁGUA	6
7	FILTROS DE AR	6
8	FILTROS DE ARREFECIMENTO	6
9	MOTOR	2
10	MANGUEIRAS DE COMBUSTÍVEL	5
11	LUBRIFICADORES	12
12	CORREIAS	8
13	ALTERNADOR	2
14	TERMOSTATO	10
15	BIELAS	2
16	PISTÕES	3
17	ANÉIS DE SEGMENTO	4
18	VIRABREQUINS	2
19	RELÉS	9
20	SENSORES	20
21	PAINEL DE CONTROLE	3
22	VÁLVULAS	70
23	VENTILADOR	2
24	BOMBA DE ÁGUA	1
25	TUBOS DE ESCAPE	5
26	SILENCIADORES	6

**ANEXO V**

**IMR**

## IMR – AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A avaliação da Contratada na prestação dos serviços se faz por meio da análise dos seguintes aspectos:

- Desempenho profissional;
- Desempenho das atividades;
- Gerenciamento

### 1. CRITÉRIOS

No formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços, devem ser atribuídos os valores 3 (três), 1 (um) e 0 (zero) para cada item avaliado, correspondente aos conceitos “Bom”, “Regular” e “Péssimo”, respectivamente:

- Realizado - BOM: 3 (três) pontos;
- Parcialmente realizado - REGULAR: 1 (um) ponto
- Não realizado- PÉSSIMO: 0 (zero) pontos

### 2. CONDIÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Na impossibilidade de se avaliar determinado item, este será desconsiderado e justificado;
- b) Quando atribuídas notas 1 (um) e 0 (zero), a unidade responsável deverá dar ciência à Contratada, em até 10 (dez) dias após a medição do período, visando proporcionar ciência quanto ao desempenho dos trabalhos realizados naquele período de medição e avaliação;
- c) Sempre que a Contratada solicitar prazo visando o atendimento de determinado item, esta solicitação deve ser formalizada, objetivando a análise do pedido pelo gestor do contrato. Nesse período, este item não deve ser analisado.

### 3. COMPOSIÇÃO DOS MÓDULOS

GRUPO 1 – DESEMPENHO PROFISSIONAL	
ITENS DE PONDERAÇÃO	NOTA
Limpeza do ambiente após a conclusão do atendimento	
Manutenções preventivas e corretivas realizadas	
Qualificação profissional	
Gerenciamento/monitoramento remoto executado	
Tempo de execução do atendimento	
Apresentação dos funcionários (uniformes, identificação, EPI's)	
TOTAL	



GRUPO 2 – DESEMPENHO DAS ATIVIDADES	
ITENS DE PONDERAÇÃO	NOTA
Funcionamento e testes dos geradores	
Troca de peças eventuais conforme demanda	
Eficiência do sistema	
Atendimento às ocorrências emergenciais/corretivas	
Emissão do relatório	
TOTAL	

GRUPO 3 – FUNCIONAMENTO DO GERADOR	
SERVIÇO	NOTA
Funcionamento adequado do gerador por todo o mês	
Nível de qualidade do funcionamento	
Número de ocorrências corretivas atendidas	
Fornecimento de peças/combustível	
TOTAL	



GRUPO 4 - GERENCIAMENTO	
ITENS DE PONDERAÇÃO	NOTA
Periodicidade da Supervisão	
Gerenciamento das atividades operacionais	
Atendimento às solicitações e necessidade contratuais	
Salários, benefícios e obrigações trabalhistas	
TOTAL	

NOTA FINAL (somatório das notas totais para os grupos 1, 2, 3 E 4)	
--	--

NOTA FINAL:	Assinatura do Responsável pela fiscalização:	Assinatura do Gestor Contrato

PERCENTUAL DE LIBERAÇÃO	NOTA OBTIDA NA AVALIAÇÃO
Liberação total da fatura	Nota maior ou igual a 47
Liberação de 90% da fatura	Nota maior ou igual a 43 e menor que 47
Liberação de 80% da fatura	Nota maior ou igual a 39 e menor que 43
Liberação de 65% da fatura	Nota maior ou igual a 33 e menor que 39
Liberação de 50% da fatura	Nota menor que 33

RECEBEMOS OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO DE: GERAFORTE GRUPOS GERADORES LTDA		NF-e	
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	NÚMERO	9684
		SÉRIE	1

 <b>GERAFORTE GRUPOS GERADORES LTDA</b>  RUA RIO BRANCO,214. AGUA BRANCA CONTAGEM - MG C.N.P.J./C.P.F. 10.618.016/0001-16 FONE (31)3396-9694 CEP 32371-490	<b>DANFE</b> DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA  0 - ENTRADA 1 - SAÍDA Nº 9684 SÉRIE 1 FOLHA 1/1	 CHAVE DE ACESSO 3124 1210 6180 1600 0116 5500 1000 0096 8411 3510 7640  Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizada
--	---	---

NATUREZA DA OPERAÇÃO Venda Producao do Estabelecimento		NÚMERO PROTOCOLO 131246382019087 23/12/2024 14:46:43	
INSCRIÇÃO ESTADUAL 0011079870091	INSC. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.	CNPJ/CPF 10.618.016/0001-16	

DESTINATÁRIO / REMETENTE			
NOME / RAZÃO SOCIAL SP ENGE CONSTRUTORA LTDA.		CNPJ / CPF 06.117.336/0001-15	DATA EMISSÃO 23/12/2024
ENDEREÇO R MAESTRO CARDIM, 560, CJ 151	BAIRRO / DISTRITO PARAISO	CEP 01323-000	DATA DE ENT / SAI 26/12/2024
MUNICÍPIO SAO PAULO	FONE / FAX (11)93344-5059	UF SP	INSCRIÇÃO ESTADUAL 116931988110
HORA DE SAÍDA 16:00:00			

FATURA / DUPLICATA			
001	23/12/2024	70.500,00	
002	26/01/2025	35.250,00	
003	26/02/2025	35.250,00	

CÁLCULO DO IMPOSTO					
BASE DE CÁLCULO ICMS R\$ 141.000,00	VALOR DO ICMS R\$ 16.920,00	BASE DE CÁLCULO ICMS SUBST. R\$ 0,00	VALOR DO ICMS SUBST. R\$ 0,00	VALOR TOTAL DOS TRIBUTOS R\$ 0,00	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS R\$ 141.000,00
VALOR DO FRETE R\$ 0,00	VALOR DO SEGURO R\$ 0,00	DESCONTO R\$ 0,00	OUTRAS DESPESAS ACES. R\$ 0,00	VALOR DO IPI R\$ 0,00	VALOR TOTAL DA NOTA R\$ 141.000,00

TRANSPORTADOR / VOLUME	
RAZÃO SOCIAL TRANSPORTE E LOGISTICA LUTE LTDA	FRETE POR CONTA 0-Por conta do Remetente (CIF)
ENDEREÇO RUA OITENTA E CINCO, 0	MUNICÍPIO CONTAGEM
QUANTIDADE 1	PESO BRUTO 2500,000
ESPECIE	PESO LIQUIDO 2500,000
MARCA	
NÚMERO	
CÓDIGO ANTT	
PLACA	
UF MG	CNPJ / CPF 44.955.381/0001-38
INSCRIÇÃO ESTADUAL 0042476010049	

QUANTIDADE	ESPECIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LIQUIDO
1				2500,000	2500,000

CÁLCULO DO ISSQN			
INSCRIÇÃO MUNICIPAL 72055567	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS													
CÓD. PROD	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS / SERVIÇOS	NCM / SH	CST	CFOP	UNID	QUANTIDADE	V. UNITÁRIO	V. TOTAL	BC. ICMS	V. ICMS	V. IPI	ALIQ. ICMS	ALIQ. IPI
CGG0170PA ACSAC	GRUPO ELETROGENEO 170KVA CARENADO,MOTOR PERKINS,GERADOR WEG,QUADRO AUTOMATICO.	85021210	000	6101	UN	1,0000	141.000,00	141.000,00	141.000,00	16.920,00		12,00	0,00

DADOS ADICIONAIS	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES  IPI REDUZIDO A 0% CONFORME LEGISLACAO VIGENTE. ICMS REDUZIDO A 12% COM BASE NO SUBITEM 4.12 ITEM 4 PARTE I DO ANEXO I DO RICMS-MG DECRETO 48.589 DE 2023. - PROPOSTA AUTORIZADA N 22738/2024 -SERIE:5507/24 MODELO Motor : PERKINS PP83036 NS B621616K Gerador : GTA251AI24 NS 1100630397 --COND DE PAGAMENTO: SINAL R\$35.250,00 PAGO 10/12/24 - C/EMBARQUE R\$35.250,00 PAGO 23/12/24 - RESTANTE 30/60DDL COM BOLETOS - LOCAL DE ENTREGA: R MAESTRO CARDIM N 560 CJ.151 - PARAISO, SAO PAULO/SP - CEP: 01323-000	RESERVADO AO FISCO

**ANEXO II**

***MINUTA DE TERMO DE CONTRATO***

Vide o arquivo específico em que se encontra o conteúdo deste Anexo (especificado no item 14 deste Edital).

]

**DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE BAURU**

(Processo Administrativo nº 058.00121204/2024-67.)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., CELEBRADO  
ENTRE O ESTADO DE SÃO PAULO POR INTERMÉDIO DA  
DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE BAURU E  
.....

O Estado de São Paulo, por intermédio da DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE BAURU com sede na PRAÇA DOM PEDRO II, Nº 3-20, CENTRO, na cidade de BAURU /Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 04.236.548/0067-12, neste ato representada pelo DR. LUCIANO DE BARROS FARO, DELEGADO SECCIONAL DE POLÍCIA DE BAURU, nomeado(a) pela Portaria emitida pelo Exmo. Sr. Delegado Geral de Polícia em 06 de abril de 2020, publicada no DOE de 07 de abril de 2020, portador da identificação funcional RS/PV nº 11973602-01-03 e inscrito(a) no CPF sob o nº.152.762.998-89, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ..... sediado(a) na ..... doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº....., conforme atos constitutivos da fornecedora OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 9007/2024, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA, EMERGENCIAL E GERENCIAMENTO/MONITORAMENTO REMOTO, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS EM 02 (DOIS) APARELHOS GERADORES, SENDO 01 INSTALADO NA CENTRAL DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DE BAURU E 01 INSTALADO NA DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE BAURU, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL
1	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA, EMERGENCIAL E GERENCIAMENTO/MONITORAMENTO REMOTO DE 02 (dois) GERADORES, DIESEL,	2356	Unidade	2	3.800,00	7.600,00

	SENDO 01 INSTALADO NA CPJ DE BAURU, 170 KVA E 01 INSTALADO NA DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE BAURU DE 75 KVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS (incluindo fornecimento de peças, insumos, componente, materiais, ferramentas, abastecimento e tudo o que for necessário para o perfeito funcionamento do equipamento)					
--	---	--	--	--	--	--

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é o de *empreitada por preço global*.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. *O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) meses, contados da data da emissão da autorização/ordem para início dos serviços, prorrogável por até 10 (dez) anos, a critério do Contratante, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.1.1. *O Contratado poderá se opor à prorrogação de que trata a subdivisão acima, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo Contratante em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.*

2.1.2. *Dentre outras exigências, a prorrogação de que trata a subdivisão acima é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração e em harmonia com os preços do mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido, permitida a negociação com o Contratado, observando-se, ainda, os seguintes requisitos:*

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;*
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;*
- c) Seja juntada justificativa, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;*
- d) Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;*
- e) Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação.*

2.1.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não poderá pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência do Contratante.

2.1.4. Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, custos não renováveis já pagos ou amortizados no âmbito da contratação, quando houver, deverão ser eliminados como condição para a prorrogação.

2.1.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.1.7. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condições resolutivas consubstanciadas:

*I - na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato a partir de sua ocorrência; ou*

*II - na ausência de vantagem para o Contratante na manutenção do contrato, desde que o Contratante comunique ao Contratado a opção pela extinção do contrato com ao menos 2 (dois) meses de antecedência em relação à próxima data de aniversário do contrato, acarretando a extinção do contrato a partir da referida data de aniversário contratual.*

2.1.8. Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas na subdivisão acima desta cláusula, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização. |

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato. |

### **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. |Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual. |

### **5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

5.1. |O valor mensal da contratação é de R\$ ..... (.....), perfazendo o valor total de R\$ .....(....). |

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. |Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado. |

**6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. *Os preços inicialmente ajustados poderão ser repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação do Contratado.*

7.2. *O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:*

- a. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;*
- b. Para os demais custos, decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra): a partir da data da apresentação da proposta.*

7.3. *Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.*

7.3.1. *Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que apostilada.*

7.4. *A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços (art. 135, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).*

7.5. *Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias (art. 135, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).*

7.6. *É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.*

7.7. *Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133, de 2021).*

7.8. *Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a demonstração analítica da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção coletiva ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato que fundamenta a repactuação.*

7.8.1. *A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho visa a repassar integralmente a variação de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.*

7.9. *Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos demais custos, decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), a respectiva variação será apurada mediante a aplicação do índice de reajustamento IPC FIPE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da*

anualidade, observando a data de referência e o interregno mínimo definidos nesta cláusula, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra) a ser reajustada;

I<sup>0</sup> = Índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta ou à data do último reajustamento aplicado;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.9.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.9.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra) será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.9.3. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.9.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), por meio de termo aditivo.

7.10. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.11. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.12. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.13. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.14. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.15. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.16. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.



7.17. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação em até 1 (um) mês, contado a partir da data em que for apresentada, pelo Contratado, solicitação acompanhada de documentação contendo demonstração analítica da variação dos custos a serem repactuados (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º, Lei nº 14.133, de 2021).

7.17.1. O prazo referido na subdivisão anterior não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.18. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.19. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20. Se ocorrer repactuação para valor maior, o Contratado deverá complementar a garantia contratual que tenha sido anteriormente prestada, caso exigida neste instrumento, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.21. Caso ocorra majoração da tarifa de transporte público, será facultada a revisão de item relativo a valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços que constitui parte integrante do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados. Caso sejam preenchidos os requisitos legais, a revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por termo aditivo a este Contrato. |

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 01 (um) mês para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação

motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 01 (um) mês, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do art. 131 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.11. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;*

8.1.12. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes. |

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que

desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;

9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas (art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.1.22. *Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is): Avenida Rodrigues Alves, nº 20-20, Vila Cardia, Bauru/SP, na Central de Polícia Judiciária de Bauru e Praça Dom Pedro II, nº 3-20, Centro, Bauru/SP na Delegacia Seccional de Polícia de Bauru.*

*9.1.22.1. O técnico deverá se deslocar aos locais das repartições, localizadas na Avenida Rodrigues Alves, nº 20-20, Vila Cardia, Bauru/SP e na Praça Dom Pedro II, nº 3-20, Centro, Bauru/SP para a realização das manutenções necessárias.*

9.1.23. *Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo ser exigida do Contratado, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou do novo fornecedor que continuará a execução dos serviços;*

9.1.24. *Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.* |

9.2. Em atendimento à Lei nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estadual nº 69.588, de 2025, o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025.

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do art. 14 e/ou parágrafo único do art. 48 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. *[Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis. ]*

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

11.1. *[Não haverá exigência de garantia contratual da execução. ]*

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa:**

- (1) *[Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;*
- (2) *[Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para suplementação ou reposição da garantia;*
  - a. *[O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;*
- (3) *[Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do item 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato;*

(4) *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do item 12.1, de 10% a 30% do valor do Contrato;*

(5) *Para infração descrita na alínea “b” do item 12.1, a multa será de 20% a 30% do valor do Contrato;*

(6) *Para infrações descritas na alínea “d” do item 12.1, a multa será de 20% a 30% do valor do Contrato;*

(7) *Para a infração descrita na alínea “a” do item 12.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato;*

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021)

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de

direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no art. 1º, § 2º, item 3, do Decreto estadual nº 55.938, de 2010, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto estadual nº 57.159, de 2011, na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando o Contratado for sociedade cooperativa,].

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

I. *Gestão/Unidade: 00001/180299*

II. *Fonte de Recursos: 150010001*

III. *Programa de Trabalho: 180205*

IV. *Elemento de Despesa: 339039*

V. *Plano Interno: 007.008.0209*

VI. *Nota de Empenho:*

14.2. *Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.* |

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

#### **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)**

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento *em 01 (uma) via*, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]. OU [Local], data da última assinatura eletrônica das partes.



---

Representante legal do CONTRATANTE

---

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2- |

**ANEXO III**

**MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA**

**ANEXO III.1**

**MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA**

(...)

**MODELO (S) REFERENTE (S) A PLANILHA DE PROPOSTA**

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MENSAL PARA 02 GERADORES (R\$)	VALOR TOTAL PARA 12 MESES (R\$)	VALOR TOTAL PARA 60 MESES (R\$)
1	<p>Prestação de Serviços Contínuos de Manutenção Técnica Preventiva, Corretiva, emergencial e monitoramento/gerenciamento remoto, <b>incluindo o fornecimento e substituição de partes e peças de 02 (DOIS) geradores de emergência, diesel</b>, sendo 01 instalado na Central de Polícia Judiciária de Bauru/SP e 01 instalado na Delegacia Seccionald e Polícia de Bauru, <b>CONFORME DEFINIÇÃO E DESCRIÇÃO CONTIDA NO TERMO DE REFERÊNCIA.</b></p> <p>Obs: A Contratada deverá prever no custo unitário mensal todos os custos com materiais, peças, insumos, combustível, ferramentas, componentes, abastecimento, motor, mão de obra para manter os equipamentos geradores em pleno funcionamento durante a vigência contratual</p>	2356	UNIDADE	2			

Prazo de validade da proposta é de : (mínimo 90 dias)

A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecida neste Edital e seus anexos.

Data:

Assinatura do responsável:

**ANEXO IV**

**MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)**

**ANEXO IV.1**

**MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**

*(em papel timbrado do licitante)*

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)

**ANEXO V**

**MODELOS REFERENTES À VISTORIA PRÉVIA**

**ANEXO V.1**

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO  
DA LICITAÇÃO PRECEDIDA DE VISTORIA**  
(elaborada pelo licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, e que realizou vistoria prévia no(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação, colhendo todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

\_\_\_\_\_  
(nome/assinatura do representante legal)

**ANEXO V.2**

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

*(elaborada pelo licitante)*

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

\_\_\_\_\_  
(nome/assinatura do representante legal)

**ANEXO V.3**

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA  
CONTRATAÇÃO**

*(elaborada pelo licitante)*

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de responsável técnico de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO que o licitante tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

*(Local e data)*

\_\_\_\_\_  
*(nome/assinatura/qualificação do responsável técnico)*

**ANEXO VI**

**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**



### PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MENSAL PARA 02 GERADORES (R\$)	VALOR TOTAL PARA 12 MESES (R\$)	VALOR TOTAL PARA 60 MESES (R\$)
1	<p>Prestação de Serviços Contínuos de Manutenção Técnica Preventiva, Corretiva, <b>emergencial e</b> monitoramento/gerenciamento remoto, incluindo o fornecimento e substituição de <b>partes e peças de 02 (DOIS) geradores de emergência, diesel</b>, sendo 01 instalado na Central de Polícia Judiciária de Bauru/SP e 01 instalado na Delegacia Seccional de Polícia de Bauru, <b>CONFORME DEFINIÇÃO E DESCRIÇÃO CONTIDA NO TERMO DE REFERÊNCIA.</b></p> <p>Obs: A Contratada deverá prever no custo unitário mensal todos os custos com materiais, peças, insumos, combustível, ferramentas, componentes, abastecimento, motor, mão de obra para manter os equipamentos geradores em pleno funcionamento durante a vigência contratual</p>	2356	UNIDADE	2	R\$ 7.600,00	R\$ 91.200,00	R\$ 456.000,00

**Estimativa de valores do item CATSER 2356 - A descrição sucinta do objeto, estimativa de quantidade e valores da contratação para o item CATSER 2356 – Gerador – Serviço de manutenção preventiva, corretiva e emergencial de grupos diesel de geradores de emergência, com fornecimento de peças, nos termos do contido no Termo de Referência tem um TOTAL estimado mensal mediano de R\$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais)) para 02 geradores, descritos no Termo de Referência.**

O valor total estimado para a contratação é o fornecido pela aferição do melhor preço na composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item nos sistemas oficiais do Governo, no presente caso, **Portal Nacional de Contratação Pública**, cujo relatório detalhado segue anexado.

  
 CAROLINE HETRAS LIMA GOMES DE SÁ  
 INVESTIGADORA DE POLÍCIA

**ANEXO VII**

**AVALIAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS**

## IMR – AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A avaliação da Contratada na prestação dos serviços se faz por meio da análise dos seguintes aspectos:

- Desempenho profissional;
- Desempenho das atividades;
- Gerenciamento

### 1. CRITÉRIOS

No formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços, devem ser atribuídos os valores 3 (três), 1 (um) e 0 (zero) para cada item avaliado, correspondente aos conceitos “Bom”, “Regular” e “Péssimo”, respectivamente:

- Realizado - BOM: 3 (três) pontos;
- Parcialmente realizado - REGULAR: 1 (um) ponto
- Não realizado- PÉSSIMO: 0 (zero) pontos

### 2. CONDIÇÕES COMPLEMENTARES

- Na impossibilidade de se avaliar determinado item, este será desconsiderado e justificado;
- Quando atribuídas notas 1 (um) e 0 (zero), a unidade responsável deverá dar ciência à Contratada, em até 10 (dez) dias após a medição do período, visando proporcionar ciência quanto ao desempenho dos trabalhos realizados naquele período de medição e avaliação;
- Sempre que a Contratada solicitar prazo visando o atendimento de determinado item, esta solicitação deve ser formalizada, objetivando a análise do pedido pelo gestor do contrato. Nesse período, este item não deve ser analisado.

### 3. COMPOSIÇÃO DOS MÓDULOS

GRUPO 1 – DESEMPENHO PROFISSIONAL	
ITENS DE PONDERAÇÃO	NOTA
Limpeza do ambiente após a conclusão do atendimento	
Manutenções preventivas e corretivas realizadas	
Qualificação profissional	
Gerenciamento/monitoramento remoto executado	
Tempo de execução do atendimento	
Apresentação dos funcionários (uniformes, identificação, EPI's)	
TOTAL	

GRUPO 2 – DESEMPENHO DAS ATIVIDADES	
ITENS DE PONDERAÇÃO	NOTA
Funcionamento e testes dos geradores	
Troca de peças eventuais conforme demanda	
Eficiência do sistema	
Atendimento às ocorrências emergenciais/corretivas	
Emissão do relatório	
TOTAL	

GRUPO 3 – FUNCIONAMENTO DO GERADOR	
SERVIÇO	NOTA
Funcionamento adequado do gerador por todo o mês	
Nível de qualidade do funcionamento	
Número de ocorrências corretivas atendidas	
Fornecimento de peças/combustível	
TOTAL	

GRUPO 4 - GERENCIAMENTO	
ITENS DE PONDERAÇÃO	NOTA
Periodicidade da Supervisão	
Gerenciamento das atividades operacionais	
Atendimento às solicitações e necessidade contratuais	
Salários, benefícios e obrigações trabalhistas	
TOTAL	

NOTA FINAL (somatório das notas totais para os grupos 1, 2, 3 E 4)	
--	--

NOTA FINAL:	Assinatura do Responsável pela fiscalização:	Assinatura do Gestor Contrato

PERCENTUAL DE LIBERAÇÃO	NOTA OBTIDA NA AVALIAÇÃO
Liberação total da fatura	Nota maior ou igual a 47
Liberação de 90% da fatura	Nota maior ou igual a 43 e menor que 47
Liberação de 80% da fatura	Nota maior ou igual a 39 e menor que 43
Liberação de 65% da fatura	Nota maior ou igual a 33 e menor que 39
Liberação de 50% da fatura	Nota menor que 33



**Governo do Estado de São Paulo  
Polícia Civil do Estado de São Paulo  
Setor de Finanças**

**DESPACHO**

**Nº do Processo:** 058.00121204/2024-67

**Interessado:** @interessados\_virgula\_espaco@

**Assunto:** SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E EMERGENCIAL DE 01 GERADOR INSTALADO NA CPJ BAURU

Considerando a publicação do Decreto Estadual nº 70.063/2025 que determinou o encerramento do exercício financeiro de 2025 e consequentemente a possibilidade de realização de empenho após o dia 14/11/2025, determinou-se a revogação do certame então deflagrado.

Para fins de regularização do processo, determino a atualização dos artefatos e minutas de edital e contrato para nova deflagração.

Bauru, 30 de janeiro de 2026.

Flávia Regina dos Santos Ueda  
Delegada de Polícia Assistente



Documento assinado eletronicamente por **Flavia Regina Dos Santos Ueda, Delegada de Polícia Assistente**, em 30/01/2026, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.sp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0096406039** e o código CRC **A3727601**.

ESP-DELEG.SECCIONAL DE POLICIA DE BAURU

# Documento de Formalização da Demanda 28/2025

Número do Documento de Formalização da Demanda: 28/2025

## 1. Informações Gerais

Área requisitante	Data da conclusão da contratação	UASG	Editado por
Setor de finanças	30/12/2026 00:00	180299	CAROLINA OLIVA
Descrição sucinta do objeto			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PARA DOIS EQUIPAMENTOS DE GERAÇÃO /TRANSFORMAÇÃO DE ENERGIA, SENDO UM INSTALADO NA DELSECPOL BAURU E OUTRO NA CPJ BAURU.			

## 2. Justificativa de Necessidade

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PARA DOIS EQUIPAMENTOS DE GERAÇÃO/TRANSFORMAÇÃO DE ENERGIA, SENDO UMS INSTALADO NA DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE BAURU E OUTRO NA CENTRAL DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DE BAURU.

O gerador é uma peça crucial para garantir o fornecimento contínuo de energia elétrica, especialmente em situações de falha na rede pública. Sem ele, as Delegacias podem enfrentar os seguintes problemas como: Interrupção de Comunicações: A falta de energia pode afetar os sistemas de comunicação, como telefones, rádios e computadores. Isso dificulta a coordenação entre os policiais e prejudica a resposta rápida a emergências; Inoperância de Equipamentos: Muitos equipamentos essenciais, como computadores, sistemas de vigilância, impressoras e sistemas de armazenamento de dados, dependem de energia elétrica. Sem o gerador, esses dispositivos podem ficar inoperantes, afetando a eficiência das operações; Segurança: A falta de energia pode comprometer a segurança dos detidos e dos próprios policiais. Sistemas de controle de acesso, iluminação e câmeras de segurança podem falhar, criando um ambiente propício para incidentes indesejados; Investigações e Procedimentos:

A polícia judiciária realiza investigações e procedimentos relacionados a infrações penais. Sem energia, a realização de interrogatórios, registros de ocorrências e análises de evidências pode ser prejudicada.

## 3. Materiais/Serviços

### 3.1 Materiais

Nenhum material incluído.

### 3.2 Serviços

Nº do item	Grupo	Descrição	Qtd	Val. unit. (R\$)	Val. total (R\$)
1	Serviços De Manutenção E Reparo De Produtos Fabricados De Metal, Maquinaria E Equipamentos	Manutenção de Grupos Diesel Gerador de Emergência	12,00	18.000,00	216.000,00

## 4. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CAROLINE HEIRAS LIMA GOMES DE SA

Equipe de apoio

5. Acompanhamento

Id Acompanhamento	Responsável	Data
1 PRAZO EM CONFORMIDADE COM OS TERMOS DO DECRETO ESTADUAL 67.689/2023.	CAROLINA OLIVA	28/04/2025 11:09

6. Relacionamentos

Nenhum relacionamento encontrado.



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO  
Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo – Interior – DEINTER 4 – BAURU  
Delegacia Seccional de Polícia de Bauru – "Dr. Evandro Ruivo"  
Seção de Finanças - U.G.E. 180299

## DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

**PREGÃO Nº 90015/2025**  
(Processo SEI nº 058.00121204/2024-67)

### INFORMAÇÕES BÁSICAS:

Número do Artefato: 01/2025  
UASG 180299 - DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE BAURU  
Editado por: BIANCA ARAUJO E SILVA  
Atualizado em 04/11/2025

### OUTRAS INFORMAÇÕES

Categoria: Serviços sem mão de obra exclusiva  
Número da Contratação:  
Processo Administrativo: 058.00121204/2024-67

### INFORMAÇÕES PRELIMINARES:

#### REQUISITANTE

Órgão: DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE BAURU
Sector Requirante (Unidade/Setor/Departamento): SETOR DE FINANÇAS
Responsável pela demanda: BIANCA ARAUJO E SILVA Matricula: 458.158.828-60 E-mail: <a href="mailto:materiais.secbauru@policiacivil.sp.gov.br">materiais.secbauru@policiacivil.sp.gov.br</a> Telefone: (14) 3227-8706

DATA PRETENDIDA PARA A CONCLUSÃO DA CONTRATAÇÃO: 25/11/2025

PREVISÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO, APÓS A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO: 05 anos,  
prorrogáveis por mais 05 anos





GRAU DE PRIORIDADE DA CONTRATAÇÃO: MÉDIO – TENDO EM VISTA QUE A PRESENTE CONTRATAÇÃO VISA GARANTIR O FUNCIONAMENTO DO APARELHO DE GERADOR INSTALADO NO PRÉDIO DA CENTRAL DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DE BAURU, OBJETIVANDO MANTER A ENERGIA ELÉTRICA, EM ESPECIAL AO PLANTÃO POLICIAL, PARA CASOS EM QUE A ENERGIA FOR INTERROMPIDA, A FIM DE POSSIBILITAR A CONTINUIDADE DO TRABALHO POLICIAL.

#### 1. DESCRIÇÃO SUCINTA DO OBJETO

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS, SEM MÃO DE OBRA EXCLUSIVA, **DE MANUTENÇÃO TÉCNICA PREVENTIVA, CORRETIVA E EMERGENCIAL DE GERADOR**, COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA, **INCLUINDO O FORNECIMENTO E A SUBSTITUIÇÃO DE PARTES, PEÇAS, INSUMOS, ACESSÓRIOS E COMBUSTÍVEL** DE 02 APARELHOS GERADORES, SENDO 01 GERADOR DE 170 KVA, DIESEL, INSTALADO NO PRÉDIO DA CENTRAL DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DE BAURU, LOCALIZADO NA AVENIDA RODRIGUES ALVES, Nº 20-20, VILA CARDIA, BAURU/SP E 01 APARELHO DE GERADOR INSTALADO NA DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE BAURU, 75 KVA, DIESEL, MARCA PERKINS, NOS TERMOS DA TABELA ABAIXO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL (ESTIMADO) MENSAL
1	Serviços contínuos de manutenção técnica preventiva, corretiva e emergencial com monitoramento/gerenciament o remoto de grupos diesel de Geradores de Emergência, incluindo o <b>fornecimento e substituição de partes e peças, sendo um instalado na CPJ Bauru e outro na DELSECPOL Bauru</b> A Contratada deverá prever no custo unitário mensal todos os custos com materiais, peças, insumos, ferramentas, componentes, abastecimento, motor, mão de obra para manter o equipamento gerador em	2356	UNIDADE	2	R\$ 6.400,00	R\$ 12.800,00



	pleno funcionamento durante a vigência contratual					
TOTAL GERAL ESTIMADO PARA 12 MESES =						R\$ 153.600,00
TOTAL GERAL ESTIMADO PARA 30 MESES						R\$ 384.000,00

- 1.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

## 2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

A Delegacia Seccional de Polícia de Bauru e a Central de Polícia Judiciária contam com aparelhos de geradores diesel para fins de manter o fornecimento de energia e impedir a interrupção na prestação dos serviços policiais essenciais à População.

Atualmente, a Delegacia Seccional de Polícia de Bauru está sem contrato de manutenção preventiva e corretiva de geradores, eis que foi encerrado o último contrato e houve a mudança de prédio da CPJ de Bauru, situada na Avenida Rodrigues Alves, nº 20-20, Vila Cardia, Bauru/SP, tendo tido alteração no equipamento gerador. Assim, se faz necessária a realização de novo processo de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e emergencial em aparelhos de geradores, com fornecimento de peças.

A Polícia Civil do Estado de São Paulo, em especial a Delegacia Seccional de Polícia de Bauru, não conta em seu quadro com servidores capacitados para realização do serviço objeto desta Contratação.

Assim, necessária a terceirização de serviços que não dizem respeito à atividade-fim da Instituição. Com isso, a Contratante se ressentida da falta de pessoal qualificado para atender às suas demandas para a execução do serviço de manutenção de grupos geradores. A contratação do serviço de manutenção de grupo gerador automático de emergência, sem mão de obra exclusiva, visa prover a Contratante de uma prestadora de serviços com pessoal qualificado a manter em pleno funcionamento o equipamento que tem a função de gerar energia elétrica no caso de falta de energia na rede pública.

Com a finalidade de garantir fornecimento contínuo de energia elétrica e diante da possibilidade de falha no fornecimento da rede pública, a Contratante possui dois grupos geradores automáticos de emergência, sendo que um está instalado no prédio da Central de Polícia Judiciária de Bauru e outro na Delegacia Seccional de Polícia de Bauru. Assim, surge a necessidade de contratação do



serviço de manutenção destes equipamentos de salvaguarda.

Somente ter o gerador instalado não é suficiente. Necessário garantir o funcionamento seguro e contínuo destes grupos geradores. Para que seja possível manter a qualidade do equipamento, faz-se necessário a contratação de empresa com experiência e estrutura capazes de manter os grupos geradores, realizando suas manutenções preventivas e corretivas, com a substituição de peças, para que seja evitada a descontinuidade dos serviços.

Por serem prédios em que há atendimento ao público e funcionamento de plantão policial, os aparelhos geradores precisam estar em perfeito funcionamento e prontos para entrarem em ação sempre que necessário, evitando interrupções indesejadas no fornecimento de energia elétrica.

A manutenção adequada também contribui para que os geradores operem com máxima eficiência, resultando em resposta rápida em emergências e melhor desempenho durante o funcionamento normal. Isso é crucial para assegurar a continuidade dos serviços prestados pela Instituição, pois qualquer interrupção no fornecimento de energia elétrica convencional pode ser rapidamente suprimida pelos geradores.

A manutenção regular dos geradores ajuda a prolongar sua vida útil, reduzindo os custos a longo prazo e evitando a necessidade de substituição prematura.

A manutenção de equipamentos é importante para constatar desgaste dos componentes da máquina ao longo do tempo com o propósito de manter o equipamento em boas condições evitando e economizando com uma quebra inesperada.

Realizando as manutenções descritas, obtemos o aumento de vida útil do equipamento. Quando uma peça não está em boas condições de funcionamento, ela sobrecarrega outras peças do equipamento, resultando em um prejuízo maior.

As manutenções preventivas e corretivas pretendem conservar o bem-público e, ainda, zelar pela continuidade da prestação do serviço público e atendimento do Plantão Policial em caso de interrupção da energia elétrica.

O presente documento propõe a contratação dos serviços incluindo peças, em vista aos benefícios oferecidos à Administração que, além de contar com a rapidez no recebimento definitivo dos serviços, evitará vários obstáculos encontrados na aquisição das mesmas como, por exemplo, a não compatibilidade de itens constantes do Catálogo de Materiais que possuem descritivo mesclado entre peças originais e as compatíveis, o tempo que demanda para conclusão de um processo para aquisição de peças e materiais, a falta de conhecimento técnico por parte dos servidores desta Contratante, mesmo quando consulta sites de compras de fabricantes, ocasionando risco de erro no momento da opção do item, gerando desacordos e conflitos com a CONTRATADA entre outros desajustes que contribuem para a mora na efetiva conclusão dos serviços.

Ademais, o fornecimento de peças às expensas da CONTRATADA minimiza o tempo dos geradores permanecerem parados, pois dispensa os procedimentos legais que a Administração Pública



precisa adotar toda vez que houver a necessidade de substituição das mesmas, colaborando assim para a celeridade e economia dos custos processuais.

Os serviços a serem contratados consistem em:

- a) Prestar manutenção preventiva, corretiva e emergencial no gerador, fornecendo peças, acessórios, insumos, componentes, materiais de consumo, combustível necessários à perfeita execução dos serviços dentro dos padrões exigidos pelo fabricante do equipamento e de acordo com as normas técnicas vigentes sem interferir ou prejudicar a rotina das pessoas/usuários que precisam de um ambiente de trabalho com energia.
- b) Realizar inspeções e testes minuciosos, limpeza, regulagem, lubrificação e ajuste geral nos sistemas e instalações, equipamentos mecânicos, elétricos, hidráulicos, com o objetivo de garantir o funcionamento eficiente, econômico e seguro.

O fornecimento de peças por empresa que não seja a executora dos serviços de manutenção pode gerar grandes conflitos de responsabilidade.

A inclusão do fornecimento de peças nos contratos de manutenção de gerador vem sendo utilizado pela Administração Pública, tendo em vista que o uso do equipamento provoca desgastes mecânicos das peças, exigindo atenção da Administração quanto à manutenção preventiva e corretiva.

Diante do exposto, solicitamos a contratação dos serviços nos moldes propostos, visando a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos geradores que porventura apresentarem defeitos, a demandar substituição de peças e reparos, com inclusão de peças, insumos, materiais, limpeza, componentes, combustível e tudo o mais que for necessário para o perfeito funcionamento dos equipamentos, visando, sobretudo, economicidade e eficiência no atendimento às demandas.

### 3. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE E VALORES

A estimativa de quantidades e valores da contratação está prevista no campo 1.

Descrição sucinta do objeto, cujo valor **total** estimado é de R\$ 25.600,00 (vinte e cinco mil e seiscentos reais) para o exercício de 2025.

### 4. VINCULAÇÃO OU DEPENDÊNCIA COM OUTRO DFD

A execução deste DFD não tem dependência prévia com execução de outro DFD.

### 5. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Contratação com base na Lei Federal 14.133/21.

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art.



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO  
Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo – Interior – DEINTER 4 – BAURU  
Delegacia Seccional de Polícia de Bauru – “Dr. Evandro Ruivo”  
Seção de Finanças - U.G.E. 180299

4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.


**Despacho:** Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis.

Bauru, 04 de novembro de 2025.

  
**BIANCA ARAUJO E SILVA**

Requisitante

**Despacho:** Autorizo a contratação, encaminhando ao setor de contratações, conforme proposto.

  
**LUCIANO DE BARROS FARO**  
**DELEGADO SECCIONAL DE POLÍCIA**  
**ORDENADOR DE DESPESAS**  
**UASG 180299**

## ESP-DELEG.SECCIONAL DE POLICIA DE BAURU

**Estudo Técnico Preliminar 3/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 058.00121204/2024-67

**2. Descrição da necessidade**

2.1. A Delegacia Seccional de Polícia de Bauru e a Central de Polícia Judiciária contam com aparelhos de geradores diesel para fins de manter o fornecimento de energia e impedir a interrupção na prestação dos serviços policiais essenciais à População.

2.2. Atualmente, a Delegacia Seccional de Polícia de Bauru está sem contrato de manutenção preventiva e corretiva de geradores, eis que foi encerrado o último contrato e houve a mudança de prédio da CPJ de Bauru, situada na Avenida Rodrigues Alves, nº 20-20, Vila Cardia, Bauru/SP, tendo tido alteração no equipamento gerador.

2.3. Assim, se faz necessária a realização de novo processo de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e emergencial em aparelhos de geradores, com fornecimento de peças

2.4. A Polícia Civil do Estado de São Paulo, em especial a Delegacia Seccional de Polícia de Bauru, não conta em seu quadro com servidores capacitados para realização do serviço objeto desta Contratação.

2.5. Assim, necessária a terceirização de serviços que não dizem respeito à atividade-fim da Instituição. Com isso, a Contratante se ressentida da falta de pessoal qualificado para atender às suas demandas para a execução do serviço de manutenção de grupos geradores. A contratação do serviço de manutenção de grupo gerador automático de emergência, sem mão de obra exclusiva, visa prover a Contratante de uma prestadora de serviços com pessoal qualificado a manter em pleno funcionamento o equipamento que tem a função de gerar energia elétrica no caso de falta de Energia na rede pública.

2.6. Com a finalidade de garantir fornecimento contínuo de energia elétrica e diante da possibilidade de falha no fornecimento da rede pública, a Contratante possui dois grupos geradores automáticos de emergência, diesel, sendo que 01 está sendo instalado no prédio da Central de Polícia Judiciária de Bauru e outro no prédio da Delegacia Seccional de Polícia de Bauru. Assim, surge a necessidade de contratação do serviço de manutenção destes importantes equipamentos de salvaguarda.

2.7. Ocorre que somente ter os geradores instalados não é suficiente. Necessário se faz garantir o funcionamento seguro e contínuo destes geradores. Para que seja possível manter a qualidade dos equipamentos imprescindível a contratação de empresa com experiência e estrutura capazes de manter os grupos geradores em pleno funcionamento, realizando suas manutenções preventivas e corretivas, com a substituição de peças, para que seja evitada a descontinuidade dos serviços.

2.8. Por serem prédios em que há atendimento ao público e funcionamento de plantão policial, os aparelhos geradores precisam estar em perfeito funcionamento e pronto para entrarem em ação sempre que necessário, evitando interrupções indesejadas no fornecimento de energia elétrica.

2.9. Para alcançar com êxito a execução de suas atividades, é necessário que o geradores estejam funcionando adequadamente, visto que a finalidade deste é fornecer energia elétrica em regime de emergência e/ou temporária, em razão de interrupções no fornecimento pela concessionária responsável. Em casos de ausência de fornecimento de energia elétrica ou eventual pane estrutural de cunho elétrico, se os geradores não estiverem em perfeitas condições de funcionamento, as atividades policiais prestadas seriam interrompidas e a Polícia Civil ficaria desassistida.

2.10. A manutenção adequada também contribui para que os geradores operem com máxima eficiência, resultando em resposta rápida em emergências e melhor desempenho durante o funcionamento normal. Isso é crucial para assegurar a continuidade dos serviços prestados pela Instituição, pois qualquer interrupção no fornecimento de energia elétrica convencional pode ser rapidamente suprimida pelo gerador.

2.11. A manutenção regular dos geradores ajudam a prolongar sua vida útil, reduzindo os custos a longo prazo e evitando a necessidade de substituição prematura.

2.12. A manutenção de equipamentos é importante para constatar desgaste dos componentes da máquina ao longo do tempo com o propósito de manter os equipamentos em boas condições evitando e economizando com uma quebra inesperada.

2.13. Realizando as manutenções descritas, obtemos o aumento de vida útil dos equipamentos. Quando uma peça não está em boas condições de funcionamento, ela sobrecarrega outras peças do equipamento, resultando em um prejuízo maior.

2.14. As manutenções preventivas e corretivas pretendem conservar o bem público e, ainda, zelar pela continuidade da prestação do serviço público e atendimento do Plantão Policial em caso de interrupção da energia elétrica.

2.15. O presente documento propõe a contratação dos serviços incluindo peças, em vista aos benefícios oferecidos à Administração que, além de contar com a rapidez no recebimento definitivo dos serviços, evitará vários obstáculos encontrados na aquisição das mesmas como, por exemplo, a não compatibilidade de itens constantes do Catálogo de Materiais que possuem descritivo mesclado entre peças originais e as compatíveis, o tempo que demanda para conclusão de um processo para aquisição de peças e materiais, a falta de conhecimento técnico por parte dos servidores desta Contratante, mesmo quando consulta sites de compras de fabricantes, ocasionando risco de erro no momento da opção do item, gerando desacordos e conflitos com a CONTRATADA entre outros desajustes que contribuem para a mora na efetiva conclusão dos serviços.

2.16. Ademais, o fornecimento de peças às expensas da CONTRATADA minimiza o tempo dos geradores permanecerem parados, pois dispensa os procedimentos legais que a Administração Pública precisa adotar toda vez que houver a necessidade de substituição das mesmas, colaborando assim para a celeridade e economia dos custos processuais.

2.17. Os serviços a serem contratados consistem em:

- a. Prestar manutenção preventiva, corretiva e emergencial no gerador, fornecendo peças, acessórios, insumos, componentes, materiais de consumo, combustível necessários à perfeita execução dos serviços dentro dos padrões exigidos pelo fabricante do equipamento e de acordo com as normas técnicas vigentes sem interferir ou prejudicar a rotina das pessoas/usuários que precisam de um ambiente de trabalho com energia.
- b. Realizar inspeções e testes minuciosos, limpeza, regulagem, lubrificação e ajuste geral nos sistemas e instalações, equipamentos mecânicos, elétricos, hidráulicos, com o objetivo de garantir o funcionamento eficiente, econômico e seguro.

2.18. O fornecimento de peças por empresa que não seja a executora dos serviços de manutenção pode gerar grandes conflitos de responsabilidade.

2.19. A inclusão do fornecimento de peças nos contratos de manutenção de geradores vem sendo utilizado pela Administração Pública, tendo em vista que o uso dos equipamentos provoca desgastes mecânicos das peças, exigindo atenção da Administração quanto à manutenção preventiva e corretiva.

2.20. A elaboração deste estudo tem como objetivo a instrução de procedimento licitatório, provendo as especificações técnicas e estabelecendo as normas gerais e específicas referentes à contratação da prestação de serviços contínuos, sem dedicação exclusiva de mão de obra, de manutenção preventiva e corretiva de dois grupos geradores de emergência automático, sendo 01 gerador de 165 KVA, diesel, com reposição de peças, instalado na Central de Polícia Judiciária de Bauru e 01 aparelho de gerador de 75 KVA, diesel, com reposição de peças, instalado na Delegacia Seccional de Polícia de Bauru, marca Perkins, por empresa especializada no ramo, pelo período de 30 meses, podendo ser prorrogável regularmente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133 /2021, seguindo condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento.

2.21. Dessa forma, buscando evitar a descontinuidade da prestação do serviço, faz-se necessária a abertura de procedimento licitatório para contratação dos serviços nos moldes propostos, visando a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e emergencial do gerador, com monitoramento/gerenciamento remoto que porventura apresentar defeitos, a demandar substituição de peças e reparos, com inclusão de peças, insumos, materiais, limpeza, componentes, combustível e tudo o mais que for necessário para o perfeito funcionamento dos equipamentos, visando sobretudo economicidade e eficiência no atendimento às demandas.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DELEGACIA SECCIONA DE POLÍCIA DE BAURU	ANGELICA ZEM GIMENES RODRIGUES GOMES

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A fim de dar uma visão inicial do que se deseja contratar, serão elencados os principais requisitos da contratação, que podem ser flexibilizados pela Equipe de Contratação na elaboração do Termo de Referência, uma vez que é possível o amadurecimento dos requisitos que a solução deverá atender.

### **4.2. Com o foco de atender às necessidades da Administração, a contratação deve contemplar, dentre outros, os seguintes requisitos:**

4.2.1. Serviço continuado de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva de geradores, incluindo o fornecimento de peças, combustíveis, insumos e acessórios;

4.2.2. Trata-se de serviço comum, continuado, com fornecimento de peças e de mão de obra sem dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica;

4.2.3. Os serviços de manutenção de grupos geradores automático de emergência, objeto desta contratação, são considerados como serviço comum, nos termos do inciso XIII, do art. 6º, da Lei 14.133/2021, pois possui padrões de desempenho e qualidade possíveis de serem objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado.

4.2.4. Ele tem caráter continuado, pois sua interrupção pode comprometer a continuidade das atividades da Administração e necessita manter a contratação por mais de um exercício financeiro, continuamente. E deve ser executado sem dedicação exclusiva de mão de obra, em função das características inerentes ao serviço e da metodologia adotada.

4.2.5. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.2.6. O serviço refere-se à atividade de apoio e à realização das atribuições institucionais, podendo ser terceirizado diante da inexistência de cargo com as atribuições pertinentes, no quadro de pessoal.

4.2.7. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço global, tendo em vista a natureza do serviço e a exatidão do quantitativo demandado para a execução contratual do objeto.

4.2.8. Os serviços deverão iniciar, pelo prazo de 5 (cinco) anos, podendo ser estendida por mais de um exercício financeiro, prorrogável regularmente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, tendo como benefício direto da contratação, a efetiva manutenção da prestação do serviço público.

4.2.9. Não há necessidade de a CONTRATADA promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, tendo em vista que a prestação de serviço é comum.

4.2.10. Os serviços serão executados nos seguintes endereços: Avenida Rodrigues Alves, nº 20-20, Vila Cardia, Bauru/SP e Praça Dom Pedro II, nº 3-20, Centro, Bauru/SP.

### **4.2.11. Todos os materiais e/ou peças necessárias à execução dos serviços deverão ser adquiridos e fornecidos pela CONTRATADA, por conta do valor contratado.**

4.2.12. A licitante deverá comprovar aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto do Termo de Referência - TR, por meio de apresentação de, no mínimo, 1 (um) atestado de Capacidade Técnica não superior a 3 (três) anos em nome da matriz ou da filial do Contratado, fornecido por Órgão da Administração Pública, empresas públicas ou privadas, onde a empresa tenha prestado serviços de manutenção corretiva e preventiva em Geradores, semelhante ao serviço contratado.

4.2.13. A contratada deverá apresentar, para habilitação, todos os documentos em seu nome e com número do CNPJ e endereço;

4.2.14. Os serviços deverão ser realizados, preferencialmente, dentro do horário do expediente determinado pela CONTRATANTE e compatibilizados com as solicitações e necessidades do órgão, em períodos a serem acordados com a Gestão do Contrato;

4.2.15. A execução dos serviços deverá obedecer rigorosamente: às normas e especificações constantes no Termo de Referência; às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas; às disposições emanadas pelo Governo local; as normas do Corpo de Bombeiros Militar local pertinentes ao tema; as prescrições e recomendações dos fabricantes e normatização da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

4.2.16. A empresa contratada deverá se responsabilizar pela boa execução dos serviços, instruindo seus empregados a realizar os tratamentos interpessoais com urbanidade e bom nível de educação. Zelar pela segurança pessoal e coletiva, utilizando equipamentos próprios quando da execução dos serviços, inclusive EPIs.

4.2.17. A empresa contratada deverá fornecer todos os insumos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos de manutenção aqui especificados. Os custos com peças de reposição, materiais, ferramentas, combustível e equipamentos diversos correrão à conta da Contratada, sem qualquer custo adicional à Contratante.



4.2.18. A empresa contratada deverá confeccionar um plano de manutenção preventiva dos equipamentos componentes dos grupos geradores, e apresentá-lo à fiscalização para aprovação, em um prazo máximo de 30 dias, contado a partir da data de emissão da AS - Autorização de Serviço.

4.2.19. A prestação do serviço consistirá na realização de manutenção preventiva e corretiva nos geradores, bem como o serviço de prontidão, o atendimento às chamadas de emergência, incluindo, mas não se limitando, aos itens relacionados neste Estudo Preliminar e no Termo de Referência.

4.2.20. Para qualquer serviço executado preventivo/corretivo, deverá ser emitido registro dos serviços executados pela Contratada, bem como, devem ser seguidas orientações constantes no manual de fabricação e legislação pertinente.

4.3. A Contratada deverá alocar profissionais altamente especializados para o desenvolvimento dos serviços, com capacidade nas áreas de mecânica de manutenção de máquinas.

4.4. O procedimento licitatório deverá observar em todas as fases as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, inclusive as recomendações quanto à responsabilidade do fornecedor pelo recolhimento e descarte do material utilizado.

4.5. Deverão ser seguidos os seguintes critérios de sustentabilidade baseadas na otimização de recursos e na redução da poluição ambiental, tais como:

4.5.1. A Contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos frascos de aerossol originários da contratação, se for o caso, recolhendo-os ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação ambientalmente adequada.

4.5.2. Treinar periodicamente os empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, observadas as normas ambientais vigentes.

4.5.3. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

4.5.3.1. recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme legislação aplicável ao tema;

4.5.3.2. providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da legislação vigente aplicável ao tema;

4.5.3.3. exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme legislação aplicável ao tema;

4.5.3.4 Não são permitidas, à Contratada, formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias usadas originárias da contratação, tais como: lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado; queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados; lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

4.5.3.5 A Contratada deverá providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada.

4.5.3.6 São proibidas, à Contratada, as seguintes destinações e utilização de resíduos sólidos:

4.5.3.6.1 deposição inadequada no solo;

4.5.3.6.2 deposição em área sob regime de proteção especial e áreas sujeitas a inundação;

4.5.3.6.3 lançamento em sistema de redes de drenagem de água pluviais, de esgoto, de eletricidade, de telecomunicações e assemelhados;

4.5.3.6.4 infiltração no solo sem tratamento prévio e projeto aprovado pelo Órgão de controle ambiental estadual competente;

4.5.3.6.5 utilização para alimentação animal, em desacordo com a legislação vigente;

4.5.3.6.6 utilização para alimentação humana.

4.5.3.7 A Contratada deverá acondicionar os resíduos sólidos para coleta de forma adequada, cabendo-lhe observar os normas municipais que estabelecem as regras para a seleção e acondicionamento dos resíduos no próprio local de origem, e que indiquem os locais de entrega e coleta.

4.5.3.8 A Contratada é obrigada a efetuar o recolhimento do produto ou embalagem dos itens utilizados na execução do serviço, para fins de destinação final ambientalmente adequada, a cargo dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes.

4.5.3.9 Dentre as recomendações voltadas para a sustentabilidade ambiental, a empresa Contratada deverá observar também as seguintes práticas:

4.5.3.9.1 Fornecimento de equipamentos de segurança que se fizerem necessários aos empregados, para a execução de serviços;

4.5.3.9.2 Os materiais e peças empregados não devem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendadas em legislação específica, tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenol-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);

4.5.3.9.3 Todos os eventuais agentes para limpeza que sejam empregados deverão ser notificados ou registrados na ANVISA, conforme determina a legislação vigente.

- 4.5.4. Desenvolver consciência nos empregados acerca da adoção de procedimentos de separação para o descarte adequado de materiais potencialmente poluidores, tais como detergentes, óleos, lâmpadas, placas de circuitos impressos, pilhas e baterias, em estabelecimentos que os comercializam ou na rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores, conforme disposto na legislação vigente.
- 4.5.5. Incentivar entre os seus empregados a atividade de separação de resíduos recicláveis descartados pelo órgão, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber.
- 4.5.6. A Contratada se responsabilizará pelo acondicionamento, transporte e descarte de todos os resíduos produzidos durante a execução contratual, de forma técnica e ambientalmente responsável.
- 4.5.7. A manutenção dos equipamentos só poderá ser efetuada por funcionários devidamente habilitados, qualificados, treinados, identificados, uniformizados e portando equipamentos de proteção individual (EPI's) adequados.

**4.6. OS SERVIÇOS OBJETO DO CONTRATO CONSISTEM EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS**

**4.6.1. MANUTENÇÃO PREVENTIVA**

- 4.6.1. A prestação dos serviços preventivos deverá ser realizada QUINZENALMENTE, no horário das 09:00hs às 16:00hs, de acordo com as especificações técnicas do fabricante do equipamento e o roteiro básico estabelecido neste ETP e no TR.
- 4.6.2. Efetuar testes de segurança, conforme legislação em vigor e normas do fabricante do equipamento.
- 4.6.3. A manutenção preventiva destina-se a reduzir a possibilidade de ocorrência de defeitos, falha ou irregularidades do grupo gerador e componentes nele instalados.
- 4.6.4. A Contratada deverá confeccionar um PLANO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA DOS GERADORES e apresentá-lo à fiscalização da Contratante no prazo máximo de 30 dias contados a partir da emissão da Ordem de Autorização para início dos Serviços.
- 4.6.5. Os serviços preventivos, no que couber, devem ser, no mínimo, os abaixo descritos:

TABELA DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA	
Grupo Geradores - MOTOR DIESEL	
PARA GERADOR, NO MÍNIMO:	
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	PERIODICIDADE
Limpeza do filtro de ar.	
Manutenção da bateria de partida	
Drenagem do tanque de óleo diesel (condensações)	
Abastecimento de óleo diesel, se necessário.	
Retirada de vazamentos.	
Limpeza externa do radiador.	

Verificação do nível do líquido de arrefecimento (completar se necessário). Funcionamento e teste. Inspeção da bomba injetora Limpeza do gerador Manutenção da placa eletrônica do regulador de tensão. Manutenção e lubrificação dos rolamentos de esfera. Manutenção dos diodos do gerador. Reaperto dos acoplamentos. Reaperto geral das conexões dos cabos elétricos. Eliminação de pontos de ferrugens e corrosão	MENSAL
Reaperto geral do motor. Reaperto dos cabeçotes. Calibragem de válvula (se necessário).	SEMESTRAL
Troca do óleo lubrificante. Troca dos filtros de óleo lubrificante. Troca do filtro de óleo diesel. Troca do filtro de ar (se necessário).	ANUAL

PARA QUADRO DE COMANDO AUTOMÁTICO, NO MÍNIMO	
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	PERIODICIDADE
Manutenção dos instrumentos de medição. Manutenção do carregador flutuador de bateria. Limpeza geral das partes internas Reaperto geral do quadro de comando automático. Programação e configuração do módulo de controle automático. Eliminação de pontos de ferrugens e corrosão.	MENSAL

#### 4.6.6. MANUTENÇÃO CORRETIVA

4.6.6.1. A contratada deverá atender ao chamado da CONTRATANTE para regularizar anormalidade de funcionamento, procedendo à manutenção corretiva, substituindo e/ou reparando PEÇAS, PARTES, INSUMOS, COMPONENTES, segundo critérios técnicos, software de programação, componentes eletrônicos, elétricos, mecânicos e hidráulicos, necessários à recolocação do equipamento em condições normais de funcionamento, utilizando peças genuinamente fabricadas e testadas pelos fabricantes dos componentes do equipamento.

4.6.6.2. Os registros dos chamados serão feitos através de Ordens de Serviço, enviadas por e-mail, ou, ainda, outra forma de contato disponibilizada pela Contratada, podendo ser por mensagem de WhatsApp.

4.6.6.3. Serviços que envolvam modificação, remoção, substituição, inserção de componentes em placas, devem ser adequadamente realizados, obedecendo as especificações dos fabricantes e as normas vigentes, para garantir a qualidade do serviço de soldagem e montagem dos circuitos eletrônicos.

4.6.6.4. Todas as peças, materiais, ferramentas e acessórios necessários para realizar o conserto deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, não sendo gerado, por este fato, acréscimo no valor contratado.

4.6.6.5. A CONTRATANTE se reserva o direito de fazer quantos chamados de emergência e manutenção corretiva forem necessários sem nenhum ônus adicional.

**4.6.6.6. O restabelecimento do perfeito funcionamento dos equipamentos deverá ocorrer em até 12 (doze) horas consecutivas, a contar do registro dos chamados, quando houver necessidade de troca de peças ou componentes, ressalvados os casos devidamente justificados pela Contratada e aceitos pelo Contratante.**

**4.6.6.7. Para os chamados de manutenção corretiva que não demandem peças, insumos ou materiais, a CONTRATADA deverá restabelecer o funcionamento em até 4 (quatro) horas a contar do registro dos chamados.**

## 5. Levantamento de Mercado

5.1. Diante da necessidade já vastamente descrita e da indisponibilidade de outras soluções, concluiu-se que a alternativa de mercado que atende a presente demanda é a contratação de empresa especializada (terceirização) para prestação dos serviços.

5.2. Foi realizada pesquisa acerca dos possíveis prestadores de serviços, que atenderiam a necessidade da contratação: Pesquisou-se no Portal do COMPRAS.GOV.BR onde foi constatado a participação de diversas empresas prestadoras deste tipo de serviço, no território nacional.

5.3. Verifica-se que a solução pretendida é adotada por entidades públicas locais, regionais e nacionais. Foram avaliados especialmente fatores relacionados ao dimensionamento da solução, produtividade, periodicidade, estimativa de preços, critérios de sustentabilidade e fiscalização, a fim de inserir os critérios cabíveis ao contexto da Contratante.

5.4. De forma a definir a melhor solução técnica para atender a necessidade da Delegacia Seccional de Polícia de Bauru foram analisadas diferentes metodologias de contratação praticados no mercado e suas principais características, conforme apresentado a seguir:

Primeiro cenário

Contratar o posto de trabalho, sendo a CONTRATANTE responsável pelo fornecimento de peças, materiais consumíveis, equipamento de proteção individual e coletivo, além do fornecimento de combustível.

Segundo cenário

Contratação por posto de trabalho com fornecimento pela CONTRATADA de todo equipamento, ferramentas, insumos, materiais, combustível e serviços eventuais necessários a execução do objeto licitado, utilizando planilha de custos para o pagamento dos materiais empregados e o IMR (Instrumento de Medição de Resultado) para pagamento dos serviços;

Terceiro cenário

Contratação sem mão de obra exclusiva, sendo a Contratada responsável pelo fornecimento das ferramentas, equipamentos, insumos, materiais, combustível e serviços eventuais necessários à execução do objeto licitado. As manutenções preventivas ocorrerão conforme programação previamente definida. Já as corretivas, os acionamentos serão mediante a necessidade, com acionamento da contratada através de contato telefônico e e-mail e solicitação de abertura Ordem de Serviço.

### **Conclusão após análise dos cenários**

O primeiro cenário é inviável. O objeto do contrato são apenas 2 geradores, tornando inviável manter um profissional para a demanda apresentada. Outra situação a ser apontada é que a contratante não possui recursos (humanos e espaço físico) para gerir o processo de compras, controle de estoque e fornecimento de peças, materiais consumíveis, equipamento de proteção individual e coletivo. A não aquisição de materiais em tempo hábil por parte da Contratante, ocasionaria em atrasos na execução do serviço e compartilhamento de responsabilidades, podendo culminar em conflitos, visto que a contratante fornece os materiais e a contratada executa, sendo que

esta última possui prazos definidos em contrato para conclusão das ordens de serviço.

O segundo cenário contempla mão de obra com dedicação exclusiva e fornecimentos de peças, materiais consumíveis, combustível, ferramentas, equipamento de proteção individual e coletivo pela contratada. Todavia, a Contratante não possui grande quantidade de geradores que exijam monitoramento e operação 24 horas que justifique um funcionário terceirizado dedicado e em tempo integral. Estima-se que neste cenário o funcionário ficaria maior parte do tempo ocioso.

O terceiro cenário não necessita de mão de obra dedicada e exclusiva, as manutenções preventivas são previamente agendadas e as corretivas executadas sob demanda e mediante aprovação prévia da fiscalização. Nesta opção, é possível acompanhar as manutenções e controlar de forma eficiente o emprego das peças, realização dos serviços e execução dos prazos, levando em consideração a utilização do Instrumento de Medição de Resultado – IMR para pagamento dos serviços.

Diante do acima exposto, após análise dos cenários, sugere-se que a Contratação seja no formato de contratação de empresa para prestação dos serviços, de forma contínua, sem mão de obra exclusiva, com fornecimento de peças;

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. Buscando atender as necessidades da Contratante conforme já fundamentado até o momento, avaliou-se como a melhor forma de contratação a opção 3 apresentada no capítulo anterior: contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva de gerador, incluindo o fornecimento de peças, insumos, combustível e acessórios, sem fornecimento de mão de obra exclusiva, sendo a Contratada responsável pelo fornecimento das ferramentas, equipamentos, combustível, EPIs, peças, componentes, materiais e serviços eventuais necessários à execução do objeto licitado.

6.2. A empresa especializada contratada fornecerá mão de obra sem dedicação exclusiva para atendimento das manutenções preventivas e corretivas dos geradores, conforme disposto a seguir:

6.2.1. MANUTENÇÃO PREVENTIVA - As manutenções devem ser executadas com base no plano de manutenção Manutenção Preventiva do gerador (ANEXO II) e incluir as recomendações do fabricante, normas e legislações vigentes e boas práticas de manutenção.

6.2.1.1. No (ANEXO II) foram listadas as atividades mínimas preventivas a serem cumpridas pela contratada, de forma exemplificativa. Além dos serviços acima, caberá à Contratada incluir e executar outras atividades que identificar como necessárias, tendo como referência as boas práticas de manutenção, instruções dos fabricantes, recomendações provenientes de normas técnicas e legislações vigentes, para atender a satisfatória manutenção e perfeito funcionamento dos geradores.

6.2.2. MANUTENÇÃO CORRETIVA - A manutenção corretiva tem por objeto todos os procedimentos necessários para restaurar os geradores para o seu perfeito estado de funcionamento, compreendendo, inclusive, substituições de peças defeituosas e ajustes necessários, conforme os manuais e normas técnicas específicas para os equipamentos.

6.2.2.1. Os serviços de manutenções corretivas serão realizados sempre que houver emissão de ordem de serviço, cuja motivação seja a abertura de um chamado por parte da CONTRATANTE ou forem detectados problemas pelo técnico da contratada quando da realização das manutenções preventivas. Neste caso, o técnico de manutenção já deverá executar o reparo necessário para deixar o gerador em pleno funcionamento.

6.2.2.2. A Contratada deverá fornecer todas as peças que deverão ser originais ou genuínas. Todo o custo com peças, insumos, materiais, ferramentas e mão de obra devem ser computadas pela CONTRATADA ao apresentar a proposta, visto que nenhum valor poderá ser cobrado de forma adicional.

6.3. As informações dispostas neste estudo, e eventuais complementações da caracterização do objeto no Termo de Referência, são os parâmetros necessários para a fase de seleção e gestão contratual, no intuito de garantir a contratação de empresa que venha a atender à necessidade e produzir os resultados pretendidos.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
	Contratação de empresa especializada em manutenção técnica preventiva, corretiva e emergencial com monitoramento /gerenciamento remoto de grupos			

1	<p>diesel de Geradores de Emergência, incluindo o fornecimento e substituição de partes e peças, sendo um instalado na CPJ Bauru e outro na DELSECPOL Bauru</p> <p>A Contratada deverá prever no custo unitário mensal todos os custos com materiais, peças, insumos, ferramentas, componentes, abastecimento, motor, mão de obra para manter o equipamento gerador em pleno funcionamento durante a vigência contratual</p> <p>Combustível: DIESEL 170 KVA  75KVA</p>	2356	UNIDADE	2
---	--	------	---------	---

- 7.1. UNIDADE DE MEDIDA
- 7.1.1. A unidade de medida utilizada na solução da contratação do serviço é de unidade de equipamento e o período de medição é mensal, tendo em vista a metodologia adotada.
- 7.2. SOBRE A ESTIMATIVA
- 7.2.1. Trata-se da contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, em 2 (dois) grupos geradores automáticos de emergência, MOTOR DIESEL, sendo um de 170 KVA que atende a Central de Polícia Judiciária de Bauru e outro de 75 KVA que atende a Delegacia Seccional de Polícia de Bauru.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 456.000,00

- 8.1. A estimativa de preços foi levantada por meio de pesquisa realizada no Portal de Compras do Governo Federal (Painel de Preços), conforme Mapa Comparativo de Preços anexado ao processo.
- 8.2. O custo estimado da contratação é de R\$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais) mensais, para o contrato dos serviços de manutenção preventiva, corretiva, emergencial e gerenciamento/monitoramento remoto dos 02 geradores, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, perfazendo o valor total anual estimado de R\$ 91.200,00 (noventa e um mil e duzentos reais) e valor total para 60 meses de R\$ 456.000,00 (quatrocentos e cinquenta e seis mil reais), cuja obtenção desse valor se deu pela média dos valores obtidos na pesquisa de preço, conforme Mapa de Consolidação das Pesquisas (SEI nº 058.00121204/2024-67).
- 8.3. Adotou-se o preço unitário médio mensal único, independentemente do modelo do equipamento, tendo em vista os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da eficiência.
- 8.4. A estimativa de preço da contratação para os serviços de manutenção preventiva, corretiva e gerenciamento/monitoramento remoto dos geradores, com fornecimento de peças, foi obtida através da consulta dos preços referenciais através de Pesquisa de Preços no portal Gov.br mediante contratações similares de outros entes públicos.
- 8.5. Como praticamente impossível de conseguirmos individualizar o preço da manutenção para equipamento idêntico, utilizamos a média, como referência. Desta feita, ao apresentarmos o valor da estimativa para os nossos grupos geradores, idealizamos com isto, a obtenção do valor global, mensal, para balizar nossa licitação e poder formar o preço do contrato.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

- 9.1.1. O serviço a ser contratado é tratado de forma indivisível, ou seja, corresponderá a 1 (um) item a ser licitado. A indivisibilidade é caracterizada pela inviabilidade de algum tipo de parcelamento do serviço a ser prestado, de vez se tratar da manutenção mensal de 02 (dois) equipamentos.

9.1.2. Conforme o inciso II, § 3º do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, e embora a regra seja a divisão do objeto em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, buscando o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala, opta-se pelo agrupamento em único lote.

9.1.2. A opção pelo agrupamento se faz pela adequação e economia na gestão, inter-relação da execução, de modo a permitir ao contratado, por sua vez, realizar uma gestão centralizada do contrato e respectiva garantia de qualidade.

9.1.3. Dessa forma, a execução por mais de uma empresa poderá resultar em atrasos ou execução parcial do objeto, acarretando interrupção temporária dos serviços e acarretar significativos problemas à Contratante, bem como à população que utiliza os serviços policiais.

9.1.4. A natureza do objeto não admite o parcelamento do objeto, devendo a adjudicação ser feita a um único licitante vencedor.

9.1.5. A recomendação do Tribunal de Contas da União é a realização da licitação por itens, de forma fracionada, sempre que econômica e tecnicamente viável, em consonância com os preceitos inseridos na Súmula 247 da referida Corte.

9.1.6. A despeito da orientação, ou seja, a divisão por itens, tantos quanto possíveis, a formação de grupos pode e deve ser utilizada quando a natureza do objeto da licitação condiciona tecnicamente a contratação de forma conjunta ou que possibilite maiores vantagens econômicas em função da escala.

9.1.7. Se os serviços não forem agrupados, ter-se-ia empresas distintas executando, ao mesmo tempo, o objeto da licitação. Tal fato poderia gerar atrasos, onerar o certame e sobrecarregar as equipes de fiscalização dos contratos, comprometendo o resultado final dos trabalhos, por não perseguir a proposta mais vantajosa para a Administração.

9.1.8. Diante disso, a licitação será realizada agrupando itens, tornando a contratação coerente tecnicamente e economicamente mais viável, **uma vez que a empresa prestará os serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como emergencial, com fornecimento de peças nos 02 geradores**, sendo 01 instalado na Central de Polícia Judiciária de Bauru e 01 instalado na Delegacia Seccional de Polícia de Bauru. Isso também reduz o custo administrativo de gerenciamento do processo de contratação e reúne condições para que o fornecedor, pelas características da contratação, ofereça preços menores e mais vantajosos para a Administração.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se verificam contratações correlatas e/ou interdependentes para viabilidade e contratação desta demanda.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Considerando que os geradores estão instalados na Central de Polícia Judiciária de Bauru e na Delegacia Seccional de Polícia de Bauru, tratando-se de contratação nova para os dois grupos de geradores, o objeto do presente Estudo Técnico Preliminar está previsto no Plano Plurianual de Contratações do ano de 2026.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Com esta contratação espera-se que sejam atendidas as necessidades de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças dos geradores instalados na Central de Polícia Judiciária e na Delegacia Seccional de Polícia de Bauru, por meio da contratação de empresa especializada, garantindo assim a manutenção da energia em caso de interrupção de energia elétrica, a fim de possibilitar a continuidade da prestação do serviço policial.

12.2. Os resultados pretendidos com esta contratação serão os benefícios diretos revertidos à Contratante em função da prestação efetiva de serviços que não consegue realizar de forma direta, por falta de servidores no quadro.

12.3. Com a presente contratação busca-se a execução dos serviços de manutenção conforme especificações técnicas, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além do fornecimento de peças de reposição, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas qualidades e quantidades necessárias para manter os geradores em perfeito funcionamento, visando o bom andamento dos serviços prestados por esta Contratante.

12.4. Com os serviços de manutenção preventiva e corretiva, os equipamentos, grupo geradores automático de emergência, terão um funcionamento regular e com segurança.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1. Realização de processo licitatório, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a escolha de empresa especializada para a execução dos serviços. O Pregão será tradicional, por tratar-se de demanda específica e contínua.

13.2. Necessário providenciar fácil acesso dos empregados da contratada aos locais onde os equipamentos estão instalados. Se o local for fechado com porta ou cadeado, cópia da chave deverá estar disponível no atendimento da Contratante, otimizando o tempo de serviço dos técnicos de manutenção, ao evitar-se viagens infrutíferas devido encontrar a cabine fechada.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Os serviços a serem contratados devem possuir critérios e práticas de sustentabilidade em relação aos materiais e produtos a serem empregados, bem como a previsão da adequada execução a fim de atender as demandas sem infringir a legislação ambiental aplicável. A Contratada deverá racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes, informando, se for o caso, o tratamento adotado para o recolhimento dos resíduos; substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; os materiais empregados pela empresa deverão atender a melhor relação entre custo benefício, considerando os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto.

14.2. Assim, não se vislumbra qualquer tipo de impacto ambiental nocivo com a contratação, pois os tipos de serviços a serem prestados não resultarão na modificação de espaços físicos e/ou edificações.

14.3. De modo geral, os resíduos produzidos com a manutenção dos equipamentos serão recolhidos pela contratada, que se responsabilizará pelo seu acondicionamento, transporte e descarte, de forma técnica e ambientalmente responsável.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. De acordo com o exposto neste ETP o serviço a ser contratado, torna-se indispensável se tratando de serviço essencial a ser prestado para melhoria no atendimento às necessidades da Central de Polícia Judiciária de Bauru e da Delegacia Seccional de Polícia de Bauru. Os estudos preliminares evidenciaram que a solução descrita, ou seja, a contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção de geradores, mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária.

15.2 A Equipe de Planejamento se posiciona pela VIABILIDADE e RAZOABILIDADE da realização de contratação, na forma proposta e visando à consecução da solução detalhada neste estudo, para atendimento à necessidade manifestada pela área requerente no Documento de Formalização de Demanda autuado ao processo.

15.3. Assim, declaramos a viabilidade da contratação e recomendamos a aquisição dos serviços conforme proposto.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ANGELICA ZEM GIMENEZ RODRIGUES GOMES**

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 04/02/2026 às 15:36:22.





## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I - CARACTERÍSTICAS DO GRUPO GERADOR.pdf (441.52 KB)
- Anexo II - ANEXO II - MANUTENÇÃO PREVENTIVA - EXEMPLIFICATIVA.pdf (596.01 KB)

# **ANEXO I**

## **CARACTERÍSTICAS DOS GRUPOS GERADORES**

### **GERADOR DA DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE BAURU**

Endereço: Av. Dom Pedro II, 3-20, Centro, Bauru – SP – tel.: (14) 3224-3388

Características:

GERADOR: PERKINS

MOD.: 1103A-33TG1

POTENCIA: 75 Kva

COMBUSTÍVEL: DIESEL

### **GERADOR DA CENTRAL DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DE BAURU**

Endereço: Av. Rodrigues Alves, 20-20, Vila Cardia, Bauru – SP

Características:

GERADOR: PERKINS

POTENCIA: 170 Kva

COMBUSTÍVEL: DIESEL

# **ANEXO II**

## **PLANO DE MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E CONTROLE - PMOC**

### **GERADOR**

**MODELO EXEMPLIFICATIVO DE ALGUNS SERVIÇOS E PERIODICIDADE. A OBRIGAÇÃO DE ELABORAÇÃO DO PMOC É INTEIRAMENTE DA CONTRATADA QUE DEVERÁ ELABORAR NO PRAZO MÁXIMO DE 30 DIAS A CONTAR DA ASSINATURA DO CONTRATO, DEVENDO PREVER, NO MÍNIMO, A ROTINA A SEGUIR PARA CADA GERADOR:**

## **ANEXO I - PLANO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA**

Este anexo define o roteiro mínimo de atividades que a empresa contratada deverá executar nas manutenções preventivas dos grupos geradores.

### **Quinzenalmente**

#### **Com o equipamento DESLIGADO**

- Inspeção visual no grupo gerador e QTA sobre condição de operação (automático) e se há falhas/alarmes nos IHMs;
- Verificar nível do óleo lubrificante, completando se necessário;
- Verificar nível de líquido de arrefecimento, completando se necessário;
- Inspeccionar se há vazamentos de água, óleo ou combustível;
- Drenar o filtro separador de água (Racor), quando houver;
- Limpeza do filtro da bombinha manual de combustível;
- Verificar o funcionamento do sistema de pré-aquecimento;
- Verificar o nível de combustível do tanque e completar, se necessário. Anotar no check-list o volume preenchido;
- Anotar o horímetro na Ordem de Serviço;
- Medir a tensão das baterias;
- Verificar o funcionamento do carregador de bateria (flutuador);
- Ligar o gerador em vazio por aprox. 10-15 min.

#### **Com o equipamento Ligado:**

- Mudar o modo de operação para "manual" e ligar o gerador em vazio por aprox. 10-15 min. Avaliar se a partida do motor diesel ocorreu normalmente na primeira tentativa ou se houve dificuldade;
- Avaliar a condição de funcionamento do motor: rotação contínua a 1.800 rpm e sem falhas ou "engasgos";
- Checar a pressão do óleo do motor;
- Verificar a temperatura da água do sistema de arrefecimento;
- Medir a tensão do gerador nas 3 fases;
- Verificar a frequência do gerador nas 3 fases;
- Verificar se há vazamentos de óleo, combustível e água;
- Desligar o gerador e retomar o modo de operação para "automático"

### **Mensalmente**

#### **Com o equipamento DESLIGADO**

- Inspeção visual no grupo gerador e QTA sobre condição de operação (automático) e se há falhas/alarmes nos IHMs;
- Verificar nível do óleo lubrificante, completando se necessário;
- Verificar nível de líquido de arrefecimento, completando se necessário;
- Inspeccionar a condição física e nível de saturação do(s) elemento(s) filtrante(s) de ar, substituindo-o(s) se necessário;
- Inspeccionar se há vazamentos de água, óleo ou combustível;
- Drenar o filtro separador de água (Racor), se houver;
- Limpeza do filtro da bombinha manual de combustível;
- Verificar o funcionamento do sistema de pré-aquecimento;
- Verificar o nível de combustível do tanque e completar, se necessário.
- Anotar o horímetro na ordem de serviço;
- Verificar no painel da USCA se há registro de alarmes;
- Realizar a limpeza dos bornes da bateria, se encontrar sinais de zinabre;
- Realizar teste de carga das baterias com instrumento específico;
- Verificar se a bateria está dentro da data de validade (24 meses);
- Verificar o funcionamento do carregador de bateria (flutuador);
- Inspeccionar o desgaste e tensionamento da correia do alternador e bomba d'água;
- Inspeção visual na colmeia e caixa do radiador;
- Limpeza e despoeiramento do gerador e seus componentes;
- Limpeza interna e externa do contêiner;

Com o equipamento Ligado:

- Mudar o modo de operação para "manual" e ligar o gerador;
- Avaliar se a partida do motor diesel ocorreu normalmente na primeira tentativa ou houve dificuldade. Mantê-lo em funcionamento em vazio por 15 minutos;
- Avaliar a condição de funcionamento do motor: rotação contínua a 1.800 rpm e sem falhas ou "engasgos";
- Checar a pressão do óleo do motor;
- Verificar a temperatura da água do sistema de arrefecimento;
- Medir a tensão do gerador nas 3 fases;
- Verificar a frequência do gerador nas 3 fases;
- Verificar se há vazamentos de óleo, combustível e água;
- Proceder com o reabastecimento, se necessário.

**Semestralmente**

Com o equipamento DESLIGADO

- Inspeção visual no grupo gerador e QTA sobre condição de operação (automático) e se há falhas/alarmes nos IHMs;
- Troca do óleo lubrificante do motor e filtros;
- Verificar nível de líquido de arrefecimento, completando se necessário;
- Checar concentração de aditivo com instrumento específico, corrigindo se necessário;
- Inspeccionar se há vazamentos de água, óleo ou combustível;
- Troca dos filtros de combustível e separador de água (se houver);
- Inspeccionar a condição física e nível de saturação do(s) elemento(s) filtrante(s) de ar, substituindo-o(s) se necessário;
- Limpeza do filtro da bombinha manual de combustível;
- Verificar o funcionamento do sistema de pré-aquecimento;
- Verificar o nível de combustível do tanque e completar, se necessário;
- Anotar o horímetro na ordem de serviço;
- Verificar no painel da USCA se há registro de alarmes;
- Realizar a limpeza dos bornes da bateria, se encontrar sinais de zinabre;
- Realizar teste de carga das baterias com instrumento específico;
- Verificar o funcionamento do carregador de bateria (flutuador);
- Inspeccionar o desgaste e tensionamento da correia do alternador e bomba d'água;
- Lubrificar o rolamento da bomba d'água (se aplicável);
- Inspeção visual na colmeia e caixa do radiador para detectar trincas/fissuras e vazamentos;
- Limpeza e despoeiramento do gerador e seus componentes;
- Limpeza interna e externa do contêiner;

Com o equipamento Ligado:

- Mudar o modo de operação para "manual" e ligar o gerador;
- Avaliar se a partida do motor diesel ocorreu normalmente na primeira tentativa ou se houve dificuldade;
- Avaliar a condição de funcionamento do motor: rotação contínua a 1.800 rpm e sem falhas ou "engasgos";
- Checar a pressão do óleo do motor;
- Verificar a temperatura da água do sistema de arrefecimento;
- Medir a tensão do gerador nas 3 fases;
- Verificar a frequência do gerador nas 3 fases;
- Verificar se há vazamentos de óleo, combustível e água;
- Realizar teste de transferência de carga, desde que alinhado previamente com a Unidade. Avaliar o comportamento do gerador: temperatura do motor, pressão de óleo, se há vazamentos de fluidos, frequência, corrente por fase, potência consumida por fase,



percentual de carga, ruídos ou vibrações anormais. Anotar parâmetros para inserir no relatório;

- Proceder com o reabastecimento, se necessário.

#### Anualmente

##### Com o equipamento DESLIGADO

- Inspeção visual no grupo gerador e QTA sobre condição de operação (automático) e se há falhas/alarmes nos IHMs;
- Troca do óleo lubrificante do motor e filtros;
- Verificar nível e condição do líquido de arrefecimento para completar, corrigir a concentração ou substituí-lo;
- Inspeccionar se há vazamentos de água, óleo ou combustível;
- Troca dos filtros de combustível e separador de água (se houver);
- Inspeccionar a condição física e nível de saturação do(s) elemento(s) filtrante(s) de ar, substituindo-o se necessário;
- Limpeza do filtro da bombinha manual de combustível;
- Verificar o funcionamento do sistema de pré-aquecimento;
- Verificar o nível de combustível do tanque e completar, se necessário;
- Anotar o horímetro na ordem de serviço;
- Realizar a limpeza dos bornes da bateria, se encontrar sinais de zinabre;
- Realizar teste de carga das baterias com instrumento específico;
- Verificar o funcionamento do carregador de bateria (flutuador);
- Inspeccionar o desgaste e tensionamento da correia do alternador e bomba d'água;
- Lubrificar o rolamento da bomba d'água (quando aplicável);
- Inspeção visual na colmeia e caixa do radiador para detectar trincas/fissuras e vazamentos;
- Checar o estado de degradação das mangueiras do tanque aos filtros;
- Verificar o estado do silencioso e escapamento de gases quanto a corrosão;
- Verificar o estado das carcaças e material fono-absorvedor dos atenuadores de ruído;
- Desconectar os cabos de força e medir a resistência de isolamento dos enrolamentos do gerador. Anotar valores na OS;
- Limpeza e despoeiramento do gerador e seus componentes;
- Limpeza interna e externa do contêiner e base;

##### No QTA (Quadro de Transferência Automática) desligado:

- Verificar e reapertar as conexões entre as chaves de transferência e os cabos. Observar se há a ocorrência de sobreaquecimento;
- Lubrificar as articulações de disjuntores e chaves;

- Verificar os contatos fixos e móveis das chaves de transferência;
- Verificar os contatos dos contadores auxiliares;
- Verificar o estado dos isoladores dos barramentos;
- Medir e registrar o aterramento do painel e do Grupo Gerador;
- Efetuar limpeza geral do quadro;
- Verificar o estado da pintura externa do painel;
- Efetuar a limpeza geral das canaletas de passagem dos cabos;

Com o equipamento Ligado:

- Mudar o modo de operação para "manual" e ligar o gerador;
- Avaliar se a partida do motor diesel ocorreu normalmente na primeira tentativa ou se houve dificuldade;
- Avaliar a condição de funcionamento do motor: rotação contínua a 1.800 rpm e sem falhas ou "engasgos";
- Checar a pressão do óleo do motor;
- Verificar a temperatura da água do sistema de arrefecimento;
- Medir a tensão do gerador nas 3 fases;
- Verificar a frequência do gerador nas 3 fases;
- Verificar se há vazamentos de óleo, combustível e água;
- Realizar teste de transferência de carga, desde que alinhado previamente com a Unidade. Avaliar o comportamento do gerador: temperatura do motor, pressão de óleo, se há vazamentos de fluidos, frequência, corrente por fase, potência consumida por fase e percentual de carga. Anotar parâmetros para inserir no relatório;
- Proceder com o reabastecimento, se necessário.

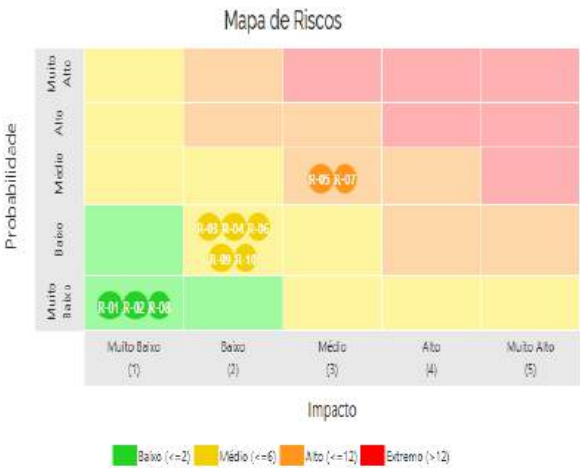
MAPA DE RISCOS

7. Painel

[Voltar](#) [Publicar](#)

Filtrar por fase:

Todas



ESP-ORÇÃO SECCIONAL DE POLÍCIA DE BARRU | 85300

Matriz de Riscos Nº 01/2025

7. Painel

[Voltar](#) [Publicar](#)

Filtrar por fase:

Todas



Lista dos Riscos

Número	Risco	Fase	Probabilidade	Impacto	Nível	Alocado para
1	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR OU TERMO DE REFERÊNCIA COM ESPECIFICAÇÕES E JUSTIFICATIVAS INSUFICIENTES	Planejamento	1	1	Baixo	Administração
2	Erro no cálculo de preço estimado (pesquisa de preços)	Planejamento	1	1	Baixo	Administração
3	Impugnação ao Edital por não parcelamento do objeto	Seleção de Fornecedor	2	2	Médio	Administração
4	Não manutenção das condições de habilitação pela empresa vencedora do certame	Gestão de Contratos	2	2	Médio	Controlada
5	Contratação não ocorrer no período previsto	Planejamento	3	3	Alto	Administração
6	Empresa vencedora da licitação não assinar contrato	Seleção de Fornecedor	2	2	Médio	Administração
7	Falta na execução contratual	Gestão de Contratos	3	3	Alto	Controlada
8	Atraso na medição dos serviços	Gestão de Contratos	1	1	Baixo	Controlada
9	Serviço paralisado	Gestão de Contratos	2	2	Médio	Administração
10	Acidentes - Segurança dos Usuários / Público Visitante	Gestão de Contratos	2	2	Médio	Controlada

Matriz de Gerenciamento de Riscos 61/2025

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos	Responsável pela Edição	Data de Criação
61/2025	PAULO RODOLFO PANHOZA TSE	04/11/2025 11:16
Status da Matriz de Alocação de Riscos		
Assinado (Planejamento)		
Objeto da Matriz de Riscos		
MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E EMERGENCIAL DE 02 (DOIS) GERADORES, INSTALADOS NA CPJ E DELSECPOL DE BAURU, COM FORNECIMENTOS DE PEÇAS		

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR OU TERMO DE REFERÊNCIA COM ESPECIFICAÇÕES E JUSTIFICATIVAS INSUFICIENTES	Levantamento de dados inconsistentes	Planejamento	Administração	Baixo	
	Impactos					
	1	Contratação de objeto diferente ou em desacordo com a necessidade da Administração; Não atendimento ao princípio da motivação de forma eficaz; Diminuição da competição, podendo culminar em uma licitação deserta ou fracassada. Aumento indevidamente do custo da aquisição;				
	Ações Preventivas					
	P-01	Revisar cuidadosamente o Estudo Preliminar e o Termo de Referência, de maneira a reduzir as inconsistências verificadas no planejamento da contratação				
Ações de Contingência						
C-01	A equipe de planejamento da contratação deve solicitar à unidade demandante justificativa complementar com elementos suficientes para que subsidiem a contratação. Revogar ou anular o processo de licitação e emitir despacho ao setor requisitante solicitando adequação da Pesquisa de Preços e do Termo de Referência					
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Erro no cálculo de preço estimado (pesquisa de preços)	Majoração dos preços de mercado em função das alterações do cenário nacional e /ou preços inverídicos repassadas pelos fornecedores	Planejamento	Administração	Baixo	
	Impactos					
	1	Sobrepçoço ou preços inexequíveis; Possíveis negociações desfavoráveis devido a estimativa de preços estar incompatível com os preços oferecidos no mercado. Não atendimento ao princípio da economicidade. Resultados de licitação com preços superiores aos praticados no mercado (preços superestimados)				
	Ações Preventivas					
	P-01	Consultar o site "compras governamentais" a fim de obter os custos praticados em outros órgãos para a prestação do serviço, entre outros. Analisar cuidadosamente as propostas de preços apresentadas pelas empresas consultadas.				
Ações de Contingência						
C-01	Analisar com extensas diligências propostas ofertadas no momento do certame licitatório de maneira a mitigar o risco apresentado. Verificar junto ao setor de Compras novos prazos estimados para aquisição, bem como emitir despacho à unidade requisitante solicitando adequação da pesquisa de preços e do Termo de Referência					
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
	Impugnação ao Edital por não parcelamento	Termo de Referência com especificações e justificativas insuficientes ou excesso de				

R-03	do objeto	formalismo/Restrições nos requisitos de Seleção do Fornecedor	Administração	Médio
	<b>Impactos</b>			
1	Atraso na realização da Contratação pleiteada com a necessidade de republicações e novos prazos; Possível contratação fora do prazo necessário para início dos serviços. Não atendimento à demanda ocasionando prejuízos nas atividades da Contratante.			
	<b>Ações Preventivas</b>			
P-01	Manter pessoas capacitadas junto ao setor de Compras e Equipe de Planejamento da Contratação para responder os questionamentos ou apontamentos das empresas ora licitantes <b>Responsável:</b> PAULO RODOLFO PANHOZA TSE			
	<b>Ações de Contingência</b>			
C-01	Dar prioridade na análise e respostas dos recursos e pedidos de impugnação, justificando e motivando o processo para manutenção do item questionado <b>Responsável:</b> PAULO RODOLFO PANHOZA TSE			

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	Não manutenção das condições de habilitação pela empresa vencedora do certame	Negligência, descuido, omissão, imprudência ou irresponsabilidade da empresa contratada	Gestão de Contrato	Contratada	Médio	
	<b>Impactos</b>					
1	Não atendimento à demanda da Delegacia Seccional de Polícia de Bauru, ocasionando prejuízo nas atividades da Contratante e/ou Prejuízo ao erário					
	<b>Ações Preventivas</b>					
P-01	Acompanhar mensalmente junto aos Sicaf, dentre outros, as condições de habilitação da contratada e se necessário notificá-la para sanar as pendências constadas <b>Responsável:</b> PAULO RODOLFO PANHOZA TSE					
	<b>Ações de Contingência</b>					
C-01	Notificar a Contratada pelo descumprimento de suas obrigações contratuais e aplicar as penalidades prevista em contrato. Abertura de novo procedimento licitatório. <b>Responsável:</b> PAULO RODOLFO PANHOZA TSE					

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-05	Contratação não ocorrer no período previsto	Atraso nos procedimentos internos e externos da licitação	Planejamento	Administração	Alto	
	<b>Impactos</b>					
1	Atraso no início da execução contratual					
	<b>Ações Preventivas</b>					
P-01	Assegurar que os prazos para elaboração dos documentos sejam cumpridos <b>Responsável:</b> PAULO RODOLFO PANHOZA TSE					
	<b>Ações de Contingência</b>					
C-01	Agilização de procedimentos internos, dentro da legalidade <b>Responsável:</b> PAULO RODOLFO PANHOZA TSE					

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-06	Empresa vencedora da licitação não assinar contrato	Licitante não prestar a devida atenção ao objeto que está sendo licitado	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	
	<b>Impactos</b>					
1	Atraso no início da prestação dos serviços					
	<b>Ações Preventivas</b>					
P-01	Setor de licitações deixar claro qual o objeto que está sendo licitado <b>Responsável:</b> PAULO RODOLFO PANHOZA TSE					
	<b>Ações de Contingência</b>					
C-01	Notificar a licitante sobre as sanções que a mesma pode sofrer por não honrar com a obrigação assumida <b>Responsável:</b> PAULO RODOLFO PANHOZA TSE					

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-07	Falha na execução contratual	Descumprimento de obrigações contratuais por parte da Contratada.	Gestão de Contrato	Contratada	Alto	
	<b>Impactos</b>					
1	Processos punitivos, Ações judiciais, quebra do contrato, necessidade de abertura de processo administrativo.					
	<b>Ações Preventivas</b>					
P-01	Fiscalização permanente quando da execução e quando do pagamento da nota fiscal <b>Responsável:</b> PAULO RODOLFO PANHOZA TSE					
	<b>Ações de Contingência</b>					
C-01	Notificações à contratada para providências quanto as regularizações <b>Responsável:</b> PAULO RODOLFO PANHOZA TSE					

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-08	Atraso na medição dos serviços	Não envio da documentação para faturamento	Gestão de Contrato	Contratada	Baixo	
	<b>Impactos</b>					
1	Atraso no faturamento da contratada					
	<b>Ações Preventivas</b>					
P-01	Conscientizar a contratada dos prazos para envio da documentação <b>Responsável:</b> PAULO RODOLFO PANHOZA TSE					
	<b>Ações de Contingência</b>					
C-01	Apurar responsabilidade da falta de envio dos dados <b>Responsável:</b> PAULO RODOLFO PANHOZA TSE					

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
--------	-------	----------------	------	--------------	------------------------	---------

R-09	Serviço paralisado	Contratada deixar de prestar o serviço	Gestão de Contrato	Administração	Médio
	Impactos				
1	Interrupção da prestação dos serviços, ocasionando prejuízos às atividades administrativas e policiais				
	Ações Preventivas				
P-01	Realizar contratação emergencial			Responsável: PAULO RODOLFO PANHOZA TSE	
	Ações de Contingência				
C-01	Adequação das quantidades			Responsável: PAULO RODOLFO PANHOZA TSE	

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-10	Acidentes - Segurança dos Usuários /Público Visitante	Falta de manutenção adequada, periódica, de empresa especializada, que além de não garantir o pleno funcionamento, possa colocar em risco a segurança dos usuários e do público, deixando expostos a possibilidade de acidentes.	Gestão de Contrato	Contratada	Médio	
Impactos						
1	Risco para a segurança dos usuários e do público visitante, deixando expostos a possibilidade de acidentes					
Ações Preventivas						
P-01	Fiscal do Contrato, com suporte técnico, verificar se a manutenção está sendo realizada com a frequência estabelecida			Responsável: PAULO RODOLFO PANHOZA TSE		
P-02	Contratada incluir orientações para evitar que pessoas leigas manipulem o gerador, a fim de evitar a ocorrência de acidentes.			Responsável: PAULO RODOLFO PANHOZA TSE		
Ações de Contingência						
C-01	Fiscal do contrato notificar a empresa em caso de descumprimento das cláusulas contratuais da execução da manutenção e conservação.			Responsável: PAULO RODOLFO PANHOZA TSE		

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

PAULO RODOLFO PANHOZA TSE

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 02/02/2026 às 12:01:25.

Relatório de pesquisa de preço

Relatório Resumido

Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
2/2026	180299	Concluída	PRISCILA NAZZI TROVA

Título: MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE DOIS GERADORES, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS

Observações: MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA, EMERGENCIAL E GERENCIAMENTO/MONITORAMENTO REMOTO DE 02 GERADORES, DIESEL, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, SENDO UM INSTALADO NA CENTRAL DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DE BAURU E OUTRO NA DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE BAURU

Total de itens cotados: 1Valor total da pesquisa de preços: R\$ 7.600,0000

Itens cotados

Item: 1

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
2356 - Manutenção de Grupos Diesel Gerador de Emergência	UNIDADE	2
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	● Mediana
R\$ 2.060,0000	R\$ 6.667,6667	R\$ 3.800,0000
Coeficiente de Variação: 89,7864%		
Desvio Padrão: 5.986,6558		
Maior Preço: R\$ 24.989,0000		
Método de cálculo adotado: Mediana		

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 2.150,0000	02/02/2026	Sim
2	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 16.560,0000	29/01/2026	Sim
3	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 16.560,0000	29/01/2026	Sim
4	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	2	UNIDADE	R\$ 6.799,0000	27/01/2026	Sim
5	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	3	UNIDADE	R\$ 2.091,0000	27/01/2026	Sim
6	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	3	UNIDADE	R\$ 2.789,0000	27/01/2026	Sim
7	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	3	UNIDADE	R\$ 6.200,0000	27/01/2026	Sim
8	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	3	UNIDADE	R\$ 12.994,0000	27/01/2026	Sim
9	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	3	UNIDADE	R\$ 25.200,0000	27/01/2026	Não

10	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	3 UNIDADE	R\$ 5.300,0000	27/01/2026	Sim
11	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	3 UNIDADE	R\$ 7.999,0000	27/01/2026	Sim
12	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	3 UNIDADE	R\$ 4.797,0000	27/01/2026	Sim
13	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	3 UNIDADE	R\$ 2.996,0000	27/01/2026	Sim
14	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	3 UNIDADE	R\$ 7.588,0000	27/01/2026	Sim
15	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	3 UNIDADE	R\$ 24.989,0000	27/01/2026	Sim
16	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	3 UNIDADE	R\$ 2.999,0000	27/01/2026	Sim
17	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	3 UNIDADE	R\$ 2.078,0000	27/01/2026	Sim
18	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	3 UNIDADE	R\$ 3.399,0000	27/01/2026	Sim
19	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	3 UNIDADE	R\$ 2.380,0000	27/01/2026	Sim
20	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	3 UNIDADE	R\$ 3.493,0000	27/01/2026	Sim
21	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	3 UNIDADE	R\$ 2.060,0000	27/01/2026	Sim
22	IV	IDP2 ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. - Fornecedor	2	R\$ 3.800,0000	04/02/2026	Sim

Legenda:

⚠ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Relatório emitido em 04/02/2026 15:18

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre  $(X-\mu)^2$ , onde  $\mu$  representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$



# Relatório de pesquisa de preço

Relatório Detalhado

## Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
2/2026	180299	Concluída	PRISCILA NAZZI TROVA
Título: MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE DOIS GERADORES, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS			
Observações: MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA, EMERGENCIAL E GERENCIAMENTO/MONITORAMENTO REMOTO DE 02 GERADORES, DIESEL, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, SENDO UM INSTALADO NA CENTRAL DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DE BAURU E OUTRO NA DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE BAURU			
Total de itens cotados: 1		Valor total da pesquisa de preços: R\$ 7.600,0000	

## Itens cotados

Item: 1

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
2356 - Manutenção de Grupos Diesel Gerador de Emergência	UNIDADE	2
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	● Mediana
R\$ 2.060,0000	R\$ 6.667,6667	R\$ 3.800,0000
Coeficiente de Variação: 89,7864%		
Desvio Padrão: 5.986,6558		
Maior Preço: R\$ 24.989,0000		
Método de cálculo adotado: Mediana		

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 2.150,0000	02/02/2026	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
94300105910322025	02/02/2026	1	Objeto: Pregão Eletrônico - O objeto da licitação é a prestação dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS, EM 05 (CINCO) GRUPOS GERADORES DE ENERGIA ELÉTRICA, INSTALADOS EM UNIDADES DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL (SSPDS) E SUAS RESPECTIVAS COORDENADORIAS, LOCALIZADAS NOS MUNICÍPIOS DE FORTALEZA, JUAZEIRO DO NORTE, SOBRAL E CRATEÚS, NO ESTADO DO CEARÁ, nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	943001	SISPP	Pregão

**Fornecedor**  
POWER SERVICOS DE AUTOMACAO MONTAGENS E INSTALACOES LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	<a href="#">Acesse o Edital</a>	<a href="#">Acesse a compra</a>

**Critério Julgamento Item**  
Menor Preço

**Descrição Detalhada**  
Serviço Mensal de Manutenção Preventiva e Corretiva com Reposição de Peças: 2 (dois) Grupo De Geradores de Emergência Potência: 360 KVA; Motor: Scania; Modelo: DC-9072 Alternador: Weg Tipo: Estrela Voltagem: 380 Quadro: QTA Stemac Local: CISP Fortaleza CE. COMPRASNET: UNIDADE = MÊS

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 16.560,0000	29/01/2026	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
12063205900812025	29/01/2026	2	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para realização de serviço continuado, sem dedicação de mão de obra exclusiva, de manutenção preventiva e corretiva em grupos geradores (principal e auxiliar), com fornecimento de materiais e peças necessários paraa execução dos serviços, a fim de atender as necessidades do Hospital de Aeronáutica de Recife (HARF) e da Odontoclínica de Aeronáutica de Recife (OARF)

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	120632	SISPP	Pregão

**Fornecedor**  
POWER SERVICOS DE AUTOMACAO MONTAGENS E INSTALACOES LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	<a href="#">Acesse o Edital</a>	<a href="#">Acesse a compra</a>

**Critério Julgamento Item**  
Menor Preço

**Descrição Detalhada**  
Contratação de empresa especializada para executar manutenção preventiva e corretiva de grupo motor gerador (GMG) trifásico, marca Volvo Penta /Heimer (modelo do motor: Volvo Penta TAD 1242GE e modelo do gerador: Heimer 40/34), com fornecimento total de materiais e peças necessários para a execução dos serviços (REQ.: IOS127002SA).

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 16.560,0000	29/01/2026	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
12063205900812025	29/01/2026	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para realização de serviço continuado, sem dedicação de mão de obra exclusiva, de manutenção preventiva e corretiva em grupos geradores (principal e auxiliar), com fornecimento de materiais e peças necessários paraa execução dos serviços, a fim de atender as necessidades do Hospital de Aeronáutica de Recife (HARF) e da Odontoclínica de Aeronáutica de Recife (OARF)

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	120632	SISPP	Pregão

**Fornecedor**  
POWER SERVICOS DE AUTOMACAO MONTAGENS E INSTALACOES LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	<a href="#">Acesse o Edital</a>	<a href="#">Acesse a compra</a>

**Critério Julgamento Item**  
Menor Preço

**Descrição Detalhada**  
Contratação de empresa especializada para executar manutenção preventiva e corretiva de grupo motor gerador (GMG) trifásico cabinado, marca Cummins/Weg (modelo do motor: Cummins QSL9-G5 e modelo do gerador: Weg AG10250MIOO), com fornecimento total de materiais e peças necessários para a execução dos serviços(REQ.: IOS127001SA).

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

4	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	2	UNIDADE	R\$ 6.799,0000	27/01/2026	Sim
---	---	--	---	---------	----------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
12063105900472025	27/01/2026	182	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratac a o de servic os de manutenc a o dos grupos geradores da GUARNAE-NT. PAG: 67222.001175/2025-67

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	120631	SISRP	Pregão

**Fornecedor**  
MFMB ELETROCEL GRUPOS GERADORES LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	<a href="#">Acesse a Ata</a>	<a href="#">Acesse o Edital</a>	<a href="#">Acesse a compra</a>

**Critério Julgamento Item**  
Menor Preço

**Descrição Detalhada**  
SERVIC O DE MANUTENC A O PREVENTIVA COM FORNECIMENTO DE INSUMOS PARA ATENDER GRUPO GERADOR DIESEL CABINADO GENSET SOLUTION 240KW, MOTOR R6126ZLD, ALTERNADOR YHG-240KW, TENSA O DE SAI DA 380/220V, FREQUE NCIA 60HZ, INSTALADO NO CENTRODE LANC AMENTO DA BARREIRA DO INFERNO (CLBI). INCLUINDO OS SEGUINTES SERVIC OS. DESCRIC A O COMPLEMENTAR: SUBSTITUIC A O DE 80 (OITENTA) LITROS O LEO LUBRIFICANTE PARA MOTOR DIESEL EXTRA TURBO, 01 (UM) FILTRO DE O LEO LUBRIFICANTE, 02(DOIS) FILTRO DE COMBUSTI VEL . (O LEO LUBRIFICANTE TIPO SAE 15W40 ACEA E7 API CI-4 OU SIMILAR, FILTRO DE O LEO REF.0818 OU SIMILAR E FILTRO DE COMBUSTI VEL REF. 1334 OU SIMILAR ); LIMPEZA DO SISTEMA DE ARREFECIMENTO COM FORNECIMENTODE 120 (CENTO E VINTE) LITROS DE FLUIDO DE ARREFECIMENTO CONFORME ESPECIFICACA O DO MANUAL DO FABRICANTE MAIS SUBSTITUIC A O DE 01 UM FILTRO DE A GUA. (FLUIDO DE ARREFECIMENTO: A GUA DESTILADA MAIS ADITIVO TIPO RADIEX DE ALTO DESEMPENHO, LINHA PESADA OU SIMILAR PARA GERADORES A DIESEL, FILTRO DE A GUA ); SUBSTITUIC A O DE 01 (UM) FILTRO DE AR (FILTRO DE AR MODELO 2640 OU SIMILAR); E LAVAGEM INTERNA.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

5	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	3	UNIDADE	R\$ 2.091,0000	27/01/2026	Sim
---	---	--	---	---------	----------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
12063105900472025	27/01/2026	180	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratac a o de servic os de manutenc a o dos grupos geradores da GUARNAE-NT. PAG: 67222.001175/2025-67

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	120631	SISRP	Pregão

**Fornecedor**  
MFMB ELETROCEL GRUPOS GERADORES LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	<a href="#">Acesse a Ata</a>	<a href="#">Acesse o Edital</a>	<a href="#">Acesse a compra</a>

**Critério Julgamento Item**  
Menor Preço

**Descrição Detalhada**  
SERVIC O DE MANUTENC A O EM GRUPO MOTOR GERADOR CUMMINS QSX15-G9 C500D6 4 DE 625 KVA INSTALADO NO CENTRO DE LANC AMENTO DA BARREIRA DO INFERNO (CLBI). COM FORNECIMENTO DE INSUMOS E MATERIAIS PARA SUBSTITUIC A O DAS RESISTE NCIAS DEPRE - AQUECIMENTO.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

6	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	3	UNIDADE	R\$ 2.789,0000	27/01/2026	Sim
---	---	---	---	---------	----------------	------------	-----

<b>Id da Compra</b>	<b>Comprado em</b>	<b>Nº do Item</b>	<b>Objeto da Compra</b>
12063105900472025	27/01/2026	179	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratac a o de servic os de manutenc a o dos grupos geradores da GUARNAE-NT. PAG: 67222.001175/2025-67
<b>Esfera</b>	<b>UASG</b>	<b>Forma</b>	<b>Modalidade</b>
Federal	120631	SISRP	Pregão
<b>Fornecedor</b>	MFMB ELETROCEL GRUPOS GERADORES LTDA		
<b>Índice e Valor</b>	<b>Ata</b>	<b>Editais</b>	<b>Compra</b>
-	<a href="#">Acesse a Ata</a>	<a href="#">Acesse o Edital</a>	<a href="#">Acesse a compra</a>
<b>Critério Julgamento Item</b>	Menor Preço		

**Descrição Detalhada**

SERVIC O DE MANUTENC A O EM GRUPO MOTOR GERADOR CUMMINS QSX15-G9 C500D6 4 DE 625 KVA INSTALADO NO CENTRO DE LANC AMENTO DA BARREIRA DO INFERNO (CLBI). COM FORNECIMENTO DE INSUMOS E MATERIAIS PARA SUBSTITUIC A O DOS RELE S INTERRUPTORES MAGNE TICOS DE PARTIDA (REF. 3050692 OU SIMILAR).

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

7	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	3	UNIDADE	R\$ 6.200,0000	27/01/2026	Sim
---	---	---	---	---------	----------------	------------	-----

<b>Id da Compra</b>	<b>Comprado em</b>	<b>Nº do Item</b>	<b>Objeto da Compra</b>
12063105900472025	27/01/2026	178	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratac a o de servic os de manutenc a o dos grupos geradores da GUARNAE-NT. PAG: 67222.001175/2025-67
<b>Esfera</b>	<b>UASG</b>	<b>Forma</b>	<b>Modalidade</b>
Federal	120631	SISRP	Pregão
<b>Fornecedor</b>	MEGAVOLT ENERGIA MANUTENCOES, SERVICOS, INSTALACOES DE GRUPOS GERADORES LTDA		
<b>Índice e Valor</b>	<b>Ata</b>	<b>Editais</b>	<b>Compra</b>
-	<a href="#">Acesse a Ata</a>	<a href="#">Acesse o Edital</a>	<a href="#">Acesse a compra</a>
<b>Critério Julgamento Item</b>	Menor Preço		

**Descrição Detalhada**

SERVIC O DE MANUTENC A O EM GRUPO MOTOR GERADOR CUMMINS QSX15-G9 C500D6 4 DE 625 KVA INSTALADO NO CENTRO DE LANC AMENTO DA BARREIRA DO INFERNO (CLBI). COM FORNECIMENTO DE INSUMOS E MATERIAIS PARA SUBSTITUIC A O DOS DISPLAYS (IHM) (REF. 0300-6315-02).

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

8	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	3	UNIDADE	R\$ 12.994,0000	27/01/2026	Sim
---	---	--	---	---------	-----------------	------------	-----

<b>Id da Compra</b>	<b>Comprado em</b>	<b>Nº do Item</b>	<b>Objeto da Compra</b>
12063105900472025	27/01/2026	170	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratac a o de servic os de manutenc a o dos grupos geradores da GUARNAE-NT. PAG: 67222.001175/2025-67
<b>Esfera</b>	<b>UASG</b>	<b>Forma</b>	<b>Modalidade</b>
Federal	120631	SISRP	Pregão
<b>Fornecedor</b>	MFMB ELETROCEL GRUPOS GERADORES LTDA		
<b>Índice e Valor</b>	<b>Ata</b>	<b>Edital</b>	<b>Compra</b>
-	<a href="#">Acesse a Ata</a>	<a href="#">Acesse o Edital</a>	<a href="#">Acesse a compra</a>
<b>Critério Julgamento Item</b>	Menor Preço		
<b>Descrição Detalhada</b>	SERVIC O DE MANUTENC A O EM GRUPO MOTOR GERADOR CUMMINS QSX15-G9 C500D6 4 DE 625 KVA INSTALADO NO CENTRO DE LANC AMENTO DA BARREIRA DO INFERNO (CLBI). COM FORNECIMENTO DE INSUMOS E MATERIAIS PARA PINTURA E REPARO DO SKID.		

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

9	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	3	UNIDADE	R\$ 25.200,0000	27/01/2026	Não
---	---	--	---	---------	-----------------	------------	-----

<b>Id da Compra</b>	<b>Comprado em</b>	<b>Nº do Item</b>	<b>Objeto da Compra</b>
12063105900472025	27/01/2026	169	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratac a o de servic os de manutenc a o dos grupos geradores da GUARNAE-NT. PAG: 67222.001175/2025-67
<b>Esfera</b>	<b>UASG</b>	<b>Forma</b>	<b>Modalidade</b>
Federal	120631	SISRP	Pregão
<b>Fornecedor</b>	MEGAVOLT ENERGIA MANUTENCOES, SERVICOS, INSTALACOES DE GRUPOS GERADORES LTDA		
<b>Índice e Valor</b>	<b>Ata</b>	<b>Edital</b>	<b>Compra</b>
-	<a href="#">Acesse a Ata</a>	<a href="#">Acesse o Edital</a>	<a href="#">Acesse a compra</a>
<b>Critério Julgamento Item</b>	Menor Preço		
<b>Descrição Detalhada</b>	SERVIC O DE MANUTENC A O EM GRUPO MOTOR GERADOR CUMMINS QSX15-G9 C500D6 4 DE 625 KVA INSTALADO NO CENTRO DE LANC AMENTO DA BARREIRA DO INFERNO (CLBI). COM FORNECIMENTO DE INSUMOS E MATERIAIS PARA REJUVENECIMENTO DA ISOLAC A O DOS CAMPOS DE BOBINAS.		

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

10	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	3	UNIDADE	R\$ 5.300,0000	27/01/2026	Sim
----	---	---	---	---------	----------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
12063105900472025	27/01/2026	167	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratac a o de servic os de manutenc a o dos grupos geradores da GUARNAE-NT. PAG: 67222.001175/2025-67

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	120631	SISRP	Pregão

Fornecedor
MEGAVOLT ENERGIA MANUTENCOES, SERVICOS, INSTALACOES DE GRUPOS GERADORES LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	<a href="#">Acesse a Ata</a>	<a href="#">Acesse o Edital</a>	<a href="#">Acesse a compra</a>

Critério Julgamento Item
Menor Preço

Descrição Detalhada
SERVIC O DE MANUTENC A O EM GRUPO MOTOR GERADOR CUMMINS QSX15-G9 C500D6 4 DE 625 KVA INSTALADO NO CENTRO DE LANC AMENTO DA BARREIRA DO INFERNO (CLBI). COM FORNECIMENTO DE INSUMOS E MATERIAIS PARA TROCA DO CARTUCHO DO ROLAMENTO NDE (REF. A053X255, OU SIMILAR).

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

11	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	3	UNIDADE	R\$ 7.999,0000	27/01/2026	Sim
----	---	---	---	---------	----------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
12063105900472025	27/01/2026	166	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratac a o de servic os de manutenc a o dos grupos geradores da GUARNAE-NT. PAG: 67222.001175/2025-67

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	120631	SISRP	Pregão

Fornecedor
MFMB ELETROCEL GRUPOS GERADORES LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	<a href="#">Acesse a Ata</a>	<a href="#">Acesse o Edital</a>	<a href="#">Acesse a compra</a>

Critério Julgamento Item
Menor Preço

Descrição Detalhada
SERVIC O DE MANUTENC A O EM GRUPO MOTOR GERADOR CUMMINS QSX15-G9 C500D6 DE 625 KVA INSTALADO NO CENTRO DE LANC AMENTO DA BARREIRA DO INFERNO (CLBI). COM FORNECIMENTO DE INSUMOS E MATERIAIS PARA TROCA DO JOGO DE BOMBA D A GUA (REF. 5473363, OU SIMILAR).



Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

12	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	3	UNIDADE	R\$ 4.797,0000	27/01/2026	Sim
----	---	--	---	---------	----------------	------------	-----

<b>Id da Compra</b>	<b>Comprado em</b>	<b>Nº do Item</b>	<b>Objeto da Compra</b>
12063105900472025	27/01/2026	164	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratac a o de servic os de manutenc a o dos grupos geradores da GUARNAE-NT. PAG: 67222.001175/2025-67
<b>Esfera</b>	<b>UASG</b>	<b>Forma</b>	<b>Modalidade</b>
Federal	120631	SISRP	Pregão
<b>Fornecedor</b>	MFMB ELETROCEL GRUPOS GERADORES LTDA		
<b>Índice e Valor</b>	<b>Ata</b>	<b>Editais</b>	<b>Compra</b>
-	<a href="#">Acesse a Ata</a>	<a href="#">Acesse o Edital</a>	<a href="#">Acesse a compra</a>
<b>Critério Julgamento Item</b>	Menor Preço		
<b>Descrição Detalhada</b>	SERVIC O DE MANUTENC A O EM GRUPO MOTOR GERADOR CUMMINS QSX15-G9 C500D6 4 DE 625 KVA INSTALADO NO CENTRO DE LANC AMENTO DA BARREIRA DO INFERNO (CLBI). COM FORNECIMENTO DE INSUMOS E MATERIAIS PARA SUBSTITUIC A O DAS JUNTAS DAS TAMPAS DE TUCHO		

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

13	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	3	UNIDADE	R\$ 2.996,0000	27/01/2026	Sim
----	---	--	---	---------	----------------	------------	-----

<b>Id da Compra</b>	<b>Comprado em</b>	<b>Nº do Item</b>	<b>Objeto da Compra</b>
12063105900472025	27/01/2026	161	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratac a o de servic os de manutenc a o dos grupos geradores da GUARNAE-NT. PAG: 67222.001175/2025-67
<b>Esfera</b>	<b>UASG</b>	<b>Forma</b>	<b>Modalidade</b>
Federal	120631	SISRP	Pregão
<b>Fornecedor</b>	MFMB ELETROCEL GRUPOS GERADORES LTDA		
<b>Índice e Valor</b>	<b>Ata</b>	<b>Editais</b>	<b>Compra</b>
-	<a href="#">Acesse a Ata</a>	<a href="#">Acesse o Edital</a>	<a href="#">Acesse a compra</a>
<b>Critério Julgamento Item</b>	Menor Preço		
<b>Descrição Detalhada</b>	SERVIC O DE MANUTENC A O EM GRUPO MOTOR GERADOR CUMMINS QSX15-G9 C500D6 4 DE 625 KVA INSTALADO NO CENTRO DE LANC AMENTO DA BARREIRA DO INFERNO (CLBI). COM FORNECIMENTO DE INSUMOS E MATERIAIS PARA REALIZAR SOLDA NA COLME IA DO RADIADOR COM VAZAMENTO DE A GUA.		

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

14	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	3	UNIDADE	R\$ 7.588,0000	27/01/2026	Sim
----	---	--	---	---------	----------------	------------	-----

<b>Id da Compra</b>	<b>Comprado em</b>	<b>Nº do Item</b>	<b>Objeto da Compra</b>
12063105900472025	27/01/2026	160	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratac a o de servic os de manutenc a o dos grupos geradores da GUARNAE-NT. PAG: 67222.001175/2025-67
<b>Esfera</b>	<b>UASG</b>	<b>Forma</b>	<b>Modalidade</b>
Federal	120631	SISRP	Pregão
<b>Fornecedor</b>	MFMB ELETROCEL GRUPOS GERADORES LTDA		
<b>Índice e Valor</b>	<b>Ata</b>	<b>Edital</b>	<b>Compra</b>
-	<a href="#">Acesse a Ata</a>	<a href="#">Acesse o Edital</a>	<a href="#">Acesse a compra</a>
<b>Critério Julgamento Item</b>	Menor Preço		
<b>Descrição Detalhada</b>	SERVIC O DE MANUTENC A O EM GRUPO MOTOR GERADOR CUMMINS QSX15-G9 C500D6 4 DE 625 KVA INSTALADO NO CENTRO DE LANC AMENTO DA BARREIRA DO INFERNO (CLBI). COM FORNECIMENTO DE INSUMOS E MATERIAIS PARA SUBSTITUIC A O DE GOVERNADOR DE ROTAC A O.		

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

15	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	3	UNIDADE	R\$ 24.989,0000	27/01/2026	Sim
----	---	--	---	---------	-----------------	------------	-----

<b>Id da Compra</b>	<b>Comprado em</b>	<b>Nº do Item</b>	<b>Objeto da Compra</b>
12063105900472025	27/01/2026	159	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratac a o de servic os de manutenc a o dos grupos geradores da GUARNAE-NT. PAG: 67222.001175/2025-67
<b>Esfera</b>	<b>UASG</b>	<b>Forma</b>	<b>Modalidade</b>
Federal	120631	SISRP	Pregão
<b>Fornecedor</b>	MFMB ELETROCEL GRUPOS GERADORES LTDA		
<b>Índice e Valor</b>	<b>Ata</b>	<b>Edital</b>	<b>Compra</b>
-	<a href="#">Acesse a Ata</a>	<a href="#">Acesse o Edital</a>	<a href="#">Acesse a compra</a>
<b>Critério Julgamento Item</b>	Menor Preço		
<b>Descrição Detalhada</b>	SERVIC O DE MANUTENC A O EM GRUPO MOTOR GERADOR CUMMINS QSX15-G9 C500D6 4 DE 625 KVA INSTALADO NO CENTRO DE LANC AMENTO DA BARREIRA DO INFERNO (CLBI). COM FORNECIMENTO DE INSUMOS E MATERIAIS PARA SUBSTITUIC A O DE MO DULO COMANDO(USCA).		

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

16	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	3	UNIDADE	R\$ 2.999,0000	27/01/2026	Sim
----	---	--	---	---------	----------------	------------	-----

<b>Id da Compra</b>	<b>Comprado em</b>	<b>Nº do Item</b>	<b>Objeto da Compra</b>
12063105900472025	27/01/2026	158	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratac a o de servic os de manutenc a o dos grupos geradores da GUARNAE-NT. PAG: 67222.001175/2025-67
<b>Esfera</b>	<b>UASG</b>	<b>Forma</b>	<b>Modalidade</b>
Federal	120631	SISRP	Pregão
<b>Fornecedor</b>	MFMB ELETROCEL GRUPOS GERADORES LTDA		
<b>Índice e Valor</b>	<b>Ata</b>	<b>Editais</b>	<b>Compra</b>
-	<a href="#">Acesse a Ata</a>	<a href="#">Acesse o Edital</a>	<a href="#">Acesse a compra</a>
<b>Critério Julgamento Item</b>	Menor Preço		
<b>Descrição Detalhada</b>	SERVIC O DE MANUTENC A O EM GRUPO MOTOR GERADOR CUMMINS QSX15-G9 C500D6 4 DE 625 KVA INSTALADO NO CENTRO DE LANC AMENTO DA BARREIRA DO INFERNO (CLBI). COM FORNECIMENTO DE INSUMOS PARA SUBSTITUIC A O DE REGULADOR DE TENSA O DE 24V.		

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

17	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	3	UNIDADE	R\$ 2.078,0000	27/01/2026	Sim
----	---	--	---	---------	----------------	------------	-----

<b>Id da Compra</b>	<b>Comprado em</b>	<b>Nº do Item</b>	<b>Objeto da Compra</b>
12063105900472025	27/01/2026	157	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratac a o de servic os de manutenc a o dos grupos geradores da GUARNAE-NT. PAG: 67222.001175/2025-67
<b>Esfera</b>	<b>UASG</b>	<b>Forma</b>	<b>Modalidade</b>
Federal	120631	SISRP	Pregão
<b>Fornecedor</b>	HIPERLINK COMERCIO E SERVICO LTDA		
<b>Índice e Valor</b>	<b>Ata</b>	<b>Editais</b>	<b>Compra</b>
-	<a href="#">Acesse a Ata</a>	<a href="#">Acesse o Edital</a>	<a href="#">Acesse a compra</a>
<b>Critério Julgamento Item</b>	Menor Preço		
<b>Descrição Detalhada</b>	SERVIC O DE MANUTENC A O EM GRUPO MOTOR GERADOR CUMMINS QSX15-G9 C500D6 4 DE 625 KVA INSTALADO NO CENTRO DE LANC AMENTO DA BARREIRA DO INFERNO (CLBI). COM FORNECIMENTO DE INSUMOS PARA SUBSTITUIC A O DE FLUTUADOR DE 24V		

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

18	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	3	UNIDADE	R\$ 3.399,0000	27/01/2026	Sim
----	---	--	---	---------	----------------	------------	-----

<b>Id da Compra</b>	<b>Comprado em</b>	<b>Nº do Item</b>	<b>Objeto da Compra</b>
12063105900472025	27/01/2026	156	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratac a o de servic os de manutenc a o dos grupos geradores da GUARNAE-NT. PAG: 67222.001175/2025-67
<b>Esfera</b>	<b>UASG</b>	<b>Forma</b>	<b>Modalidade</b>
Federal	120631	SISRP	Pregão
<b>Fornecedor</b>	MFMB ELETROCEL GRUPOS GERADORES LTDA		
<b>Índice e Valor</b>	<b>Ata</b>	<b>Edital</b>	<b>Compra</b>
-	<a href="#">Acesse a Ata</a>	<a href="#">Acesse o Edital</a>	<a href="#">Acesse a compra</a>
<b>Critério Julgamento Item</b>	Menor Preço		
<b>Descrição Detalhada</b>	SERVIC O DE MANUTENC A O EM GRUPO MOTOR GERADOR CUMMINS QSX15-G9 C500D6 4 DE 625 KVA INSTALADO NO CENTRO DE LANC AMENTO DA BARREIRA DO INFERNO (CLBI). COM FORNECIMENTO DE INSUMOS PARA MANUTENC A O E SINCRONIZAC A O DE GRUPO GERADORCOM A REDE ELE TRICA DA CONCESSIONA RIA.		

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

19	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	3	UNIDADE	R\$ 2.380,0000	27/01/2026	Sim
----	---	--	---	---------	----------------	------------	-----

<b>Id da Compra</b>	<b>Comprado em</b>	<b>Nº do Item</b>	<b>Objeto da Compra</b>
12063105900472025	27/01/2026	155	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratac a o de servic os de manutenc a o dos grupos geradores da GUARNAE-NT. PAG: 67222.001175/2025-67
<b>Esfera</b>	<b>UASG</b>	<b>Forma</b>	<b>Modalidade</b>
Federal	120631	SISRP	Pregão
<b>Fornecedor</b>	HIPERLINK COMERCIO E SERVICO LTDA		
<b>Índice e Valor</b>	<b>Ata</b>	<b>Edital</b>	<b>Compra</b>
-	<a href="#">Acesse a Ata</a>	<a href="#">Acesse o Edital</a>	<a href="#">Acesse a compra</a>
<b>Critério Julgamento Item</b>	Menor Preço		
<b>Descrição Detalhada</b>	SERVIC O DE MANUTENC A O EM GRUPO MOTOR GERADOR CUMMINS QSX15-G9 C500D6 4 DE 625 KVA INSTALADO NO CENTRO DE LANC AMENTO DA BARREIRA DO INFERNO (CLBI). COM FORNECIMENTO DE INSUMOS PARA SUBSTITUIC A O DAS ESCOVAS E LIMPEZA DO INDUZIDO DO MOTOR DE PARTIDA.		

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

20	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	3	UNIDADE	R\$ 3.493,0000	27/01/2026	Sim
----	---	--	---	---------	----------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
12063105900472025	27/01/2026	153	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratac a o de servic os de manutenc a o dos grupos geradores da GUARNAE-NT. PAG: 67222.001175/2025-67

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	120631	SISRP	Pregão

**Fornecedor**  
MFMB ELETROCEL GRUPOS GERADORES LTDA

Índice e Valor	Ata	Editais	Compra
-	<a href="#">Acesse a Ata</a>	<a href="#">Acesse o Edital</a>	<a href="#">Acesse a compra</a>

**Critério Julgamento Item**  
Menor Preço

**Descrição Detalhada**  
SERVIC O DE MANUTENC A O EM GRUPO MOTOR GERADORCUMMINS QSX15-G9 C500D6 4 DE625 KVA INSTALADO NO CENTRO DE LANC AMENTO DA BARREIRA DO INFERNO (CLBI). COMFORNECIMENTO DE INSUMOS PARA VERIFICAR/TESTAR RI E RESIST. O HMICA DO CAMPO DA EXCITATRIZ, RI E RESIST. O HMICA DO CAMPO PRINCIPAL, RI E RESIST. O HMICA DOROTOR PRINCIPAL, RI E RESIST. O HMICA DO ROTOR DA EXCITATRIZ E VERIFICAR /TESTAR RI E RESIST. O HMICA BOBINA AUXILIAR.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

21	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	3	UNIDADE	R\$ 2.060,0000	27/01/2026	Sim
----	---	--	---	---------	----------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
12063105900472025	27/01/2026	152	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratac a o de servic os de manutenc a o dos grupos geradores da GUARNAE-NT. PAG: 67222.001175/2025-67

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	120631	SISRP	Pregão

**Fornecedor**  
HIPERLINK COMERCIO E SERVICO LTDA

Índice e Valor	Ata	Editais	Compra
-	<a href="#">Acesse a Ata</a>	<a href="#">Acesse o Edital</a>	<a href="#">Acesse a compra</a>

**Critério Julgamento Item**  
Menor Preço

**Descrição Detalhada**  
SERVIC O DE MANUTENC A O EM GRUPO MOTOR GERADOR CUMMINS QSX15-G9 C500D6 4 DE 625 KVA INSTALADO NO CENTRO DE LANC AMENTO DA BARREIRA DO INFERNO (CLBI). COM FORNECIMENTO DE INSUMOS PARA SUBSTITUIC A O DO CARREGADOR DE BATERIA 24V (A073P332, OU SIMILAR).

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
22	IV	IDP2 ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. - Fornecedor	2		R\$ 3.800,0000	04/02/2026	Sim

Identificação do Fornecedor

37.321.351/0001-04

Endereço Eletrônico

[michele.bueno@edp2.eng.br](mailto:michele.bueno@edp2.eng.br)

Data da Cotação

04/02/2026

Hora da Cotação

15:06

Validade da Cotação

04/05/2026

Contato

[michele.bueno@edp2.eng.br](mailto:michele.bueno@edp2.eng.br)



Informações Adicionais

MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE 2 (DOIS) GERADORES, SENDO 1 (UM) INSTALADO NA CPJ BAURU E 1 (UM) INSTALADO NA DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE BAURU

Anexos

PROPOSTA CONTRATO DE GERADOR - PEDIDO DE ORÇAMENTO ASSINADO.pdf

Legenda:

-  Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
-  Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Relatório emitido em 04/02/2026 15:19

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre  $(X-\mu)^2$ , onde  $\mu$  representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$

ESP-DELEG.SECCIONAL DE POLICIA DE BAURU

Termo de Referência 2/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
2/2026	180299-ESP-DELEG.SECCIONAL DE POLICIA DE BAURU	CAROLINA OLIVA	11/02/2026 11:45 (v 0.7)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		058.00121204/2024-67

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços contínuos, sem mão de obra exclusiva, de manutenção preventiva, corretiva, emergencial e gerenciamento /monitoramento remoto para sistemas pertencente a grupo de geradores, diesel, sendo 01 instalado na Central de Polícia Judiciária de Bauru e 01 instalado na Delegacia Seccional de Polícia de Bauru, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL (ESTIMADO MENSAL)
1	Serviço de manutenção preventiva, corretiva, emergencial e monitoramento /gerenciamento remoto, incluindo o fornecimento e substituição de partes e peças de 02 (dois) geradores, sendo um instalado no prédio da CPJ Bauru/SP e um instalado na Delegacia Seccional de Polícia de Bauru, CONFORME DEFINIÇÃO E DESCRIÇÃO CONTIDA NO TERMO DE REFERÊNCIA. Obs: A Contratada deverá prever no custo unitário mensal todos	2356	UNIDADE	2	3.800,00	7.600,00

os custos com materiais, peças, insumos, ferramentas, componentes, abastecimento, motor, mão de obra para manter os equipamentos geradores em pleno funcionamento durante a vigência contratual					
TOTAL GERAL ESTIMADO PARA 12 MESES					R\$ 91.200,00
TOTAL GERAL ESTIMADO PARA 60 MESES					R\$ 456.000,00

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) meses contados da emissão da ordem de início de serviços, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. O serviço é enquadrado como contínuo, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra e com predominância de mão de obra, tendo em vista que a interrupção dos serviços pode comprometer a continuidade das atividades da Administração já que é necessário que o gerador esteja em pleno e perfeito funcionamento para gerar e manter a energia em caso de interrupção da energia da rede pública, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 206, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 03 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.



## 4. Requisitos da contratação

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. A contratada, para a execução dos serviços, deverá observar as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial as contidas na Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), no que couber.

4.1.2. A CONTRATADA deverá respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

4.1.3. A manutenção dos equipamentos só poderá ser efetuada por funcionários devidamente habilitados, qualificados, treinados, identificados, uniformizados e portando equipamentos de proteção individual (EPI's) adequados.

4.1.4. Os produtos químicos, a serem utilizados na execução dos serviços, deverão estar previamente registrados no órgão federal competente, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura, conforme legislação aplicável ao tema.

4.1.5. A CONTRATADA deverá contribuir para as boas práticas de sustentabilidade, baseadas na otimização de recursos e na redução da poluição ambiental, tais como:

4.1.5.1. Treinamento periódico dos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

4.1.5.2. Desenvolver consciência nos empregados acerca da adoção de procedimentos de separação para o descarte adequado de materiais potencialmente poluidores, tais como detergentes, óleos, lâmpadas, placas de circuitos impressos, pilhas e baterias, em estabelecimentos que os comercializam ou na rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores, conforme disposto na legislação vigente.

4.1.5.3. Incentivar entre os seus empregados a atividade de separação de resíduos recicláveis descartados pelo órgão, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber.

4.1.5.4. A contratada se responsabilizará pelo acondicionamento, transporte e descarte de todos os resíduos produzidos durante a execução contratual, de forma técnica e ambientalmente responsável.

4.1.6. Devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.6.1. Eficiência Energética: O serviço deve priorizar a manutenção de gerador de modo a preservar a alta eficiência energética, contribuindo para a redução do consumo de energia e diminuição de emissões de gases de efeito estufa;

4.1.6.2. Uso de Peças e Produtos Sustentáveis: Na execução dos serviços de manutenção, deve-se dar preferência ao uso de peças de reposição, lubrificantes e outros materiais que tenham menor impacto ambiental, sejam recicláveis, biodegradáveis ou compostos por materiais reciclados, sem comprometer a eficácia e a segurança do equipamento;

4.1.6.3. Gestão de Resíduos: A empresa contratada deverá promover a gestão de resíduos gerados durante a manutenção, que inclua a coleta seletiva, reciclagem, reutilização e a disposição final adequada de resíduos perigosos, conforme a legislação ambiental vigente;

4.1.6.4. Redução de Emissões: Deverão ser adotadas práticas que visem à redução de emissões de gases de efeito estufa, tanto no transporte dos técnicos e peças, quanto nas operações de manutenção. Isso pode incluir a otimização de rotas, uso de veículos de baixa emissão, e o incentivo ao uso de tecnologias menos poluentes;

4.1.6.5. Capacitação e Conscientização: A empresa contratada deve promover a capacitação de seus funcionários em práticas de sustentabilidade aplicadas à manutenção de geradores, visando não apenas o cumprimento dos requisitos técnicos, mas também a conscientização sobre a importância da preservação ambiental;

4.1.6.6. Inovação e Tecnologia Sustentável: Incentiva-se a adoção de novas tecnologias e processos inovadores que contribuam para o aumento da sustentabilidade na manutenção de geradores, como o uso de ferramentas de diagnóstico avançadas para reduzir o tempo de inatividade e aumentar a eficiência do equipamento.

4.1.7. A Contratada deverá executar os serviços, disponibilizar materiais, ferramentas e equipamentos seguindo as normas vigentes (Federal, Estadual, Municipal, ABNT) quanto à manipulação e descarte de qualquer material utilizado para a execução da manutenção;

4.1.8. Materiais como embalagens de óleos lubrificantes, desengraxantes, panos de limpeza contaminados, garrafas plásticas, sucatas de metais, materiais elétricos e eletrônicos deverão ser recolhidos e descartados devidamente pela Contratada, de forma atender o que regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

4.1.9. A Contratada deverá fazer uso racional de água e energia elétrica, adotando medidas para evitar o desperdício e mantendo critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo;

4.1.10. A Contratada deverá capacitar seus colaboradores para o desenvolvimento de atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos, em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, respeitando assim, as Normas Brasileiras (NBRs) sobre resíduos sólidos, bem como a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

4.1.11. O corpo técnico da CONTRATADA deve atuar como facilitadores das mudanças de comportamento dos seus empregados;

4.1.12. A Contratada deverá racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;

4.1.13. A Contratada deverá dar preferência – em relação aos materiais utilizados – à aquisição de produtos constituídos no todo ou em parte por materiais reciclados, atóxicos, biodegradáveis, conforme normas da ABNT NBR. Os materiais devem ser acondicionados, preferencialmente, em embalagens recicladas ou recicláveis, preferencialmente de papelão ou de plástico à base de etano de cana-de-açúcar;

4.1.14. As pilhas e baterias utilizadas na execução dos serviços, em equipamentos ou outros materiais de responsabilidade da CONTRATADA, deverão possuir composição que respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio.

4.1.15. A Contratada deverá proibir a aplicação de produtos que contenham o Benzeno, em sua composição, em face da necessidade de serem adotados procedimentos para reduzir a exposição da população face aos riscos de câncer;

4.1.16. A CONTRATADA deverá observar as Leis, Decretos, Portarias, Normas e Resoluções pertinentes que estabelecem regulamentos, critérios, práticas e promoção de sustentabilidade nas contratações realizadas pela Administração Pública;

4.1.17. A Contratada deverá obedecer às normas técnicas de saúde, de higiene e de segurança do trabalho de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego;

#### **Indicação de marcas ou modelos**

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), abaixo descrito, tendo em vista que os serviços deverão ser prestados em 02 geradores, sendo 01 instalado na Central de Polícia Judiciária de Bauru e 01 instalado na Delegacia Seccional de Polícia de Bauru:

### **GERADOR DA DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE BAURU**

Endereço: Av. Dom Pedro II, 3-20, Centro, Bauru – SP – tel.: (14) 3224-3388

Características:

GERADOR: PERKINS

MOD.: 1103A-33TG1

POTENCIA: 75 Kva

COMBUSTÍVEL: DIESEL

### **GERADOR DA CENTRAL DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DE BAURU**

Endereço: Av. Rodrigues Alves, 20-20, Vila Cardia, Bauru – SP

Características:

GERADOR: PERKINS

POTENCIA: 170 Kva

COMBUSTÍVEL: DIESEL

## **Grupo gerador com potência de 165/150 kVA, variação de + ou - 5% - completo**

1) Será medido por unidade de grupo gerador instalado (un).

2) O item remunera o fornecimento e instalação de grupo gerador automático com potência de 165 / 150 kVA (prime / stand by), variação máxima aceitável para potência em torno de mais ou menos 5%, tensão de entrada e saída 380 / 220 V ou 220 / 127 V, com fator de potência de 0,8 indutivo, frequência nominal de 60 Hz, para instalação abrigada em área não classificada, tipo estacionário, composto basicamente por: motor diesel acionador, com refrigeração líquida por radiador, ventilador e bomba centrífuga, provido de proteções com parada automática por alta temperatura de água e baixa pressão de óleo; alternador síncrono trifásico sem escovas, rotação de 1800 rpm, 4 pólos, aberto, autoventilado, proteção IP-21; quadro/painel de comando tipo microprocessado, com supervisão de rede, partida, parada e transferência automática; nível de ruído máximo de 85dB a 1,5 metros de distância; base metálica para o conjunto; painel de comando equipado com chave de transferência rede / gerador formado por dois contadores tripolares intertravados mecânica e eletricamente, para funcionamento automático e manual. Remunera também o fornecimento dos acessórios: conjunto de baterias de partida com cabos / terminais; conjunto de apoios elásticos, amortecedores para atenuação de vibrações; sistema de escapamento composto por silencioso de alta capacidade e flexível; atenuadores de ruído, um tanque de combustível em polietileno de capacidade mínima de 200 a 300 litros; conjunto de manuais técnicos; sistema de pré-aquecimento do motor e carregador de baterias; interligação dos cabos no gerador e no quadro, regulação do sistema, programação, start-up e testes de aceitação realizados por técnico especializado. Referência comercial: GEP165 fabricação Sotreq, C135D6 fabricação Cummins, GMG 165kVA fabricação Heimer e P165FG Wilson fabricação Set Geradores ou equivalente. Não estão inclusos os serviços de adequação civil, fornecimento e instalação dos cabos de força e o seguro de funcionalidade. Acessórios opcionais a serem fornecidos; em caso de exigência Federal, Estadual e/ou Municipal, considerar acréscimo de 3% sobre o valor total do grupo gerador para Oxidizador de gases do escape.

### **Garantia da contratação**

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

### **Vistoria**

4.4. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 16:00 horas.

4.5. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.6. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.6.1. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.7. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.8. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

## 5. Modelo de execução do objeto

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 05 (cinco) dias a contar da emissão da ordem de início dos serviços;

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1. O objeto deste Termo de Referência deverá ser realizado em 01 gerador instalado na Central de Polícia Judiciária de Bauru, situada na Avenida Rodrigues Alves nº 20-20, Vila Cardia, Bauru/SP e 01 gerador instalado na Delegacia Seccional de Polícia de Bauru, situada na Praça Dom Pedro II, nº 3-2, Centro, Bauru/SP;

5.1.2.2. Para atendimento da necessidade, a empresa a ser contratada, além de observar as diretrizes gerais e específicas ao serviço, deverá comprovar a aptidão para atender as necessidades demandadas pela contratação. A empresa deverá observar e cumprir todas as condições previstas no Instrumento Convocatório da licitação e seus anexos.

5.1.2.3. A empresa a ser contratada deverá observar todos os aspectos necessários para o dimensionamento da solução, com base nas informações que constam neste documento, sobretudo quanto à necessidade de profissionais habilitados e qualificados para a prestação do serviço, a unidade de medida adotada para mensurar o serviço, os locais de execução e a periodicidade exigida.

5.1.2.4. Os serviços serão prestados de forma continuada sem dedicação exclusiva de mão de obra.

**5.1.2.5. A CONTRATADA deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica, comprovando que já efetuou com sucesso, em outros órgãos e/ou empresas, serviços similares.**

5.1.2.6. A execução contratual dar-se-á por meio da prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, emergencial e serviço de monitoramento remoto, com fornecimento, instalação, substituição e reposição de peças, materiais, equipamentos, instrumentos, dispositivos, mecanismos, componentes e outros insumos que se fizerem necessários, programado e sob demanda, incluindo todos os custos de materiais, insumos, peças e baterias de reposição, mão de obra, deslocamentos, transportes, tributos, impostos, emolumentos e quaisquer outros custos operacionais, bem como todos os encargos referentes aos serviços, sem qualquer custo adicional para a Contratante.

5.1.2.7. Para fins deste Termo de Referência, conceitua-se:

a. SERVIÇOS CONTINUADOS são aqueles serviços auxiliares, necessários à Administração para desempenho de suas atribuições, cuja interrupção possa comprometer o bom andamento de suas atividades, e cuja contratação deve estender-se por mais de um exercício financeiro.

b. MANUTENÇÃO são as atividades técnicas e administrativas destinadas a preservar as características de desempenho técnico dos componentes ou sistemas do aparelho, cujo funcionamento depende de dispositivos mecânicos, hidráulicos, elétricos e eletromecânicos, peças, componentes, insumos para manter em perfeito funcionamento.

c. MANUTENÇÃO PREVENTIVA é a atividade de manutenção executada antes da ocorrência de falha ou de desempenho insuficiente dos componentes, destinada a prevenir a ocorrência de quebras e defeitos nos mecanismos ou peças do equipamento, conservando-os em perfeito estado de funcionamento, de acordo com as recomendações do fabricante, manuais e normas técnicas específicas.

c.1. A MANUTENÇÃO PREVENTIVA é uma ação planejada e sistemática de revisão, controle e monitoramento dos equipamentos. Ela é feita periodicamente, com o objetivo de reduzir ou impedir falhas do instrumento tendo em vista a sua durabilidade e vida útil a longo prazo.

d. MANUTENÇÃO CORRETIVA é a atividade de manutenção executada após a ocorrência de falha de desempenho insuficiente dos componentes e envolve os procedimentos destinados a recolocar o equipamento em perfeito estado de uso, compreendendo os ajustes e regulagens mecânicos, eletrônicos e reparos necessários, substituição de peças e componentes que se apresentarem defeituosos, gastos ou quebrados, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas.

d.1. Todo procedimento que consistir em consertar ou reparar o gerador, consiste em Manutenção Corretiva, incluindo neste serviço a substituição de peças/componentes que sofreram falhas ou desgastes.

e. PLANO DE MANUTENÇÃO é o conjunto de inspeções periódicas destinado a evitar a ocorrência de falha ou de desempenho insuficiente dos componentes dos equipamentos, de acordo com a orientação técnica dos fabricantes.

5.1.2.8. A CONTRATADA deverá elaborar o Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) **no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.**

## Condições para Início dos Serviços

**5.1.2.9.** A Contratada deverá apresentar relação nominal dos funcionários da empresa que prestarão serviços à Central de Polícia Judiciária de Bauru e Delegacia Seccional de Polícia de Bauru, constando nomes completos e números dos documentos de identidade;

5.1.2.10. Indicação do preposto para representar a CONTRATADA. Opcionalmente a CONTRATADA poderá apresentar um preposto técnico para trato de assuntos técnicos e um preposto administrativo para assuntos administrativos.

**5.1.2.11. Indicação de número de telefone e endereço de e-mail para chamados de urgência/emergência, bem como para envio de ordens de serviços**

**5.1.2.12. Apresentação de documento de responsabilidade técnica junto ao Conselho Profissional competente, referente aos serviços objeto do Contrato.**

**5.1.2.13. Por motivo de segurança, não será admitida a realização de serviços de qualquer espécie apenas por um funcionário. É requisitado ao mínimo dois profissionais para a execução dos serviços.**

5.1.2.14. Considera-se a CONTRATADA como altamente especializada nos serviços em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta, também, as complementações e acessórios implícitos e necessários ao perfeito e completo funcionamento das instalações e equipamentos contemplados neste Termo, não cabendo, portanto, pretensão de futura cobrança de "serviços extras" ou de alterações nas composições de preços unitários, salvo os previstos neste documento.

5.1.2.15. Nenhum pagamento adicional, a não ser o que for expressamente definido neste Termo, será efetuado em remuneração aos serviços aqui descritos; os custos respectivos deverão estar incluídos nos preços unitários constantes da proposta da CONTRATADA.

5.1.2.16. Os serviços de manutenção deverão ser realizados através de visitas técnicas programadas ou não, as quais deverão ser previamente agendadas junto com o cronograma de manutenções preventivas ou solicitadas por meio de chamados para atendimento de manutenções corretivas.

5.1.2.17. Os serviços de manutenção preventiva, corretiva incluem a realização de todos os testes elétricos e mecânicos, revisão, calibragem, verificação das condições operacionais do equipamento, análises de vazamentos, condições de lubrificação de componentes internos, eficiência, consumo elétrico e limpeza, bem como orientações para operação normal e adequada dos equipamentos.

5.1.2.18. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva devem ser prestados nos locais em que os sistemas estão instalados;

5.1.2.19. Caso por motivos técnicos, o serviço em determinado componente do equipamento não possa ser executado no local de instalação, o referido componente poderá ser retirado pela CONTRATADA, mediante prévia aprovação e avaliação do fiscal do Contrato, ficando a mesma inteiramente responsável pela integridade física de seus subcomponentes durante o período de manutenção fora das instalações do CONTRATANTE. O custo com transporte do equipamento para localidade fora da região de Bauru e/ou substituição de peças, quando aplicáveis, deverão ser previamente analisados e aprovados pelo CONTRATANTE para fins de ressarcimento. Os transportes realizados dentro da região de Bauru ou para a oficina da CONTRATADA ocorrerão sob inteira responsabilidade da CONTRATADA.

**5.1.2.20. SE QUALQUER DOS EQUIPAMENTOS GERADORES FICAR INOPERANTE POR UM PERÍODO SUPERIOR A 7 (SETE) DIAS EM NECESSIDADE DE REPARO, FALTA DE PEÇA, OU QUALQUER OUTRO MOTIVO, A CONTRATADA DEVERÁ COLOCAR UM OUTRO EQUIPAMENTO EM SUBSTITUIÇÃO PARA QUE A CONTRATANTE NÃO FIQUE PREJUDICADA SEM O EQUIPAMENTO POR PRAZO SUPERIOR A TAL LIMITE.**

5.1.2.21. A Contratada deverá realizar TESTES DE FUNCIONAMENTO:

5.1.2.21.1. Colocar o motor em marcha, com carga e sem carga, e anotar as seguintes leituras: pressão, temperatura, frequência e tensão de carga.

5.1.2.21.2. Limpeza e reabastecimento do tanque de combustível

5.1.2.21.3. A contratada deverá possuir todos os equipamentos (como bombas, mangueiras, funis, galões apropriados, EPIs e EPCs, mas não se limitando a estes) necessários à retirada de combustível impróprio do tanque do combustível, limpeza e para o posterior reabastecimento do tanque do motor do grupo gerador na ocasião da realização das manutenções de rotina em que for verificado a necessidade de realização desse procedimento.

5.1.2.21.4. Havendo necessidade de retirada e descarte de combustível fora das especificações (como prazo de validade vencido) ou mesmo de retirada provisória para a realização das atividades de manutenção, tal procedimento também será considerado como atividade inclusa nas manutenções preventivas e a CONTRATADA deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte do produto impróprio para uso.



**5.1.21.5 Caso, nas manutenções de rotina, isto é, programadas, seja necessário proceder com o desligamento completo do grupo gerador, tal tipo de intervenção deverá ser previamente agendada com o CONTRATANTE o qual definirá a data e horário em que o referido desligamento poderá ser realizado.**

#### 5.1.3. CRONOGRAMA DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:

##### 5.1.3.1. MANUTENÇÕES PREVENTIVAS

A manutenção preventiva tem por objeto qualquer ação técnica necessária à garantia de um melhor desempenho e durabilidade dos equipamentos, consistindo, **exemplificativamente**, em:

###### Manutenções mensais

- verificar vazamentos
- completar nível de óleo diesel
- verificar nível de óleo lubrificante
- anotar pressão do óleo
- verificar a pressão da bomba de combustível
- eliminar pontos ou áreas de corrosão no tanque de combustível
- Examinar a parte elétrica, executar reaperto de conexões
- Limpeza externa do gerador
- Checar os termostatos do sistema de arrefecimento
- Checar, limpar e calibrar os sensores diversos
- Inspecionar o motor de arranque
- Inspecionar sistema de escapamento
- Fazer medida isolamento do gerador de tensão através de megômetro. Anotar no campo observações. Informar se a medida obtida está abaixo dos padrões aceitáveis.
- Reapertar ou substituir conexões frouxas
- Limpeza interna e realização de testes de funcionamento
- Checar disjuntores e contadoras

###### Manutenções bimestrais

- limpeza interna e externa dos tanques
- limpar pó da cuba do filtro do sistema de admissão do ar
- verificar o estado de conservação do diesel
- Verificar o indicador de restrição (se acionado trocar o elemento) do sistema de admissão de ar
- examinar a tubulação de ar
- reapertar os coletores de admissão de ar
- Checar índice ph da água de arrefecimento. Trocar fluido de arrefecimento (caso necessário).
- Limpar o radiador externamente
- Verificar a tensão das correias
- Verificar articulações externas de comando

- Verificar nível de tensão das baterias e o funcionamento do carregador de baterias
- Monitorar a queda de tensão da bateria na partida do gerador com aparelho adequado.
- Observar ruídos estranhos com o motor em movimento
- Checar dispositivos de proteção do motor

#### Manutenções trimestrais

- trocar óleo lubrificante do motor
- trocar o elemento do filtro de óleo lubrificante
- trocar o elemento do filtro de combustível
- Verificar trincas na tubulação ou mangueiras de combustível. Executar troca ou reparo conforme necessário.
- Aplicação de anticorrosivo e pintura (caso necessário) do tanque de combustível
- Verificar nível do fluido anticorrosivo
- Verificar trincas na tubulação ou mangueiras de líquido de arrefecimento. Executar troca ou reparo conforme necessário.
- Inspeccionar a polia tensora da bomba d'água

**5.1.3.1.1** Faz parte da manutenção preventiva executar teste com carga, pelo tempo mínimo de 1 hora, no período da manhã, e verificar a existência de anomalias e checagem das condições e parâmetros de funcionamento e geração de energia.

**5.1.3.1.2.** A critério do gestor do contrato o tempo de teste do gerador poderá ser alterado para maior.

#### **5.1.3.2. MANUTENÇÕES CORRETIVAS**

**5.1.3.2.1.** A empresa Contratada deverá providenciar toda e qualquer ação necessária para recolocar o equipamento GERADOR em perfeito estado de uso, compreendendo a substituição de peças, insumos, componentes que se apresentarem defeituosos, gastos ou quebrados por outros novos, originais ou genuínos. de qualidade igual ou superior aos substituídos bem como a execução de regulagens, ajustes mecânicos, elétricos e o que mais seja necessário ao restabelecimento das condições de funcionamento dos mesmos, tudo em conformidade com os manuais e normas técnicas específicas de cada fabricante.

**5.1.3.2.2.** A execução dos serviços deverá receber o emprego de materiais adequados e condizentes com a boa técnica, bem como ser executados em conformidade com as determinações das normas da ANVISA, ABNT e dispositivos previstos em leis específicas, através de técnicos habilitados em contingente suficiente ao atendimento da demanda com a utilização de ferramentas e equipamentos apropriados, de acordo com as recomendações do fabricante, de modo a garantir a conservação da vida útil dos equipamentos e o seu perfeito funcionamento.

**5.1.3.2.3.** A manutenção corretiva será executada para correção de falhas que acarretaram ou estão na iminência de acarretar a paralisação dos equipamentos, com a execução de regulagens, ajustes mecânicos e eletrônicos, bem como substituição de peças, materiais, componentes e/ou acessórios que se apresentarem danificados, gastos ou defeituosos, DEVENDO A CONTRATADA FORNECER TUDO O QUE FOR NECESSÁRIO PARA MANTER OS EQUIPAMENTOS EM PERFEITO ESTADO DE FUNCIONAMENTO.

**5.1.3.2.4.** Nas manutenções corretivas de equipamentos ou instalações, a CONTRATADA deverá executá-las, de imediato, sem ônus para a CONTRATANTE, tendo em vista ser um Contrato firmado com fornecimento de peças, insumos, materiais, mão de obra, combustível, ferramentas e tudo o quanto necessário para manutenção preventiva e corretiva do aparelho GERADOR.

**5.1.3.2.5.** A requisição de serviços de manutenção corretiva deverá ser efetuada por meio de abertura de chamado pelo fiscal do contrato ou emissão da ordem de serviço ou solicitação por e-mail ou através de WhatsApp.

**5.1.3.2.6.** A Contratada deverá comparecer no local para constatação do problema nos equipamentos e iniciar a correção no prazo de até 4 (quatro) horas, a contar do acionamento.

**5.1.3.2.7.** A Contratada deverá realizar, sempre que necessária, a manutenção corretiva nas instalações dos equipamentos em no máximo 6 (seis) horas, quando necessária apenas a utilização dos insumos e materiais de uso

**contínuo; e quando necessária a utilização de peças, em um prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, após abertura de chamado pelo fiscal do contrato.**

5.1.3.2.8. A manutenção corretiva será classificada em PADRÃO ou URGENTE:

- As ocorrências classificadas como Manutenção corretiva URGENTE são as seguintes:

1. As que impeçam o funcionamento do aparelho ou que acarretem risco iminente de impedimento total de funcionamento;

2. As que interrompam o funcionamento de equipamentos.

3. **Em caso de manutenções corretivas consideradas URGENTES, a CONTRATADA deverá, após a comunicação da Fiscalização, adotar providências no sentido de iniciar os procedimentos corretivos no prazo máximo de 30 (trinta) minutos, e finalizá-los em prazo não superior a 2 (duas) horas.**

4. Poderá ocorrer nos fins de semana, feriados ou em horário noturno, em caso de urgência, sempre que for necessário para assegurar a continuidade das atividades.

- As ocorrências classificadas como manutenção corretiva PADRÃO são todas aquelas não listadas como URGENTES.

5.1.3.2.9. No caso de chamados sem urgência, abertos fora do horário de 8h às 18h, de segunda a sexta-feira, será considerada, para todos os efeitos, como data de abertura, o primeiro dia útil subsequente.

5.1.3.2.10. Em caso de manutenção corretiva PADRÃO, a CONTRATADA deverá, após a comunicação da Fiscalização, iniciar os procedimentos corretivos no prazo de até 4 (quatro) horas e finalizá-los no prazo máximo de 6 (seis) horas, quando necessária apenas a utilização dos insumos e materiais de uso contínuo; e quando necessária a utilização de peças, em um prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

5.1.3.2.11. A formalização imediata da comunicação à CONTRATANTE quando houver necessidade de maior prazo para a execução do serviço, justificando e propondo novo prazo será feita pela CONTRATADA, o qual poderá ou não ser aceito pela Fiscalização.

5.1.3.2.12. Nos equipamentos que se encontram em período de garantia, os serviços de manutenção corretiva somente poderão ser executados após a constatação de que o problema não decorre de defeito coberto pela garantia.

5.1.3.2.13. Ficando constatado que o problema do equipamento decorre de defeito de fabricação, a CONTRATADA comunicará o fato à CONTRATANTE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, não ultrapassando a data de término da garantia, mediante emissão de relatório técnico, assinado pelo responsável, a fim de que sejam tomadas as providências necessárias.

5.1.3.2.14. Caso a CONTRATADA execute os serviços de manutenção corretiva nesses equipamentos e disto resulte a perda da garantia oferecida, a CONTRATADA assumirá durante o período remanescente da garantia todos os ônus a que atualmente está sujeito a empresa fornecedora e instaladora do equipamento.

5.1.3.2.15. Incluem-se na manutenção corretiva os seguintes serviços, EXEMPLIFICADAMENTE, sem pagamento adicional à CONTRATADA:

- a. Desmontagem, transporte e remontagem de equipamentos dentro ou fora das dependências da CONTRATANTE;
- b. Trocas e reparos de peças ou outros componentes dos sistemas;
- c. Troca e reposição de peças
- d. Análises e testes para identificar possíveis problemas no sistema elétrico

e. desinstalar e reinstalar equipamentos caso seja necessária a substituição;

f. TODOS OS DEMAIS SERVIÇOS QUE FOREM NECESSÁRIOS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, PARA RETORNAR O EQUIPAMENTO AO SEU FUNCIONAMENTO NORMAL.

5.1.3.2.16. Para os chamados emergenciais ou urgentes deverão ser iniciados os procedimentos corretivos no prazo máximo de 2 (duas) horas a contar do acionamento, e finalizá-los em prazo não superior a 6 (seis) horas.

5.1.3.2.17. O atendimento inicial consiste na chegada do técnico ao local de atendimento portando ferramentas e instrumentos de diagnóstico.

5.1.3.2.18. Ao atenderem aos chamados, o(s) técnico(s) da CONTRATADA deverá(ão) estar portando ferramental adequado para executar os diagnósticos e reparo no local, se for o caso.

5.1.3.2.19. Os serviços que não estiverem de acordo deverão ser refeitos, a pedido do servidor designado, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da data registrada na Ordem de Serviços referente ao fato.



5.1.3.2.20. A CONTRATADA deverá dispor de todo e qualquer dispositivo, ferramenta ou instrumento que possibilite a análise dos problemas, execução de testes, e execução da solução nas partes do gerador e componentes elétricos (incluindo as baterias). Exemplo: “caso as baterias apresentem problemas, a CONTRATADA deverá possuir um analisador de bateria, bem como um carregador de bateria”.

### 5.1.3.3. ATENDIMENTOS EMERGENCIAIS

**5.1.3.3.1** A CONTRATADA deverá atender a chamados emergenciais, mesmo fora do horário de funcionamento normal da Central de Polícia Judiciária de Bauru e da Delegacia Seccional de Polícia de Bauru, inclusive finais de semana e feriados, para proceder às seguintes tarefas sempre que necessário:

- Averiguação de alarmes;
- Destravamento de sistemas;
- Controle de vazamentos
- Outros problemas apontados como emergenciais pelo gestor do contrato.

5.1.3.3.2. O prazo de atendimento dos chamados técnicos de emergência para Manutenção Corretiva é de até 30 minutos para chegada do técnico ao local, sendo que o gerador deverá estar operando no prazo de até 2 (duas) horas a contar do início do chamado.

5.1.3.3.3. Os chamados de emergência, dentre outros, incluem aqueles em que a Contratante estiver sem energia ou com uma fase de energia, o que impossibilita a prestação do serviços policiais.

### Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços: CENTRAL DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DE BAURU, AVENIDA RODRIGUES ALVES, Nº 20-20, VILA CARDIA, BAURU/SP e DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE BAURU, PRAÇA DOM PEDRO II, Nº 3-20, CENTRO, BAURU/SP

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: de segunda a sexta-feira das 09h00min às 16h00min, preferencialmente.

5.3.1. em casos excepcionais em que seja necessário a execução em dias e horários alternativos, a CONTRATANTE poderá autorizar, desde que haja comunicação prévia.

5.3.2. os serviços de manutenção corretiva, em especial os urgentes e emergenciais poderão ser solicitados a qualquer dia e horário, inclusive período noturno, finais de semana e feriados;

5.3.3. Os serviços poderão ser executados aos finais de semana e em horários diversos mediante justificativa e autorização prévia pela Contratante.

5.3.4. Todas as despesas de deslocamento para realização de manutenções preventivas, preditivas e corretivas serão por conta da Contratada.

### Rotinas a serem cumpridas

#### 5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

##### 5.4.1. Manutenção preventiva:

5.4.1.1. Esse serviço se constituirá de visitas conforme cronograma e **Plano de Manutenção** dos equipamentos a ser apresentado pela Contratada, e consistirá de instalação e substituição de componentes, dispositivos, mecanismos e insumos de vida útil preestabelecida (óleos lubrificantes, filtro de óleo, filtro de ar, bateria, correias, rolamentos, tensores de correias, alavancas, mangotes, manômetros etc. vide manual dos equipamentos), inclusive os itens faltantes, limpeza, desobstrução, aspiração, drenagens, ajustes, lubrificações, alinhamentos, regulagens, acertos e outros serviços ocasionais, bem como testes, orientação e assessoria técnica;

5.4.1.2. Também faz parte da manutenção preventiva a análise de vibrações e de ruídos dos componentes, do monitoramento de temperatura, análise das condições dos lubrificantes, dos líquidos de arrefecimento e das baterias, medição de correntes e

descargas elétricas, análise dos efeitos da maresia e da corrosão na pintura dos equipamentos, instrumentos e estrutura do motor e do gerador, bem como abastecimento com óleo diesel;

5.4.1.2.1. A manutenção preventiva tem por objetivo evitar a ocorrência de defeitos nos componentes dos sistemas, conservando-os dentro dos padrões de segurança e em perfeito estado de funcionamento, devendo ser executada em duas etapas:

- Inspeção: verificação de determinados pontos das instalações seguindo programa (rotina) de manutenção recomendado pelos fabricantes dos equipamentos;
- Revisão: verificações (parciais ou totais) programadas das instalações para fins de reparos, limpeza ou reposição de componentes.

5.4.1.3. Como parte da manutenção preventiva, a Contratada deverá programar os geradores para testes de funcionamento automático diário por um período de 01 (uma) hora, no início da manhã, a fim de constatar se está tudo correto com os geradores.

**5.4.1.4. A CONTRATADA DEVERÁ APRESENTAR O PLANO DE MANUTENÇÃO (PMOC), NO PRAZO DE 30 DIAS A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO.**

5.4.1.4.1 A elaboração do PMOC é de exclusividade, responsabilidade e competência da Contratada e deverá ser assinado por responsável técnico, de acordo com as exigências legais e normativas, que deverá realizar o recolhimento da ART e responsabilizar-se por seu cumprimento.

5.4.1.4.2. A elaboração do cronograma de manutenções é de inteira responsabilidade da CONTRATADA que usará como base o PMOC e deverá contar com engenheiro capacitado para tal fim o qual fará os devidos registros de responsabilidade.

5.4.1.4.3. A manutenção preventiva dos equipamentos deverá ser realizada, no mínimo, conforme a planilha exemplificativa de rotinas de manutenção contida no Anexo do Edital.

5.4.1.5. A manutenção preventiva dos geradores deverá ser feita mediante fornecimento de peças e materiais correspondentes ao manual de manutenção.

5.4.1.6. A manutenção preventiva dos geradores abrange o motor diesel, alternador, controladora, cabos, quadro de transferência automática, todos os subsistemas mecânicos, elétricos, eletrônicos, instrumentação, automação, baterias, mangueiras, acessórios e componentes agregados. Também se inclui nas atribuições da Contratada a limpeza, conservação e manutenção do contêiner do grupo gerador e seu entorno (base onde a máquina está assentada).

5.4.1.7. A manutenção preventiva deverá ser feita por profissionais habilitados e capacitados e seguir os procedimentos determinados/preconizados pelos fabricantes, normas e legislações vigentes e boas práticas da manutenção. As intervenções ocorrerão, preferencialmente, de segunda a sexta-feira, das 09h00min às 16h00min. Porém, em casos excepcionais em que seja necessário a execução em dias e horários alternativos, a CONTRATANTE poderá autorizar, desde que haja comunicação prévia.

5.4.1.8. Especificamente no caso da manutenção preventiva anual dos geradores, esta deverá se iniciar na data programada, em horário não superior às 09h00min.

5.4.1.9. A CONTRATADA deverá encaminhar para aprovação da fiscalização, na primeira semana após assumir os serviços, o cronograma anual de manutenção preventiva, mencionando com prioridade a data em que realizará a manutenção preventiva anual, visando corrigir todos os possíveis problemas e identificar eventuais vícios ocultos.

5.4.1.10. As manutenções preventivas possuem rotinas de execução quinzenal, mensal, bimestral, trimestral, semestral e anual, e a lista de atividades mínimas estão descritas no (ANEXO II - PLANO DE MANUTENÇÃO).

5.4.1.11. Durante o serviço de manutenção preventiva poderá ser verificada a necessidade de intervenção de manutenção corretiva. Neste caso, a CONTRATADA deverá abrir uma Ordem de Serviço especificando o trabalho a ser realizado e os materiais a serem utilizados para apreciação da Fiscalização.

**5.4.1.12. Os valores tabelados e precificados pela CONTRATADA na ocasião da elaboração de sua proposta deverão considerar o fornecimento de todos os recursos necessários à plena execução do Plano de Manutenção: materiais, insumos, combustível, ferramentas, EPIs, EPCs, mão de obra e custos indiretos (deslocamentos, combustíveis, locação de veículos e/ou equipamentos, etc.)**

5.4.1.13. Após a execução de cada manutenção, a CONTRATADA deverá anotar na folha de dados dos geradores o registro de execução contendo a data de execução, tipo de manutenção (quinzenal, mensal, bimestral, trimestral, semestral ou anual), a data da próxima preventiva e a identificação do técnico que realizou a intervenção. As etiquetas poderão ser acondicionadas em capa plástica transparente e fixadas em local visível e longe de áreas quentes do motor diesel. O fornecimento das etiquetas e capas plásticas serão de responsabilidade da CONTRATADA.

5.4.1.14. Até o quinto dia útil do mês subsequente, a Contratada deverá enviar um relatório da manutenção preventiva executada no mês anterior, em formato digital (PDF), contendo os serviços executados, fotos, parâmetros de funcionamento da máquina, status, não conformidades identificadas, intervenções realizadas e demais informações relevantes.

5.4.1.15. Os elementos filtrantes de ar dos motores diesel deverão ser substituídos por condição, através do indicador de saturação ou inspeção visual sempre que estiverem saturados, contaminados, úmidos ou molhados, ou degradados pela ação do tempo. O fluido de arrefecimento deverá ser periodicamente avaliado com equipamento (termodensímetro) específico a fim de verificar sua proporção em relação à água, corrigindo a dosagem ou substituindo sempre que necessário.

5.4.1.16. Teste de transferência de carga

5.4.1.16.1. Os testes de transferência de carga é um procedimento recomendável para avaliar o automatismo do sistema e comportamento do grupo gerador quando submetido às condições próximas as reais de operação. A Contratada deverá executar tais testes, com frequência.

5.4.1.16.2. Os serviços de manutenção preventiva estão discriminados no Anexo e deverão ser executados sem qualquer custo adicional para a Contratante.

5.4.1.17. Diálise/filtragem do óleo diesel

A diálise/filtragem é considerada como atividade importante para a retirada de impurezas do óleo diesel, evitando a saturação e entupimento dos filtros de combustível, contribuindo, assim, para o bom funcionamento das máquinas. Este serviço deverá ser executado sempre que for identificado alto grau de impurezas no combustível. Após a diálise, o diesel deverá ser aditivado com produto que contenha o mínimo de propriedades: biocida e eliminador de borras, anti oxidante, anti corrosivo e dispersante da água. A diluição deverá seguir a proporção recomendada pelo fabricante no rótulo da embalagem. O serviço de diálise deve ser executado sempre que o técnico constatar na manutenção preventiva que haja necessidade de tal serviço.

5.4.1.18. Flushing e limpeza do reservatório de combustível

A limpeza de reservatório (tanque) é uma atividade necessária para evitar que a borra e os resíduos sólidos provenientes do combustível possam se depositar no fundo, obstruindo filtros, bombas e bicos injetores, causando mau funcionamento do motor diesel. O serviço deve ser executado sempre que durante a manutenção preventiva o técnico constate tal necessidade e, ao menos, trimestralmente.

**5.4.2. Manutenção corretiva:**

5.4.2.1. Ocorrerá quando houver solicitação do fiscal do contrato, indicado pela Administração da Contratante para a correção de defeitos ou mesmo para a substituição total ou parcial de peças, instrumentos, equipamentos, materiais, itens, partes, dispositivos e componentes elétricos, eletrônicos e/ou mecânicos defeituosos.

5.4.2.2. A manutenção corretiva dos geradores diesel deverá ser feita mediante fornecimento de peças e materiais correspondentes ao manual de manutenção do fabricante.

5.4.2.3. Para as manutenções corretivas programadas devem preferencialmente ocorrer durante dias úteis, com prioridade para o horário das 09h00min às 16h00min e serão realizadas após a abertura da Ordem de Serviço.

5.4.2.4. A CONTRATADA deve estar prontamente disponível para responder às solicitações urgentes de manutenções da CONTRATANTE, garantindo uma intervenção ágil e eficaz em um prazo máximo de 6 horas, sempre que necessário para corrigir problemas no gerador.

5.4.2.5. A CONTRATADA deverá arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado à CONTRATANTE e terceiros, por sua culpa, ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do fornecimento contratado, exceto quando isto ocorrer por exigência do CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência.

**5.4.3. Sistema de Monitoramento Remoto Online:** A Contratada deverá contar com um sistema a fim de monitorar remotamente online o funcionamento dos geradores, com reportes de informações dos sensores, parâmetros e alarmes das instalações e dos equipamentos que compõem a infraestrutura, em regime de 24 (vinte e quatro) horas x 7 (sete) dias da semana x 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias ao ano, através de central própria que será responsável pelo sistema de monitoramento online, priorizando que a equipe seja proativa de pronto atendimento, recebendo as ocorrências, notificando via e-mail e telefone à CONTRATANTE, bem como tomando as providências conforme a criticidade do evento, incluindo, se for necessário, a presença de seus técnicos nas dependências da CONTRATANTE para manter em perfeito funcionamento os Geradores;

5.4.3.1. O monitoramento remoto online deverá contemplar os seguintes equipamentos e fornecer, no mínimo, as informações a seguir: ligado; desligado. alarme; falha de rede/defeito; quantidade de partida; nível do combustível; temperatura; tempo de funcionamento.

5.4.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

#### 5.4.1 Ordens de Serviço

5.4.1.1. Em nenhuma hipótese o técnico de manutenção deve apontar uma ordem de serviço como concluída caso ela não tenha sido devidamente executada de forma integral por qualquer motivo.

5.4.1.2. Todas as informações apontadas pelos técnicos de manutenção nas ordens de serviço devem ser fiéis ao que de fato foi utilizado e empregado em campo, incluindo materiais, consumíveis, mão de obra e justificativas.

5.4.1.3. O técnico de manutenção deverá registrar qualquer eventual dificuldade ou informação relevante referente ao ativo que está sendo atendido.

5.4.1.4. Todas as atividades e procedimentos previstos nas ordens de serviço devem ser rigorosamente respeitados e executados pelos técnicos de manutenção. A não execução de qualquer atividade prevista em ordem de serviço sem a devida justificativa poderá gerar penalizações à Contratada mediante Instrumento de Medição de Resultado (IMR) a ser apresentado mais a frente neste documento.

5.4.1.2. A Contratada deverá apresentar, em 5 dias a contar da assinatura do contrato, para apreciação da Fiscalização, o cronograma de execução dos serviços de manutenção nos grupos geradores, seguindo as diretrizes estabelecidas neste Termo de Referência quanto às suas periodicidades.

5.4.2.1. No prazo de 30 dias após a assinatura do Contrato, a Contratada deverá apresentar o Plano de Manutenção (PMOC) para todo o período do contrato.

5.4.1.3. Os serviços deverão ser executados de acordo com o cronograma aprovado pela Fiscalização, respeitando a quantidade, a localização e a capacidade dos grupos geradores, sendo qualquer alteração somente válida se aprovada pela Fiscalização.

5.4.1.4. O não cumprimento do cronograma acarretará deduções no valor a ser pago pelos serviços, devendo ser pagos somente se efetivamente tiverem sofrido as manutenções ora contratadas.

5.4.1.5. Antes do início das atividades, com o intuito de evitarmos qualquer tipo de acidente de trabalho ou danos ao equipamento, os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão ser realizados no modo "manual" do painel de controle.

5.4.1.6. Após concluídos os serviços, a Contratada entregará os relatórios de atendimento técnico à fiscalização. Esses relatórios são imprescindíveis para os fins de realização do pagamento dos serviços.

5.4.1.7. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá utilizar seus próprios equipamentos, materiais, ferramentas e utensílios.

5.4.1.8. O prazo de atendimento dos chamados técnicos de emergência para Manutenção Corretiva é de até 30 minutos para chegada do técnico ao local, sendo que o gerador deverá estar operando no prazo de até 2 (duas) horas a contar do início do chamado.

5.4.1.8.1. Os chamados de emergência, dentre outros, incluem aqueles em que a Contratante estiver sem energia ou com uma fase de energia, o que impossibilita a prestação dos serviços policiais.

5.4.1.9. A Contratada deverá comprovar possuir base instalada e efetivo técnico na região de Bauru, em até 30 dias úteis, após a assinatura do contrato, através de seu centro de assistência técnica.

5.4.1.9.1. A justificativa é que, para atender os geradores localizados na cidade de Bauru no prazo estipulado neste Termo de Referência, a empresa precisará ter base próxima a ele. Os geradores são responsáveis por manter a estrutura jurisdicional e administrativa funcionando quando há falta de energia da rede pública, por essa razão deverá estar sempre pronto para esse fim. Assim, os reparos deverão acontecer o mais rápido possível.

5.4.1.10. As manutenções preventiva e corretiva ocorrerão, preferencialmente, nos dias úteis no horário compreendido entre 09h00min às 16h00min.

5.4.1.10.1. Os atendimentos para a manutenção corretiva poderão ocorrer a qualquer tempo, 24 horas por dia, 7 dias por semana, quando demandado pela FISCALIZAÇÃO.

5.4.1.11. A aquisição de peças, baterias, óleo diesel, motor, correias e todos os materiais necessários serão feitas pela Contratada sem acréscimo de custos para a Contratante.

5.4.1.12. Os técnicos responsáveis pelos serviços deverão deter as competências necessárias para atender os equipamentos.

5.4.1.13. As condições gerais para a prestação do serviço devem obedecer às normas legais e regulamentares aplicáveis à matéria.

## **Materiais a serem disponibilizados**

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

### **5.5.1. Peças de Reposição e Material**

5.5.1.1. A contratada deverá fornecer as peças de reposição necessárias para a perfeita execução do objeto deste Termo de Referência, SENDO QUE;

5.5.1.2. Os itens fornecidos em substituição aos danificados deverão ser novos e originais ou indicada pelo fabricante do equipamento. É vedado o uso de material improvisado ou adaptações, com vistas a eliminar riscos de imprecisão ou funcionamento inapropriado das instalações. No caso do gerador, os materiais originais/genuínos correspondem aos de fabricação. A Contratada deverá sinalizar à Fiscalização eventuais dificuldades na aquisição de peças, para análise do gestor do contrato para eventual autorização de aquisição de peça similar;

5.5.1.3. A Fiscalização reserva-se o direito de rejeitar os serviços e/ou peças que estiverem em discordância com as especificações do fabricante do equipamento, e/ou normas aplicáveis que venham a comprometer o perfeito funcionamento do grupo gerador. Nestes casos, a Contratada deverá providenciar, imediatamente, a troca da peça rejeitada ou a execução do serviço, de acordo com o solicitado, arcando com todos os custos decorrentes;

5.5.1.4. Para componentes passíveis de reparo (radiadores, alternadores, cabeçote de motor diesel, turbina, motores de partida, bombas e bicos injetores, placas eletrônicas, etc), a Fiscalização poderá optar pela recuperação, quando for possível e viável financeiramente, o qual será sinalizado formalmente assim que houver o diagnóstico;

5.5.1.5. A Contratada deverá manter estoque das principais peças, materiais, insumos, componentes, a fim de cumprir os prazos contratuais de manutenção corretiva, tendo em vista que fica a ônus e encargo da Contratada o fornecimento de todas as peças necessárias para o perfeito funcionamento do gerador.

5.5.1.6. Os equipamentos não poderão ficar indisponíveis aguardando a substituição de peça/ material por motivo de garantia e/ ou qualquer outro motivo. A Contratada deverá providenciar imediatamente a substituição de qualquer peça/ material que esteja no período de garantia independente do prazo estabelecidos pelo fabricante/ fornecedor, de forma a respeitar os prazos de execução previstos neste Termo de Referência;

### **5.5.2. Insumos**

5.5.2.1. São considerados insumos os itens utilizados rotineiramente na execução dos serviços e, apesar de não integrarem diretamente os sistemas, equipamentos ou instalações, são necessários para a realização adequada das atividades de manutenção corretiva, preventiva e serviços previstos no objeto da contratação. Normalmente são utilizados no desempenho das atividades, tais como: desengraxantes, panos de limpeza, spray limpa contatos e lubrificantes, graxas, parafusos, buchas, fita isolante, lâminas de serra, brocas, etc;

5.5.2.2. A Contratada deverá fornecer todos os insumos necessários à execução das atividades de manutenção objetivando o perfeito funcionamento dos sistemas, subsistemas e equipamentos objetos do presente Termo de Referência, durante toda a vigência do contrato;

5.5.2.3. É responsabilidade da Contratada o fornecimento de todos os insumos necessários à prestação dos serviços desta contratação, devendo, portanto, considerar na composição de seus custos os valores para o fornecimento em quantidades e qualidades suficientes ao atendimento contratual.

### **5.5.3. Baterias**

5.6.3.1. As baterias dos grupos geradores são substituídas preventivamente a cada 30 (trinta) meses após a data de instalação no equipamento. A Contratada será responsável pelos testes e gerenciamento do ciclo de vida, execução das substituições e pedidos de garantia junto aos fabricantes ou seus representantes autorizados. As baterias fornecidas deverão ser novas, possuir garantia mínima de 18 meses, ter as mesmas especificações da original dos equipamentos e não possuir mais que 3 meses da data de fabricação.

### **5.5.4. Óleo lubrificante**

5.5.4.1. A especificação dos lubrificantes utilizados deverá ser: viscosidade SAE 15W40, API CI-4 ou superior, TBN  $\geq$  10,5 mg KOH/g. Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) que atenda aos seguintes requisitos:

- que esteja previamente registrado na ANP;
- de fabricante ou importador que esteja regularmente autorizado pela ANP para o exercício de sua atividade;
- que possua rótulo com informações em língua portuguesa, discriminadas no art. 12 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP, que assegurem ao consumidor indicações mínimas e inequívocas sobre a natureza, as características e a aplicação do produto;

- classificados segundo os níveis de desempenho de uma ou mais das entidades citadas no art. 13 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP;

- que não se enquadre em uma das vedações contidas no art. 15 da Resolução nº 804, de 2019 da ANP.

#### 5.5.5. Combustível

5.5.5.1. O combustível utilizado pelo gerador é o diesel S500.

5.5.5.2. Além do abastecimento das máquinas, a Contratada será responsável pelo fornecimento do combustível.

5.5.5.3. O transporte e manuseio de combustíveis deverá seguir a legislação vigente no Brasil, bem como as normas e leis ambientais quanto a coleta e descarte do óleo diesel ou outros resíduos utilizados no processo de manutenção do gerador.

5.5.5.4. Os profissionais envolvidos no manuseio de combustível deverão utilizar em suas atividades EPIs e EPCs adequados, além de possuírem certificação NR-20 dentro da validade.

5.5.5.5. O custo referente ao fornecimento de óleo diesel é de inteira responsabilidade da Contratada.

5.5.5.6. O gerenciamento do nível de combustível deve ser feito pela Contratada, que deverá providenciar reabastecimentos sempre que o volume do tanque estiver entre 75% e 90%.

5.5.5.7. Em casos excepcionais o fiscal poderá solicitar reabastecimentos emergenciais caso haja um período longo de funcionamento dos geradores.

#### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. Para atender às manutenções emergenciais, a CONTRATANTE poderá acionar a CONTRATADA por meio de ligação telefônica ou WhatsApp, com o objetivo de acionar rapidamente a equipe. Dessa forma, a CONTRATADA deverá se deslocar até a Central de Polícia Judiciária ou Delegacia Seccional de Polícia de Bauru, **devendo o técnico chegar no prazo de até 30 (trinta) minutos a contar do chamado e concluir o serviço, colocando o equipamento em funcionamento, no prazo de até 2 (duas) horas a contar do início do chamado.**

5.6.2. As manutenções corretivas programadas devem preferencialmente ocorrer durante dias úteis, com prioridade para o horário comercial, e serão realizadas após a abertura da Ordem de Serviço. **A CONTRATADA deve estar prontamente disponível para responder a solicitações de manutenção da CONTRATANTE, garantindo uma intervenção ágil e eficaz dentro de um prazo máximo de 6 horas sempre que necessário para corrigir problemas nos geradores que não sejam emergenciais.** Este compromisso assegura a continuidade operacional e a confiabilidade do equipamento, reduzindo ao mínimo as possíveis interrupções nos serviços.

5.6.2.1. **Caso a manutenção corretiva demande a troca de peças, insumos, componentes que demandem tempo maior para reparo, a Contratada deverá comunicar a situação ao gestor do contrato, através de relatório com justificativa, solicitando prazo maior para conclusão do serviços de manutenção corretiva.**

5.6.3. Dada a crítica importância de evitar interrupções na operação do gerador, a CONTRATADA deve estar disponível para atender às solicitações da CONTRATANTE 24 horas por dia em casos de manutenções emergenciais e corretivas.

5.6.4. Os prazos de atendimento referem-se à conclusão do serviço com a devida assinatura do solicitante, incluindo a eventual aquisição de peças necessárias, aonde a contratada será a responsável por acionar o fabricante e/ou fornecedor para providenciar as substituições necessárias. A falta de materiais não é motivo de justificativa para atraso, com exceção dos casos em que o Fiscal do Contrato aprovou a solicitação de extensão do prazo de atendimento, conforme disposto a seguir.

5.6.5. No caso em que o serviço solicitado não seja realizado no prazo contratual, a Contratada deverá encaminhar por escrito, as justificativas pelo atraso e a previsão de novo prazo de atendimento para apreciação do Fiscal do Contrato, que aceitará ou não a motivação, sob pena de ser caracterizado como descumprimento contratual por parte da contratada e de aplicação de desconto no IMR e eventual sanção administrativa. A justificativa de atraso de atendimento poderá ser acionada em casos excepcionais, como por exemplo: aquisição de componentes obsoletos, fabricação de materiais sob medida, importações, etc.

5.6.6. Serão executadas todas as rotinas de Operação e Manutenção, de acordo com as recomendações da CONTRATANTE, do contido no Plano de Manutenção, dos fabricantes dos equipamentos, normas técnicas aplicáveis e demais condições descritas neste Termo de Referência;

5.6.7. O fornecimento dos materiais utilizados nas manutenções preventivas (filtros, óleos lubrificantes, aditivos etc.), assim como os insumos (desengraxantes, panos de limpeza, spray limpa contatos, graxas, parafusos, fita isolante, brocas etc.) são de responsabilidade da Contratada.

5.6.8. Durante a execução do contrato, a Contratada deverá manter seus profissionais atualizados conforme legislação pertinente.

5.6.9. Não haverá ressarcimento ou pagamentos adicionais por parte da Contratante quanto aos custos decorrentes de treinamentos, certificações, capacitações, credenciamentos e atualizações conforme legislação pertinente, necessários à prestação dos serviços, os quais compõem o valor destinado às despesas administrativas operacionais dos serviços e que devem ser providenciados pela Contratada.

5.6.9.1. Também não haverá pagamento por nenhum outro custo, seja com transporte, material, peça, pedágio ou qualquer outro custo.

5.6.10. Os profissionais utilizados na execução dos serviços deverão atender às qualificações técnicas e Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.6.11. A CONTRATADA deverá se reunir com a CONTRATANTE, no prazo máximo, de até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do Contrato. A reunião poderá ser realizada presencialmente, e será agendada em comum acordo. Nesta reunião a CONTRATADA deverá:

5.6.11.1. Apresentar as características e documentação dos serviços contratados e planejamento da sua execução, além de serem discutidos e esclarecidos todos os questionamentos técnicos. A CONTRATANTE definirá, com o apoio da equipe técnica da CONTRATADA, de que forma os serviços deverão ser realizados. De comum acordo, deverão fazer um planejamento das atividades de manutenção antes de iniciar a manutenção propriamente dita e apresentar o Plano de Manutenção;

5.6.11.2. Apresentar Plano de Manutenção e cronograma de manutenção, já contemplando o período integral do contrato de 30 (trinta) meses;

5.6.11.3. Apresentar quem será o Gestor do Projeto e o Profissional Técnico que atuará como coordenador de todas as atividades de manutenção;

5.6.11.4. Apresentar as informações referentes aos canais de atendimento para abertura dos chamados, caso ainda não o tenha feito;

5.6.11.5. Caso após a realização desta primeira reunião, existam questionamentos direcionados à CONTRATANTE, a mesma terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis a partir da reunião para responder formalmente à CONTRATADA;

5.6.11.6. Independentemente dos prazos acima, será de exclusiva e total responsabilidade da CONTRATADA, a manutenção dos geradores da CONTRATANTE, desde a assinatura do contrato, utilizando as melhores práticas de mercado aliadas às recomendações dos respectivos fabricantes e instaladores, com profissionais devidamente habilitados e qualificados, observando as características previstas.

5.6.11.7. A CONTRATADA estará responsável por executar todo e qualquer serviço de manutenção preventiva e corretiva, monitoramento remoto online, atendimento emergencial, de forma a garantir a integridade e continuidade dos serviços prestados pela Central de Polícia Judiciária de Bauru e da Delegacia Seccional de Polícia de Bauru, fornecendo, substituindo, removendo e ou instalando materiais, equipamentos e seus componentes;

5.6.11.8. As peças e componentes a serem empregados nas intervenções devem ser sempre novos, originais e, ou, sob recomendação do fabricante. Excepcionalmente, admitir-se-á a utilização de peças similares aos originais, com autorização prévia da CONTRATANTE;

5.6.11.9. Nos casos em que os serviços de manutenção corretiva não puderem ser prestados nas dependências da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá retirar e transportar o equipamento e/ou peça para sua oficina e/ou instalação de terceiros sem ônus extra para a CONTRATANTE, mediante autorização desta, de forma a não impactar as atividades da Contratante.

5.6.11.10. Fica a cargo da CONTRATADA, de forma integral, os custos inerentes a quaisquer atendimentos de serviços relativos aos chamados emergenciais de manutenção especializada, executados pela CONTRATADA e ou assistência técnica autorizada e ou fabricante;

5.6.11.11. A CONTRATADA deverá disponibilizar aos responsáveis pelas manutenções um sistema de comunicação móvel tipo celular ou fixo para localização e acionamento 24 horas.

#### **Dos abastecimentos dos tanques de diesel:**

5.6.11.12. A CONTRATADA deverá acompanhar os abastecimentos dos tanques de combustível.

5.6.11.13. A CONTRATADA deverá executar a coleta e descarte ambientalmente correto de óleo diesel ou lubrificante impróprio para uso.

5.6.11.14. Estão envolvidos na manutenção de todos os componentes existentes nos(as): motor, Gerador (ALTERNADOR), Quadro de Transferência Automática (QTA), módulo de comando supervisão eletroeletrônico, aterramento, cabos de força e comando do grupo, Paineis de Comando eletroeletrônico (USCA), Caixas de Interligação, Aterramento, Sistema de arrefecimento e Tanques de combustíveis, bem como quaisquer outros inerentes à prestação dos serviços relativos ao Grupo Motor-Gerador, de modo a garantir perfeito funcionamento elétrico e mecânico, adequado às características técnicas dos equipamentos especificados.

#### **Das Obrigações da Contratada**



- 5.6.11.15. Executar os serviços fielmente, de acordo com as especificações deste Termo de Referência, não sendo admitidas quaisquer alterações sem prévio conhecimento e aprovação por parte da CONTRATANTE;
- 5.6.11.16. Não divulgar dados ou informações, nem fornecer cópias de relatórios e documentos a terceiros sem a prévia autorização, por escrito, da administração da CONTRATANTE.
- 5.6.11.17. Assumir inteira responsabilidade técnica pela execução dos serviços, pela confiabilidade e efetividade dos trabalhos que executar;
- 5.6.11.18. Responsabilizar-se em não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente contratação;
- 5.6.11.19. Nomear PREPOSTO e enviar carta de preposição ao técnico responsável pelas manutenções e representatividade perante a Contratante;
- 5.6.11.20. Participar, com representante em nome da empresa CONTRATADA, de todas as reuniões e outras atividades, planejamento, acompanhamento e avaliação que venham a ser convocadas pela CONTRATANTE;
- 5.6.11.21. Serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, todos os tributos e contribuições, tais como: impostos, taxas, emolumentos, seguros e outros que decorram direta ou indiretamente ao contrato, bem como oriundos de quaisquer acidentes e ou danos causados a CONTRATANTE;
- 5.6.11.22. **A CONTRATADA responderá pelos danos e prejuízos decorrentes de paralisações no fornecimento de energia em que os geradores não funcionem, salvo na ocorrência de caso fortuito, ou força maior;**
- 5.6.11.23. Executar, de forma contínua, a manutenção do equipamento instalado, através de pessoal de seu quadro técnico e sem quaisquer ônus, encargos ou responsabilidades para a CONTRATANTE, devendo os respectivos serviços, serem executados por sua conta e responsabilidade exclusiva, no local e durante o horário de expediente normal da CONTRATANTE. As manutenções devem ser realizadas de forma preventiva e corretiva de modo a causar o mínimo de interferência no ambiente e na rotina de seus ocupantes ou usuários, exceto nos casos excepcionais que poderão ser executados em outros horários.
- 5.6.11.24. Garantir que, em decorrência da execução dos serviços, os geradores sejam mantidos em perfeitas condições de limpeza e segurança. Após a conclusão, deverá ser efetuada limpeza geral no ambiente, eventualmente afetado pela atuação do técnico da CONTRATADA;
- 5.6.11.25. Garantir os meios e materiais necessários (ferramentas de trabalho de uso pessoal, instrumentos de precisão para medições de natureza elétrica e mecânica, dentre outros de uso corporativo) para execução total dos serviços, conforme necessidade de cada atividade;
- 5.6.11.26. Fornecer material de segurança pessoal EPI (capacete, protetor auricular, luvas, calçado especializado, óculos apropriados e máscara de proteção respiratória do tipo cirúrgica), caixa de ferramentas, ferramentas Isoladas e todos os materiais necessários à execução dos serviços;
- 5.6.11.27. Atender os chamados para manutenções corretivas e emergenciais dentro dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, contados a partir da comunicação feita pela CONTRATANTE, evitando assim as aplicações das penalidades previstas;
- 5.6.11.28. Cumprir todas as obrigações sociais e trabalhistas vigentes ou que venham a ser instituídas, relativas ao pessoal direto ou indiretamente designado para execução dos serviços contratados, cabendo-lhe, em consequência, o ônus com o custeio de todos os pagamentos vinculados a tais obrigações;
- 5.6.11.29. Respeitar e fazer com que seu pessoal respeite as normas de segurança, acesso e limpeza da CONTRATANTE;
- 5.6.11.30. Responsabilizar-se, inclusive perante terceiros, por ações ou omissões de seus empregados, prepostos e contratados, das quais resultem danos ou prejuízos a pessoas ou bens, não implicando corresponsabilidade da CONTRATANTE;
- 5.6.11.31. Responsabilizar-se pela disciplina, respeito e cortesia dos empregados durante o atendimento técnico, bem como pelo cumprimento das regras e normas internas da CONTRATANTE;
- 5.6.11.32. Ressarcir quaisquer danos ou prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da prestação dos seus serviços;
- 5.6.11.33. Fornecer crachá de identificação, exigindo o uso do mesmo nas dependências da CONTRATANTE, para o pessoal designado para execução dos serviços de assistência técnica e manutenção do equipamento;
- 5.6.11.34. Substituir, sempre que exigido pela CONTRATANTE, qualquer empregado cuja atuação, e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina do órgão e/ou ao interesse do serviço público;
- 5.6.11.35. Manter base de conhecimento com todas as informações a respeito dos serviços contratados, possibilitando que a CONTRATANTE realize possíveis consultas quando desejar;



5.6.11.36. A CONTRATADA será a única responsável a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução de serviços ou aplicação de materiais;

5.6.11.37. A CONTRATADA deverá providenciar o registro de toda e qualquer solicitação de manutenção preventiva e/ou corretiva, independentemente de sua natureza, cabendo à CONTRATANTE, o devido acompanhamento.

5.6.11.38. Deverão ser disponibilizados os seguintes canais de atendimento para abertura dos chamados: Linha fixa ou Linha celular; e-mail; número de WhatsApp

5.6.11.39. Cada chamado deverá conter, no mínimo, o registro das informações a seguir: Número do registro/ocorrência (a ser fornecido pela CONTRATADA); Data e hora da solicitação; Nível de severidade da ocorrência (a ser fornecido pela CONTRATADA); Descrição da ocorrência/chamado; Identificação do técnico para o atendimento; Data e hora da solução /fechamento do chamado.

5.6.11.40. A modalidade de atendimento dos serviços deverá ser em regime 24x7 (24 (vinte e quatro) horas por dia x 7 (sete) dias da semana), incluindo os feriados, para os chamados corretivos e emergenciais;

5.6.11.41. O horário de abertura do chamado demarcará o início da contagem do prazo de atendimento e solução das ocorrências, independente do retorno da CONTRATADA;

5.6.11.42. O serviço de registro de chamados deverá ser disponibilizado de acordo com a modalidade de atendimento estabelecida neste Termo de Referência.

5.6.11.43. Realizar vistorias programadas, quinzenais, mensais, bimestrais, semestrais e anuais dos sistemas grupo gerador e essas abrangerão os componentes mecânicos e elétricos, além dos quadros elétricos, quadros de transferência automática, utilizados pelos sistemas.

5.6.11.44. Inspecionar os componentes mecânicos do sistema, verificando, principalmente os seguintes itens: tanque de combustível de serviço, sistema de combustível e filtros, sistema óleo lubrificante e filtros, sistema de arrefecimento, bomba injetora e sistema de injeção, filtro de ar, turbinas, sistema de partida, baterias automotivas e proteções do motor.

5.6.11.45. Inspecionar os componentes do gerador, verificando, principalmente os seguintes itens: limpeza externa, temperatura decarcação do estator, aperto dos terminais de força, acoplamento, vibrações.

5.6.11.46. Inspecionar os componentes do quadro de comando, verificando, principalmente os seguintes itens: tensão do gerador, regulador de velocidade, carregador de baterias, sistema de controle automático, equilibrador de carga e sincronizador.

5.6.11.47. Inspecionar os componentes elétricos do sistema responsáveis pela instrumentação e medição, bem como lâmpadas sinalizadoras, fusíveis, chaves seletoras.

5.6.11.48. Realizar testes de funcionamento nos sistemas, com a partida do grupo sem a transferência de carga, durante as manutenções preventivas quinzenais.

5.6.11.49. Realizar testes de falta de energia elétrica comercial e verificar a entrada do sistema grupo gerador de forma automática, bimestralmente, com transferência de carga.

5.6.11.50. Realizar, quinzenalmente, a inspeção visual e dar partida nos sistemas grupo geradores, sem a transferência de carga, por até 20 minutos.

5.6.11.51. Disponibilizar pessoal tecnicamente treinado para as inspeções elétricas e mecânicas do sistema grupo gerador;

5.6.11.52. Manter os sistemas em condições de funcionar com segurança;

5.6.11.53. Apresentar boletim de visita dos chamados e das manutenções mensais, que deverá ser assinado pela Contratante na pessoa de seu representante;

5.6.11.54. Dispor de atendimento em regime de 24 (vinte e quatro) horas, todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados para atendimento de chamadas de emergência;

5.6.11.55. Executar, quando necessário, o conserto e/ou substituição de peças decorrentes de desgaste natural ou mau uso do equipamento;

5.6.11.56. Fornecer, sem despesas adicionais para o Contratante, os materiais de consumo tais como: graxa, estopa, anticorrosivos, necessários à realização dos serviços.

5.6.11.57. Os valores referentes aos serviços de manutenção incluem as despesas com as trocas de óleo, filtro de óleo, filtro de ar, líquido arrefecimento do radiador.

5.6.11.58. Fornecer e abastecer o tanque de combustível. O óleo combustível deverá ser fornecido pela Contratada que deverá manter o tanque de combustível preenchido de tal forma que garanta autonomia mínima de 12 horas de funcionamento no modo emergência.

5.6.11.59. CASO O GERADOR FIQUE INOPERANTE PELO PERÍODO DE 7 (SETE) DIAS, A CONTRATADA DEVERÁ COLOCAR EQUIPAMENTO EM SUBSTITUIÇÃO PARA NÃO INCORRER EM PREJUÍZOS PARA A CONTRATANTE.

#### **Das Obrigações da Contratante**

5.6.11.59. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas legais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto;

5.6.11.60. Receber os serviços e instalação de acordo com as disposições deste Termo de Referência;

5.6.11.61. Comunicar imediatamente à CONTRATADA qualquer incorreção apresentada com o objeto;

5.6.11.62. Cumprir fielmente as obrigações;

5.6.11.63. Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA e pertinentes ao objeto;

5.6.11.64. Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato ou instrumento equivalente, com base nas disposições da Lei nº 14.133 de 2021

5.6.11.65. Zelar pelo bom andamento do presente Termo de Referência, dirimindo quaisquer dúvidas que porventura existam;

5.6.11.66. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a execução;

5.6.11.67. Processar e liquidar Notas Fiscais correspondente, por meio de ordem bancária, desde que não haja fato impeditivo imputado à CONTRATADA;

5.6.11.68. Zelar para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte da CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na prestação dos serviços;

5.6.11.69. Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários;

5.6.11.70. Verificar minuciosamente a conformidade dos serviços executados com as especificações constantes do Edital, Termo de Referência e Contrato, para fins de aceitação e pagamento da Nota Fiscal de Serviço;

5.6.11.71. Proporcionar as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços, inclusive permitir o acesso dos técnicos da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE, onde os serviços serão executados

5.6.11.72. Os serviços serão executados em dias normais de expediente ou em sábados, domingos e feriados, conforme a necessidade.

5.6.11.73. A eventual execução fora do horário normal de expediente da CONTRATADA, mesmo que solicitado pela CONTRATANTE, não implicará adicional de preço.

5.6.11.74. Os técnicos da CONTRATADA deverão se apresentar para a realização dos serviços trajando uniforme com logomarca da CONTRATADA e portando documento de identificação com foto.

5.6.11.75. A CONTRATADA deverá observar as regras de segurança existentes na Contratante para entrada ou saída de materiais e equipamentos

5.6.11.76. Nenhum bem ou material da CONTRATANTE será removido ou transferido do seu local sem o consentimento formal da mesma.

5.6.11.77. A CONTRATADA emitirá laudos e pareceres oficiais sempre que solicitada pela CONTRATANTE.

5.6.11.78. A CONTRATADA deverá fornecer toda e qualquer informação de maneira detalhada, de forma a garantir que o corpo técnico da CONTRATANTE tenha ciência das atuações da CONTRATADA sobre os equipamentos constantes deste objeto.

**CUMPRE INFORMAR QUE O GERADOR INSTALADO NO PRÉDIO DA DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE BAURU, SITUADO NA PRAÇA DOM PEDRO II, Nº 3-20, CENTRO, NECESSITA DE SUBSTITUIÇÃO DE PEÇA (BOMBA INJETORA MODELO V3239F592T-3 / 2643B315, MARCA DELPHI, COMPATÍVEL COM MODELO PERKINS ) JÁ ADQUIRIDA POR ESTA CONTRATANTE HAVENDO A NECESSIDADE DA MÃO DE OBRA PARA A SUBSTITUIÇÃO QUANDO INICIAR O NOVO CONTRATO SEM ACRÉSCIMO DE VALOR CONTRATADO.**

**O CONTRATO ANTERIOR DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO EQUIPAMENTO GERADOR FIMOU EM 11/09 /2025, SENDO QUE APÓS ESTA DATA NÃO FORAM FEITAS MANUTENÇÕES NO REFERIDO EQUIPAMENTO.**

#### **Especificação da garantia do serviço**

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

#### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

### **6. Modelo de gestão do contrato**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade

#### **Fiscalização**

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

#### **Fiscalização Técnica**

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17);

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II);

6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso III);

6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II);

#### **Fiscalização Administrativa**

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, incisos II e III).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.17. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **Gestor do Contrato**

6.19. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. Critérios de medição e pagamento**

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no documento em Anexo para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratado:

7.1.1.1. não tenha produzido os resultados acordados,

7.1.1.2. tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou

7.1.1.3. tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. Fica acordado que falhas de qualidade vão gerar descontos, após serem registradas as ocorrências.

7.3.2. A aferição da execução contratual para os fins de pagamento considerará os seguintes indicadores:

- 1 – Quantidade de dias que o gerador não funcionou;
- 2 - Quantidade de chamados corretivos para o mesmo problema;
- 3 - Atendimento aos chamados de urgência/emergência dentro dos prazos descritos no Termo de Referência;
- 4 - Cumprimento dos cronogramas de manutenção preventiva;

7.3.3. Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade. Essa diferença está relacionada a essencialidade do indicador para aferir a efetiva qualidade da prestação dos serviços.

7.3.4. A pontuação final do IMR pode resultar em valores entre 0 (zero) e 100 (cem), correspondentes, respectivamente, às situações de serviços desprovidos de qualidade e de serviços com a qualidade esperada.

7.3.5. A empresa terá sempre nota inicial de 100 (cem) pontos, sendo essa a sua nota de partida na avaliação do IMR.

7.3.6. E conforme a verificação do IMR, essa nota poderá ser reduzida, de acordo com a qualidade dos serviços prestados, e a quantidade de chamados corretivos (motivados pela ausência de manutenções preventivas e preditivas por parte da Contratada), circunstâncias que impactarão diretamente na aferição da qualidade e quantidade da prestação dos serviços contratados.

7.3.7. As tabelas de IMR constam no ANEXO V do Edital;

## Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 03 (três) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023)

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará periodicidade mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.11.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.16. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

7.16.1. o prazo de validade;

7.16.2. a data da emissão;

7.16.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.16.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.16.5. o valor a pagar; e

7.16.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.17. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.18. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.19. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.20. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.22. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### Prazo de pagamento

7.24. O **pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias**, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.25. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

#### Forma de pagamento

7.26. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.26.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.28. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.28.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.29. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

### 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

#### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

#### Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será **empreitada por preço global**.

#### Exigências de habilitação



8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

#### **Habilitação jurídica**

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. Ato de autorização para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

8.21. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;



8.22. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

a) índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.22.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, § 1º).

8.22.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.22.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.

8.23. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### Qualificação Técnica

8.24. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurando a ele o direito de realização de vistoria prévia;

8.24.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.25. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, se o caso, em plena validade;

8.25.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista na subdivisão acima por meio da apresentação, no momento da celebração da contratação, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.26. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.26.1. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, os atestados ou certidões deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

**8.26.1.1. serviços similares ao objeto da licitação que demonstrem que a empresa prestou serviços correspondentes a 50% (cinquenta por cento) do objeto da licitação;**

**8.26.1.2. poderá haver somatória de atestados**

8.26.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante.

8.26.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

8.26.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

### Outras comprovações

8.27. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso;

8.28. Tratando-se de consórcio:

8.28.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elemento:

a) Designação do consórcio e sua composição;

- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão;

8.28.2. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição;

8.28.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.28.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio;

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 456.000,00

9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 456.000,00 (quatrocentos e cinquenta e seis mil reais) para o período de 60 (sessenta) meses, conforme custos unitários apostos em Pesquisa de Preço anexo ao Edital. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

## 10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 00001/180299;
- II) Fonte de Recursos: 150010001;
- III) Programa de Trabalho: 06181180149890000 ;
- IV) Elemento de Despesa: 339039;
- V) Plano Interno: 007.008.0209;

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. AUTORIZAÇÃO

DESPACHO:

Autorizo a contratação nos termos do presente. Encaminhe ao Setor de Contratações, conforme proposto;

LUCINO DE BARROS FARO  
DELEGADO SECCIONAL DE POLÍCIA  
ORDENADOR DE DESPESAS

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CAROLINA OLIVA  
Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 11/02/2026 às 11:39:48.

LUCIANO DE BARROS FARO  
Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 11/02/2026 às 11:45:06.

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I - CARACTERISTICAS DO GRUPO GERADOR.pdf (441.52 KB)
- Anexo II - ANEXO II - MANUTENCAO PREVENTIVA - EXEMPLIFICATIVA.pdf (596.01 KB)
- Anexo III - ANEXO III - SERVICOS DE MANUTENCAO PREVENTIVA.pdf (413.09 KB)
- Anexo IV - ANEXO IV - RELACAO DE PECAS.pdf (376.19 KB)
- Anexo V - ANEXO IMR.pdf (418.31 KB)
- Anexo VI - NOTA FISCAL - GERAFORTE 9684.pdf (108.13 KB)
- Anexo VII - ETP COM ANEXOS.pdf (1.02 MB)

## ESP-DELEG.SECCIONAL DE POLICIA DE BAURU

**Estudo Técnico Preliminar 3/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 058.00121204/2024-67

**2. Descrição da necessidade**

2.1. A Delegacia Seccional de Polícia de Bauru e a Central de Polícia Judiciária contam com aparelhos de geradores diesel para fins de manter o fornecimento de energia e impedir a interrupção na prestação dos serviços policiais essenciais à População.

2.2. Atualmente, a Delegacia Seccional de Polícia de Bauru está sem contrato de manutenção preventiva e corretiva de geradores, eis que foi encerrado o último contrato e houve a mudança de prédio da CPJ de Bauru, situada na Avenida Rodrigues Alves, nº 20-20, Vila Cardia, Bauru/SP, tendo tido alteração no equipamento gerador.

2.3. Assim, se faz necessária a realização de novo processo de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e emergencial em aparelhos de geradores, com fornecimento de peças

2.4. A Polícia Civil do Estado de São Paulo, em especial a Delegacia Seccional de Polícia de Bauru, não conta em seu quadro com servidores capacitados para realização do serviço objeto desta Contratação.

2.5. Assim, necessária a terceirização de serviços que não dizem respeito à atividade-fim da Instituição. Com isso, a Contratante se ressentida da falta de pessoal qualificado para atender às suas demandas para a execução do serviço de manutenção de grupos geradores. A contratação do serviço de manutenção de grupo gerador automático de emergência, sem mão de obra exclusiva, visa prover a Contratante de uma prestadora de serviços com pessoal qualificado a manter em pleno funcionamento o equipamento que tem a função de gerar energia elétrica no caso de falta de Energia na rede pública.

2.6. Com a finalidade de garantir fornecimento contínuo de energia elétrica e diante da possibilidade de falha no fornecimento da rede pública, a Contratante possui dois grupos geradores automáticos de emergência, diesel, sendo que 01 está sendo instalado no prédio da Central de Polícia Judiciária de Bauru e outro no prédio da Delegacia Seccional de Polícia de Bauru. Assim, surge a necessidade de contratação do serviço de manutenção destes importantes equipamentos de salvaguarda.

2.7. Ocorre que somente ter os geradores instalados não é suficiente. Necessário se faz garantir o funcionamento seguro e contínuo destes geradores. Para que seja possível manter a qualidade dos equipamentos imprescindível a contratação de empresa com experiência e estrutura capazes de manter os grupos geradores em pleno funcionamento, realizando suas manutenções preventivas e corretivas, com a substituição de peças, para que seja evitada a descontinuidade dos serviços.

2.8. Por serem prédios em que há atendimento ao público e funcionamento de plantão policial, os aparelhos geradores precisam estar em perfeito funcionamento e pronto para entrarem em ação sempre que necessário, evitando interrupções indesejadas no fornecimento de energia elétrica.

2.9. Para alcançar com êxito a execução de suas atividades, é necessário que o geradores estejam funcionando adequadamente, visto que a finalidade deste é fornecer energia elétrica em regime de emergência e/ou temporária, em razão de interrupções no fornecimento pela concessionária responsável. Em casos de ausência de fornecimento de energia elétrica ou eventual pane estrutural de cunho elétrico, se os geradores não estiverem em perfeitas condições de funcionamento, as atividades policiais prestadas seriam interrompidas e a Polícia Civil ficaria desassistida.

2.10. A manutenção adequada também contribui para que os geradores operem com máxima eficiência, resultando em resposta rápida em emergências e melhor desempenho durante o funcionamento normal. Isso é crucial para assegurar a continuidade dos serviços prestados pela Instituição, pois qualquer interrupção no fornecimento de energia elétrica convencional pode ser rapidamente suprimida pelo gerador.

2.11. A manutenção regular dos geradores ajudam a prolongar sua vida útil, reduzindo os custos a longo prazo e evitando a necessidade de substituição prematura.

- 2.12. A manutenção de equipamentos é importante para constatar desgaste dos componentes da máquina ao longo do tempo com o propósito de manter os equipamentos em boas condições evitando e economizando com uma quebra inesperada.
- 2.13. Realizando as manutenções descritas, obtemos o aumento de vida útil dos equipamentos. Quando uma peça não está em boas condições de funcionamento, ela sobrecarrega outras peças do equipamento, resultando em um prejuízo maior.
- 2.14. As manutenções preventivas e corretivas pretendem conservar o bem público e, ainda, zelar pela continuidade da prestação do serviço público e atendimento do Plantão Policial em caso de interrupção da energia elétrica.
- 2.15. O presente documento propõe a contratação dos serviços incluindo peças, em vista aos benefícios oferecidos à Administração que, além de contar com a rapidez no recebimento definitivo dos serviços, evitará vários obstáculos encontrados na aquisição das mesmas como, por exemplo, a não compatibilidade de itens constantes do Catálogo de Materiais que possuem descritivo mesclado entre peças originais e as compatíveis, o tempo que demanda para conclusão de um processo para aquisição de peças e materiais, a falta de conhecimento técnico por parte dos servidores desta Contratante, mesmo quando consulta sites de compras de fabricantes, ocasionando risco de erro no momento da opção do item, gerando desacordos e conflitos com a CONTRATADA entre outros desajustes que contribuem para a mora na efetiva conclusão dos serviços.
- 2.16. Ademais, o fornecimento de peças às expensas da CONTRATADA minimiza o tempo dos geradores permanecerem parados, pois dispensa os procedimentos legais que a Administração Pública precisa adotar toda vez que houver a necessidade de substituição das mesmas, colaborando assim para a celeridade e economia dos custos processuais.
- 2.17. Os serviços a serem contratados consistem em:
- a. Prestar manutenção preventiva, corretiva e emergencial no gerador, fornecendo peças, acessórios, insumos, componentes, materiais de consumo, combustível necessários à perfeita execução dos serviços dentro dos padrões exigidos pelo fabricante do equipamento e de acordo com as normas técnicas vigentes sem interferir ou prejudicar a rotina das pessoas/usuários que precisam de um ambiente de trabalho com energia.
  - b. Realizar inspeções e testes minuciosos, limpeza, regulagem, lubrificação e ajuste geral nos sistemas e instalações, equipamentos mecânicos, elétricos, hidráulicos, com o objetivo de garantir o funcionamento eficiente, econômico e seguro.
- 2.18. O fornecimento de peças por empresa que não seja a executora dos serviços de manutenção pode gerar grandes conflitos de responsabilidade.
- 2.19. A inclusão do fornecimento de peças nos contratos de manutenção de geradores vem sendo utilizado pela Administração Pública, tendo em vista que o uso dos equipamentos provoca desgastes mecânicos das peças, exigindo atenção da Administração quanto à manutenção preventiva e corretiva.
- 2.20. A elaboração deste estudo tem como objetivo a instrução de procedimento licitatório, provendo as especificações técnicas e estabelecendo as normas gerais e específicas referentes à contratação da prestação de serviços contínuos, sem dedicação exclusiva de mão de obra, de manutenção preventiva e corretiva de dois grupos geradores de emergência automático, sendo 01 gerador de 165 KVA, diesel, com reposição de peças, instalado na Central de Polícia Judiciária de Bauru e 01 aparelho de gerador de 75 KVA, diesel, com reposição de peças, instalado na Delegacia Seccional de Polícia de Bauru, marca Perkins, por empresa especializada no ramo, pelo período de 30 meses, podendo ser prorrogável regularmente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133 /2021, seguindo condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento.
- 2.21. Dessa forma, buscando evitar a descontinuidade da prestação do serviço, faz-se necessária a abertura de procedimento licitatório para contratação dos serviços nos moldes propostos, visando a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e emergencial do gerador, com monitoramento/gerenciamento remoto que porventura apresentar defeitos, a demandar substituição de peças e reparos, com inclusão de peças, insumos, materiais, limpeza, componentes, combustível e tudo o mais que for necessário para o perfeito funcionamento dos equipamentos, visando sobretudo economicidade e eficiência no atendimento às demandas.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DELEGACIA SECCIONA DE POLÍCIA DE BAURU	ANGELICA ZEM GIMENES RODRIGUES GOMES

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A fim de dar uma visão inicial do que se deseja contratar, serão elencados os principais requisitos da contratação, que podem ser flexibilizados pela Equipe de Contratação na elaboração do Termo de Referência, uma vez que é possível o amadurecimento dos requisitos que a solução deverá atender.

### **4.2. Com o foco de atender às necessidades da Administração, a contratação deve contemplar, dentre outros, os seguintes requisitos:**

4.2.1. Serviço continuado de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva de geradores, incluindo o fornecimento de peças, combustíveis, insumos e acessórios;

4.2.2. Trata-se de serviço comum, continuado, com fornecimento de peças e de mão de obra sem dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica;

4.2.3. Os serviços de manutenção de grupos geradores automático de emergência, objeto desta contratação, são considerados como serviço comum, nos termos do inciso XIII, do art. 6º, da Lei 14.133/2021, pois possui padrões de desempenho e qualidade possíveis de serem objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado.

4.2.4. Ele tem caráter continuado, pois sua interrupção pode comprometer a continuidade das atividades da Administração e necessita manter a contratação por mais de um exercício financeiro, continuamente. E deve ser executado sem dedicação exclusiva de mão de obra, em função das características inerentes ao serviço e da metodologia adotada.

4.2.5. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.2.6. O serviço refere-se à atividade de apoio e à realização das atribuições institucionais, podendo ser terceirizado diante da inexistência de cargo com as atribuições pertinentes, no quadro de pessoal.

4.2.7. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço global, tendo em vista a natureza do serviço e a exatidão do quantitativo demandado para a execução contratual do objeto.

4.2.8. Os serviços deverão iniciar, pelo prazo de 5 (cinco) anos, podendo ser estendida por mais de um exercício financeiro, prorrogável regularmente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, tendo como benefício direto da contratação, a efetiva manutenção da prestação do serviço público.

4.2.9. Não há necessidade de a CONTRATADA promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, tendo em vista que a prestação de serviço é comum.

4.2.10. Os serviços serão executados nos seguintes endereços: Avenida Rodrigues Alves, nº 20-20, Vila Cardia, Bauru/SP e Praça Dom Pedro II, nº 3-20, Centro, Bauru/SP.

### **4.2.11. Todos os materiais e/ou peças necessárias à execução dos serviços deverão ser adquiridos e fornecidos pela CONTRATADA, por conta do valor contratado.**

4.2.12. A licitante deverá comprovar aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto do Termo de Referência - TR, por meio de apresentação de, no mínimo, 1 (um) atestado de Capacidade Técnica não superior a 3 (três) anos em nome da matriz ou da filial do Contratado, fornecido por Órgão da Administração Pública, empresas públicas ou privadas, onde a empresa tenha prestado serviços de manutenção corretiva e preventiva em Geradores, semelhante ao serviço contratado.

4.2.13. A contratada deverá apresentar, para habilitação, todos os documentos em seu nome e com número do CNPJ e endereço;

4.2.14. Os serviços deverão ser realizados, preferencialmente, dentro do horário do expediente determinado pela CONTRATANTE e compatibilizados com as solicitações e necessidades do órgão, em períodos a serem acordados com a Gestão do Contrato;

4.2.15. A execução dos serviços deverá obedecer rigorosamente: às normas e especificações constantes no Termo de Referência; às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas; às disposições emanadas pelo Governo local; as normas do Corpo de Bombeiros Militar local pertinentes ao tema; as prescrições e recomendações dos fabricantes e normatização da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

4.2.16. A empresa contratada deverá se responsabilizar pela boa execução dos serviços, instruindo seus empregados a realizar os tratamentos interpessoais com urbanidade e bom nível de educação. Zelar pela segurança pessoal e coletiva, utilizando equipamentos próprios quando da execução dos serviços, inclusive EPIs.

4.2.17. A empresa contratada deverá fornecer todos os insumos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos de manutenção aqui especificados. Os custos com peças de reposição, materiais, ferramentas, combustível e equipamentos diversos correrão à conta da Contratada, sem qualquer custo adicional à Contratante.

4.2.18. A empresa contratada deverá confeccionar um plano de manutenção preventiva dos equipamentos componentes dos grupos geradores, e apresentá-lo à fiscalização para aprovação, em um prazo máximo de 30 dias, contado a partir da data de emissão da AS - Autorização de Serviço.

4.2.19. A prestação do serviço consistirá na realização de manutenção preventiva e corretiva nos geradores, bem como o serviço de prontidão, o atendimento às chamadas de emergência, incluindo, mas não se limitando, aos itens relacionados neste Estudo Preliminar e no Termo de Referência.

4.2.20. Para qualquer serviço executado preventivo/corretivo, deverá ser emitido registro dos serviços executados pela Contratada, bem como, devem ser seguidas orientações constantes no manual de fabricação e legislação pertinente.

4.3. A Contratada deverá alocar profissionais altamente especializados para o desenvolvimento dos serviços, com capacidade nas áreas de mecânica de manutenção de máquinas.

4.4. O procedimento licitatório deverá observar em todas as fases as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, inclusive as recomendações quanto à responsabilidade do fornecedor pelo recolhimento e descarte do material utilizado.

4.5. Deverão ser seguidos os seguintes critérios de sustentabilidade baseadas na otimização de recursos e na redução da poluição ambiental, tais como:

4.5.1. A Contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos frascos de aerossol originários da contratação, se for o caso, recolhendo-os ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação ambientalmente adequada.

4.5.2. Treinar periodicamente os empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, observadas as normas ambientais vigentes.

4.5.3. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

4.5.3.1. recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme legislação aplicável ao tema;

4.5.3.2. providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da legislação vigente aplicável ao tema;

4.5.3.3. exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme legislação aplicável ao tema;

4.5.3.4 Não são permitidas, à Contratada, formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias usadas originárias da contratação, tais como: lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado; queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados; lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

4.5.3.5 A Contratada deverá providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada.

4.5.3.6 São proibidas, à Contratada, as seguintes destinações e utilização de resíduos sólidos:

4.5.3.6.1 deposição inadequada no solo;

4.5.3.6.2 deposição em área sob regime de proteção especial e áreas sujeitas a inundação;

4.5.3.6.3 lançamento em sistema de redes de drenagem de água pluviais, de esgoto, de eletricidade, de telecomunicações e assemelhados;

4.5.3.6.4 infiltração no solo sem tratamento prévio e projeto aprovado pelo Órgão de controle ambiental estadual competente;

4.5.3.6.5 utilização para alimentação animal, em desacordo com a legislação vigente;

4.5.3.6.6 utilização para alimentação humana.

4.5.3.7 A Contratada deverá acondicionar os resíduos sólidos para coleta de forma adequada, cabendo-lhe observar os normas municipais que estabelecem as regras para a seleção e acondicionamento dos resíduos no próprio local de origem, e que indiquem os locais de entrega e coleta.

4.5.3.8 A Contratada é obrigada a efetuar o recolhimento do produto ou embalagem dos itens utilizados na execução do serviço, para fins de destinação final ambientalmente adequada, a cargo dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes.

4.5.3.9 Dentre as recomendações voltadas para a sustentabilidade ambiental, a empresa Contratada deverá observar também as seguintes práticas:

4.5.3.9.1 Fornecimento de equipamentos de segurança que se fizerem necessários aos empregados, para a execução de serviços;

4.5.3.9.2 Os materiais e peças empregados não devem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendadas em legislação específica, tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenol-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);

4.5.3.9.3 Todos os eventuais agentes para limpeza que sejam empregados deverão ser notificados ou registrados na ANVISA, conforme determina a legislação vigente.



- 4.5.4. Desenvolver consciência nos empregados acerca da adoção de procedimentos de separação para o descarte adequado de materiais potencialmente poluidores, tais como detergentes, óleos, lâmpadas, placas de circuitos impressos, pilhas e baterias, em estabelecimentos que os comercializam ou na rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores, conforme disposto na legislação vigente.
- 4.5.5. Incentivar entre os seus empregados a atividade de separação de resíduos recicláveis descartados pelo órgão, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber.
- 4.5.6. A Contratada se responsabilizará pelo acondicionamento, transporte e descarte de todos os resíduos produzidos durante a execução contratual, de forma técnica e ambientalmente responsável.
- 4.5.7. A manutenção dos equipamentos só poderá ser efetuada por funcionários devidamente habilitados, qualificados, treinados, identificados, uniformizados e portando equipamentos de proteção individual (EPI's) adequados.

**4.6. OS SERVIÇOS OBJETO DO CONTRATO CONSISTEM EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS**

**4.6.1. MANUTENÇÃO PREVENTIVA**

- 4.6.1. A prestação dos serviços preventivos deverá ser realizada QUINZENALMENTE, no horário das 09:00hs às 16:00hs, de acordo com as especificações técnicas do fabricante do equipamento e o roteiro básico estabelecido neste ETP e no TR.
- 4.6.2. Efetuar testes de segurança, conforme legislação em vigor e normas do fabricante do equipamento.
- 4.6.3. A manutenção preventiva destina-se a reduzir a possibilidade de ocorrência de defeitos, falha ou irregularidades do grupo gerador e componentes nele instalados.
- 4.6.4. A Contratada deverá confeccionar um PLANO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA DOS GERADORES e apresentá-lo à fiscalização da Contratante no prazo máximo de 30 dias contados a partir da emissão da Ordem de Autorização para início dos Serviços.
- 4.6.5. Os serviços preventivos, no que couber, devem ser, no mínimo, os abaixo descritos:

TABELA DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA	
Grupo Geradores - MOTOR DIESEL	
PARA GERADOR, NO MÍNIMO:	
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	PERIODICIDADE
Limpeza do filtro de ar.	
Manutenção da bateria de partida	
Drenagem do tanque de óleo diesel (condensações)	
Abastecimento de óleo diesel, se necessário.	
Retirada de vazamentos.	
Limpeza externa do radiador.	

Verificação do nível do líquido de arrefecimento (completar se necessário). Funcionamento e teste. Inspeção da bomba injetora Limpeza do gerador Manutenção da placa eletrônica do regulador de tensão. Manutenção e lubrificação dos rolamentos de esfera. Manutenção dos diodos do gerador. Reaperto dos acoplamentos. Reaperto geral das conexões dos cabos elétricos. Eliminação de pontos de ferrugens e corrosão	MENSAL
Reaperto geral do motor. Reaperto dos cabeçotes. Calibragem de válvula (se necessário).	SEMESTRAL
Troca do óleo lubrificante. Troca dos filtros de óleo lubrificante. Troca do filtro de óleo diesel. Troca do filtro de ar (se necessário).	ANUAL

PARA QUADRO DE COMANDO AUTOMÁTICO, NO MÍNIMO	
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	PERIODICIDADE
Manutenção dos instrumentos de medição. Manutenção do carregador flutuador de bateria. Limpeza geral das partes internas Reaperto geral do quadro de comando automático. Programação e configuração do módulo de controle automático. Eliminação de pontos de ferrugens e corrosão.	MENSAL

#### 4.6.6. MANUTENÇÃO CORRETIVA

4.6.6.1. A contratada deverá atender ao chamado da CONTRATANTE para regularizar anormalidade de funcionamento, procedendo à manutenção corretiva, substituindo e/ou reparando PEÇAS, PARTES, INSUMOS, COMPONENTES, segundo critérios técnicos, software de programação, componentes eletrônicos, elétricos, mecânicos e hidráulicos, necessários à recolocação do equipamento em condições normais de funcionamento, utilizando peças genuinamente fabricadas e testadas pelos fabricantes dos componentes do equipamento.

4.6.6.2. Os registros dos chamados serão feitos através de Ordens de Serviço, enviadas por e-mail, ou, ainda, outra forma de contato disponibilizada pela Contratada, podendo ser por mensagem de WhatsApp.

4.6.6.3. Serviços que envolvam modificação, remoção, substituição, inserção de componentes em placas, devem ser adequadamente realizados, obedecendo as especificações dos fabricantes e as normas vigentes, para garantir a qualidade do serviço de soldagem e montagem dos circuitos eletrônicos.

4.6.6.4. Todas as peças, materiais, ferramentas e acessórios necessários para realizar o conserto deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, não sendo gerado, por este fato, acréscimo no valor contratado.

4.6.6.5. A CONTRATANTE se reserva o direito de fazer quantos chamados de emergência e manutenção corretiva forem necessários sem nenhum ônus adicional.

**4.6.6.6. O restabelecimento do perfeito funcionamento dos equipamentos deverá ocorrer em até 12 (doze) horas consecutivas, a contar do registro dos chamados, quando houver necessidade de troca de peças ou componentes, ressalvados os casos devidamente justificados pela Contratada e aceitos pelo Contratante.**

**4.6.6.7. Para os chamados de manutenção corretiva que não demandem peças, insumos ou materiais, a CONTRATADA deverá restabelecer o funcionamento em até 4 (quatro) horas a contar do registro dos chamados.**

## 5. Levantamento de Mercado

5.1. Diante da necessidade já vastamente descrita e da indisponibilidade de outras soluções, concluiu-se que a alternativa de mercado que atende a presente demanda é a contratação de empresa especializada (terceirização) para prestação dos serviços.

5.2. Foi realizada pesquisa acerca dos possíveis prestadores de serviços, que atenderiam a necessidade da contratação: Pesquisou-se no Portal do COMPRAS.GOV.BR onde foi constatado a participação de diversas empresas prestadoras deste tipo de serviço, no território nacional.

5.3. Verifica-se que a solução pretendida é adotada por entidades públicas locais, regionais e nacionais. Foram avaliados especialmente fatores relacionados ao dimensionamento da solução, produtividade, periodicidade, estimativa de preços, critérios de sustentabilidade e fiscalização, a fim de inserir os critérios cabíveis ao contexto da Contratante.

5.4. De forma a definir a melhor solução técnica para atender a necessidade da Delegacia Seccional de Polícia de Bauru foram analisadas diferentes metodologias de contratação praticados no mercado e suas principais características, conforme apresentado a seguir:

Primeiro cenário

Contratar o posto de trabalho, sendo a CONTRATANTE responsável pelo fornecimento de peças, materiais consumíveis, equipamento de proteção individual e coletivo, além do fornecimento de combustível.

Segundo cenário

Contratação por posto de trabalho com fornecimento pela CONTRATADA de todo equipamento, ferramentas, insumos, materiais, combustível e serviços eventuais necessários a execução do objeto licitado, utilizando planilha de custos para o pagamento dos materiais empregados e o IMR (Instrumento de Medição de Resultado) para pagamento dos serviços;

Terceiro cenário

Contratação sem mão de obra exclusiva, sendo a Contratada responsável pelo fornecimento das ferramentas, equipamentos, insumos, materiais, combustível e serviços eventuais necessários à execução do objeto licitado. As manutenções preventivas ocorrerão conforme programação previamente definida. Já as corretivas, os acionamentos serão mediante a necessidade, com acionamento da contratada através de contato telefônico e e-mail e solicitação de abertura Ordem de Serviço.

### **Conclusão após análise dos cenários**

O primeiro cenário é inviável. O objeto do contrato são apenas 2 geradores, tornando inviável manter um profissional para a demanda apresentada. Outra situação a ser apontada é que a contratante não possui recursos (humanos e espaço físico) para gerir o processo de compras, controle de estoque e fornecimento de peças, materiais consumíveis, equipamento de proteção individual e coletivo. A não aquisição de materiais em tempo hábil por parte da Contratante, ocasionaria em atrasos na execução do serviço e compartilhamento de responsabilidades, podendo culminar em conflitos, visto que a contratante fornece os materiais e a contratada executa, sendo que

esta última possui prazos definidos em contrato para conclusão das ordens de serviço.

O segundo cenário contempla mão de obra com dedicação exclusiva e fornecimentos de peças, materiais consumíveis, combustível, ferramentas, equipamento de proteção individual e coletivo pela contratada. Todavia, a Contratante não possui grande quantidade de geradores que exijam monitoramento e operação 24 horas que justifique um funcionário terceirizado dedicado e em tempo integral. Estima-se que neste cenário o funcionário ficaria maior parte do tempo ocioso.

O terceiro cenário não necessita de mão de obra dedicada e exclusiva, as manutenções preventivas são previamente agendadas e as corretivas executadas sob demanda e mediante aprovação prévia da fiscalização. Nesta opção, é possível acompanhar as manutenções e controlar de forma eficiente o emprego das peças, realização dos serviços e execução dos prazos, levando em consideração a utilização do Instrumento de Medição de Resultado – IMR para pagamento dos serviços.

Diante do acima exposto, após análise dos cenários, sugere-se que a Contratação seja no formato de contratação de empresa para prestação dos serviços, de forma contínua, sem mão de obra exclusiva, com fornecimento de peças;

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. Buscando atender as necessidades da Contratante conforme já fundamentado até o momento, avaliou-se como a melhor forma de contratação a opção 3 apresentada no capítulo anterior: contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva de gerador, incluindo o fornecimento de peças, insumos, combustível e acessórios, sem fornecimento de mão de obra exclusiva, sendo a Contratada responsável pelo fornecimento das ferramentas, equipamentos, combustível, EPIs, peças, componentes, materiais e serviços eventuais necessários à execução do objeto licitado.

6.2. A empresa especializada contratada fornecerá mão de obra sem dedicação exclusiva para atendimento das manutenções preventivas e corretivas dos geradores, conforme disposto a seguir:

6.2.1. MANUTENÇÃO PREVENTIVA - As manutenções devem ser executadas com base no plano de manutenção Manutenção Preventiva do gerador (ANEXO II) e incluir as recomendações do fabricante, normas e legislações vigentes e boas práticas de manutenção.

6.2.1.1. No (ANEXO II) foram listadas as atividades mínimas preventivas a serem cumpridas pela contratada, de forma exemplificativa. Além dos serviços acima, caberá à Contratada incluir e executar outras atividades que identificar como necessárias, tendo como referência as boas práticas de manutenção, instruções dos fabricantes, recomendações provenientes de normas técnicas e legislações vigentes, para atender a satisfatória manutenção e perfeito funcionamento dos geradores.

6.2.2. MANUTENÇÃO CORRETIVA - A manutenção corretiva tem por objeto todos os procedimentos necessários para restaurar os geradores para o seu perfeito estado de funcionamento, compreendendo, inclusive, substituições de peças defeituosas e ajustes necessários, conforme os manuais e normas técnicas específicas para os equipamentos.

6.2.2.1. Os serviços de manutenções corretivas serão realizados sempre que houver emissão de ordem de serviço, cuja motivação seja a abertura de um chamado por parte da CONTRATANTE ou forem detectados problemas pelo técnico da contratada quando da realização das manutenções preventivas. Neste caso, o técnico de manutenção já deverá executar o reparo necessário para deixar o gerador em pleno funcionamento.

6.2.2.2. A Contratada deverá fornecer todas as peças que deverão ser originais ou genuínas. Todo o custo com peças, insumos, materiais, ferramentas e mão de obra devem ser computadas pela CONTRATADA ao apresentar a proposta, visto que nenhum valor poderá ser cobrado de forma adicional.

6.3. As informações dispostas neste estudo, e eventuais complementações da caracterização do objeto no Termo de Referência, são os parâmetros necessários para a fase de seleção e gestão contratual, no intuito de garantir a contratação de empresa que venha a atender à necessidade e produzir os resultados pretendidos.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
	Contratação de empresa especializada em manutenção técnica preventiva, corretiva e emergencial com monitoramento /gerenciamento remoto de grupos			

1	<p>diesel de Geradores de Emergência, incluindo o fornecimento e substituição de partes e peças, sendo um instalado na CPJ Bauru e outro na DELSECPOL Bauru</p> <p>A Contratada deverá prever no custo unitário mensal todos os custos com materiais, peças, insumos, ferramentas, componentes, abastecimento, motor, mão de obra para manter o equipamento gerador em pleno funcionamento durante a vigência contratual</p> <p>Combustível: DIESEL 170 KVA  75KVA</p>	2356	UNIDADE	2
---	--	------	---------	---

- 7.1. UNIDADE DE MEDIDA
- 7.1.1. A unidade de medida utilizada na solução da contratação do serviço é de unidade de equipamento e o período de medição é mensal, tendo em vista a metodologia adotada.
- 7.2. SOBRE A ESTIMATIVA
- 7.2.1. Trata-se da contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, em 2 (dois) grupos geradores automáticos de emergência, MOTOR DIESEL, sendo um de 170 KVA que atende a Central de Polícia Judiciária de Bauru e outro de 75 KVA que atende a Delegacia Seccional de Polícia de Bauru.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 456.000,00

- 8.1. A estimativa de preços foi levantada por meio de pesquisa realizada no Portal de Compras do Governo Federal (Painel de Preços), conforme Mapa Comparativo de Preços anexado ao processo.
- 8.2. O custo estimado da contratação é de R\$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais) mensais, para o contrato dos serviços de manutenção preventiva, corretiva, emergencial e gerenciamento/monitoramento remoto dos 02 geradores, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, perfazendo o valor total anual estimado de R\$ 91.200,00 (noventa e um mil e duzentos reais) e valor total para 60 meses de R\$ 456.000,00 (quatrocentos e cinquenta e seis mil reais), cuja obtenção desse valor se deu pela média dos valores obtidos na pesquisa de preço, conforme Mapa de Consolidação das Pesquisas (SEI nº 058.00121204/2024-67).
- 8.3. Adotou-se o preço unitário médio mensal único, independentemente do modelo do equipamento, tendo em vista os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da eficiência.
- 8.4. A estimativa de preço da contratação para os serviços de manutenção preventiva, corretiva e gerenciamento/monitoramento remoto dos geradores, com fornecimento de peças, foi obtida através da consulta dos preços referenciais através de Pesquisa de Preços no portal Gov.br mediante contratações similares de outros entes públicos.
- 8.5. Como praticamente impossível de conseguirmos individualizar o preço da manutenção para equipamento idêntico, utilizamos a média, como referência. Desta feita, ao apresentarmos o valor da estimativa para os nossos grupos geradores, idealizamos com isto, a obtenção do valor global, mensal, para balizar nossa licitação e poder formar o preço do contrato.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

- 9.1.1. O serviço a ser contratado é tratado de forma indivisível, ou seja, corresponderá a 1 (um) item a ser licitado. A indivisibilidade é caracterizada pela inviabilidade de algum tipo de parcelamento do serviço a ser prestado, de vez se tratar da manutenção mensal de 02 (dois) equipamentos.

9.1.2. Conforme o inciso II, § 3º do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, e embora a regra seja a divisão do objeto em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, buscando o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala, opta-se pelo agrupamento em único lote.

9.1.2. A opção pelo agrupamento se faz pela adequação e economia na gestão, inter-relação da execução, de modo a permitir ao contratado, por sua vez, realizar uma gestão centralizada do contrato e respectiva garantia de qualidade.

9.1.3. Dessa forma, a execução por mais de uma empresa poderá resultar em atrasos ou execução parcial do objeto, acarretando interrupção temporária dos serviços e acarretar significativos problemas à Contratante, bem como à população que utiliza os serviços policiais.

9.1.4. A natureza do objeto não admite o parcelamento do objeto, devendo a adjudicação ser feita a um único licitante vencedor.

9.1.5. A recomendação do Tribunal de Contas da União é a realização da licitação por itens, de forma fracionada, sempre que econômica e tecnicamente viável, em consonância com os preceitos inseridos na Súmula 247 da referida Corte.

9.1.6. A despeito da orientação, ou seja, a divisão por itens, tantos quanto possíveis, a formação de grupos pode e deve ser utilizada quando a natureza do objeto da licitação condiciona tecnicamente a contratação de forma conjunta ou que possibilite maiores vantagens econômicas em função da escala.

9.1.7. Se os serviços não forem agrupados, ter-se-ia empresas distintas executando, ao mesmo tempo, o objeto da licitação. Tal fato poderia gerar atrasos, onerar o certame e sobrecarregar as equipes de fiscalização dos contratos, comprometendo o resultado final dos trabalhos, por não perseguir a proposta mais vantajosa para a Administração.

9.1.8. Diante disso, a licitação será realizada agrupando itens, tornando a contratação coerente tecnicamente e economicamente mais viável, **uma vez que a empresa prestará os serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como emergencial, com fornecimento de peças nos 02 geradores**, sendo 01 instalado na Central de Polícia Judiciária de Bauru e 01 instalado na Delegacia Seccional de Polícia de Bauru. Isso também reduz o custo administrativo de gerenciamento do processo de contratação e reúne condições para que o fornecedor, pelas características da contratação, ofereça preços menores e mais vantajosos para a Administração.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se verificam contratações correlatas e/ou interdependentes para viabilidade e contratação desta demanda.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Considerando que os geradores estão instalados na Central de Polícia Judiciária de Bauru e na Delegacia Seccional de Polícia de Bauru, tratando-se de contratação nova para os dois grupos de geradores, o objeto do presente Estudo Técnico Preliminar está previsto no Plano Plurianual de Contratações do ano de 2026.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Com esta contratação espera-se que sejam atendidas as necessidades de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças dos geradores instalados na Central de Polícia Judiciária e na Delegacia Seccional de Polícia de Bauru, por meio da contratação de empresa especializada, garantindo assim a manutenção da energia em caso de interrupção de energia elétrica, a fim de possibilitar a continuidade da prestação do serviço policial.

12.2. Os resultados pretendidos com esta contratação serão os benefícios diretos revertidos à Contratante em função da prestação efetiva de serviços que não consegue realizar de forma direta, por falta de servidores no quadro.

12.3. Com a presente contratação busca-se a execução dos serviços de manutenção conforme especificações técnicas, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além do fornecimento de peças de reposição, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas qualidades e quantidades necessárias para manter os geradores em perfeito funcionamento, visando o bom andamento dos serviços prestados por esta Contratante.

12.4. Com os serviços de manutenção preventiva e corretiva, os equipamentos, grupo geradores automático de emergência, terão um funcionamento regular e com segurança.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1. Realização de processo licitatório, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a escolha de empresa especializada para a execução dos serviços. O Pregão será tradicional, por tratar-se de demanda específica e contínua.

13.2. Necessário providenciar fácil acesso dos empregados da contratada aos locais onde os equipamentos estão instalados. Se o local for fechado com porta ou cadeado, cópia da chave deverá estar disponível no atendimento da Contratante, otimizando o tempo de serviço dos técnicos de manutenção, ao evitar-se viagens infrutíferas devido encontrar a cabine fechada.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Os serviços a serem contratados devem possuir critérios e práticas de sustentabilidade em relação aos materiais e produtos a serem empregados, bem como a previsão da adequada execução a fim de atender as demandas sem infringir a legislação ambiental aplicável. A Contratada deverá racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes, informando, se for o caso, o tratamento adotado para o recolhimento dos resíduos; substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; os materiais empregados pela empresa deverão atender a melhor relação entre custo benefício, considerando os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto.

14.2. Assim, não se vislumbra qualquer tipo de impacto ambiental nocivo com a contratação, pois os tipos de serviços a serem prestados não resultarão na modificação de espaços físicos e/ou edificações.

14.3. De modo geral, os resíduos produzidos com a manutenção dos equipamentos serão recolhidos pela contratada, que se responsabilizará pelo seu acondicionamento, transporte e descarte, de forma técnica e ambientalmente responsável.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. De acordo com o exposto neste ETP o serviço a ser contratado, torna-se indispensável se tratando de serviço essencial a ser prestado para melhoria no atendimento às necessidades da Central de Polícia Judiciária de Bauru e da Delegacia Seccional de Polícia de Bauru. Os estudos preliminares evidenciaram que a solução descrita, ou seja, a contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção de geradores, mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária.

15.2 A Equipe de Planejamento se posiciona pela VIABILIDADE e RAZOABILIDADE da realização de contratação, na forma proposta e visando à consecução da solução detalhada neste estudo, para atendimento à necessidade manifestada pela área requerente no Documento de Formalização de Demanda autuado ao processo.

15.3. Assim, declaramos a viabilidade da contratação e recomendamos a aquisição dos serviços conforme proposto.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ANGELICA ZEM GIMENEZ RODRIGUES GOMES**

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 04/02/2026 às 15:36:22.





## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I - CARACTERÍSTICAS DO GRUPO GERADOR.pdf (441.52 KB)
- Anexo II - ANEXO II - MANUTENÇÃO PREVENTIVA - EXEMPLIFICATIVA.pdf (596.01 KB)

# **ANEXO I**

## **CARACTERÍSTICAS DOS GRUPOS GERADORES**

### **GERADOR DA DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE BAURU**

Endereço: Av. Dom Pedro II, 3-20, Centro, Bauru – SP – tel.: (14) 3224-3388

Características:

GERADOR: PERKINS

MOD.: 1103A-33TG1

POTENCIA: 75 Kva

COMBUSTÍVEL: DIESEL

### **GERADOR DA CENTRAL DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DE BAURU**

Endereço: Av. Rodrigues Alves, 20-20, Vila Cardia, Bauru – SP

Características:

GERADOR: PERKINS

POTENCIA: 170 Kva

COMBUSTÍVEL: DIESEL

# **ANEXO II**

## **PLANO DE MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E CONTROLE - PMOC**

### **GERADOR**

**MODELO EXEMPLIFICATIVO DE ALGUNS SERVIÇOS E PERIODICIDADE. A OBRIGAÇÃO DE ELABORAÇÃO DO PMOC É INTEIRAMENTE DA CONTRATADA QUE DEVERÁ ELABORAR NO PRAZO MÁXIMO DE 30 DIAS A CONTAR DA ASSINATURA DO CONTRATO, DEVENDO PREVER, NO MÍNIMO, A ROTINA A SEGUIR PARA CADA GERADOR:**

## **ANEXO I - PLANO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA**

Este anexo define o roteiro mínimo de atividades que a empresa contratada deverá executar nas manutenções preventivas dos grupos geradores.

### **Quinzenalmente**

#### **Com o equipamento DESLIGADO**

- Inspeção visual no grupo gerador e QTA sobre condição de operação (automático) e se há falhas/alarmes nos IHMs;
- Verificar nível do óleo lubrificante, completando se necessário;
- Verificar nível de líquido de arrefecimento, completando se necessário;
- Inspeccionar se há vazamentos de água, óleo ou combustível;
- Drenar o filtro separador de água (Racor), quando houver;
- Limpeza do filtro da bombinha manual de combustível;
- Verificar o funcionamento do sistema de pré-aquecimento;
- Verificar o nível de combustível do tanque e completar, se necessário. Anotar no check-list o volume preenchido;
- Anotar o horímetro na Ordem de Serviço;
- Medir a tensão das baterias;
- Verificar o funcionamento do carregador de bateria (flutuador);
- Ligar o gerador em vazio por aprox. 10-15 min.

#### **Com o equipamento Ligado:**

- Mudar o modo de operação para "manual" e ligar o gerador em vazio por aprox. 10-15 min. Avaliar se a partida do motor diesel ocorreu normalmente na primeira tentativa ou se houve dificuldade;
- Avaliar a condição de funcionamento do motor: rotação contínua a 1.800 rpm e sem falhas ou "engasgos";
- Checar a pressão do óleo do motor;
- Verificar a temperatura da água do sistema de arrefecimento;
- Medir a tensão do gerador nas 3 fases;
- Verificar a frequência do gerador nas 3 fases;
- Verificar se há vazamentos de óleo, combustível e água;
- Desligar o gerador e retomar o modo de operação para "automático"

### **Mensalmente**

#### **Com o equipamento DESLIGADO**

- Inspeção visual no grupo gerador e QTA sobre condição de operação (automático) e se há falhas/alarmes nos IHMs;
- Verificar nível do óleo lubrificante, completando se necessário;
- Verificar nível de líquido de arrefecimento, completando se necessário;
- Inspecionar a condição física e nível de saturação do(s) elemento(s) filtrante(s) de ar, substituindo-o(s) se necessário;
- Inspecionar se há vazamentos de água, óleo ou combustível;
- Drenar o filtro separador de água (Racor), se houver;
- Limpeza do filtro da bombinha manual de combustível;
- Verificar o funcionamento do sistema de pré-aquecimento;
- Verificar o nível de combustível do tanque e completar, se necessário.
- Anotar o horímetro na ordem de serviço;
- Verificar no painel da USCA se há registro de alarmes;
- Realizar a limpeza dos bornes da bateria, se encontrar sinais de zinabre;
- Realizar teste de carga das baterias com instrumento específico;
- Verificar se a bateria está dentro da data de validade (24 meses);
- Verificar o funcionamento do carregador de bateria (flutuador);
- Inspecionar o desgaste e tensionamento da correia do alternador e bomba d'água;
- Inspeção visual na colmeia e caixa do radiador;
- Limpeza e despoeiramento do gerador e seus componentes;
- Limpeza interna e externa do contêiner;

#### Com o equipamento Ligado:

- Mudar o modo de operação para "manual" e ligar o gerador;
- Avaliar se a partida do motor diesel ocorreu normalmente na primeira tentativa ou houve dificuldade. Mantê-lo em funcionamento em vazio por 15 minutos;
- Avaliar a condição de funcionamento do motor: rotação contínua a 1.800 rpm e sem falhas ou "engasgos";
- Checar a pressão do óleo do motor;
- Verificar a temperatura da água do sistema de arrefecimento;
- Medir a tensão do gerador nas 3 fases;
- Verificar a frequência do gerador nas 3 fases;
- Verificar se há vazamentos de óleo, combustível e água;
- Proceder com o reabastecimento, se necessário.

#### **Semestralmente**

#### Com o equipamento DESLIGADO

- Inspeção visual no grupo gerador e QTA sobre condição de operação (automático) e se há falhas/alarmes nos IHMs;
- Troca do óleo lubrificante do motor e filtros;
- Verificar nível de líquido de arrefecimento, completando se necessário;
- Checar concentração de aditivo com instrumento específico, corrigindo se necessário;
- Inspeccionar se há vazamentos de água, óleo ou combustível;
- Troca dos filtros de combustível e separador de água (se houver);
- Inspeccionar a condição física e nível de saturação do(s) elemento(s) filtrante(s) de ar, substituindo-o(s) se necessário;
- Limpeza do filtro da bombinha manual de combustível;
- Verificar o funcionamento do sistema de pré-aquecimento;
- Verificar o nível de combustível do tanque e completar, se necessário;
- Anotar o horímetro na ordem de serviço;
- Verificar no painel da USCA se há registro de alarmes;
- Realizar a limpeza dos bornes da bateria, se encontrar sinais de zinabre;
- Realizar teste de carga das baterias com instrumento específico;
- Verificar o funcionamento do carregador de bateria (flutuador);
- Inspeccionar o desgaste e tensionamento da correia do alternador e bomba d'água;
- Lubrificar o rolamento da bomba d'água (se aplicável);
- Inspeção visual na colmeia e caixa do radiador para detectar trincas/fissuras e vazamentos;
- Limpeza e despoeiramento do gerador e seus componentes;
- Limpeza interna e externa do contêiner;

Com o equipamento Ligado:

- Mudar o modo de operação para "manual" e ligar o gerador;
- Avaliar se a partida do motor diesel ocorreu normalmente na primeira tentativa ou se houve dificuldade;
- Avaliar a condição de funcionamento do motor: rotação contínua a 1.800 rpm e sem falhas ou "engasgos";
- Checar a pressão do óleo do motor;
- Verificar a temperatura da água do sistema de arrefecimento;
- Medir a tensão do gerador nas 3 fases;
- Verificar a frequência do gerador nas 3 fases;
- Verificar se há vazamentos de óleo, combustível e água;
- Realizar teste de transferência de carga, desde que alinhado previamente com a Unidade. Avaliar o comportamento do gerador: temperatura do motor, pressão de óleo, se há vazamentos de fluidos, frequência, corrente por fase, potência consumida por fase,

percentual de carga, ruídos ou vibrações anormais. Anotar parâmetros para inserir no relatório;

- Proceder com o reabastecimento, se necessário.

#### Anualmente

##### Com o equipamento DESLIGADO

- Inspeção visual no grupo gerador e QTA sobre condição de operação (automático) e se há falhas/alarmes nos IHMs;
- Troca do óleo lubrificante do motor e filtros;
- Verificar nível e condição do líquido de arrefecimento para completar, corrigir a concentração ou substituí-lo;
- Inspeccionar se há vazamentos de água, óleo ou combustível;
- Troca dos filtros de combustível e separador de água (se houver);
- Inspeccionar a condição física e nível de saturação do(s) elemento(s) filtrante(s) de ar, substituindo-o se necessário;
- Limpeza do filtro da bombinha manual de combustível;
- Verificar o funcionamento do sistema de pré-aquecimento;
- Verificar o nível de combustível do tanque e completar, se necessário;
- Anotar o horímetro na ordem de serviço;
- Realizar a limpeza dos bornes da bateria, se encontrar sinais de zinabre;
- Realizar teste de carga das baterias com instrumento específico;
- Verificar o funcionamento do carregador de bateria (flutuador);
- Inspeccionar o desgaste e tensionamento da correia do alternador e bomba d'água;
- Lubrificar o rolamento da bomba d'água (quando aplicável);
- Inspeção visual na colmeia e caixa do radiador para detectar trincas/fissuras e vazamentos;
- Checar o estado de degradação das mangueiras do tanque aos filtros;
- Verificar o estado do silencioso e escapamento de gases quanto a corrosão;
- Verificar o estado das carcaças e material fono-absorvedor dos atenuadores de ruído;
- Desconectar os cabos de força e medir a resistência de isolamento dos enrolamentos do gerador. Anotar valores na OS;
- Limpeza e despoeiramento do gerador e seus componentes;
- Limpeza interna e externa do contêiner e base;

##### No QTA (Quadro de Transferência Automática) desligado:

- Verificar e reapertar as conexões entre as chaves de transferência e os cabos. Observar se há a ocorrência de sobreaquecimento;
- Lubrificar as articulações de disjuntores e chaves;



- Verificar os contatos fixos e móveis das chaves de transferência;
- Verificar os contatos dos contadores auxiliares;
- Verificar o estado dos isoladores dos barramentos;
- Medir e registrar o aterramento do painel e do Grupo Gerador;
- Efetuar limpeza geral do quadro;
- Verificar o estado da pintura externa do painel;
- Efetuar a limpeza geral das canaletas de passagem dos cabos;

Com o equipamento Ligado:

- Mudar o modo de operação para "manual" e ligar o gerador;
- Avaliar se a partida do motor diesel ocorreu normalmente na primeira tentativa ou se houve dificuldade;
- Avaliar a condição de funcionamento do motor: rotação contínua a 1.800 rpm e sem falhas ou "engasgos";
- Checar a pressão do óleo do motor;
- Verificar a temperatura da água do sistema de arrefecimento;
- Medir a tensão do gerador nas 3 fases;
- Verificar a frequência do gerador nas 3 fases;
- Verificar se há vazamentos de óleo, combustível e água;
- Realizar teste de transferência de carga, desde que alinhado previamente com a Unidade. Avaliar o comportamento do gerador: temperatura do motor, pressão de óleo, se há vazamentos de fluidos, frequência, corrente por fase, potência consumida por fase e percentual de carga. Anotar parâmetros para inserir no relatório;
- Proceder com o reabastecimento, se necessário.

# **ANEXO I**

## **CARACTERÍSTICAS DOS GRUPOS GERADORES**

### **GERADOR DA DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE BAURU**

Endereço: Av. Dom Pedro II, 3-20, Centro, Bauru – SP – tel.: (14) 3224-3388

Características:

GERADOR: PERKINS

MOD.: 1103A-33TG1

POTENCIA: 75 Kva

COMBUSTÍVEL: DIESEL

### **GERADOR DA CENTRAL DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DE BAURU**

Endereço: Av. Rodrigues Alves, 20-20, Vila Cardia, Bauru – SP

Características:

GERADOR: PERKINS

POTENCIA: 170 Kva

COMBUSTÍVEL: DIESEL

# **ANEXO II**

## **PLANO DE MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E CONTROLE - PMOC**

### **GERADOR**

**MODELO EXEMPLIFICATIVO DE ALGUNS SERVIÇOS E PERIODICIDADE. A OBRIGAÇÃO DE ELABORAÇÃO DO PMOC É INTEIRAMENTE DA CONTRATADA QUE DEVERÁ ELABORAR NO PRAZO MÁXIMO DE 30 DIAS A CONTAR DA ASSINATURA DO CONTRATO, DEVENDO PREVER, NO MÍNIMO, A ROTINA A SEGUIR PARA CADA GERADOR:**

## **ANEXO I - PLANO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA**

Este anexo define o roteiro mínimo de atividades que a empresa contratada deverá executar nas manutenções preventivas dos grupos geradores.

### **Quinzenalmente**

#### **Com o equipamento DESLIGADO**

- Inspeção visual no grupo gerador e QTA sobre condição de operação (automático) e se há falhas/alarmes nos IHMs;
- Verificar nível do óleo lubrificante, completando se necessário;
- Verificar nível de líquido de arrefecimento, completando se necessário;
- Inspeccionar se há vazamentos de água, óleo ou combustível;
- Drenar o filtro separador de água (Racor), quando houver;
- Limpeza do filtro da bombinha manual de combustível;
- Verificar o funcionamento do sistema de pré-aquecimento;
- Verificar o nível de combustível do tanque e completar, se necessário. Anotar no check-list o volume preenchido;
- Anotar o horímetro na Ordem de Serviço;
- Medir a tensão das baterias;
- Verificar o funcionamento do carregador de bateria (flutuador);
- Ligar o gerador em vazio por aprox. 10-15 min.

#### **Com o equipamento Ligado:**

- Mudar o modo de operação para "manual" e ligar o gerador em vazio por aprox. 10-15 min. Avaliar se a partida do motor diesel ocorreu normalmente na primeira tentativa ou se houve dificuldade;
- Avaliar a condição de funcionamento do motor: rotação contínua a 1.800 rpm e sem falhas ou "engasgos";
- Checar a pressão do óleo do motor;
- Verificar a temperatura da água do sistema de arrefecimento;
- Medir a tensão do gerador nas 3 fases;
- Verificar a frequência do gerador nas 3 fases;
- Verificar se há vazamentos de óleo, combustível e água;
- Desligar o gerador e retomar o modo de operação para "automático"

### **Mensalmente**

#### **Com o equipamento DESLIGADO**

- Inspeção visual no grupo gerador e QTA sobre condição de operação (automático) e se há falhas/alarmes nos IHMs;
- Verificar nível do óleo lubrificante, completando se necessário;
- Verificar nível de líquido de arrefecimento, completando se necessário;
- Inspeccionar a condição física e nível de saturação do(s) elemento(s) filtrante(s) de ar, substituindo-o(s) se necessário;
- Inspeccionar se há vazamentos de água, óleo ou combustível;
- Drenar o filtro separador de água (Racor), se houver;
- Limpeza do filtro da bombinha manual de combustível;
- Verificar o funcionamento do sistema de pré-aquecimento;
- Verificar o nível de combustível do tanque e completar, se necessário.
- Anotar o horímetro na ordem de serviço;
- Verificar no painel da USCA se há registro de alarmes;
- Realizar a limpeza dos bornes da bateria, se encontrar sinais de zinabre;
- Realizar teste de carga das baterias com instrumento específico;
- Verificar se a bateria está dentro da data de validade (24 meses);
- Verificar o funcionamento do carregador de bateria (flutuador);
- Inspeccionar o desgaste e tensionamento da correia do alternador e bomba d'água;
- Inspeção visual na colmeia e caixa do radiador;
- Limpeza e despoeiramento do gerador e seus componentes;
- Limpeza interna e externa do contêiner;

Com o equipamento Ligado:

- Mudar o modo de operação para "manual" e ligar o gerador;
- Avaliar se a partida do motor diesel ocorreu normalmente na primeira tentativa ou houve dificuldade. Mantê-lo em funcionamento em vazio por 15 minutos;
- Avaliar a condição de funcionamento do motor: rotação contínua a 1.800 rpm e sem falhas ou "engasgos";
- Checar a pressão do óleo do motor;
- Verificar a temperatura da água do sistema de arrefecimento;
- Medir a tensão do gerador nas 3 fases;
- Verificar a frequência do gerador nas 3 fases;
- Verificar se há vazamentos de óleo, combustível e água;
- Proceder com o reabastecimento, se necessário.

**Semestralmente**

Com o equipamento DESLIGADO

- Inspeção visual no grupo gerador e QTA sobre condição de operação (automático) e se há falhas/alarmes nos IHMs;
- Troca do óleo lubrificante do motor e filtros;
- Verificar nível de líquido de arrefecimento, completando se necessário;
- Checar concentração de aditivo com instrumento específico, corrigindo se necessário;
- Inspeccionar se há vazamentos de água, óleo ou combustível;
- Troca dos filtros de combustível e separador de água (se houver);
- Inspeccionar a condição física e nível de saturação do(s) elemento(s) filtrante(s) de ar, substituindo-o(s) se necessário;
- Limpeza do filtro da bombinha manual de combustível;
- Verificar o funcionamento do sistema de pré-aquecimento;
- Verificar o nível de combustível do tanque e completar, se necessário;
- Anotar o horímetro na ordem de serviço;
- Verificar no painel da USCA se há registro de alarmes;
- Realizar a limpeza dos bornes da bateria, se encontrar sinais de zinabre;
- Realizar teste de carga das baterias com instrumento específico;
- Verificar o funcionamento do carregador de bateria (flutuador);
- Inspeccionar o desgaste e tensionamento da correia do alternador e bomba d'água;
- Lubrificar o rolamento da bomba d'água (se aplicável);
- Inspeção visual na colmeia e caixa do radiador para detectar trincas/fissuras e vazamentos;
- Limpeza e despoeiramento do gerador e seus componentes;
- Limpeza interna e externa do contêiner;

Com o equipamento Ligado:

- Mudar o modo de operação para "manual" e ligar o gerador;
- Avaliar se a partida do motor diesel ocorreu normalmente na primeira tentativa ou se houve dificuldade;
- Avaliar a condição de funcionamento do motor: rotação contínua a 1.800 rpm e sem falhas ou "engasgos";
- Checar a pressão do óleo do motor;
- Verificar a temperatura da água do sistema de arrefecimento;
- Medir a tensão do gerador nas 3 fases;
- Verificar a frequência do gerador nas 3 fases;
- Verificar se há vazamentos de óleo, combustível e água;
- Realizar teste de transferência de carga, desde que alinhado previamente com a Unidade. Avaliar o comportamento do gerador: temperatura do motor, pressão de óleo, se há vazamentos de fluidos, frequência, corrente por fase, potência consumida por fase,

percentual de carga, ruídos ou vibrações anormais. Anotar parâmetros para inserir no relatório;

- Proceder com o reabastecimento, se necessário.

#### Anualmente

##### Com o equipamento DESLIGADO

- Inspeção visual no grupo gerador e QTA sobre condição de operação (automático) e se há falhas/alarmes nos IHMs;
- Troca do óleo lubrificante do motor e filtros;
- Verificar nível e condição do líquido de arrefecimento para completar, corrigir a concentração ou substituí-lo;
- Inspeccionar se há vazamentos de água, óleo ou combustível;
- Troca dos filtros de combustível e separador de água (se houver);
- Inspeccionar a condição física e nível de saturação do(s) elemento(s) filtrante(s) de ar, substituindo-o se necessário;
- Limpeza do filtro da bombinha manual de combustível;
- Verificar o funcionamento do sistema de pré-aquecimento;
- Verificar o nível de combustível do tanque e completar, se necessário;
- Anotar o horímetro na ordem de serviço;
- Realizar a limpeza dos bornes da bateria, se encontrar sinais de zinabre;
- Realizar teste de carga das baterias com instrumento específico;
- Verificar o funcionamento do carregador de bateria (flutuador);
- Inspeccionar o desgaste e tensionamento da correia do alternador e bomba d'água;
- Lubrificar o rolamento da bomba d'água (quando aplicável);
- Inspeção visual na colmeia e caixa do radiador para detectar trincas/fissuras e vazamentos;
- Checar o estado de degradação das mangueiras do tanque aos filtros;
- Verificar o estado do silencioso e escapamento de gases quanto a corrosão;
- Verificar o estado das carcaças e material fono-absorvedor dos atenuadores de ruído;
- Desconectar os cabos de força e medir a resistência de isolamento dos enrolamentos do gerador. Anotar valores na OS;
- Limpeza e despoeiramento do gerador e seus componentes;
- Limpeza interna e externa do contêiner e base;

##### No QTA (Quadro de Transferência Automática) desligado:

- Verificar e reapertar as conexões entre as chaves de transferência e os cabos. Observar se há a ocorrência de sobreaquecimento;
- Lubrificar as articulações de disjuntores e chaves;



- Verificar os contatos fixos e móveis das chaves de transferência;
- Verificar os contatos dos contadores auxiliares;
- Verificar o estado dos isoladores dos barramentos;
- Medir e registrar o aterramento do painel e do Grupo Gerador;
- Efetuar limpeza geral do quadro;
- Verificar o estado da pintura externa do painel;
- Efetuar a limpeza geral das canaletas de passagem dos cabos;

Com o equipamento Ligado:

- Mudar o modo de operação para "manual" e ligar o gerador;
- Avaliar se a partida do motor diesel ocorreu normalmente na primeira tentativa ou se houve dificuldade;
- Avaliar a condição de funcionamento do motor: rotação contínua a 1.800 rpm e sem falhas ou "engasgos";
- Checar a pressão do óleo do motor;
- Verificar a temperatura da água do sistema de arrefecimento;
- Medir a tensão do gerador nas 3 fases;
- Verificar a frequência do gerador nas 3 fases;
- Verificar se há vazamentos de óleo, combustível e água;
- Realizar teste de transferência de carga, desde que alinhado previamente com a Unidade. Avaliar o comportamento do gerador: temperatura do motor, pressão de óleo, se há vazamentos de fluidos, frequência, corrente por fase, potência consumida por fase e percentual de carga. Anotar parâmetros para inserir no relatório;
- Proceder com o reabastecimento, se necessário.

**ANEXO III**

**DESCRIÇÃO**

**EXEMPLIFICATIVA DOS**

**SERVIÇOS DE**

**MANUTENÇÃO PREVENTIVA**

**GERADOR**

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	M	T	S	A
1	Testes de carga	x			
2	Verificação do desempenho do motor	x			
3	Inspeções para detectar vazamentos		X		
4	Verificação do tempo de vida útil da bateria		X		
5	Limpeza do gerador e da área circundante	X			
6	Verificação dos níveis de refrigerante e óleo do motor		X		
7	Verificação do nível do combustível/abastecimento	X			
8	Verificação dos rolamentos e polia esticadora		X		
9	Verificação das folgas das válvulas		X		
10	Verificação de bicos injetores	X			
11	Limpeza de conexões e componentes			X	
12	Troca de filtros		X		
13	Verificação dos níveis de fluído	X			
14	Remoção e troca de peças	X			
15	Avaliação das leituras e indicadores do painel de controle		X		
16	Atualização de componentes			X	
17	Elaboração dos relatórios de manutenção	X			
18	Cumprir rotinas de lubrificação	X			
19	Inspeccionar instalações elétricas (alternador/fusíveis/carregador de bateria/excitatriz do gerador		X		
20	Verificar bomba d'água e bomba de combustível		X		
21	Revisão geral do quadro de comando	X			
22	Verificar acúmulo de sujeira	X			
23	Verificar sinais de corrosão	X			
24	Aquecedor de refrigerante		X		



**ANEXO IV**

**RELAÇÃO DE PEÇAS**

**EXEMPLIFICATIVA**

**GERADOR**

**RELAÇÃO DE PEÇAS, MATERIAIS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS SUSCETÍVEIS DE SUBSTITUIÇÃO (EXEMPLIFICATIVA- o rol e quantidade abaixo é apresentado de forma exemplificativa, sendo que a Contratada deverá fornecer todas as peças, insumos, materiais, ferramentas, componentes elétricos, eletrônicos e mecânicos necessários para manter o GERADOR em pleno funcionamento)**

Item	Descrição da Peça/Componente	Quantidade Estimada/12 meses
1	ÓLEO LUBRIFICANTE	300 L
2	BATERIAS	3
3	FILTROS DE ÓLEO	6
4	FILTROS DE COMBUSTÍVELMOTOR	6
5	FILTROS SEPARADOR DE ÁGUA	6
6	FILTROS DE ÁGUA	6
7	FILTROS DE AR	6
8	FILTROS DE ARREFECIMENTO	6
9	MOTOR	2
10	MANGUEIRAS DE COMBUSTÍVEL	5
11	LUBRIFICADORES	12
12	CORREIAS	8
13	ALTERNADOR	2
14	TERMOSTATO	10
15	BIELAS	2
16	PISTÕES	3
17	ANÉIS DE SEGMENTO	4
18	VIRABREQUINS	2
19	RELÉS	9
20	SENSORES	20
21	PAINEL DE CONTROLE	3
22	VÁLVULAS	70
23	VENTILADOR	2
24	BOMBA DE ÁGUA	1
25	TUBOS DE ESCAPE	5
26	SILENCIADORES	6

# **ANEXO V**

## **IMR**

## IMR – AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A avaliação da Contratada na prestação dos serviços se faz por meio da análise dos seguintes aspectos:

- Desempenho profissional;
- Desempenho das atividades;
- Gerenciamento

### 1. CRITÉRIOS

No formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços, devem ser atribuídos os valores 3 (três), 1 (um) e 0 (zero) para cada item avaliado, correspondente aos conceitos “Bom”, “Regular” e “Péssimo”, respectivamente:

- Realizado - BOM: 3 (três) pontos;
- Parcialmente realizado - REGULAR: 1 (um) ponto
- Não realizado- PÉSSIMO: 0 (zero) pontos

### 2. CONDIÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Na impossibilidade de se avaliar determinado item, este será desconsiderado e justificado;
- b) Quando atribuídas notas 1 (um) e 0 (zero), a unidade responsável deverá dar ciência à Contratada, em até 10 (dez) dias após a medição do período, visando proporcionar ciência quanto ao desempenho dos trabalhos realizados naquele período de medição e avaliação;
- c) Sempre que a Contratada solicitar prazo visando o atendimento de determinado item, esta solicitação deve ser formalizada, objetivando a análise do pedido pelo gestor do contrato. Nesse período, este item não deve ser analisado.

### 3. COMPOSIÇÃO DOS MÓDULOS

GRUPO 1 – DESEMPENHO PROFISSIONAL	
ITENS DE PONDERAÇÃO	NOTA
Limpeza do ambiente após a conclusão do atendimento	
Manutenções preventivas e corretivas realizadas	
Qualificação profissional	
Gerenciamento/monitoramento remoto executado	
Tempo de execução do atendimento	
Apresentação dos funcionários (uniformes, identificação, EPI's)	
TOTAL	



GRUPO 2 – DESEMPENHO DAS ATIVIDADES	
ITENS DE PONDERAÇÃO	NOTA
Funcionamento e testes dos geradores	
Troca de peças eventuais conforme demanda	
Eficiência do sistema	
Atendimento às ocorrências emergenciais/corretivas	
Emissão do relatório	
TOTAL	

GRUPO 3 – FUNCIONAMENTO DO GERADOR	
SERVIÇO	NOTA
Funcionamento adequado do gerador por todo o mês	
Nível de qualidade do funcionamento	
Número de ocorrências corretivas atendidas	
Fornecimento de peças/combustível	
TOTAL	

GRUPO 4 - GERENCIAMENTO	
ITENS DE PONDERAÇÃO	NOTA
Periodicidade da Supervisão	
Gerenciamento das atividades operacionais	
Atendimento às solicitações e necessidade contratuais	
Salários, benefícios e obrigações trabalhistas	
TOTAL	

NOTA FINAL (somatório das notas totais para os grupos 1, 2, 3 E 4)	
--	--

NOTA FINAL:	Assinatura do Responsável pela fiscalização:	Assinatura do Gestor Contrato

PERCENTUAL DE LIBERAÇÃO	NOTA OBTIDA NA AVALIAÇÃO
Liberação total da fatura	Nota maior ou igual a 47
Liberação de 90% da fatura	Nota maior ou igual a 43 e menor que 47
Liberação de 80% da fatura	Nota maior ou igual a 39 e menor que 43
Liberação de 65% da fatura	Nota maior ou igual a 33 e menor que 39
Liberação de 50% da fatura	Nota menor que 33

RECEBEMOS OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO DE: GERAFORTE GRUPOS GERADORES LTDA

DATA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e

NÚMERO 9684

SÉRIE 1

GERAFORTE GRUPOS GERADORES LTDA

RUA RIO BRANCO,214.

AGUA BRANCA

CONTAGEM - MG

C.N.P.J./C.P.F. 10.618.016/0001-16

fone (31)3396-9694 CEP 32371-490

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0 - ENTRADA

1 - SAÍDA

Nº 9684

SÉRIE 1

FOLHA 1/1

CHAVE DE ACESSO

3124 1210 6180 1600 0116 5500 1000 0096 8411 3510 7640

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e  
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizada

NATUREZA DA OPERAÇÃO

Venda Producao do Estabelecimento

NÚMERO PROTOCOLO

131246382019087 23/12/2024 14:46:43

INSCRIÇÃO ESTADUAL

0011079870091

INSC. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.

CNPJ/CPF

10.618.016/0001-16

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL

SP ENGE CONSTRUTORA LTDA.

CNPJ / CPF

06.117.336/0001-15

DATA EMISSÃO

23/12/2024

ENDEREÇO

R MAESTRO CARDIM, 560, CJ 151

BAIRRO / DISTRITO

PARAISO

CEP

01323-000

DATA DE ENT / SAI

26/12/2024

MUNICÍPIO

SAO PAULO

FONE / FAX

(11)93344-5059

UF

SP

INSCRIÇÃO ESTADUAL

116931988110

HORA DE SAÍDA

16:00:00

FATURA / DUPLICATA			
001	23/12/2024	70.500,00	
002	26/01/2025	35.250,00	
003	26/02/2025	35.250,00	

CÁLCULO DO IMPOSTO					
BASE DE CÁLCULO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO ICMS SUBST.	VALOR DO ICMS SUBST.	VALOR TOTAL DOS TRIBUTOS	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
R\$ 141.000,00	R\$ 16.920,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 141.000,00
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACES.	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 141.000,00

TRANSPORTADOR / VOLUME

RAZÃO SOCIAL

TRANSPORTE E LOGISTICA LUTE LTDA

FRETE POR CONTA

0-Por conta do Remetente (CIF)

CÓDIGO ANTT

PLACA

UF

CNPJ / CPF

44.955.381/0001-38

ENDEREÇO

RUA OITENTA E CINCO, 0

MUNICÍPIO

CONTAGEM

UF

MG

INSCRIÇÃO ESTADUAL

0042476010049

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
1				2500,000	2500,000

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

72055567

VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS

BASE DE CÁLCULO DO ISSQN

VALOR DO ISSQN

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS												
CÓD. PROD	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS / SERVIÇOS	NCM / SH	CST	CFOP	UNID	QUANTIDADE	V. UNITÁRIO	V. TOTAL	BC. ICMS	V. ICMS	V. IPI	ALIQ. ICMS
CGG0170PA ACSAC	GRUPO ELETROGENEO 170KVA CARENADO,MOTOR PERKINS,GERADOR WEG,QUADRO AUTOMATICO.	85021210	000	6101	UN	1,0000	141.000,00	141.000,00	141.000,00	16.920,00		12,00
												0,00

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

IPI REDUZIDO A 0% CONFORME LEGISLACAO VIGENTE. ICMS REDUZIDO A 12% COM BASE NO SUBITEM 4.12 ITEM 4 PARTE I DO ANEXO I DO RICMS-MG DECRETO 48.589 DE 2023. - PROPOSTA AUTORIZADA N 22738/2024 -SERIE:5507/24 MODELO Motor : PERKINS PP83036 NS B621616K Gerador : GTA251AI24 NS 1100630397 --COND DE PAGAMENTO: SINAL R\$35.250,00 PAGO 10/12/24 - C/EMBARQUE R\$35.250,00 PAGO 23/12/24 - RESTANTE 30/60DDL COM BOLETOS - LOCAL DE ENTREGA: R MAESTRO CARDIM N 560 CJ.151 - PARAISO, SAO PAULO/SP - CEP: 01323-000


RESERVADO AO FISCO

### PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MENSAL PARA 02 GERADORES (R\$)	VALOR TOTAL PARA 12 MESES (R\$)	VALOR TOTAL PARA 60 MESES (R\$)
1	<p>Prestação de Serviços Contínuos de Manutenção Técnica Preventiva, Corretiva, <b>emergencial e</b> monitoramento/gerenciamento remoto, incluindo o fornecimento e substituição de <b>partes e peças de 02 (DOIS) geradores de emergência, diesel</b>, sendo 01 instalado na Central de Polícia Judiciária de Bauru/SP e 01 instalado na Delegacia Seccional de Polícia de Bauru, <b>CONFORME DEFINIÇÃO E DESCRIÇÃO CONTIDA NO TERMO DE REFERÊNCIA.</b></p> <p>Obs: A Contratada deverá prever no custo unitário mensal todos os custos com materiais, peças, insumos, combustível, ferramentas, componentes, abastecimento, motor, mão de obra para manter os equipamentos geradores em pleno funcionamento durante a vigência contratual</p>	2356	UNIDADE	2	R\$ 7.600,00	R\$ 91.200,00	R\$ 456.000,00

**Estimativa de valores do item CATSER 2356 - A descrição sucinta do objeto, estimativa de quantidade e valores da contratação para o item CATSER 2356 – Gerador – Serviço de manutenção preventiva, corretiva e emergencial de grupos diesel de geradores de emergência, com fornecimento de peças, nos termos do contido no Termo de Referência tem um TOTAL estimado mensal mediano de R\$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais)) para 02 geradores, descritos no Termo de Referência.**

O valor total estimado para a contratação é o fornecido pela aferição do melhor preço na composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item nos sistemas oficiais do Governo, no presente caso, **Portal Nacional de Contratação Pública**, cujo relatório detalhado segue anexado.

  
 CAROLINE HETRAS LIMA GOMES DE SÁ  
 INVESTIGADORA DE POLÍCIA

**MODELO (S) REFERENTE (S) A PLANILHA DE PROPOSTA**

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MENSAL PARA 02 GERADORES (R\$)	VALOR TOTAL PARA 12 MESES (R\$)	VALOR TOTAL PARA 60 MESES (R\$)
1	<p>Prestação de Serviços Contínuos de Manutenção Técnica Preventiva, Corretiva, emergencial e monitoramento/gerenciamento remoto, <b>incluindo o fornecimento e substituição de partes e peças de 02 (DOIS) geradores de emergência, diesel</b>, sendo 01 instalado na Central de Polícia Judiciária de Bauru/SP e 01 instalado na Delegacia Seccionald e Polícia de Bauru, <b>CONFORME DEFINIÇÃO E DESCRIÇÃO CONTIDA NO TERMO DE REFERÊNCIA.</b></p> <p>Obs: A Contratada deverá prever no custo unitário mensal todos os custos com materiais, peças, insumos, combustível, ferramentas, componentes, abastecimento, motor, mão de obra para manter os equipamentos geradores em pleno funcionamento durante a vigência contratual</p>	2356	UNIDADE	2			

Prazo de validade da proposta é de : (mínimo 90 dias)

A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecida neste Edital e seus anexos.

Data: Assinatura do responsável:

## INFORMAÇÃO

Sirvo da presente para informar que referente ao serviço objeto desta Contratação não há Ata de Registro de Preços em aberto que seja de interesse desta UASG 180299 aderir.

É o que havia a informar.

Bauru, 04 de fevereiro de 2026.



Caroline Heiras Lima Gomes de Sá

Investigadora de Polícia

Setor de Finanças



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO  
Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo – Interior – DEINTER 4 – BAURU  
Delegacia Seccional de Polícia de Bauru – “Dr. Evandro Ruivo”  
Seção de Finanças - U.G.E. 180299

## - INFORMAÇÃO -

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DELEGADA GESTORA DE CONTRATOS;

Retornaram os autos da Consultoria Jurídica da Pasta com cota CJ/SSP nº 75/2025, o qual aponta alguns ajustes e esclarecimentos a serem efetuados.

Sirvo do presente para informar que está sendo anexada ao Processo a Declaração de Utilização de Minutas Padronizadas com o Anexo contendo a especificação das alterações realizadas nos itens indicados.

Informa-se, ainda, que foram revisados o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência, sendo utilizados os modelos contidos no Toolkits, cuja última atualização que consta é de 11/06/2025.

A Minuta de Edital e anexos também foram elaboradas de acordo com a última versão do Toolkits.

Conforme o Decreto Estadual nº 68.017/2023 este órgão licitante utilizou o Sistema ETP Digital, bem como observou o Manual do Sistema ETP Digital, disponível no Portal de Compras do Estado.

O órgão licitante atendeu ao disposto nos artigos 3º e 4º do Decreto Estadual 68.017/2023.

De igual forma, foi utilizado o TR digital, disponível no Portal de Compras do Estado, sendo que os responsáveis pela elaboração preenchem os requisitos previstos no art. 7º da Lei 14.133/2021 e atendem as definições do art. 2º do Decreto estadual nº 68.185/2023.

Era o que havia para informar.

Bauru, 04 de fevereiro de 2026.

CAROLINE HEIRAS LIMA GOMES DE SÁ  
Investigadora de Polícia



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO  
Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo – Interior – DEINTER 4 – BAURU  
Delegacia Seccional de Polícia de Bauru – "Dr. Evandro Ruivo"  
Seção de Finanças - U.G.E. 180299

## - INFORMAÇÃO -

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DELEGADO GESTOR DE CONTRATOS:

Cumpre informar que esta Delegacia Seccional de Polícia de Bauru, bem como sua Unidade Subordinada Central de Polícia Judiciária de Bauru possui em suas instalações geradores que são utilizados de modo contínuo e, por isso, necessitam de manutenções preventivas e corretivas de forma frequente, objetivando prolongar a vida útil do aparelho e para manutenção do fornecimento de energia, a fim de que os serviços não sejam interrompidos no caso de falta de energia elétrica.

Além disso, os geradores precisam ser ligados de forma frequente para que o combustível não crie uma camada espessa no fundo do tanque e venha danificar o equipamento. Para o devido funcionamento dos geradores evidente que os mesmos precisam ser abastecidos com óleo diesel, o que gera um custo mensal.

Sendo assim, necessária a contratação de empresa especializada para manutenção dos equipamentos de geradores, devendo o serviço ser contínuo, permitindo o acionamento da empresa a qualquer dia e horário, não havendo necessidade de mão de obra exclusiva, tendo em vista a possibilidade de fazer os acionamentos por Ordem de Serviço com prazo para atendimento.

Era o que nos cumpria informar.

Bauru, 03 de fevereiro de 2026.

  
**CRISTIANE REGINA GOMES DE FÁRIA**  
*Investigadora de Polícia*



Governo do Estado de São Paulo

NOTA DE RESERVA - 2026NR00002

Unidade Gestora	180299								
Gestão	00001			Processo	20241165179				
Evento	201100 - RESERVA DE DOTACAO ORCAMENTARIA.								
Data Emissão	20/01/2026	PTRes	180205	Unidade Orçamentária	18002				
Programa Trabalho	06181180149890000			Fonte Recurso	150010001				
UG Responsável	180011	Natureza da Despesa	339039	Valor	7.830,00				
Cronograma									
<table><tr><td>Mês</td><td>Valor</td></tr><tr><td>01</td><td>7.830,00</td></tr></table>						Mês	Valor	01	7.830,00
Mês	Valor								
01	7.830,00								
Observação									
RESERVA QUE SE FAZ PARA ATENDER DESPESAS COM PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE DOIS GERADORES, SENDO 1 INSTALADO NA CPJ BAURU E 1 INSTALADO NA DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE BAURU.									
Usuário									
Consultado Em	20JAN2026	Horário	10:37						





**Governo do Estado de São Paulo  
Polícia Civil do Estado de São Paulo  
Setor de Finanças**

**DESPACHO**

**Nº do Processo:** 058.00121204/2024-67

**Interessado:** Delegacia Seccional de Polícia de Bauru

**Assunto:** SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E EMERGENCIAL EM 02 EQUIPAMENTOS DE GERADOR INSTALADOS NA CPJ BAURU E DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE BAURU

Trata-se de formalização de demanda advinda do setor de finanças em que visa à contratação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e emergencial, incluindo gerenciamento e monitoramento remoto, com fornecimento integral de peças, para 02 (dois) grupos geradores de energia alocados na Central de Polícia Judiciária e na Delegacia Seccional de Polícia de Bauru.

A referida contratação é imprescindível para garantir a continuidade das atividades de polícia judiciária e a segurança das instalações, assegurando o pleno funcionamento dos sistemas durante eventuais interrupções no fornecimento de energia elétrica.

O valor estimado da contratação é de R\$ 456.000,00 (quatrocentos e cinquenta e seis mil reais) para o período de 60 (sessenta) meses, com possibilidade de prorrogação sucessiva até o limite de 10 (dez) anos, nos termos do Art. 107 da Lei nº 14.133/2021. Ressalte-se que o objeto possui padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no Termo de Referência, sendo classificado como serviço comum de engenharia, conforme os usos e costumes do mercado, não se tratando de bem ou serviço de luxo.

Considerando que o valor da contratação ultrapassa o limite legal para a exclusividade prevista no Art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006, o certame será de ampla participação, assegurando-se às ME/EPP e Cooperativas apenas o direito de preferência (critério de desempate), conforme preceitua o Art. 49 do referido diploma legal.

Ademais, verificou-se a inexistência de Atas de Registro de Preços vigentes que atendam às especificidades e à vantagem necessária para esta Unidade. O montante estimado dispensa, outrossim, a necessidade de autorização do Dirigente da unidade orçamentária, nos termos do Decreto Estadual nº 47.297/2002.

Insta consignar a orientação consolidada pela Subprocuradoria-Geral do Contencioso (Sub-Cons) da PGE/SP (versão 01/2026) acerca da Lei nº 14.133/2021, no sentido de que, embora as competências do Decreto Estadual nº 47.297/2002 permaneçam subsidiariamente aplicáveis, a nova disciplina da fase preparatória não impõe um conteúdo mínimo obrigatório para o ato de autorização do certame, razão pela qual esta autoridade competente fundamenta a sua decisão com remissão direta aos artefatos técnicos acostados aos autos (ETP, TR e minutas).

Conforme Portaria DSPB nº 02/2026, designo como pregoeira a Sra. BIANCA ARAÚJO E SILVA – CPF 458.158.828-60, Auxiliar de Papiloscopista, e equipe de apoio Caroline Heiras Lima Gomes de Sá, Carolina Oliva e Angélica Zem Gimenez Rodrigues Gomes, todas servidoras públicas de carreira. Os fiscais e gestor do contrato serão designados por despacho quando da emissão da nota de empenho e assinatura do contrato.

Em conformidade com os Decretos Estaduais nº 68.017 de 11/10/2023 e 68.185 de 11/12/2023, APROVO o Estudo Técnico Preliminar (SEI 058.00121204/2024-67 id. 0096549412) e o Termo de Referência (id. 0096981898), nos quais se apresentam todas as especificações técnicas inerentes à contratação pretendida.

O recurso orçamentário foi disponibilizado pela unidade gestora orçamentária, conforme nota de reserva acostada aos autos, cuja contratação foi devidamente, prevista no Plano de contratações anual – exercício 2026, em cumprimento ao disposto no Decreto nº 67.689/2023.

Ressalte-se que a presente contratação possui natureza de despesa continuada e rotineira, destinada à manutenção de ativos já pertencentes ao patrimônio desta unidade (grupos geradores). Por se tratar de serviço essencial à continuidade das atividades administrativas e operacionais já existentes, a despesa não se caracteriza como criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento real de gastos no plurianual.

Tal entendimento encontra-se consolidado pela doutrina e pela jurisprudência do Egrégio Tribunal de Contas da União, notadamente no Acórdão nº 1256/2004 – Plenário (Rel. Min. Augusto Sherman Cavalcanti), que pontua:

*"As despesas ordinárias e rotineiras da Administração Pública, já previstas no orçamento, destinadas à manutenção das ações governamentais preexistentes, prescindem da estimativa de impacto orçamentário-financeiro de que trata o art. 16, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal. (...) Não é qualquer licitação que se subsume à aplicação do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000."*

Portanto, por não configurar expansão da estrutura estatal, mas sim a preservação da capacidade operacional instalada, a despesa em tela dispensa a elaboração da estimativa de impacto orçamentário-financeiro prevista na LRF, bastando a indicação da disponibilidade de crédito orçamentário para o exercício vigente.

O presente procedimento foi instruído com os seguintes documentos/artefatos:

- Documento de formalização de demanda (id. 0096548253);
- Estudo Técnico Preliminar (id. 0096549412);
- Mapa de Risco (id. 0096549627);
- Pesquisa de preços para composição do preço referencial (id. 0096878306 e 0096878510);
- Informação de não localização de ata de registro vantajosa (id. 0096984829);
- Planilha orçamentária (id. 0096983484);
- Nota de reserva (id. 0097373215);
- Termo de referência (id. 0096981898);
- Parecer jurídico (id. 0053814607);
- Declaração e minuta de edital (a ser anexada);
- Portaria de nomeação do pregoeiro (a ser anexada).
- Certificado do pregoeiro (a ser anexada)

O presente feito foi submetido à análise da Consultoria Jurídica da Secretaria da Segurança Pública, cujas recomendações e apontamentos exarados por aquele órgão de assessoramento foram atendidos e incorporados aos artefatos já atualizados que instruem este certame.

Diante do exposto, AUTORIZO a abertura de PREGÃO ELETRÔNICO, sob o critério de julgamento de menor preço, modo de disputa aberto, observando-se o interstício mínimo de 10 (dez) dias úteis para a apresentação de propostas. O certame será processado via sistema Compras.gov.br, utilizando-se as minutas atualizadas de edital e contrato obtidas no portal compras.sp.gov.br, e publicado no PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas, Diário Oficial do Estado de São Paulo, site da Polícia Civil do Estado de São Paulo e jornal de grande circulação, a fim de dar cumprimento ao disposto no Artigo 54 da Lei 14.133/2021.

Bauru, 11 de fevereiro de 2026.

Luciano

de Barros Faro

Delegado Seccional de Polícia  
Dirigente de unidade de despesa  
UASG/UGE 180299



Documento assinado eletronicamente por **Luciano De Barros Faro, Delegado da Polícia de Bauru**, em 11/02/2026, às 09:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.sp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0097477381** e o código CRC **0D9FB44F**.

# PREGÃO ELETRÔNICO

90001/2026

## CONTRATANTE (UASG)

(180299)

## OBJETO

Contratação de serviço de Manutenção Preventiva, Corretiva, Emergencial e gerenciamento/monitoramento remoto, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, para 2 (dois) geradores, sendo 01 instalado na Central de Polícia Judiciária de Bauru e 01 instalado na Delegacia Seccional de Polícia de Bauru

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 456.000,00

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 05/03/2026 às 09h (horário de Brasília)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço global

## MODO DE DISPUTA:

aberto

## PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Baixe o app Compras.gov.br

e apresente sua proposta

Sumário

1. DO OBJETO ..... 3

2. DO REGISTRO DE PREÇOS ..... 3

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO ..... 3

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ..... 5

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA ..... 6

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES . 7

7. DA FASE DE JULGAMENTO ..... 10

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO ..... 12

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ..... 14

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA ..... 14

11. DOS RECURSOS ..... 14

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES ..... 15

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO ..... 18

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS ..... 18

**DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE BAURU |****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026**

(Processo Administrativo nº 058.00121204/2024-67)

Torna-se público que a DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE BAURU, por meio do SETOR DE FINANÇAS, sediada na PRAÇA DOM PEDRO II, Nº 3-20, CENTRO, BAURU/SP, CEP 17015-230, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação a prestação de serviços DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA, EMERGENCIAL E GERENCIAMENTO/MONITORAMENTO REMOTO, **COM FORNECIMENTO DE PEÇAS**, EM 02 (DOIS) APARELHOS GERADORES, SENDO 01 INSTALADO NA CENTRAL DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DE BAURU, localizada na Avenida Rodrigues Alves, nº 20-20, Vila Cardia, Bauru/SP, CEP 17013-242 E 01 INSTALADO NA DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE BAURU, localizada na Praça Dom Pedro II, nº 3-20, Centro, Bauru/SP, CEP 17015-230, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. *A licitação será realizada em único item.*

**2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. *A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

**3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

- 3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.4. *Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021 para o microempreendedor individual – MEI.*
- 3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:
- 3.5.1. *Para o item, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.*
- 3.6. Não poderão disputar esta licitação:
- 3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);
- 3.6.2. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.6.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.6.4. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.6.5. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.6.6. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.6.7. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.
- 3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade

da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.10. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.10.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

#### 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.



4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.

4.4.6. *O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.*

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. *Valor mensal e total estimado do grupo;*

5.1.2. *Marca;*

5.1.3. *Fabricante;*

5.1.4. *Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.*

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas. |

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato. |

## 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública. |

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de *valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de *percentual* entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **1% (um por cento) do valor total MENSAL do grupo.**
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. *Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.*
- 6.11.1. *A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.*
- 6.11.2. *A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.*
- 6.11.3. *Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.*
- 6.11.4. *Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.*
- 6.11.5. *Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.*
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. *Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.*

6.18.1. *Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.*

6.18.2. *A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.*

6.18.3. *Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.*

6.18.4. *No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.*

6.18.5. *Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.*

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicafe;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. *Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.*

7.8.1. *A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:*

7.8.1.1. *que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e*

7.8.1.2. *inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.*

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. *Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.*

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.11.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SicaF.

8.1.2. *Considerando que na presente licitação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, ou de apresentar declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, observando-se o disposto na documentação que integra este Edital como Anexo.*

8.1.3. *Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.*

8.1.3.1. *Na hipótese de admissão da participação de pessoas jurídicas em consórcio e exigência de requisito(s) de habilitação econômico-financeira de que trata a subdivisão acima, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira.*

8.1.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de

capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. |

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (*duas*) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e



8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. *A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.*

8.15.1. *Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.*

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

## 9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. *A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

## 10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. *A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

## 11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados *pelo meio eletrônico do Portal Compras.gov e pelo e-mail: [financas.bauru@policiacivil.sp.gov.br](mailto:financas.bauru@policiacivil.sp.gov.br)*.

## 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

- 12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 12.2.1. advertência;
- 12.2.2. multa;
- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, e calculada com observância dos seguintes parâmetros:

- (1) Multa Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;
- (2) Multa Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
  - a. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;
- (3) Multa Compensatória, para as infrações descritas nos itens 12.1.8 a 12.1.12, de 20% a 30% do valor do Contrato;
- (4) Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no item 12.1.3, de 10% a 30% do valor do Contrato;
- (5) Para infrações descritas no item 12.1.2, a multa será de 20% a 30% do valor do Contrato;
- (6) Para infrações descritas nos itens 12.1.4 a 12.1.6, a multa será de 20% a 30% do valor do Contrato;
- (7) Para infrações descritas no item 12.1.7, a multa será de 20% a 30% do valor do Contrato;
- (8) Para infrações descritas no item 12.1.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

### 13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo(s) seguinte(s) meio(s):* [financas.bauru@policiacivil.sp.gov.br](mailto:financas.bauru@policiacivil.sp.gov.br) |

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas *no sistema Compras.gov.br*, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

### 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. *A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.*

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual", de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa;

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.
- 14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.
- 14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.
- 14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.
- 14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no *sítio eletrônico Imprensa Oficial* [www.doe.sp.gov.br](http://www.doe.sp.gov.br) e também pelo e-mail [financas.bauru@policiacivil.sp.gov.br](mailto:financas.bauru@policiacivil.sp.gov.br).
- 14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.
- 14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:
- 14.15.1. *ANEXO I - Termo de Referência;*
- 14.15.1.1. *Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;*
- 14.15.2. *ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;*
- 14.15.3. *ANEXO III – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;*
- 14.15.4. *ANEXO IV – Modelo(s) de Declarações;*
- 14.15.5. *ANEXO V – Modelos referentes à vistoria prévia;*

- 14.15.6. ANEXO VI – Planilha orçamentária;
- 14.15.7. ANEXO VII – Avaliação de Execução de Serviços.

Bauru, 10 de fevereiro de 2026.

gov.br

Documento assinado digitalmente  
LUCIANO DE BARROS FARO  
Data: 11/02/2026 09:51:59 -0300  
verifique em <https://validar.it.gov.br>

**LUCIANO DE BARROS FARO**  
**DELEGADO SECCIONAL DE POLÍCIA**  
**DIRIGENTE DE UNIDADE DE DESPESA**  
**UGE/UASG 180299**



**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

Vide o(s) arquivo(s) específico(s) em que se encontra o conteúdo deste Anexo (especificado no item 14 deste Edital).

]

ESP-DELEG.SECCIONAL DE POLICIA DE BAURU

Termo de Referência 2/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
2/2026	180299-ESP-DELEG.SECCIONAL DE POLICIA DE BAURU	CAROLINA OLIVA	11/02/2026 11:45 (v 0.7)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		058.00121204/2024-67

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços contínuos, sem mão de obra exclusiva, de manutenção preventiva, corretiva, emergencial e gerenciamento /monitoramento remoto para sistemas pertencente a grupo de geradores, diesel, sendo 01 instalado na Central de Polícia Judiciária de Bauru e 01 instalado na Delegacia Seccional de Polícia de Bauru, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL (ESTIMADO MENSAL)
1	Serviço de manutenção preventiva, corretiva, emergencial e monitoramento /gerenciamento remoto, incluindo o fornecimento e substituição de partes e peças de 02 (dois) geradores, sendo um instalado no prédio da CPJ Bauru/SP e um instalado na Delegacia Seccional de Polícia de Bauru, CONFORME DEFINIÇÃO E DESCRIÇÃO CONTIDA NO TERMO DE REFERÊNCIA. Obs: A Contratada deverá prever no custo unitário mensal todos	2356	UNIDADE	2	3.800,00	7.600,00

os custos com materiais, peças, insumos, ferramentas, componentes, abastecimento, motor, mão de obra para manter os equipamentos geradores em pleno funcionamento durante a vigência contratual						
TOTAL GERAL ESTIMADO PARA 12 MESES						R\$ 91.200,00
TOTAL GERAL ESTIMADO PARA 60 MESES						R\$ 456.000,00

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) meses contados da emissão da ordem de início de serviços, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. O serviço é enquadrado como contínuo, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra e com predominância de mão de obra, tendo em vista que a interrupção dos serviços pode comprometer a continuidade das atividades da Administração já que é necessário que o gerador esteja em pleno e perfeito funcionamento para gerar e manter a energia em caso de interrupção da energia da rede pública, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

**Subcontratação**

1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

**2. Fundamentação da contratação**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 206, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 03 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

**3. Descrição da solução**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. Requisitos da contratação

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. A contratada, para a execução dos serviços, deverá observar as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial as contidas na Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), no que couber.

4.1.2. A CONTRATADA deverá respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

4.1.3. A manutenção dos equipamentos só poderá ser efetuada por funcionários devidamente habilitados, qualificados, treinados, identificados, uniformizados e portando equipamentos de proteção individual (EPI's) adequados.

4.1.4. Os produtos químicos, a serem utilizados na execução dos serviços, deverão estar previamente registrados no órgão federal competente, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura, conforme legislação aplicável ao tema.

4.1.5. A CONTRATADA deverá contribuir para as boas práticas de sustentabilidade, baseadas na otimização de recursos e na redução da poluição ambiental, tais como:

4.1.5.1. Treinamento periódico dos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

4.1.5.2. Desenvolver consciência nos empregados acerca da adoção de procedimentos de separação para o descarte adequado de materiais potencialmente poluidores, tais como detergentes, óleos, lâmpadas, placas de circuitos impressos, pilhas e baterias, em estabelecimentos que os comercializam ou na rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores, conforme disposto na legislação vigente.

4.1.5.3. Incentivar entre os seus empregados a atividade de separação de resíduos recicláveis descartados pelo órgão, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber.

4.1.5.4. A contratada se responsabilizará pelo acondicionamento, transporte e descarte de todos os resíduos produzidos durante a execução contratual, de forma técnica e ambientalmente responsável.

4.1.6. Devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.6.1. Eficiência Energética: O serviço deve priorizar a manutenção de gerador de modo a preservar a alta eficiência energética, contribuindo para a redução do consumo de energia e diminuição de emissões de gases de efeito estufa;

4.1.6.2. Uso de Peças e Produtos Sustentáveis: Na execução dos serviços de manutenção, deve-se dar preferência ao uso de peças de reposição, lubrificantes e outros materiais que tenham menor impacto ambiental, sejam recicláveis, biodegradáveis ou compostos por materiais reciclados, sem comprometer a eficácia e a segurança do equipamento;

4.1.6.3. Gestão de Resíduos: A empresa contratada deverá promover a gestão de resíduos gerados durante a manutenção, que inclua a coleta seletiva, reciclagem, reutilização e a disposição final adequada de resíduos perigosos, conforme a legislação ambiental vigente;

4.1.6.4. Redução de Emissões: Deverão ser adotadas práticas que visem à redução de emissões de gases de efeito estufa, tanto no transporte dos técnicos e peças, quanto nas operações de manutenção. Isso pode incluir a otimização de rotas, uso de veículos de baixa emissão, e o incentivo ao uso de tecnologias menos poluentes;

4.1.6.5. Capacitação e Conscientização: A empresa contratada deve promover a capacitação de seus funcionários em práticas de sustentabilidade aplicadas à manutenção de geradores, visando não apenas o cumprimento dos requisitos técnicos, mas também a conscientização sobre a importância da preservação ambiental;

4.1.6.6. Inovação e Tecnologia Sustentável: Incentiva-se a adoção de novas tecnologias e processos inovadores que contribuam para o aumento da sustentabilidade na manutenção de geradores, como o uso de ferramentas de diagnóstico avançadas para reduzir o tempo de inatividade e aumentar a eficiência do equipamento.

4.1.7. A Contratada deverá executar os serviços, disponibilizar materiais, ferramentas e equipamentos seguindo as normas vigentes (Federal, Estadual, Municipal, ABNT) quanto à manipulação e descarte de qualquer material utilizado para a execução da manutenção;

4.1.8. Materiais como embalagens de óleos lubrificantes, desengraxantes, panos de limpeza contaminados, garrafas plásticas, sucatas de metais, materiais elétricos e eletrônicos deverão ser recolhidos e descartados devidamente pela Contratada, de forma atender o que regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

4.1.9. A Contratada deverá fazer uso racional de água e energia elétrica, adotando medidas para evitar o desperdício e mantendo critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo;

4.1.10. A Contratada deverá capacitar seus colaboradores para o desenvolvimento de atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos, em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, respeitando assim, as Normas Brasileiras (NBRs) sobre resíduos sólidos, bem como a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

4.1.11. O corpo técnico da CONTRATADA deve atuar como facilitadores das mudanças de comportamento dos seus empregados;

4.1.12. A Contratada deverá racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;

4.1.13. A Contratada deverá dar preferência – em relação aos materiais utilizados – à aquisição de produtos constituídos no todo ou em parte por materiais reciclados, atóxicos, biodegradáveis, conforme normas da ABNT NBR. Os materiais devem ser acondicionados, preferencialmente, em embalagens recicladas ou recicláveis, preferencialmente de papelão ou de plástico à base de etano de cana-de-açúcar;

4.1.14. As pilhas e baterias utilizadas na execução dos serviços, em equipamentos ou outros materiais de responsabilidade da CONTRATADA, deverão possuir composição que respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio.

4.1.15. A Contratada deverá proibir a aplicação de produtos que contenham o Benzeno, em sua composição, em face da necessidade de serem adotados procedimentos para reduzir a exposição da população face aos riscos de câncer;

4.1.16. A CONTRATADA deverá observar as Leis, Decretos, Portarias, Normas e Resoluções pertinentes que estabelecem regulamentos, critérios, práticas e promoção de sustentabilidade nas contratações realizadas pela Administração Pública;

4.1.17. A Contratada deverá obedecer às normas técnicas de saúde, de higiene e de segurança do trabalho de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego;

#### **Indicação de marcas ou modelos**

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), abaixo descrito, tendo em vista que os serviços deverão ser prestados em 02 geradores, sendo 01 instalado na Central de Polícia Judiciária de Bauru e 01 instalado na Delegacia Seccional de Polícia de Bauru:

### **GERADOR DA DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE BAURU**

Endereço: Av. Dom Pedro II, 3-20, Centro, Bauru – SP – tel.: (14) 3224-3388

Características:

GERADOR: PERKINS

MOD.: 1103A-33TG1

POTENCIA: 75 Kva

COMBUSTÍVEL: DIESEL

### **GERADOR DA CENTRAL DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DE BAURU**

Endereço: Av. Rodrigues Alves, 20-20, Vila Cardia, Bauru – SP

Características:

GERADOR: PERKINS

POTENCIA: 170 Kva

COMBUSTÍVEL: DIESEL

## **Grupo gerador com potência de 165/150 kVA, variação de + ou - 5% - completo**

1) Será medido por unidade de grupo gerador instalado (un).

2) O item remunera o fornecimento e instalação de grupo gerador automático com potência de 165 / 150 kVA (prime / stand by), variação máxima aceitável para potência em torno de mais ou menos 5%, tensão de entrada e saída 380 / 220 V ou 220 / 127 V, com fator de potência de 0,8 indutivo, frequência nominal de 60 Hz, para instalação abrigada em área não classificada, tipo estacionário, composto basicamente por: motor diesel acionador, com refrigeração líquida por radiador, ventilador e bomba centrífuga, provido de proteções com parada automática por alta temperatura de água e baixa pressão de óleo; alternador síncrono trifásico sem escovas, rotação de 1800 rpm, 4 pólos, aberto, autoventilado, proteção IP-21; quadro/painel de comando tipo microprocessado, com supervisão de rede, partida, parada e transferência automática; nível de ruído máximo de 85dB a 1,5 metros de distância; base metálica para o conjunto; painel de comando equipado com chave de transferência rede / gerador formado por dois contadores tripolares intertravados mecânica e eletricamente, para funcionamento automático e manual. Remunera também o fornecimento dos acessórios: conjunto de baterias de partida com cabos / terminais; conjunto de apoios elásticos, amortecedores para atenuação de vibrações; sistema de escapamento composto por silencioso de alta capacidade e flexível; atenuadores de ruído, um tanque de combustível em polietileno de capacidade mínima de 200 a 300 litros; conjunto de manuais técnicos; sistema de pré-aquecimento do motor e carregador de baterias; interligação dos cabos no gerador e no quadro, regulação do sistema, programação, start-up e testes de aceitação realizados por técnico especializado. Referência comercial: GEP165 fabricação Sotreq, C135D6 fabricação Cummins, GMG 165kVA fabricação Heimer e P165FG Wilson fabricação Set Geradores ou equivalente. Não estão inclusos os serviços de adequação civil, fornecimento e instalação dos cabos de força e o seguro de funcionalidade. Acessórios opcionais a serem fornecidos; em caso de exigência Federal, Estadual e/ou Municipal, considerar acréscimo de 3% sobre o valor total do grupo gerador para Oxidocatalisador de gases do escape.

### **Garantia da contratação**

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

### **Vistoria**

4.4. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 16:00 horas.

4.5. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.6. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.6.1. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.7. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.8. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

## 5. Modelo de execução do objeto

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 05 (cinco) dias a contar da emissão da ordem de início dos serviços;

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1. O objeto deste Termo de Referência deverá ser realizado em 01 gerador instalado na Central de Polícia Judiciária de Bauru, situada na Avenida Rodrigues Alves nº 20-20, Vila Cardia, Bauru/SP e 01 gerador instalado na Delegacia Seccional de Polícia de Bauru, situada na Praça Dom Pedro II, nº 3-2, Centro, Bauru/SP;

5.1.2.2. Para atendimento da necessidade, a empresa a ser contratada, além de observar as diretrizes gerais e específicas ao serviço, deverá comprovar a aptidão para atender as necessidades demandadas pela contratação. A empresa deverá observar e cumprir todas as condições previstas no Instrumento Convocatório da licitação e seus anexos.

5.1.2.3. A empresa a ser contratada deverá observar todos os aspectos necessários para o dimensionamento da solução, com base nas informações que constam neste documento, sobretudo quanto à necessidade de profissionais habilitados e qualificados para a prestação do serviço, a unidade de medida adotada para mensurar o serviço, os locais de execução e a periodicidade exigida.

5.1.2.4. Os serviços serão prestados de forma continuada sem dedicação exclusiva de mão de obra.

**5.1.2.5. A CONTRATADA deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica, comprovando que já efetuou com sucesso, em outros órgãos e/ou empresas, serviços similares.**

5.1.2.6. A execução contratual dar-se-á por meio da prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, emergencial e serviço de monitoramento remoto, com fornecimento, instalação, substituição e reposição de peças, materiais, equipamentos, instrumentos, dispositivos, mecanismos, componentes e outros insumos que se fizerem necessários, programado e sob demanda, incluindo todos os custos de materiais, insumos, peças e baterias de reposição, mão de obra, deslocamentos, transportes, tributos, impostos, emolumentos e quaisquer outros custos operacionais, bem como todos os encargos referentes aos serviços, sem qualquer custo adicional para a Contratante.

5.1.2.7. Para fins deste Termo de Referência, conceitua-se:

a. SERVIÇOS CONTINUADOS são aqueles serviços auxiliares, necessários à Administração para desempenho de suas atribuições, cuja interrupção possa comprometer o bom andamento de suas atividades, e cuja contratação deve estender-se por mais de um exercício financeiro.

b. MANUTENÇÃO são as atividades técnicas e administrativas destinadas a preservar as características de desempenho técnico dos componentes ou sistemas do aparelho, cujo funcionamento depende de dispositivos mecânicos, hidráulicos, elétricos e eletromecânicos, peças, componentes, insumos para manter em perfeito funcionamento.

c. MANUTENÇÃO PREVENTIVA é a atividade de manutenção executada antes da ocorrência de falha ou de desempenho insuficiente dos componentes, destinada a prevenir a ocorrência de quebras e defeitos nos mecanismos ou peças do equipamento, conservando-os em perfeito estado de funcionamento, de acordo com as recomendações do fabricante, manuais e normas técnicas específicas.

c.1. A MANUTENÇÃO PREVENTIVA é uma ação planejada e sistemática de revisão, controle e monitoramento dos equipamentos. Ela é feita periodicamente, com o objetivo de reduzir ou impedir falhas do instrumento tendo em vista a sua durabilidade e vida útil a longo prazo.

d. MANUTENÇÃO CORRETIVA é a atividade de manutenção executada após a ocorrência de falha de desempenho insuficiente dos componentes e envolve os procedimentos destinados a recolocar o equipamento em perfeito estado de uso, compreendendo os ajustes e regulagens mecânicos, eletrônicos e reparos necessários, substituição de peças e componentes que se apresentarem defeituosos, gastos ou quebrados, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas.

d.1. Todo procedimento que consistir em consertar ou reparar o gerador, consiste em Manutenção Corretiva, incluindo neste serviço a substituição de peças/componentes que sofreram falhas ou desgastes.

e. PLANO DE MANUTENÇÃO é o conjunto de inspeções periódicas destinado a evitar a ocorrência de falha ou de desempenho insuficiente dos componentes dos equipamentos, de acordo com a orientação técnica dos fabricantes.

5.1.2.8. A CONTRATADA deverá elaborar o Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) **no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.**



## Condições para Início dos Serviços

**5.1.2.9.** A Contratada deverá apresentar relação nominal dos funcionários da empresa que prestarão serviços à Central de Polícia Judiciária de Bauru e Delegacia Seccional de Polícia de Bauru, constando nomes completos e números dos documentos de identidade;

5.1.2.10. Indicação do preposto para representar a CONTRATADA. Opcionalmente a CONTRATADA poderá apresentar um preposto técnico para trato de assuntos técnicos e um preposto administrativo para assuntos administrativos.

**5.1.2.11. Indicação de número de telefone e endereço de e-mail para chamados de urgência/emergência, bem como para envio de ordens de serviços**

**5.1.2.12. Apresentação de documento de responsabilidade técnica junto ao Conselho Profissional competente, referente aos serviços objeto do Contrato.**

**5.1.2.13. Por motivo de segurança, não será admitida a realização de serviços de qualquer espécie apenas por um funcionário. É requisitado ao mínimo dois profissionais para a execução dos serviços.**

5.1.2.14. Considera-se a CONTRATADA como altamente especializada nos serviços em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta, também, as complementações e acessórios implícitos e necessários ao perfeito e completo funcionamento das instalações e equipamentos contemplados neste Termo, não cabendo, portanto, pretensão de futura cobrança de "serviços extras" ou de alterações nas composições de preços unitários, salvo os previstos neste documento.

5.1.2.15. Nenhum pagamento adicional, a não ser o que for expressamente definido neste Termo, será efetuado em remuneração aos serviços aqui descritos; os custos respectivos deverão estar incluídos nos preços unitários constantes da proposta da CONTRATADA.

5.1.2.16. Os serviços de manutenção deverão ser realizados através de visitas técnicas programadas ou não, as quais deverão ser previamente agendadas junto com o cronograma de manutenções preventivas ou solicitadas por meio de chamados para atendimento de manutenções corretivas.

5.1.2.17. Os serviços de manutenção preventiva, corretiva incluem a realização de todos os testes elétricos e mecânicos, revisão, calibragem, verificação das condições operacionais do equipamento, análises de vazamentos, condições de lubrificação de componentes internos, eficiência, consumo elétrico e limpeza, bem como orientações para operação normal e adequada dos equipamentos.

5.1.2.18. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva devem ser prestados nos locais em que os sistemas estão instalados;

5.1.2.19. Caso por motivos técnicos, o serviço em determinado componente do equipamento não possa ser executado no local de instalação, o referido componente poderá ser retirado pela CONTRATADA, mediante prévia aprovação e avaliação do fiscal do Contrato, ficando a mesma inteiramente responsável pela integridade física de seus subcomponentes durante o período de manutenção fora das instalações do CONTRATANTE. O custo com transporte do equipamento para localidade fora da região de Bauru e/ou substituição de peças, quando aplicáveis, deverão ser previamente analisados e aprovados pelo CONTRATANTE para fins de ressarcimento. Os transportes realizados dentro da região de Bauru ou para a oficina da CONTRATADA ocorrerão sob inteira responsabilidade da CONTRATADA.

**5.1.2.20. SE QUALQUER DOS EQUIPAMENTOS GERADORES FICAR INOPERANTE POR UM PERÍODO SUPERIOR A 7 (SETE) DIAS EM NECESSIDADE DE REPARO, FALTA DE PEÇA, OU QUALQUER OUTRO MOTIVO, A CONTRATADA DEVERÁ COLOCAR UM OUTRO EQUIPAMENTO EM SUBSTITUIÇÃO PARA QUE A CONTRATANTE NÃO FIQUE PREJUDICADA SEM O EQUIPAMENTO POR PRAZO SUPERIOR A TAL LIMITE.**

5.1.2.21. A Contratada deverá realizar TESTES DE FUNCIONAMENTO:

5.1.2.21.1. Colocar o motor em marcha, com carga e sem carga, e anotar as seguintes leituras: pressão, temperatura, frequência e tensão de carga.

5.1.2.21.2. Limpeza e reabastecimento do tanque de combustível

5.1.2.21.3. A contratada deverá possuir todos os equipamentos (como bombas, mangueiras, funis, galões apropriados, EPIs e EPCs, mas não se limitando a estes) necessários à retirada de combustível impróprio do tanque do combustível, limpeza e para o posterior reabastecimento do tanque do motor do grupo gerador na ocasião da realização das manutenções de rotina em que for verificado a necessidade de realização desse procedimento.

5.1.2.21.4. Havendo necessidade de retirada e descarte de combustível fora das especificações (como prazo de validade vencido) ou mesmo de retirada provisória para a realização das atividades de manutenção, tal procedimento também será considerado como atividade inclusa nas manutenções preventivas e a CONTRATADA deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte do produto impróprio para uso.



**5.1.21.5 Caso, nas manutenções de rotina, isto é, programadas, seja necessário proceder com o desligamento completo do grupo gerador, tal tipo de intervenção deverá ser previamente agendada com o CONTRATANTE o qual definirá a data e horário em que o referido desligamento poderá ser realizado.**

#### 5.1.3. CRONOGRAMA DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:

##### 5.1.3.1. MANUTENÇÕES PREVENTIVAS

A manutenção preventiva tem por objeto qualquer ação técnica necessária à garantia de um melhor desempenho e durabilidade dos equipamentos, consistindo, **exemplificativamente**, em:

###### Manutenções mensais

- verificar vazamentos
- completar nível de óleo diesel
- verificar nível de óleo lubrificante
- anotar pressão do óleo
- verificar a pressão da bomba de combustível
- eliminar pontos ou áreas de corrosão no tanque de combustível
- Examinar a parte elétrica, executar reaperto de conexões
- Limpeza externa do gerador
- Checar os termostatos do sistema de arrefecimento
- Checar, limpar e calibrar os sensores diversos
- Inspecionar o motor de arranque
- Inspecionar sistema de escapamento
- Fazer medida isolamento do gerador de tensão através de megômetro. Anotar no campo observações. Informar se a medida obtida está abaixo dos padrões aceitáveis.
- Reapertar ou substituir conexões frouxas
- Limpeza interna e realização de testes de funcionamento
- Checar disjuntores e contadoras

###### Manutenções bimestrais

- limpeza interna e externa dos tanques
- limpar pó da cuba do filtro do sistema de admissão do ar
- verificar o estado de conservação do diesel
- Verificar o indicador de restrição (se acionado trocar o elemento) do sistema de admissão de ar
- examinar a tubulação de ar
- reapertar os coletores de admissão de ar
- Checar índice ph da água de arrefecimento. Trocar fluido de arrefecimento (caso necessário).
- Limpar o radiador externamente
- Verificar a tensão das correias
- Verificar articulações externas de comando

- Verificar nível de tensão das baterias e o funcionamento do carregador de baterias
- Monitorar a queda de tensão da bateria na partida do gerador com aparelho adequado.
- Observar ruídos estranhos com o motor em movimento
- Checar dispositivos de proteção do motor

#### Manutenções trimestrais

- trocar óleo lubrificante do motor
- trocar o elemento do filtro de óleo lubrificante
- trocar o elemento do filtro de combustível
- Verificar trincas na tubulação ou mangueiras de combustível. Executar troca ou reparo conforme necessário.
- Aplicação de anticorrosivo e pintura (caso necessário) do tanque de combustível
- Verificar nível do fluido anticorrosivo
- Verificar trincas na tubulação ou mangueiras de líquido de arrefecimento. Executar troca ou reparo conforme necessário.
- Inspeccionar a polia tensora da bomba d'água

**5.1.3.1.1** Faz parte da manutenção preventiva executar teste com carga, pelo tempo mínimo de 1 hora, no período da manhã, e verificar a existência de anomalias e checagem das condições e parâmetros de funcionamento e geração de energia.

**5.1.3.1.2.** A critério do gestor do contrato o tempo de teste do gerador poderá ser alterado para maior.

#### **5.1.3.2. MANUTENÇÕES CORRETIVAS**

5.1.3.2.1. A empresa Contratada deverá providenciar toda e qualquer ação necessária para recolocar o equipamento GERADOR em perfeito estado de uso, compreendendo a substituição de peças, insumos, componentes que se apresentarem defeituosos, gastos ou quebrados por outros novos, originais ou genuínos. de qualidade igual ou superior aos substituídos bem como a execução de regulagens, ajustes mecânicos, elétricos e o que mais seja necessário ao restabelecimento das condições de funcionamento dos mesmos, tudo em conformidade com os manuais e normas técnicas específicas de cada fabricante.

5.1.3.2.2. A execução dos serviços deverá receber o emprego de materiais adequados e condizentes com a boa técnica, bem como ser executados em conformidade com as determinações das normas da ANVISA, ABNT e dispositivos previstos em leis específicas, através de técnicos habilitados em contingente suficiente ao atendimento da demanda com a utilização de ferramentas e equipamentos apropriados, de acordo com as recomendações do fabricante, de modo a garantir a conservação da vida útil dos equipamentos e o seu perfeito funcionamento.

5.1.3.2.3. A manutenção corretiva será executada para correção de falhas que acarretaram ou estão na iminência de acarretar a paralisação dos equipamentos, com a execução de regulagens, ajustes mecânicos e eletrônicos, bem como substituição de peças, materiais, componentes e/ou acessórios que se apresentarem danificados, gastos ou defeituosos, DEVENDO A CONTRATADA FORNECER TUDO O QUE FOR NECESSÁRIO PARA MANTER OS EQUIPAMENTOS EM PERFEITO ESTADO DE FUNCIONAMENTO.

5.1.3.2.4. Nas manutenções corretivas de equipamentos ou instalações, a CONTRATADA deverá executá-las, de imediato, sem ônus para a CONTRATANTE, tendo em vista ser um Contrato firmado com fornecimento de peças, insumos, materiais, mão de obra, combustível, ferramentas e tudo o quanto necessário para manutenção preventiva e corretiva do aparelho GERADOR.

5.1.3.2.5. A requisição de serviços de manutenção corretiva deverá ser efetuada por meio de abertura de chamado pelo fiscal do contrato ou emissão da ordem de serviço ou solicitação por e-mail ou através de WhatsApp.

**5.1.3.2.6.** A Contratada deverá comparecer no local para constatação do problema nos equipamentos e iniciar a correção no prazo de até 4 (quatro) horas, a contar do acionamento.

**5.1.3.2.7.** A Contratada deverá realizar, sempre que necessária, a manutenção corretiva nas instalações dos equipamentos em no máximo 6 (seis) horas, quando necessária apenas a utilização dos insumos e materiais de uso

**contínuo; e quando necessária a utilização de peças, em um prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, após abertura de chamado pelo fiscal do contrato.**

5.1.3.2.8. A manutenção corretiva será classificada em PADRÃO ou URGENTE:

- As ocorrências classificadas como Manutenção corretiva URGENTE são as seguintes:

1. As que impeçam o funcionamento do aparelho ou que acarretem risco iminente de impedimento total de funcionamento;

2. As que interrompam o funcionamento de equipamentos.

3. **Em caso de manutenções corretivas consideradas URGENTES, a CONTRATADA deverá, após a comunicação da Fiscalização, adotar providências no sentido de iniciar os procedimentos corretivos no prazo máximo de 30 (trinta) minutos, e finalizá-los em prazo não superior a 2 (duas) horas.**

4. Poderá ocorrer nos fins de semana, feriados ou em horário noturno, em caso de urgência, sempre que for necessário para assegurar a continuidade das atividades.

- As ocorrências classificadas como manutenção corretiva PADRÃO são todas aquelas não listadas como URGENTES.

5.1.3.2.9. No caso de chamados sem urgência, abertos fora do horário de 8h às 18h, de segunda a sexta-feira, será considerada, para todos os efeitos, como data de abertura, o primeiro dia útil subsequente.

5.1.3.2.10. Em caso de manutenção corretiva PADRÃO, a CONTRATADA deverá, após a comunicação da Fiscalização, iniciar os procedimentos corretivos no prazo de até 4 (quatro) horas e finalizá-los no prazo máximo de 6 (seis) horas, quando necessária apenas a utilização dos insumos e materiais de uso contínuo; e quando necessária a utilização de peças, em um prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

5.1.3.2.11. A formalização imediata da comunicação à CONTRATANTE quando houver necessidade de maior prazo para a execução do serviço, justificando e propondo novo prazo será feita pela CONTRATADA, o qual poderá ou não ser aceito pela Fiscalização.

5.1.3.2.12. Nos equipamentos que se encontram em período de garantia, os serviços de manutenção corretiva somente poderão ser executados após a constatação de que o problema não decorre de defeito coberto pela garantia.

5.1.3.2.13. Ficando constatado que o problema do equipamento decorre de defeito de fabricação, a CONTRATADA comunicará o fato à CONTRATANTE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, não ultrapassando a data de término da garantia, mediante emissão de relatório técnico, assinado pelo responsável, a fim de que sejam tomadas as providências necessárias.

5.1.3.2.14. Caso a CONTRATADA execute os serviços de manutenção corretiva nesses equipamentos e disto resulte a perda da garantia oferecida, a CONTRATADA assumirá durante o período remanescente da garantia todos os ônus a que atualmente está sujeito a empresa fornecedora e instaladora do equipamento.

5.1.3.2.15. Incluem-se na manutenção corretiva os seguintes serviços, EXEMPLIFICADAMENTE, sem pagamento adicional à CONTRATADA:

- a. Desmontagem, transporte e remontagem de equipamentos dentro ou fora das dependências da CONTRATANTE;
- b. Trocas e reparos de peças ou outros componentes dos sistemas;
- c. Troca e reposição de peças
- d. Análises e testes para identificar possíveis problemas no sistema elétrico

e. desinstalar e reinstalar equipamentos caso seja necessária a substituição;

f. TODOS OS DEMAIS SERVIÇOS QUE FOREM NECESSÁRIOS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, PARA RETORNAR O EQUIPAMENTO AO SEU FUNCIONAMENTO NORMAL.

5.1.3.2.16. Para os chamados emergenciais ou urgentes deverão ser iniciados os procedimentos corretivos no prazo máximo de 2 (duas) horas a contar do acionamento, e finalizá-los em prazo não superior a 6 (seis) horas.

5.1.3.2.17. O atendimento inicial consiste na chegada do técnico ao local de atendimento portando ferramentas e instrumentos de diagnóstico.

5.1.3.2.18. Ao atenderem aos chamados, o(s) técnico(s) da CONTRATADA deverá(ão) estar portando ferramental adequado para executar os diagnósticos e reparo no local, se for o caso.

5.1.3.2.19. Os serviços que não estiverem de acordo deverão ser refeitos, a pedido do servidor designado, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da data registrada na Ordem de Serviços referente ao fato.

5.1.3.2.20. A CONTRATADA deverá dispor de todo e qualquer dispositivo, ferramenta ou instrumento que possibilite a análise dos problemas, execução de testes, e execução da solução nas partes do gerador e componentes elétricos (incluindo as baterias). Exemplo: “caso as baterias apresentem problemas, a CONTRATADA deverá possuir um analisador de bateria, bem como um carregador de bateria”.

### 5.1.3.3. ATENDIMENTOS EMERGENCIAIS

**5.1.3.3.1** A CONTRATADA deverá atender a chamados emergenciais, mesmo fora do horário de funcionamento normal da Central de Polícia Judiciária de Bauru e da Delegacia Seccional de Polícia de Bauru, inclusive finais de semana e feriados, para proceder às seguintes tarefas sempre que necessário:

- Averiguação de alarmes;
- Destravamento de sistemas;
- Controle de vazamentos
- Outros problemas apontados como emergenciais pelo gestor do contrato.

5.1.3.3.2. O prazo de atendimento dos chamados técnicos de emergência para Manutenção Corretiva é de até 30 minutos para chegada do técnico ao local, sendo que o gerador deverá estar operando no prazo de até 2 (duas) horas a contar do início do chamado.

5.1.3.3.3. Os chamados de emergência, dentre outros, incluem aqueles em que a Contratante estiver sem energia ou com uma fase de energia, o que impossibilita a prestação do serviços policiais.

### Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços: CENTRAL DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DE BAURU, AVENIDA RODRIGUES ALVES, Nº 20-20, VILA CARDIA, BAURU/SP e DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE BAURU, PRAÇA DOM PEDRO II, Nº 3-20, CENTRO, BAURU/SP

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: de segunda a sexta-feira das 09h00min às 16h00min, preferencialmente.

5.3.1. em casos excepcionais em que seja necessário a execução em dias e horários alternativos, a CONTRATANTE poderá autorizar, desde que haja comunicação prévia.

5.3.2. os serviços de manutenção corretiva, em especial os urgentes e emergenciais poderão ser solicitados a qualquer dia e horário, inclusive período noturno, finais de semana e feriados;

5.3.3. Os serviços poderão ser executados aos finais de semana e em horários diversos mediante justificativa e autorização prévia pela Contratante.

5.3.4. Todas as despesas de deslocamento para realização de manutenções preventivas, preditivas e corretivas serão por conta da Contratada.

### Rotinas a serem cumpridas

#### 5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

##### 5.4.1. Manutenção preventiva:

5.4.1.1. Esse serviço se constituirá de visitas conforme cronograma e **Plano de Manutenção** dos equipamentos a ser apresentado pela Contratada, e consistirá de instalação e substituição de componentes, dispositivos, mecanismos e insumos de vida útil preestabelecida (óleos lubrificantes, filtro de óleo, filtro de ar, bateria, correias, rolamentos, tensores de correias, alavancas, mangotes, manômetros etc. vide manual dos equipamentos), inclusive os itens faltantes, limpeza, desobstrução, aspiração, drenagens, ajustes, lubrificações, alinhamentos, regulagens, acertos e outros serviços ocasionais, bem como testes, orientação e assessoria técnica;

5.4.1.2. Também faz parte da manutenção preventiva a análise de vibrações e de ruídos dos componentes, do monitoramento de temperatura, análise das condições dos lubrificantes, dos líquidos de arrefecimento e das baterias, medição de correntes e

descargas elétricas, análise dos efeitos da maresia e da corrosão na pintura dos equipamentos, instrumentos e estrutura do motor e do gerador, bem como abastecimento com óleo diesel;

5.4.1.2.1. A manutenção preventiva tem por objetivo evitar a ocorrência de defeitos nos componentes dos sistemas, conservando-os dentro dos padrões de segurança e em perfeito estado de funcionamento, devendo ser executada em duas etapas:

- Inspeção: verificação de determinados pontos das instalações seguindo programa (rotina) de manutenção recomendado pelos fabricantes dos equipamentos;
- Revisão: verificações (parciais ou totais) programadas das instalações para fins de reparos, limpeza ou reposição de componentes.

**5.4.1.3. Como parte da manutenção preventiva, a Contratada deverá programar os geradores para testes de funcionamento automático diário por um período de 01 (uma) hora, no início da manhã, a fim de constatar se está tudo correto com os geradores.**

**5.4.1.4. A CONTRATADA DEVERÁ APRESENTAR O PLANO DE MANUTENÇÃO (PMOC), NO PRAZO DE 30 DIAS A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO.**

5.4.1.4.1 A elaboração do PMOC é de exclusividade, responsabilidade e competência da Contratada e deverá ser assinado por responsável técnico, de acordo com as exigências legais e normativas, que deverá realizar o recolhimento da ART e responsabilizar-se por seu cumprimento.

5.4.1.4.2. A elaboração do cronograma de manutenções é de inteira responsabilidade da CONTRATADA que usará como base o PMOC e deverá contar com engenheiro capacitado para tal fim o qual fará os devidos registros de responsabilidade.

5.4.1.4.3. A manutenção preventiva dos equipamentos deverá ser realizada, no mínimo, conforme a planilha exemplificativa de rotinas de manutenção contida no Anexo do Edital.

5.4.1.5. A manutenção preventiva dos geradores deverá ser feita mediante fornecimento de peças e materiais correspondentes ao manual de manutenção.

5.4.1.6. A manutenção preventiva dos geradores abrange o motor diesel, alternador, controladora, cabos, quadro de transferência automática, todos os subsistemas mecânicos, elétricos, eletrônicos, instrumentação, automação, baterias, mangueiras, acessórios e componentes agregados. Também se inclui nas atribuições da Contratada a limpeza, conservação e manutenção do contêiner do grupo gerador e seu entorno (base onde a máquina está assentada).

5.4.1.7. A manutenção preventiva deverá ser feita por profissionais habilitados e capacitados e seguir os procedimentos determinados/preconizados pelos fabricantes, normas e legislações vigentes e boas práticas da manutenção. As intervenções ocorrerão, preferencialmente, de segunda a sexta-feira, das 09h00min às 16h00min. Porém, em casos excepcionais em que seja necessário a execução em dias e horários alternativos, a CONTRATANTE poderá autorizar, desde que haja comunicação prévia.

5.4.1.8. Especificamente no caso da manutenção preventiva anual dos geradores, esta deverá se iniciar na data programada, em horário não superior às 09h00min.

5.4.1.9. A CONTRATADA deverá encaminhar para aprovação da fiscalização, na primeira semana após assumir os serviços, o cronograma anual de manutenção preventiva, mencionando com prioridade a data em que realizará a manutenção preventiva anual, visando corrigir todos os possíveis problemas e identificar eventuais vícios ocultos.

5.4.1.10. As manutenções preventivas possuem rotinas de execução quinzenal, mensal, bimestral, trimestral, semestral e anual, e a lista de atividades mínimas estão descritas no (ANEXO II - PLANO DE MANUTENÇÃO).

5.4.1.11. Durante o serviço de manutenção preventiva poderá ser verificada a necessidade de intervenção de manutenção corretiva. Neste caso, a CONTRATADA deverá abrir uma Ordem de Serviço especificando o trabalho a ser realizado e os materiais a serem utilizados para apreciação da Fiscalização.

**5.4.1.12. Os valores tabelados e precificados pela CONTRATADA na ocasião da elaboração de sua proposta deverão considerar o fornecimento de todos os recursos necessários à plena execução do Plano de Manutenção: materiais, insumos, combustível, ferramentas, EPIs, EPCs, mão de obra e custos indiretos (deslocamentos, combustíveis, locação de veículos e/ou equipamentos, etc.)**

5.4.1.13. Após a execução de cada manutenção, a CONTRATADA deverá anotar na folha de dados dos geradores o registro de execução contendo a data de execução, tipo de manutenção (quinzenal, mensal, bimestral, trimestral, semestral ou anual), a data da próxima preventiva e a identificação do técnico que realizou a intervenção. As etiquetas poderão ser acondicionadas em capa plástica transparente e fixadas em local visível e longe de áreas quentes do motor diesel. O fornecimento das etiquetas e capas plásticas serão de responsabilidade da CONTRATADA.

5.4.1.14. Até o quinto dia útil do mês subsequente, a Contratada deverá enviar um relatório da manutenção preventiva executada no mês anterior, em formato digital (PDF), contendo os serviços executados, fotos, parâmetros de funcionamento da máquina, status, não conformidades identificadas, intervenções realizadas e demais informações relevantes.

5.4.1.15. Os elementos filtrantes de ar dos motores diesel deverão ser substituídos por condição, através do indicador de saturação ou inspeção visual sempre que estiverem saturados, contaminados, úmidos ou molhados, ou degradados pela ação do tempo. O fluido de arrefecimento deverá ser periodicamente avaliado com equipamento (termodensímetro) específico a fim de verificar sua proporção em relação à água, corrigindo a dosagem ou substituindo sempre que necessário.

5.4.1.16. Teste de transferência de carga

5.4.1.16.1. Os testes de transferência de carga é um procedimento recomendável para avaliar o automatismo do sistema e comportamento do grupo gerador quando submetido às condições próximas as reais de operação. A Contratada deverá executar tais testes, com frequência.

5.4.1.16.2. Os serviços de manutenção preventiva estão discriminados no Anexo e deverão ser executados sem qualquer custo adicional para a Contratante.

5.4.1.17. Diálise/filtragem do óleo diesel

A diálise/filtragem é considerada como atividade importante para a retirada de impurezas do óleo diesel, evitando a saturação e entupimento dos filtros de combustível, contribuindo, assim, para o bom funcionamento das máquinas. Este serviço deverá ser executado sempre que for identificado alto grau de impurezas no combustível. Após a diálise, o diesel deverá ser aditivado com produto que contenha o mínimo de propriedades: biocida e eliminador de borras, anti oxidante, anti corrosivo e dispersante da água. A diluição deverá seguir a proporção recomendada pelo fabricante no rótulo da embalagem. O serviço de diálise deve ser executado sempre que o técnico constatar na manutenção preventiva que haja necessidade de tal serviço.

5.4.1.18. Flushing e limpeza do reservatório de combustível

A limpeza de reservatório (tanque) é uma atividade necessária para evitar que a borra e os resíduos sólidos provenientes do combustível possam se depositar no fundo, obstruindo filtros, bombas e bicos injetores, causando mau funcionamento do motor diesel. O serviço deve ser executado sempre que durante a manutenção preventiva o técnico constate tal necessidade e, ao menos, trimestralmente.

**5.4.2. Manutenção corretiva:**

5.4.2.1. Ocorrerá quando houver solicitação do fiscal do contrato, indicado pela Administração da Contratante para a correção de defeitos ou mesmo para a substituição total ou parcial de peças, instrumentos, equipamentos, materiais, itens, partes, dispositivos e componentes elétricos, eletrônicos e/ou mecânicos defeituosos.

5.4.2.2. A manutenção corretiva dos geradores diesel deverá ser feita mediante fornecimento de peças e materiais correspondentes ao manual de manutenção do fabricante.

5.4.2.3. Para as manutenções corretivas programadas devem preferencialmente ocorrer durante dias úteis, com prioridade para o horário das 09h00min às 16h00min e serão realizadas após a abertura da Ordem de Serviço.

5.4.2.4. A CONTRATADA deve estar prontamente disponível para responder às solicitações urgentes de manutenções da CONTRATANTE, garantindo uma intervenção ágil e eficaz em um prazo máximo de 6 horas, sempre que necessário para corrigir problemas no gerador.

5.4.2.5. A CONTRATADA deverá arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado à CONTRATANTE e terceiros, por sua culpa, ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do fornecimento contratado, exceto quando isto ocorrer por exigência do CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência.

**5.4.3. Sistema de Monitoramento Remoto Online:** A Contratada deverá contar com um sistema a fim de monitorar remotamente online o funcionamento dos geradores, com reportes de informações dos sensores, parâmetros e alarmes das instalações e dos equipamentos que compõem a infraestrutura, em regime de 24 (vinte e quatro) horas x 7 (sete) dias da semana x 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias ao ano, através de central própria que será responsável pelo sistema de monitoramento online, priorizando que a equipe seja proativa de pronto atendimento, recebendo as ocorrências, notificando via e-mail e telefone à CONTRATANTE, bem como tomando as providências conforme a criticidade do evento, incluindo, se for necessário, a presença de seus técnicos nas dependências da CONTRATANTE para manter em perfeito funcionamento os Geradores;

5.4.3.1. O monitoramento remoto online deverá contemplar os seguintes equipamentos e fornecer, no mínimo, as informações a seguir: ligado; desligado. alarme; falha de rede/defeito; quantidade de partida; nível do combustível; temperatura; tempo de funcionamento.

5.4.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

#### 5.4.1 Ordens de Serviço

5.4.1.1. Em nenhuma hipótese o técnico de manutenção deve apontar uma ordem de serviço como concluída caso ela não tenha sido devidamente executada de forma integral por qualquer motivo.

5.4.1.2. Todas as informações apontadas pelos técnicos de manutenção nas ordens de serviço devem ser fiéis ao que de fato foi utilizado e empregado em campo, incluindo materiais, consumíveis, mão de obra e justificativas.

5.4.1.3. O técnico de manutenção deverá registrar qualquer eventual dificuldade ou informação relevante referente ao ativo que está sendo atendido.

5.4.1.4. Todas as atividades e procedimentos previstos nas ordens de serviço devem ser rigorosamente respeitados e executados pelos técnicos de manutenção. A não execução de qualquer atividade prevista em ordem de serviço sem a devida justificativa poderá gerar penalizações à Contratada mediante Instrumento de Medição de Resultado (IMR) a ser apresentado mais a frente neste documento.

5.4.1.2. A Contratada deverá apresentar, em 5 dias a contar da assinatura do contrato, para apreciação da Fiscalização, o cronograma de execução dos serviços de manutenção nos grupos geradores, seguindo as diretrizes estabelecidas neste Termo de Referência quanto às suas periodicidades.

5.4.2.1. No prazo de 30 dias após a assinatura do Contrato, a Contratada deverá apresentar o Plano de Manutenção (PMOC) para todo o período do contrato.

5.4.1.3. Os serviços deverão ser executados de acordo com o cronograma aprovado pela Fiscalização, respeitando a quantidade, a localização e a capacidade dos grupos geradores, sendo qualquer alteração somente válida se aprovada pela Fiscalização.

5.4.1.4. O não cumprimento do cronograma acarretará deduções no valor a ser pago pelos serviços, devendo ser pagos somente se efetivamente tiverem sofrido as manutenções ora contratadas.

5.4.1.5. Antes do início das atividades, com o intuito de evitarmos qualquer tipo de acidente de trabalho ou danos ao equipamento, os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão ser realizados no modo "manual" do painel de controle.

5.4.1.6. Após concluídos os serviços, a Contratada entregará os relatórios de atendimento técnico à fiscalização. Esses relatórios são imprescindíveis para os fins de realização do pagamento dos serviços.

5.4.1.7. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá utilizar seus próprios equipamentos, materiais, ferramentas e utensílios.

5.4.1.8. O prazo de atendimento dos chamados técnicos de emergência para Manutenção Corretiva é de até 30 minutos para chegada do técnico ao local, sendo que o gerador deverá estar operando no prazo de até 2 (duas) horas a contar do início do chamado.

5.4.1.8.1. Os chamados de emergência, dentre outros, incluem aqueles em que a Contratante estiver sem energia ou com uma fase de energia, o que impossibilita a prestação dos serviços policiais.

5.4.1.9. A Contratada deverá comprovar possuir base instalada e efetivo técnico na região de Bauru, em até 30 dias úteis, após a assinatura do contrato, através de seu centro de assistência técnica.

5.4.1.9.1. A justificativa é que, para atender os geradores localizados na cidade de Bauru no prazo estipulado neste Termo de Referência, a empresa precisará ter base próxima a ele. Os geradores são responsáveis por manter a estrutura jurisdicional e administrativa funcionando quando há falta de energia da rede pública, por essa razão deverá estar sempre pronto para esse fim. Assim, os reparos deverão acontecer o mais rápido possível.

5.4.1.10. As manutenções preventiva e corretiva ocorrerão, preferencialmente, nos dias úteis no horário compreendido entre 09h00min às 16h00min.

5.4.1.10.1. Os atendimentos para a manutenção corretiva poderão ocorrer a qualquer tempo, 24 horas por dia, 7 dias por semana, quando demandado pela FISCALIZAÇÃO.

5.4.1.11. A aquisição de peças, baterias, óleo diesel, motor, correias e todos os materiais necessários serão feitas pela Contratada sem acréscimo de custos para a Contratante.

5.4.1.12. Os técnicos responsáveis pelos serviços deverão deter as competências necessárias para atender os equipamentos.

5.4.1.13. As condições gerais para a prestação do serviço devem obedecer às normas legais e regulamentares aplicáveis à matéria.

## **Materiais a serem disponibilizados**

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

### **5.5.1. Peças de Reposição e Material**

5.5.1.1. A contratada deverá fornecer as peças de reposição necessárias para a perfeita execução do objeto deste Termo de Referência, SENDO QUE;

5.5.1.2. Os itens fornecidos em substituição aos danificados deverão ser novos e originais ou indicada pelo fabricante do equipamento. É vedado o uso de material improvisado ou adaptações, com vistas a eliminar riscos de imprecisão ou funcionamento inapropriado das instalações. No caso do gerador, os materiais originais/genuínos correspondem aos de fabricação. A Contratada deverá sinalizar à Fiscalização eventuais dificuldades na aquisição de peças, para análise do gestor do contrato para eventual autorização de aquisição de peça similar;

5.5.1.3. A Fiscalização reserva-se o direito de rejeitar os serviços e/ou peças que estiverem em discordância com as especificações do fabricante do equipamento, e/ou normas aplicáveis que venham a comprometer o perfeito funcionamento do grupo gerador. Nestes casos, a Contratada deverá providenciar, imediatamente, a troca da peça rejeitada ou a execução do serviço, de acordo com o solicitado, arcando com todos os custos decorrentes;

5.5.1.4. Para componentes passíveis de reparo (radiadores, alternadores, cabeçote de motor diesel, turbina, motores de partida, bombas e bicos injetores, placas eletrônicas, etc), a Fiscalização poderá optar pela recuperação, quando for possível e viável financeiramente, o qual será sinalizado formalmente assim que houver o diagnóstico;

5.5.1.5. A Contratada deverá manter estoque das principais peças, materiais, insumos, componentes, a fim de cumprir os prazos contratuais de manutenção corretiva, tendo em vista que fica a ônus e encargo da Contratada o fornecimento de todas as peças necessárias para o perfeito funcionamento do gerador.

5.5.1.6. Os equipamentos não poderão ficar indisponíveis aguardando a substituição de peça/ material por motivo de garantia e/ ou qualquer outro motivo. A Contratada deverá providenciar imediatamente a substituição de qualquer peça/ material que esteja no período de garantia independente do prazo estabelecidos pelo fabricante/ fornecedor, de forma a respeitar os prazos de execução previstos neste Termo de Referência;

### **5.5.2. Insumos**

5.5.2.1. São considerados insumos os itens utilizados rotineiramente na execução dos serviços e, apesar de não integrarem diretamente os sistemas, equipamentos ou instalações, são necessários para a realização adequada das atividades de manutenção corretiva, preventiva e serviços previstos no objeto da contratação. Normalmente são utilizados no desempenho das atividades, tais como: desengraxantes, panos de limpeza, spray limpa contatos e lubrificantes, graxas, parafusos, buchas, fita isolante, lâminas de serra, brocas, etc;

5.5.2.2. A Contratada deverá fornecer todos os insumos necessários à execução das atividades de manutenção objetivando o perfeito funcionamento dos sistemas, subsistemas e equipamentos objetos do presente Termo de Referência, durante toda a vigência do contrato;

5.5.2.3. É responsabilidade da Contratada o fornecimento de todos os insumos necessários à prestação dos serviços desta contratação, devendo, portanto, considerar na composição de seus custos os valores para o fornecimento em quantidades e qualidades suficientes ao atendimento contratual.

### **5.5.3. Baterias**

5.6.3.1. As baterias dos grupos geradores são substituídas preventivamente a cada 30 (trinta) meses após a data de instalação no equipamento. A Contratada será responsável pelos testes e gerenciamento do ciclo de vida, execução das substituições e pedidos de garantia junto aos fabricantes ou seus representantes autorizados. As baterias fornecidas deverão ser novas, possuir garantia mínima de 18 meses, ter as mesmas especificações da original dos equipamentos e não possuir mais que 3 meses da data de fabricação.

### **5.5.4. Óleo lubrificante**

5.5.4.1. A especificação dos lubrificantes utilizados deverá ser: viscosidade SAE 15W40, API CI-4 ou superior, TBN  $\geq 10,5$  mg KOH/g. Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) que atenda aos seguintes requisitos:

- que esteja previamente registrado na ANP;
- de fabricante ou importador que esteja regularmente autorizado pela ANP para o exercício de sua atividade;
- que possua rótulo com informações em língua portuguesa, discriminadas no art. 12 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP, que assegurem ao consumidor indicações mínimas e inequívocas sobre a natureza, as características e a aplicação do produto;



- classificados segundo os níveis de desempenho de uma ou mais das entidades citadas no art. 13 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP;

- que não se enquadre em uma das vedações contidas no art. 15 da Resolução nº 804, de 2019 da ANP.

#### 5.5.5. Combustível

5.5.5.1. O combustível utilizado pelo gerador é o diesel S500.

5.5.5.2. Além do abastecimento das máquinas, a Contratada será responsável pelo fornecimento do combustível.

5.5.5.3. O transporte e manuseio de combustíveis deverá seguir a legislação vigente no Brasil, bem como as normas e leis ambientais quanto a coleta e descarte do óleo diesel ou outros resíduos utilizados no processo de manutenção do gerador.

5.5.5.4. Os profissionais envolvidos no manuseio de combustível deverão utilizar em suas atividades EPIs e EPCs adequados, além de possuírem certificação NR-20 dentro da validade.

5.5.5.5. O custo referente ao fornecimento de óleo diesel é de inteira responsabilidade da Contratada.

5.5.5.6. O gerenciamento do nível de combustível deve ser feito pela Contratada, que deverá providenciar reabastecimentos sempre que o volume do tanque estiver entre 75% e 90%.

5.5.5.7. Em casos excepcionais o fiscal poderá solicitar reabastecimentos emergenciais caso haja um período longo de funcionamento dos geradores.

#### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. Para atender às manutenções emergenciais, a CONTRATANTE poderá acionar a CONTRATADA por meio de ligação telefônica ou WhatsApp, com o objetivo de acionar rapidamente a equipe. Dessa forma, a CONTRATADA deverá se deslocar até a Central de Polícia Judiciária ou Delegacia Seccional de Polícia de Bauru, **devendo o técnico chegar no prazo de até 30 (trinta) minutos a contar do chamado e concluir o serviço, colocando o equipamento em funcionamento, no prazo de até 2 (duas) horas a contar do início do chamado.**

5.6.2. As manutenções corretivas programadas devem preferencialmente ocorrer durante dias úteis, com prioridade para o horário comercial, e serão realizadas após a abertura da Ordem de Serviço. **A CONTRATADA deve estar prontamente disponível para responder a solicitações de manutenção da CONTRATANTE, garantindo uma intervenção ágil e eficaz dentro de um prazo máximo de 6 horas sempre que necessário para corrigir problemas nos geradores que não sejam emergenciais.** Este compromisso assegura a continuidade operacional e a confiabilidade do equipamento, reduzindo ao mínimo as possíveis interrupções nos serviços.

5.6.2.1. **Caso a manutenção corretiva demande a troca de peças, insumos, componentes que demandem tempo maior para reparo, a Contratada deverá comunicar a situação ao gestor do contrato, através de relatório com justificativa, solicitando prazo maior para conclusão do serviços de manutenção corretiva.**

5.6.3. Dada a crítica importância de evitar interrupções na operação do gerador, a CONTRATADA deve estar disponível para atender às solicitações da CONTRATANTE 24 horas por dia em casos de manutenções emergenciais e corretivas.

5.6.4. Os prazos de atendimento referem-se à conclusão do serviço com a devida assinatura do solicitante, incluindo a eventual aquisição de peças necessárias, aonde a contratada será a responsável por acionar o fabricante e/ou fornecedor para providenciar as substituições necessárias. A falta de materiais não é motivo de justificativa para atraso, com exceção dos casos em que o Fiscal do Contrato aprovou a solicitação de extensão do prazo de atendimento, conforme disposto a seguir.

5.6.5. No caso em que o serviço solicitado não seja realizado no prazo contratual, a Contratada deverá encaminhar por escrito, as justificativas pelo atraso e a previsão de novo prazo de atendimento para apreciação do Fiscal do Contrato, que aceitará ou não a motivação, sob pena de ser caracterizado como descumprimento contratual por parte da contratada e de aplicação de desconto no IMR e eventual sanção administrativa. A justificativa de atraso de atendimento poderá ser acionada em casos excepcionais, como por exemplo: aquisição de componentes obsoletos, fabricação de materiais sob medida, importações, etc.

5.6.6. Serão executadas todas as rotinas de Operação e Manutenção, de acordo com as recomendações da CONTRATANTE, do contido no Plano de Manutenção, dos fabricantes dos equipamentos, normas técnicas aplicáveis e demais condições descritas neste Termo de Referência;

5.6.7. O fornecimento dos materiais utilizados nas manutenções preventivas (filtros, óleos lubrificantes, aditivos etc.), assim como os insumos (desengraxantes, panos de limpeza, spray limpa contatos, graxas, parafusos, fita isolante, brocas etc.) são de responsabilidade da Contratada.

5.6.8. Durante a execução do contrato, a Contratada deverá manter seus profissionais atualizados conforme legislação pertinente.

5.6.9. Não haverá ressarcimento ou pagamentos adicionais por parte da Contratante quanto aos custos decorrentes de treinamentos, certificações, capacitações, credenciamentos e atualizações conforme legislação pertinente, necessários à prestação dos serviços, os quais compõem o valor destinado às despesas administrativas operacionais dos serviços e que devem ser providenciados pela Contratada.

5.6.9.1. Também não haverá pagamento por nenhum outro custo, seja com transporte, material, peça, pedágio ou qualquer outro custo.

5.6.10. Os profissionais utilizados na execução dos serviços deverão atender às qualificações técnicas e Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.6.11. A CONTRATADA deverá se reunir com a CONTRATANTE, no prazo máximo, de até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do Contrato. A reunião poderá ser realizada presencialmente, e será agendada em comum acordo. Nesta reunião a CONTRATADA deverá:

5.6.11.1. Apresentar as características e documentação dos serviços contratados e planejamento da sua execução, além de serem discutidos e esclarecidos todos os questionamentos técnicos. A CONTRATANTE definirá, com o apoio da equipe técnica da CONTRATADA, de que forma os serviços deverão ser realizados. De comum acordo, deverão fazer um planejamento das atividades de manutenção antes de iniciar a manutenção propriamente dita e apresentar o Plano de Manutenção;

5.6.11.2. Apresentar Plano de Manutenção e cronograma de manutenção, já contemplando o período integral do contrato de 30 (trinta) meses;

5.6.11.3. Apresentar quem será o Gestor do Projeto e o Profissional Técnico que atuará como coordenador de todas as atividades de manutenção;

5.6.11.4. Apresentar as informações referentes aos canais de atendimento para abertura dos chamados, caso ainda não o tenha feito;

5.6.11.5. Caso após a realização desta primeira reunião, existam questionamentos direcionados à CONTRATANTE, a mesma terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis a partir da reunião para responder formalmente à CONTRATADA;

5.6.11.6. Independentemente dos prazos acima, será de exclusiva e total responsabilidade da CONTRATADA, a manutenção dos geradores da CONTRATANTE, desde a assinatura do contrato, utilizando as melhores práticas de mercado aliadas às recomendações dos respectivos fabricantes e instaladores, com profissionais devidamente habilitados e qualificados, observando as características previstas.

5.6.11.7. A CONTRATADA estará responsável por executar todo e qualquer serviço de manutenção preventiva e corretiva, monitoramento remoto online, atendimento emergencial, de forma a garantir a integridade e continuidade dos serviços prestados pela Central de Polícia Judiciária de Bauru e da Delegacia Seccional de Polícia de Bauru, fornecendo, substituindo, removendo e ou instalando materiais, equipamentos e seus componentes;

5.6.11.8. As peças e componentes a serem empregados nas intervenções devem ser sempre novos, originais e, ou, sob recomendação do fabricante. Excepcionalmente, admitir-se-á a utilização de peças similares aos originais, com autorização prévia da CONTRATANTE;

5.6.11.9. Nos casos em que os serviços de manutenção corretiva não puderem ser prestados nas dependências da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá retirar e transportar o equipamento e/ou peça para sua oficina e/ou instalação de terceiros sem ônus extra para a CONTRATANTE, mediante autorização desta, de forma a não impactar as atividades da Contratante.

5.6.11.10. Fica a cargo da CONTRATADA, de forma integral, os custos inerentes a quaisquer atendimentos de serviços relativos aos chamados emergenciais de manutenção especializada, executados pela CONTRATADA e ou assistência técnica autorizada e ou fabricante;

5.6.11.11. A CONTRATADA deverá disponibilizar aos responsáveis pelas manutenções um sistema de comunicação móvel tipo celular ou fixo para localização e acionamento 24 horas.

#### **Dos abastecimentos dos tanques de diesel:**

5.6.11.12. A CONTRATADA deverá acompanhar os abastecimentos dos tanques de combustível.

5.6.11.13. A CONTRATADA deverá executar a coleta e descarte ambientalmente correto de óleo diesel ou lubrificante impróprio para uso.

5.6.11.14. Estão envolvidos na manutenção de todos os componentes existentes nos(as): motor, Gerador (ALTERNADOR), Quadro de Transferência Automática (QTA), módulo de comando supervisão eletroeletrônico, aterramento, cabos de força e comando do grupo, Painel de Comando eletroeletrônico (USCA), Caixas de Interligação, Aterramento, Sistema de arrefecimento e Tanques de combustíveis, bem como quaisquer outros inerentes à prestação dos serviços relativos ao Grupo Motor-Gerador, de modo a garantir perfeito funcionamento elétrico e mecânico, adequado às características técnicas dos equipamentos especificados.

#### **Das Obrigações da Contratada**

- 5.6.11.15. Executar os serviços fielmente, de acordo com as especificações deste Termo de Referência, não sendo admitidas quaisquer alterações sem prévio conhecimento e aprovação por parte da CONTRATANTE;
- 5.6.11.16. Não divulgar dados ou informações, nem fornecer cópias de relatórios e documentos a terceiros sem a prévia autorização, por escrito, da administração da CONTRATANTE.
- 5.6.11.17. Assumir inteira responsabilidade técnica pela execução dos serviços, pela confiabilidade e efetividade dos trabalhos que executar;
- 5.6.11.18. Responsabilizar-se em não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente contratação;
- 5.6.11.19. Nomear PREPOSTO e enviar carta de preposição ao técnico responsável pelas manutenções e representatividade perante a Contratante;
- 5.6.11.20. Participar, com representante em nome da empresa CONTRATADA, de todas as reuniões e outras atividades, planejamento, acompanhamento e avaliação que venham a ser convocadas pela CONTRATANTE;
- 5.6.11.21. Serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, todos os tributos e contribuições, tais como: impostos, taxas, emolumentos, seguros e outros que decorram direta ou indiretamente ao contrato, bem como oriundos de quaisquer acidentes e ou danos causados a CONTRATANTE;
- 5.6.11.22. **A CONTRATADA responderá pelos danos e prejuízos decorrentes de paralisações no fornecimento de energia em que os geradores não funcionem, salvo na ocorrência de caso fortuito, ou força maior;**
- 5.6.11.23. Executar, de forma contínua, a manutenção do equipamento instalado, através de pessoal de seu quadro técnico e sem quaisquer ônus, encargos ou responsabilidades para a CONTRATANTE, devendo os respectivos serviços, serem executados por sua conta e responsabilidade exclusiva, no local e durante o horário de expediente normal da CONTRATANTE. As manutenções devem ser realizadas de forma preventiva e corretiva de modo a causar o mínimo de interferência no ambiente e na rotina de seus ocupantes ou usuários, exceto nos casos excepcionais que poderão ser executados em outros horários.
- 5.6.11.24. Garantir que, em decorrência da execução dos serviços, os geradores sejam mantidos em perfeitas condições de limpeza e segurança. Após a conclusão, deverá ser efetuada limpeza geral no ambiente, eventualmente afetado pela atuação do técnico da CONTRATADA;
- 5.6.11.25. Garantir os meios e materiais necessários (ferramentas de trabalho de uso pessoal, instrumentos de precisão para medições de natureza elétrica e mecânica, dentre outros de uso corporativo) para execução total dos serviços, conforme necessidade de cada atividade;
- 5.6.11.26. Fornecer material de segurança pessoal EPI (capacete, protetor auricular, luvas, calçado especializado, óculos apropriados e máscara de proteção respiratória do tipo cirúrgica), caixa de ferramentas, ferramentas Isoladas e todos os materiais necessários à execução dos serviços;
- 5.6.11.27. Atender os chamados para manutenções corretivas e emergenciais dentro dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, contados a partir da comunicação feita pela CONTRATANTE, evitando assim as aplicações das penalidades previstas;
- 5.6.11.28. Cumprir todas as obrigações sociais e trabalhistas vigentes ou que venham a ser instituídas, relativas ao pessoal direto ou indiretamente designado para execução dos serviços contratados, cabendo-lhe, em consequência, o ônus com o custeio de todos os pagamentos vinculados a tais obrigações;
- 5.6.11.29. Respeitar e fazer com que seu pessoal respeite as normas de segurança, acesso e limpeza da CONTRATANTE;
- 5.6.11.30. Responsabilizar-se, inclusive perante terceiros, por ações ou omissões de seus empregados, prepostos e contratados, das quais resultem danos ou prejuízos a pessoas ou bens, não implicando corresponsabilidade da CONTRATANTE;
- 5.6.11.31. Responsabilizar-se pela disciplina, respeito e cortesia dos empregados durante o atendimento técnico, bem como pelo cumprimento das regras e normas internas da CONTRATANTE;
- 5.6.11.32. Ressarcir quaisquer danos ou prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da prestação dos seus serviços;
- 5.6.11.33. Fornecer crachá de identificação, exigindo o uso do mesmo nas dependências da CONTRATANTE, para o pessoal designado para execução dos serviços de assistência técnica e manutenção do equipamento;
- 5.6.11.34. Substituir, sempre que exigido pela CONTRATANTE, qualquer empregado cuja atuação, e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina do órgão e/ou ao interesse do serviço público;
- 5.6.11.35. Manter base de conhecimento com todas as informações a respeito dos serviços contratados, possibilitando que a CONTRATANTE realize possíveis consultas quando desejar;

5.6.11.36. A CONTRATADA será a única responsável a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução de serviços ou aplicação de materiais;

5.6.11.37. A CONTRATADA deverá providenciar o registro de toda e qualquer solicitação de manutenção preventiva e/ou corretiva, independentemente de sua natureza, cabendo à CONTRATANTE, o devido acompanhamento.

5.6.11.38. Deverão ser disponibilizados os seguintes canais de atendimento para abertura dos chamados: Linha fixa ou Linha celular; e-mail; número de WhatsApp

5.6.11.39. Cada chamado deverá conter, no mínimo, o registro das informações a seguir: Número do registro/ocorrência (a ser fornecido pela CONTRATADA); Data e hora da solicitação; Nível de severidade da ocorrência (a ser fornecido pela CONTRATADA); Descrição da ocorrência/chamado; Identificação do técnico para o atendimento; Data e hora da solução /fechamento do chamado.

5.6.11.40. A modalidade de atendimento dos serviços deverá ser em regime 24x7 (24 (vinte e quatro) horas por dia x 7 (sete) dias da semana), incluindo os feriados, para os chamados corretivos e emergenciais;

5.6.11.41. O horário de abertura do chamado demará o início da contagem do prazo de atendimento e solução das ocorrências, independente do retorno da CONTRATADA;

5.6.11.42. O serviço de registro de chamados deverá ser disponibilizado de acordo com a modalidade de atendimento estabelecida neste Termo de Referência.

5.6.11.43. Realizar vistorias programadas, quinzenais, mensais, bimestrais, semestrais e anuais dos sistemas grupo gerador e essas abrangerão os componentes mecânicos e elétricos, além dos quadros elétricos, quadros de transferência automática, utilizados pelos sistemas.

5.6.11.44. Inspecionar os componentes mecânicos do sistema, verificando, principalmente os seguintes itens: tanque de combustível de serviço, sistema de combustível e filtros, sistema óleo lubrificante e filtros, sistema de arrefecimento, bomba injetora e sistema de injeção, filtro de ar, turbinas, sistema de partida, baterias automotivas e proteções do motor.

5.6.11.45. Inspecionar os componentes do gerador, verificando, principalmente os seguintes itens: limpeza externa, temperatura decarcação do estator, aperto dos terminais de força, acoplamento, vibrações.

5.6.11.46. Inspecionar os componentes do quadro de comando, verificando, principalmente os seguintes itens: tensão do gerador, regulador de velocidade, carregador de baterias, sistema de controle automático, equilibrador de carga e sincronizador.

5.6.11.47. Inspecionar os componentes elétricos do sistema responsáveis pela instrumentação e medição, bem como lâmpadas sinalizadoras, fusíveis, chaves seletoras.

5.6.11.48. Realizar testes de funcionamento nos sistemas, com a partida do grupo sem a transferência de carga, durante as manutenções preventivas quinzenais.

5.6.11.49. Realizar testes de falta de energia elétrica comercial e verificar a entrada do sistema grupo gerador de forma automática, bimestralmente, com transferência de carga.

5.6.11.50. Realizar, quinzenalmente, a inspeção visual e dar partida nos sistemas grupo geradores, sem a transferência de carga, por até 20 minutos.

5.6.11.51. Disponibilizar pessoal tecnicamente treinado para as inspeções elétricas e mecânicas do sistema grupo gerador;

5.6.11.52. Manter os sistemas em condições de funcionar com segurança;

5.6.11.53. Apresentar boletim de visita dos chamados e das manutenções mensais, que deverá ser assinado pela Contratante na pessoa de seu representante;

5.6.11.54. Dispor de atendimento em regime de 24 (vinte e quatro) horas, todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados para atendimento de chamadas de emergência;

5.6.11.55. Executar, quando necessário, o conserto e/ou substituição de peças decorrentes de desgaste natural ou mau uso do equipamento;

5.6.11.56. Fornecer, sem despesas adicionais para o Contratante, os materiais de consumo tais como: graxa, estopa, anticorrosivos, necessários à realização dos serviços.

5.6.11.57. Os valores referentes aos serviços de manutenção incluem as despesas com as trocas de óleo, filtro de óleo, filtro de ar, líquido arrefecimento do radiador.

5.6.11.58. Fornecer e abastecer o tanque de combustível. O óleo combustível deverá ser fornecido pela Contratada que deverá manter o tanque de combustível preenchido de tal forma que garanta autonomia mínima de 12 horas de funcionamento no modo emergência.

5.6.11.59. CASO O GERADOR FIQUE INOPERANTE PELO PERÍODO DE 7 (SETE) DIAS, A CONTRATADA DEVERÁ COLOCAR EQUIPAMENTO EM SUBSTITUIÇÃO PARA NÃO INCORRER EM PREJUÍZOS PARA A CONTRATANTE.

#### **Das Obrigações da Contratante**

5.6.11.59. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas legais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto;

5.6.11.60. Receber os serviços e instalação de acordo com as disposições deste Termo de Referência;

5.6.11.61. Comunicar imediatamente à CONTRATADA qualquer incorreção apresentada com o objeto;

5.6.11.62. Cumprir fielmente as obrigações;

5.6.11.63. Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA e pertinentes ao objeto;

5.6.11.64. Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato ou instrumento equivalente, com base nas disposições da Lei nº 14.133 de 2021

5.6.11.65. Zelar pelo bom andamento do presente Termo de Referência, dirimindo quaisquer dúvidas que porventura existam;

5.6.11.66. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a execução;

5.6.11.67 Processar e liquidar Notas Fiscais correspondente, por meio de ordem bancária, desde que não haja fato impeditivo imputado à CONTRATADA;

5.6.11.68. Zelar para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte da CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na prestação dos serviços;

5.6.11.69. Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários;

5.6.11.70. Verificar minuciosamente a conformidade dos serviços executados com as especificações constantes do Edital, Termo de Referência e Contrato, para fins de aceitação e pagamento da Nota Fiscal de Serviço;

5.6.11.71. Proporcionar as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços, inclusive permitir o acesso dos técnicos da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE, onde os serviços serão executados

5.6.11.72. Os serviços serão executados em dias normais de expediente ou em sábados, domingos e feriados, conforme a necessidade.

5.6.11.73. A eventual execução fora do horário normal de expediente da CONTRATADA, mesmo que solicitado pela CONTRATANTE, não implicará adicional de preço.

5.6.11.74. Os técnicos da CONTRATADA deverão se apresentar para a realização dos serviços trajando uniforme com logomarca da CONTRATADA e portando documento de identificação com foto.

5.6.11.75. A CONTRATADA deverá observar as regras de segurança existentes na Contratante para entrada ou saída de materiais e equipamentos

5.6.11.76. Nenhum bem ou material da CONTRATANTE será removido ou transferido do seu local sem o consentimento formal da mesma.

5.6.11.77. A CONTRATADA emitirá laudos e pareceres oficiais sempre que solicitada pela CONTRATANTE.

5.6.11.78. A CONTRATADA deverá fornecer toda e qualquer informação de maneira detalhada, de forma a garantir que o corpo técnico da CONTRATANTE tenha ciência das atuações da CONTRATADA sobre os equipamentos constantes deste objeto.

**CUMPRE INFORMAR QUE O GERADOR INSTALADO NO PRÉDIO DA DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE BAURU, SITUADO NA PRAÇA DOM PEDRO II, Nº 3-20, CENTRO, NECESSITA DE SUBSTITUIÇÃO DE PEÇA (BOMBA INJETORA MODELO V3239F592T-3 / 2643B315, MARCA DELPHI, COMPATÍVEL COM MODELO PERKINS ) JÁ ADQUIRIDA POR ESTA CONTRATANTE HAVENDO A NECESSIDADE DA MÃO DE OBRA PARA A SUBSTITUIÇÃO QUANDO INICIAR O NOVO CONTRATO SEM ACRÉSCIMO DE VALOR CONTRATADO.**

**O CONTRATO ANTERIOR DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO EQUIPAMENTO GERADOR FIMOU EM 11/09 /2025, SENDO QUE APÓS ESTA DATA NÃO FORAM FEITAS MANUTENÇÕES NO REFERIDO EQUIPAMENTO.**

#### **Especificação da garantia do serviço**

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

#### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

### **6. Modelo de gestão do contrato**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade

#### **Fiscalização**

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

#### **Fiscalização Técnica**

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17);

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II);

6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso III);

6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II);

#### **Fiscalização Administrativa**

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, incisos II e III).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.17. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **Gestor do Contrato**

6.19. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. Critérios de medição e pagamento**

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no documento em Anexo para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratado:

7.1.1.1. não tenha produzido os resultados acordados,

7.1.1.2. tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou

7.1.1.3. tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. Fica acordado que falhas de qualidade vão gerar descontos, após serem registradas as ocorrências.

7.3.2. A aferição da execução contratual para os fins de pagamento considerará os seguintes indicadores:

- 1 – Quantidade de dias que o gerador não funcionou;
- 2 - Quantidade de chamados corretivos para o mesmo problema;
- 3 - Atendimento aos chamados de urgência/emergência dentro dos prazos descritos no Termo de Referência;
- 4 - Cumprimento dos cronogramas de manutenção preventiva;

7.3.3. Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade. Essa diferença está relacionada a essencialidade do indicador para aferir a efetiva qualidade da prestação dos serviços.

7.3.4. A pontuação final do IMR pode resultar em valores entre 0 (zero) e 100 (cem), correspondentes, respectivamente, às situações de serviços desprovidos de qualidade e de serviços com a qualidade esperada.

7.3.5. A empresa terá sempre nota inicial de 100 (cem) pontos, sendo essa a sua nota de partida na avaliação do IMR.

7.3.6. E conforme a verificação do IMR, essa nota poderá ser reduzida, de acordo com a qualidade dos serviços prestados, e a quantidade de chamados corretivos (motivados pela ausência de manutenções preventivas e preditivas por parte da Contratada), circunstâncias que impactarão diretamente na aferição da qualidade e quantidade da prestação dos serviços contratados.

7.3.7. As tabelas de IMR constam no ANEXO V do Edital;

## **Do recebimento**

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 03 (três) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023)

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará periodicidade mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.



7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.11.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.16. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

7.16.1. o prazo de validade;

7.16.2. a data da emissão;

7.16.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.16.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.16.5. o valor a pagar; e

7.16.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.17. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.18. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.19. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.20. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.22. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### Prazo de pagamento

7.24. O **pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias**, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.25. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

#### Forma de pagamento

7.26. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.26.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.28. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.28.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.29. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

### 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

#### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

#### Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será **empreitada por preço global**.

#### Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

#### **Habilitação jurídica**

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. Ato de autorização para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

8.21. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

8.22. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

a) índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.22.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, § 1º).

8.22.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.22.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.

8.23. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### Qualificação Técnica

8.24. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurando a ele o direito de realização de vistoria prévia;

8.24.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.25. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, se o caso, em plena validade;

8.25.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista na subdivisão acima por meio da apresentação, no momento da celebração da contratação, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.26. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.26.1. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, os atestados ou certidões deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

**8.26.1.1. serviços similares ao objeto da licitação que demonstrem que a empresa prestou serviços correspondentes a 50% (cinquenta por cento) do objeto da licitação;**

**8.26.1.2. poderá haver somatória de atestados**

8.26.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante.

8.26.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

8.26.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

### Outras comprovações

8.27. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso;

8.28. Tratando-se de consórcio:

8.28.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elemento:

a) Designação do consórcio e sua composição;

- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão;

8.28.2. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição;

8.28.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.28.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio;

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 456.000,00

9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 456.000,00 (quatrocentos e cinquenta e seis mil reais) para o período de 60 (sessenta) meses, conforme custos unitários apostos em Pesquisa de Preço anexo ao Edital. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

## 10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 00001/180299;
- II) Fonte de Recursos: 150010001;
- III) Programa de Trabalho: 06181180149890000 ;
- IV) Elemento de Despesa: 339039;
- V) Plano Interno: 007.008.0209;

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

# 11. AUTORIZAÇÃO

DESPACHO:

Autorizo a contratação nos termos do presente. Encaminhe ao Setor de Contratações, conforme proposto;

**LUCINO DE BARROS FARO**  
**DELEGADO SECCIONAL DE POLÍCIA**  
**ORDENADOR DE DESPESAS**

# 12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**CAROLINA OLIVA**

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 11/02/2026 às 11:39:48.

**LUCIANO DE BARROS FARO**

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 11/02/2026 às 11:45:06.

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I - CARACTERISTICAS DO GRUPO GERADOR.pdf (441.52 KB)
- Anexo II - ANEXO II - MANUTENCAO PREVENTIVA - EXEMPLIFICATIVA.pdf (596.01 KB)
- Anexo III - ANEXO III - SERVICOS DE MANUTENCAO PREVENTIVA.pdf (413.09 KB)
- Anexo IV - ANEXO IV - RELACAO DE PECAS.pdf (376.19 KB)
- Anexo V - ANEXO IMR.pdf (418.31 KB)
- Anexo VI - NOTA FISCAL - GERAFORTE 9684.pdf (108.13 KB)
- Anexo VII - ETP COM ANEXOS.pdf (1.02 MB)

## ESP-DELEG.SECCIONAL DE POLICIA DE BAURU

**Estudo Técnico Preliminar 3/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 058.00121204/2024-67

**2. Descrição da necessidade**

2.1. A Delegacia Seccional de Polícia de Bauru e a Central de Polícia Judiciária contam com aparelhos de geradores diesel para fins de manter o fornecimento de energia e impedir a interrupção na prestação dos serviços policiais essenciais à População.

2.2. Atualmente, a Delegacia Seccional de Polícia de Bauru está sem contrato de manutenção preventiva e corretiva de geradores, eis que foi encerrado o último contrato e houve a mudança de prédio da CPJ de Bauru, situada na Avenida Rodrigues Alves, nº 20-20, Vila Cardia, Bauru/SP, tendo tido alteração no equipamento gerador.

2.3. Assim, se faz necessária a realização de novo processo de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e emergencial em aparelhos de geradores, com fornecimento de peças

2.4. A Polícia Civil do Estado de São Paulo, em especial a Delegacia Seccional de Polícia de Bauru, não conta em seu quadro com servidores capacitados para realização do serviço objeto desta Contratação.

2.5. Assim, necessária a terceirização de serviços que não dizem respeito à atividade-fim da Instituição. Com isso, a Contratante se ressentida da falta de pessoal qualificado para atender às suas demandas para a execução do serviço de manutenção de grupos geradores. A contratação do serviço de manutenção de grupo gerador automático de emergência, sem mão de obra exclusiva, visa prover a Contratante de uma prestadora de serviços com pessoal qualificado a manter em pleno funcionamento o equipamento que tem a função de gerar energia elétrica no caso de falta de Energia na rede pública.

2.6. Com a finalidade de garantir fornecimento contínuo de energia elétrica e diante da possibilidade de falha no fornecimento da rede pública, a Contratante possui dois grupos geradores automáticos de emergência, diesel, sendo que 01 está sendo instalado no prédio da Central de Polícia Judiciária de Bauru e outro no prédio da Delegacia Seccional de Polícia de Bauru. Assim, surge a necessidade de contratação do serviço de manutenção destes importantes equipamentos de salvaguarda.

2.7. Ocorre que somente ter os geradores instalados não é suficiente. Necessário se faz garantir o funcionamento seguro e contínuo destes geradores. Para que seja possível manter a qualidade dos equipamentos imprescindível a contratação de empresa com experiência e estrutura capazes de manter os grupos geradores em pleno funcionamento, realizando suas manutenções preventivas e corretivas, com a substituição de peças, para que seja evitada a descontinuidade dos serviços.

2.8. Por serem prédios em que há atendimento ao público e funcionamento de plantão policial, os aparelhos geradores precisam estar em perfeito funcionamento e pronto para entrarem em ação sempre que necessário, evitando interrupções indesejadas no fornecimento de energia elétrica.

2.9. Para alcançar com êxito a execução de suas atividades, é necessário que o geradores estejam funcionando adequadamente, visto que a finalidade deste é fornecer energia elétrica em regime de emergência e/ou temporária, em razão de interrupções no fornecimento pela concessionária responsável. Em casos de ausência de fornecimento de energia elétrica ou eventual pane estrutural de cunho elétrico, se os geradores não estiverem em perfeitas condições de funcionamento, as atividades policiais prestadas seriam interrompidas e a Polícia Civil ficaria desassistida.

2.10. A manutenção adequada também contribui para que os geradores operem com máxima eficiência, resultando em resposta rápida em emergências e melhor desempenho durante o funcionamento normal. Isso é crucial para assegurar a continuidade dos serviços prestados pela Instituição, pois qualquer interrupção no fornecimento de energia elétrica convencional pode ser rapidamente suprimida pelo gerador.

2.11. A manutenção regular dos geradores ajudam a prolongar sua vida útil, reduzindo os custos a longo prazo e evitando a necessidade de substituição prematura.



- 2.12. A manutenção de equipamentos é importante para constatar desgaste dos componentes da máquina ao longo do tempo com o propósito de manter os equipamentos em boas condições evitando e economizando com uma quebra inesperada.
- 2.13. Realizando as manutenções descritas, obtemos o aumento de vida útil dos equipamentos. Quando uma peça não está em boas condições de funcionamento, ela sobrecarrega outras peças do equipamento, resultando em um prejuízo maior.
- 2.14. As manutenções preventivas e corretivas pretendem conservar o bem público e, ainda, zelar pela continuidade da prestação do serviço público e atendimento do Plantão Policial em caso de interrupção da energia elétrica.
- 2.15. O presente documento propõe a contratação dos serviços incluindo peças, em vista aos benefícios oferecidos à Administração que, além de contar com a rapidez no recebimento definitivo dos serviços, evitará vários obstáculos encontrados na aquisição das mesmas como, por exemplo, a não compatibilidade de itens constantes do Catálogo de Materiais que possuem descritivo mesclado entre peças originais e as compatíveis, o tempo que demanda para conclusão de um processo para aquisição de peças e materiais, a falta de conhecimento técnico por parte dos servidores desta Contratante, mesmo quando consulta sites de compras de fabricantes, ocasionando risco de erro no momento da opção do item, gerando desacordos e conflitos com a CONTRATADA entre outros desajustes que contribuem para a mora na efetiva conclusão dos serviços.
- 2.16. Ademais, o fornecimento de peças às expensas da CONTRATADA minimiza o tempo dos geradores permanecerem parados, pois dispensa os procedimentos legais que a Administração Pública precisa adotar toda vez que houver a necessidade de substituição das mesmas, colaborando assim para a celeridade e economia dos custos processuais.
- 2.17. Os serviços a serem contratados consistem em:
- a. Prestar manutenção preventiva, corretiva e emergencial no gerador, fornecendo peças, acessórios, insumos, componentes, materiais de consumo, combustível necessários à perfeita execução dos serviços dentro dos padrões exigidos pelo fabricante do equipamento e de acordo com as normas técnicas vigentes sem interferir ou prejudicar a rotina das pessoas/usuários que precisam de um ambiente de trabalho com energia.
  - b. Realizar inspeções e testes minuciosos, limpeza, regulagem, lubrificação e ajuste geral nos sistemas e instalações, equipamentos mecânicos, elétricos, hidráulicos, com o objetivo de garantir o funcionamento eficiente, econômico e seguro.
- 2.18. O fornecimento de peças por empresa que não seja a executora dos serviços de manutenção pode gerar grandes conflitos de responsabilidade.
- 2.19. A inclusão do fornecimento de peças nos contratos de manutenção de geradores vem sendo utilizado pela Administração Pública, tendo em vista que o uso dos equipamentos provoca desgastes mecânicos das peças, exigindo atenção da Administração quanto à manutenção preventiva e corretiva.
- 2.20. A elaboração deste estudo tem como objetivo a instrução de procedimento licitatório, provendo as especificações técnicas e estabelecendo as normas gerais e específicas referentes à contratação da prestação de serviços contínuos, sem dedicação exclusiva de mão de obra, de manutenção preventiva e corretiva de dois grupos geradores de emergência automático, sendo 01 gerador de 165 KVA, diesel, com reposição de peças, instalado na Central de Polícia Judiciária de Bauru e 01 aparelho de gerador de 75 KVA, diesel, com reposição de peças, instalado na Delegacia Seccional de Polícia de Bauru, marca Perkins, por empresa especializada no ramo, pelo período de 30 meses, podendo ser prorrogável regularmente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133 /2021, seguindo condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento.
- 2.21. Dessa forma, buscando evitar a descontinuidade da prestação do serviço, faz-se necessária a abertura de procedimento licitatório para contratação dos serviços nos moldes propostos, visando a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e emergencial do gerador, com monitoramento/gerenciamento remoto que porventura apresentar defeitos, a demandar substituição de peças e reparos, com inclusão de peças, insumos, materiais, limpeza, componentes, combustível e tudo o mais que for necessário para o perfeito funcionamento dos equipamentos, visando sobretudo economicidade e eficiência no atendimento às demandas.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DELEGACIA SECCIONA DE POLÍCIA DE BAURU	ANGELICA ZEM GIMENES RODRIGUES GOMES

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A fim de dar uma visão inicial do que se deseja contratar, serão elencados os principais requisitos da contratação, que podem ser flexibilizados pela Equipe de Contratação na elaboração do Termo de Referência, uma vez que é possível o amadurecimento dos requisitos que a solução deverá atender.

### **4.2. Com o foco de atender às necessidades da Administração, a contratação deve contemplar, dentre outros, os seguintes requisitos:**

4.2.1. Serviço continuado de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva de geradores, incluindo o fornecimento de peças, combustíveis, insumos e acessórios;

4.2.2. Trata-se de serviço comum, continuado, com fornecimento de peças e de mão de obra sem dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica;

4.2.3. Os serviços de manutenção de grupos geradores automático de emergência, objeto desta contratação, são considerados como serviço comum, nos termos do inciso XIII, do art. 6º, da Lei 14.133/2021, pois possui padrões de desempenho e qualidade possíveis de serem objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado.

4.2.4. Ele tem caráter continuado, pois sua interrupção pode comprometer a continuidade das atividades da Administração e necessita manter a contratação por mais de um exercício financeiro, continuamente. E deve ser executado sem dedicação exclusiva de mão de obra, em função das características inerentes ao serviço e da metodologia adotada.

4.2.5. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.2.6. O serviço refere-se à atividade de apoio e à realização das atribuições institucionais, podendo ser terceirizado diante da inexistência de cargo com as atribuições pertinentes, no quadro de pessoal.

4.2.7. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço global, tendo em vista a natureza do serviço e a exatidão do quantitativo demandado para a execução contratual do objeto.

4.2.8. Os serviços deverão iniciar, pelo prazo de 5 (cinco) anos, podendo ser estendida por mais de um exercício financeiro, prorrogável regularmente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, tendo como benefício direto da contratação, a efetiva manutenção da prestação do serviço público.

4.2.9. Não há necessidade de a CONTRATADA promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, tendo em vista que a prestação de serviço é comum.

4.2.10. Os serviços serão executados nos seguintes endereços: Avenida Rodrigues Alves, nº 20-20, Vila Cardia, Bauru/SP e Praça Dom Pedro II, nº 3-20, Centro, Bauru/SP.

### **4.2.11. Todos os materiais e/ou peças necessárias à execução dos serviços deverão ser adquiridos e fornecidos pela CONTRATADA, por conta do valor contratado.**

4.2.12. A licitante deverá comprovar aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto do Termo de Referência - TR, por meio de apresentação de, no mínimo, 1 (um) atestado de Capacidade Técnica não superior a 3 (três) anos em nome da matriz ou da filial do Contratado, fornecido por Órgão da Administração Pública, empresas públicas ou privadas, onde a empresa tenha prestado serviços de manutenção corretiva e preventiva em Geradores, semelhante ao serviço contratado.

4.2.13. A contratada deverá apresentar, para habilitação, todos os documentos em seu nome e com número do CNPJ e endereço;

4.2.14. Os serviços deverão ser realizados, preferencialmente, dentro do horário do expediente determinado pela CONTRATANTE e compatibilizados com as solicitações e necessidades do órgão, em períodos a serem acordados com a Gestão do Contrato;

4.2.15. A execução dos serviços deverá obedecer rigorosamente: às normas e especificações constantes no Termo de Referência; às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas; às disposições emanadas pelo Governo local; as normas do Corpo de Bombeiros Militar local pertinentes ao tema; as prescrições e recomendações dos fabricantes e normatização da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

4.2.16. A empresa contratada deverá se responsabilizar pela boa execução dos serviços, instruindo seus empregados a realizar os tratamentos interpessoais com urbanidade e bom nível de educação. Zelar pela segurança pessoal e coletiva, utilizando equipamentos próprios quando da execução dos serviços, inclusive EPIs.

4.2.17. A empresa contratada deverá fornecer todos os insumos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos de manutenção aqui especificados. Os custos com peças de reposição, materiais, ferramentas, combustível e equipamentos diversos correrão à conta da Contratada, sem qualquer custo adicional à Contratante.

4.2.18. A empresa contratada deverá confeccionar um plano de manutenção preventiva dos equipamentos componentes dos grupos geradores, e apresentá-lo à fiscalização para aprovação, em um prazo máximo de 30 dias, contado a partir da data de emissão da AS - Autorização de Serviço.

4.2.19. A prestação do serviço consistirá na realização de manutenção preventiva e corretiva nos geradores, bem como o serviço de prontidão, o atendimento às chamadas de emergência, incluindo, mas não se limitando, aos itens relacionados neste Estudo Preliminar e no Termo de Referência.

4.2.20. Para qualquer serviço executado preventivo/corretivo, deverá ser emitido registro dos serviços executados pela Contratada, bem como, devem ser seguidas orientações constantes no manual de fabricação e legislação pertinente.

4.3. A Contratada deverá alocar profissionais altamente especializados para o desenvolvimento dos serviços, com capacidade nas áreas de mecânica de manutenção de máquinas.

4.4. O procedimento licitatório deverá observar em todas as fases as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, inclusive as recomendações quanto à responsabilidade do fornecedor pelo recolhimento e descarte do material utilizado.

4.5. Deverão ser seguidos os seguintes critérios de sustentabilidade baseadas na otimização de recursos e na redução da poluição ambiental, tais como:

4.5.1. A Contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos frascos de aerossol originários da contratação, se for o caso, recolhendo-os ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação ambientalmente adequada.

4.5.2. Treinar periodicamente os empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, observadas as normas ambientais vigentes.

4.5.3. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

4.5.3.1. recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme legislação aplicável ao tema;

4.5.3.2. providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da legislação vigente aplicável ao tema;

4.5.3.3. exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme legislação aplicável ao tema;

4.5.3.4 Não são permitidas, à Contratada, formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias usadas originárias da contratação, tais como: lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado; queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados; lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

4.5.3.5 A Contratada deverá providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada.

4.5.3.6 São proibidas, à Contratada, as seguintes destinações e utilização de resíduos sólidos:

4.5.3.6.1 deposição inadequada no solo;

4.5.3.6.2 deposição em área sob regime de proteção especial e áreas sujeitas a inundação;

4.5.3.6.3 lançamento em sistema de redes de drenagem de água pluviais, de esgoto, de eletricidade, de telecomunicações e assemelhados;

4.5.3.6.4 infiltração no solo sem tratamento prévio e projeto aprovado pelo Órgão de controle ambiental estadual competente;

4.5.3.6.5 utilização para alimentação animal, em desacordo com a legislação vigente;

4.5.3.6.6 utilização para alimentação humana.

4.5.3.7 A Contratada deverá acondicionar os resíduos sólidos para coleta de forma adequada, cabendo-lhe observar os normas municipais que estabelecem as regras para a seleção e acondicionamento dos resíduos no próprio local de origem, e que indiquem os locais de entrega e coleta.

4.5.3.8 A Contratada é obrigada a efetuar o recolhimento do produto ou embalagem dos itens utilizados na execução do serviço, para fins de destinação final ambientalmente adequada, a cargo dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes.

4.5.3.9 Dentre as recomendações voltadas para a sustentabilidade ambiental, a empresa Contratada deverá observar também as seguintes práticas:

4.5.3.9.1 Fornecimento de equipamentos de segurança que se fizerem necessários aos empregados, para a execução de serviços;

4.5.3.9.2 Os materiais e peças empregados não devem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendadas em legislação específica, tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenol-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);

4.5.3.9.3 Todos os eventuais agentes para limpeza que sejam empregados deverão ser notificados ou registrados na ANVISA, conforme determina a legislação vigente.

4.5.4. Desenvolver consciência nos empregados acerca da adoção de procedimentos de separação para o descarte adequado de materiais potencialmente poluidores, tais como detergentes, óleos, lâmpadas, placas de circuitos impressos, pilhas e baterias, em estabelecimentos que os comercializam ou na rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores, conforme disposto na legislação vigente.

4.5.5. Incentivar entre os seus empregados a atividade de separação de resíduos recicláveis descartados pelo órgão, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber.

4.5.6. A Contratada se responsabilizará pelo acondicionamento, transporte e descarte de todos os resíduos produzidos durante a execução contratual, de forma técnica e ambientalmente responsável.

4.5.7. A manutenção dos equipamentos só poderá ser efetuada por funcionários devidamente habilitados, qualificados, treinados, identificados, uniformizados e portando equipamentos de proteção individual (EPI's) adequados.

**4.6. OS SERVIÇOS OBJETO DO CONTRATO CONSISTEM EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS**

**4.6.1. MANUTENÇÃO PREVENTIVA**

4.6.1. A prestação dos serviços preventivos deverá ser realizada QUINZENALMENTE, no horário das 09:00hs às 16:00hs, de acordo com as especificações técnicas do fabricante do equipamento e o roteiro básico estabelecido neste ETP e no TR.

4.6.2. Efetuar testes de segurança, conforme legislação em vigor e normas do fabricante do equipamento.

4.6.3. A manutenção preventiva destina-se a reduzir a possibilidade de ocorrência de defeitos, falha ou irregularidades do grupo gerador e componentes nele instalados.

4.6.4. A Contratada deverá confeccionar um PLANO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA DOS GERADORES e apresentá-lo à fiscalização da Contratante no prazo máximo de 30 dias contados a partir da emissão da Ordem de Autorização para início dos Serviços.

4.6.5. Os serviços preventivos, no que couber, devem ser, no mínimo, os abaixo descritos:

TABELA DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA	
Grupo Geradores - MOTOR DIESEL	
PARA GERADOR, NO MÍNIMO:	
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	PERIODICIDADE
Limpeza do filtro de ar.	
Manutenção da bateria de partida	
Drenagem do tanque de óleo diesel (condensações)	
Abastecimento de óleo diesel, se necessário.	
Retirada de vazamentos.	
Limpeza externa do radiador.	

Verificação do nível do líquido de arrefecimento (completar se necessário). Funcionamento e teste. Inspeção da bomba injetora Limpeza do gerador Manutenção da placa eletrônica do regulador de tensão. Manutenção e lubrificação dos rolamentos de esfera. Manutenção dos diodos do gerador. Reaperto dos acoplamentos. Reaperto geral das conexões dos cabos elétricos. Eliminação de pontos de ferrugens e corrosão	MENSAL
Reaperto geral do motor. Reaperto dos cabeçotes. Calibragem de válvula (se necessário).	SEMESTRAL
Troca do óleo lubrificante. Troca dos filtros de óleo lubrificante. Troca do filtro de óleo diesel. Troca do filtro de ar (se necessário).	ANUAL

PARA QUADRO DE COMANDO AUTOMÁTICO, NO MÍNIMO	
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	PERIODICIDADE
Manutenção dos instrumentos de medição. Manutenção do carregador flutuador de bateria. Limpeza geral das partes internas Reaperto geral do quadro de comando automático. Programação e configuração do módulo de controle automático. Eliminação de pontos de ferrugens e corrosão.	MENSAL

#### 4.6.6. MANUTENÇÃO CORRETIVA

4.6.6.1. A contratada deverá atender ao chamado da CONTRATANTE para regularizar anormalidade de funcionamento, procedendo à manutenção corretiva, substituindo e/ou reparando PEÇAS, PARTES, INSUMOS, COMPONENTES, segundo critérios técnicos, software de programação, componentes eletrônicos, elétricos, mecânicos e hidráulicos, necessários à recolocação do equipamento em condições normais de funcionamento, utilizando peças genuinamente fabricadas e testadas pelos fabricantes dos componentes do equipamento.

4.6.6.2. Os registros dos chamados serão feitos através de Ordens de Serviço, enviadas por e-mail, ou, ainda, outra forma de contato disponibilizada pela Contratada, podendo ser por mensagem de WhatsApp.

4.6.6.3. Serviços que envolvam modificação, remoção, substituição, inserção de componentes em placas, devem ser adequadamente realizados, obedecendo as especificações dos fabricantes e as normas vigentes, para garantir a qualidade do serviço de soldagem e montagem dos circuitos eletrônicos.

4.6.6.4. Todas as peças, materiais, ferramentas e acessórios necessários para realizar o conserto deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, não sendo gerado, por este fato, acréscimo no valor contratado.

4.6.6.5. A CONTRATANTE se reserva o direito de fazer quantos chamados de emergência e manutenção corretiva forem necessários sem nenhum ônus adicional.

**4.6.6.6. O restabelecimento do perfeito funcionamento dos equipamentos deverá ocorrer em até 12 (doze) horas consecutivas, a contar do registro dos chamados, quando houver necessidade de troca de peças ou componentes, ressalvados os casos devidamente justificados pela Contratada e aceitos pelo Contratante.**

**4.6.6.7. Para os chamados de manutenção corretiva que não demandem peças, insumos ou materiais, a CONTRATADA deverá restabelecer o funcionamento em até 4 (quatro) horas a contar do registro dos chamados.**

## 5. Levantamento de Mercado

5.1. Diante da necessidade já vastamente descrita e da indisponibilidade de outras soluções, concluiu-se que a alternativa de mercado que atende a presente demanda é a contratação de empresa especializada (terceirização) para prestação dos serviços.

5.2. Foi realizada pesquisa acerca dos possíveis prestadores de serviços, que atenderiam a necessidade da contratação: Pesquisou-se no Portal do COMPRAS.GOV.BR onde foi constatado a participação de diversas empresas prestadoras deste tipo de serviço, no território nacional.

5.3. Verifica-se que a solução pretendida é adotada por entidades públicas locais, regionais e nacionais. Foram avaliados especialmente fatores relacionados ao dimensionamento da solução, produtividade, periodicidade, estimativa de preços, critérios de sustentabilidade e fiscalização, a fim de inserir os critérios cabíveis ao contexto da Contratante.

5.4. De forma a definir a melhor solução técnica para atender a necessidade da Delegacia Seccional de Polícia de Bauru foram analisadas diferentes metodologias de contratação praticados no mercado e suas principais características, conforme apresentado a seguir:

Primeiro cenário

Contratar o posto de trabalho, sendo a CONTRATANTE responsável pelo fornecimento de peças, materiais consumíveis, equipamento de proteção individual e coletivo, além do fornecimento de combustível.

Segundo cenário

Contratação por posto de trabalho com fornecimento pela CONTRATADA de todo equipamento, ferramentas, insumos, materiais, combustível e serviços eventuais necessários a execução do objeto licitado, utilizando planilha de custos para o pagamento dos materiais empregados e o IMR (Instrumento de Medição de Resultado) para pagamento dos serviços;

Terceiro cenário

Contratação sem mão de obra exclusiva, sendo a Contratada responsável pelo fornecimento das ferramentas, equipamentos, insumos, materiais, combustível e serviços eventuais necessários à execução do objeto licitado. As manutenções preventivas ocorrerão conforme programação previamente definida. Já as corretivas, os acionamentos serão mediante a necessidade, com acionamento da contratada através de contato telefônico e e-mail e solicitação de abertura Ordem de Serviço.

### **Conclusão após análise dos cenários**

O primeiro cenário é inviável. O objeto do contrato são apenas 2 geradores, tornando inviável manter um profissional para a demanda apresentada. Outra situação a ser apontada é que a contratante não possui recursos (humanos e espaço físico) para gerir o processo de compras, controle de estoque e fornecimento de peças, materiais consumíveis, equipamento de proteção individual e coletivo. A não aquisição de materiais em tempo hábil por parte da Contratante, ocasionaria em atrasos na execução do serviço e compartilhamento de responsabilidades, podendo culminar em conflitos, visto que a contratante fornece os materiais e a contratada executa, sendo que

esta última possui prazos definidos em contrato para conclusão das ordens de serviço.

O segundo cenário contempla mão de obra com dedicação exclusiva e fornecimentos de peças, materiais consumíveis, combustível, ferramentas, equipamento de proteção individual e coletivo pela contratada. Todavia, a Contratante não possui grande quantidade de geradores que exijam monitoramento e operação 24 horas que justifique um funcionário terceirizado dedicado e em tempo integral. Estima-se que neste cenário o funcionário ficaria maior parte do tempo ocioso.

O terceiro cenário não necessita de mão de obra dedicada e exclusiva, as manutenções preventivas são previamente agendadas e as corretivas executadas sob demanda e mediante aprovação prévia da fiscalização. Nesta opção, é possível acompanhar as manutenções e controlar de forma eficiente o emprego das peças, realização dos serviços e execução dos prazos, levando em consideração a utilização do Instrumento de Medição de Resultado – IMR para pagamento dos serviços.

Diante do acima exposto, após análise dos cenários, sugere-se que a Contratação seja no formato de contratação de empresa para prestação dos serviços, de forma contínua, sem mão de obra exclusiva, com fornecimento de peças;

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Buscando atender as necessidades da Contratante conforme já fundamentado até o momento, avaliou-se como a melhor forma de contratação a opção 3 apresentada no capítulo anterior: contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva de gerador, incluindo o fornecimento de peças, insumos, combustível e acessórios, sem fornecimento de mão de obra exclusiva, sendo a Contratada responsável pelo fornecimento das ferramentas, equipamentos, combustível, EPIs, peças, componentes, materiais e serviços eventuais necessários à execução do objeto licitado.

6.2. A empresa especializada contratada fornecerá mão de obra sem dedicação exclusiva para atendimento das manutenções preventivas e corretivas dos geradores, conforme disposto a seguir:

6.2.1. MANUTENÇÃO PREVENTIVA - As manutenções devem ser executadas com base no plano de manutenção Manutenção Preventiva do gerador (ANEXO II) e incluir as recomendações do fabricante, normas e legislações vigentes e boas práticas de manutenção.

6.2.1.1. No (ANEXO II) foram listadas as atividades mínimas preventivas a serem cumpridas pela contratada, de forma exemplificativa. Além dos serviços acima, caberá à Contratada incluir e executar outras atividades que identificar como necessárias, tendo como referência as boas práticas de manutenção, instruções dos fabricantes, recomendações provenientes de normas técnicas e legislações vigentes, para atender a satisfatória manutenção e perfeito funcionamento dos geradores.

6.2.2. MANUTENÇÃO CORRETIVA - A manutenção corretiva tem por objeto todos os procedimentos necessários para restaurar os geradores para o seu perfeito estado de funcionamento, compreendendo, inclusive, substituições de peças defeituosas e ajustes necessários, conforme os manuais e normas técnicas específicas para os equipamentos.

6.2.2.1.Os serviços de manutenções corretivas serão realizados sempre que houver emissão de ordem de serviço, cuja motivação seja a abertura de um chamado por parte da CONTRATANTE ou forem detectados problemas pelo técnico da contratada quando da realização das manutenções preventivas. Neste caso, o técnico de manutenção já deverá executar o reparo necessário para deixar o gerador em pleno funcionamento.

6.2.2.2. A Contratada deverá fornecer todas as peças que deverão ser originais ou genuínas. Todo o custo com peças, insumos, materiais, ferramentas e mão de obra devem ser computadas pela CONTRATADA ao apresentar a proposta, visto que nenhum valor poderá ser cobrado de forma adicional.

6.3. As informações dispostas neste estudo, e eventuais complementações da caracterização do objeto no Termo de Referência, são os parâmetros necessários para a fase de seleção e gestão contratual, no intuito de garantir a contratação de empresa que venha a atender à necessidade e produzir os resultados pretendidos.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
	Contratação de empresa especializada em manutenção técnica preventiva, corretiva e emergencial com monitoramento /gerenciamento remoto de grupos			

1	<p>diesel de Geradores de Emergência, incluindo o fornecimento e substituição de partes e peças, sendo um instalado na CPJ Bauru e outro na DELSECPOL Bauru</p> <p>A Contratada deverá prever no custo unitário mensal todos os custos com materiais, peças, insumos, ferramentas, componentes, abastecimento, motor, mão de obra para manter o equipamento gerador em pleno funcionamento durante a vigência contratual</p> <p>Combustível: DIESEL 170 KVA  75KVA</p>	2356	UNIDADE	2
---	--	------	---------	---

- 7.1. UNIDADE DE MEDIDA
- 7.1.1. A unidade de medida utilizada na solução da contratação do serviço é de unidade de equipamento e o período de medição é mensal, tendo em vista a metodologia adotada.
- 7.2. SOBRE A ESTIMATIVA
- 7.2.1. Trata-se da contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, em 2 (dois) grupos geradores automáticos de emergência, MOTOR DIESEL, sendo um de 170 KVA que atende a Central de Polícia Judiciária de Bauru e outro de 75 KVA que atende a Delegacia Seccional de Polícia de Bauru.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 456.000,00

- 8.1. A estimativa de preços foi levantada por meio de pesquisa realizada no Portal de Compras do Governo Federal (Painel de Preços), conforme Mapa Comparativo de Preços anexado ao processo.
- 8.2. O custo estimado da contratação é de R\$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais) mensais, para o contrato dos serviços de manutenção preventiva, corretiva, emergencial e gerenciamento/monitoramento remoto dos 02 geradores, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, perfazendo o valor total anual estimado de R\$ 91.200,00 (noventa e um mil e duzentos reais) e valor total para 60 meses de R\$ 456.000,00 (quatrocentos e cinquenta e seis mil reais), cuja obtenção desse valor se deu pela média dos valores obtidos na pesquisa de preço, conforme Mapa de Consolidação das Pesquisas (SEI nº 058.00121204/2024-67).
- 8.3. Adotou-se o preço unitário médio mensal único, independentemente do modelo do equipamento, tendo em vista os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da eficiência.
- 8.4. A estimativa de preço da contratação para os serviços de manutenção preventiva, corretiva e gerenciamento/monitoramento remoto dos geradores, com fornecimento de peças, foi obtida através da consulta dos preços referenciais através de Pesquisa de Preços no portal Gov.br mediante contratações similares de outros entes públicos.
- 8.5. Como praticamente impossível de conseguirmos individualizar o preço da manutenção para equipamento idêntico, utilizamos a média, como referência. Desta feita, ao apresentarmos o valor da estimativa para os nossos grupos geradores, idealizamos com isto, a obtenção do valor global, mensal, para balizar nossa licitação e poder formar o preço do contrato.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

- 9.1.1. O serviço a ser contratado é tratado de forma indivisível, ou seja, corresponderá a 1 (um) item a ser licitado. A indivisibilidade é caracterizada pela inviabilidade de algum tipo de parcelamento do serviço a ser prestado, de vez se tratar da manutenção mensal de 02 (dois) equipamentos.



9.1.2. Conforme o inciso II, § 3º do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, e embora a regra seja a divisão do objeto em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, buscando o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala, opta-se pelo agrupamento em único lote.

9.1.2. A opção pelo agrupamento se faz pela adequação e economia na gestão, inter-relação da execução, de modo a permitir ao contratado, por sua vez, realizar uma gestão centralizada do contrato e respectiva garantia de qualidade.

9.1.3. Dessa forma, a execução por mais de uma empresa poderá resultar em atrasos ou execução parcial do objeto, acarretando interrupção temporária dos serviços e acarretar significativos problemas à Contratante, bem como à população que utiliza os serviços policiais.

9.1.4. A natureza do objeto não admite o parcelamento do objeto, devendo a adjudicação ser feita a um único licitante vencedor.

9.1.5. A recomendação do Tribunal de Contas da União é a realização da licitação por itens, de forma fracionada, sempre que econômica e tecnicamente viável, em consonância com os preceitos inseridos na Súmula 247 da referida Corte.

9.1.6. A despeito da orientação, ou seja, a divisão por itens, tantos quanto possíveis, a formação de grupos pode e deve ser utilizada quando a natureza do objeto da licitação condiciona tecnicamente a contratação de forma conjunta ou que possibilite maiores vantagens econômicas em função da escala.

9.1.7. Se os serviços não forem agrupados, ter-se-ia empresas distintas executando, ao mesmo tempo, o objeto da licitação. Tal fato poderia gerar atrasos, onerar o certame e sobrecarregar as equipes de fiscalização dos contratos, comprometendo o resultado final dos trabalhos, por não perseguir a proposta mais vantajosa para a Administração.

9.1.8. Diante disso, a licitação será realizada agrupando itens, tornando a contratação coerente tecnicamente e economicamente mais viável, **uma vez que a empresa prestará os serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como emergencial, com fornecimento de peças nos 02 geradores**, sendo 01 instalado na Central de Polícia Judiciária de Bauru e 01 instalado na Delegacia Seccional de Polícia de Bauru. Isso também reduz o custo administrativo de gerenciamento do processo de contratação e reúne condições para que o fornecedor, pelas características da contratação, ofereça preços menores e mais vantajosos para a Administração.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se verificam contratações correlatas e/ou interdependentes para viabilidade e contratação desta demanda.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Considerando que os geradores estão instalados na Central de Polícia Judiciária de Bauru e na Delegacia Seccional de Polícia de Bauru, tratando-se de contratação nova para os dois grupos de geradores, o objeto do presente Estudo Técnico Preliminar está previsto no Plano Plurianual de Contratações do ano de 2026.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Com esta contratação espera-se que sejam atendidas as necessidades de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças dos geradores instalados na Central de Polícia Judiciária e na Delegacia Seccional de Polícia de Bauru, por meio da contratação de empresa especializada, garantindo assim a manutenção da energia em caso de interrupção de energia elétrica, a fim de possibilitar a continuidade da prestação do serviço policial.

12.2. Os resultados pretendidos com esta contratação serão os benefícios diretos revertidos à Contratante em função da prestação efetiva de serviços que não consegue realizar de forma direta, por falta de servidores no quadro.

12.3. Com a presente contratação busca-se a execução dos serviços de manutenção conforme especificações técnicas, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além do fornecimento de peças de reposição, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas qualidades e quantidades necessárias para manter os geradores em perfeito funcionamento, visando o bom andamento dos serviços prestados por esta Contratante.

12.4. Com os serviços de manutenção preventiva e corretiva, os equipamentos, grupo geradores automático de emergência, terão um funcionamento regular e com segurança.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1. Realização de processo licitatório, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a escolha de empresa especializada para a execução dos serviços. O Pregão será tradicional, por tratar-se de demanda específica e contínua.

13.2. Necessário providenciar fácil acesso dos empregados da contratada aos locais onde os equipamentos estão instalados. Se o local for fechado com porta ou cadeado, cópia da chave deverá estar disponível no atendimento da Contratante, otimizando o tempo de serviço dos técnicos de manutenção, ao evitar-se viagens infrutíferas devido encontrar a cabine fechada.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Os serviços a serem contratados devem possuir critérios e práticas de sustentabilidade em relação aos materiais e produtos a serem empregados, bem como a previsão da adequada execução a fim de atender as demandas sem infringir a legislação ambiental aplicável. A Contratada deverá racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes, informando, se for o caso, o tratamento adotado para o recolhimento dos resíduos; substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; os materiais empregados pela empresa deverão atender a melhor relação entre custo benefício, considerando os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto.

14.2. Assim, não se vislumbra qualquer tipo de impacto ambiental nocivo com a contratação, pois os tipos de serviços a serem prestados não resultarão na modificação de espaços físicos e/ou edificações.

14.3. De modo geral, os resíduos produzidos com a manutenção dos equipamentos serão recolhidos pela contratada, que se responsabilizará pelo seu acondicionamento, transporte e descarte, de forma técnica e ambientalmente responsável.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. De acordo com o exposto neste ETP o serviço a ser contratado, torna-se indispensável se tratando de serviço essencial a ser prestado para melhoria no atendimento às necessidades da Central de Polícia Judiciária de Bauru e da Delegacia Seccional de Polícia de Bauru. Os estudos preliminares evidenciaram que a solução descrita, ou seja, a contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção de geradores, mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária.

15.2 A Equipe de Planejamento se posiciona pela VIABILIDADE e RAZOABILIDADE da realização de contratação, na forma proposta e visando à consecução da solução detalhada neste estudo, para atendimento à necessidade manifestada pela área requerente no Documento de Formalização de Demanda autuado ao processo.

15.3. Assim, declaramos a viabilidade da contratação e recomendamos a aquisição dos serviços conforme proposto.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ANGELICA ZEM GIMENEZ RODRIGUES GOMES**

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 04/02/2026 às 15:36:22.



## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I - CARACTERÍSTICAS DO GRUPO GERADOR.pdf (441.52 KB)
- Anexo II - ANEXO II - MANUTENÇÃO PREVENTIVA - EXEMPLIFICATIVA.pdf (596.01 KB)

# **ANEXO I**

## **CARACTERÍSTICAS DOS GRUPOS GERADORES**

### **GERADOR DA DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE BAURU**

Endereço: Av. Dom Pedro II, 3-20, Centro, Bauru – SP – tel.: (14) 3224-3388

Características:

GERADOR: PERKINS

MOD.: 1103A-33TG1

POTENCIA: 75 Kva

COMBUSTÍVEL: DIESEL

### **GERADOR DA CENTRAL DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DE BAURU**

Endereço: Av. Rodrigues Alves, 20-20, Vila Cardia, Bauru – SP

Características:

GERADOR: PERKINS

POTENCIA: 170 Kva

COMBUSTÍVEL: DIESEL

# **ANEXO II**

## **PLANO DE MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E CONTROLE - PMOC**

### **GERADOR**

**MODELO EXEMPLIFICATIVO DE ALGUNS SERVIÇOS E PERIODICIDADE. A OBRIGAÇÃO DE ELABORAÇÃO DO PMOC É INTEIRAMENTE DA CONTRATADA QUE DEVERÁ ELABORAR NO PRAZO MÁXIMO DE 30 DIAS A CONTAR DA ASSINATURA DO CONTRATO, DEVENDO PREVER, NO MÍNIMO, A ROTINA A SEGUIR PARA CADA GERADOR:**

## **ANEXO I - PLANO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA**

Este anexo define o roteiro mínimo de atividades que a empresa contratada deverá executar nas manutenções preventivas dos grupos geradores.

### **Quinzenalmente**

#### **Com o equipamento DESLIGADO**

- Inspeção visual no grupo gerador e QTA sobre condição de operação (automático) e se há falhas/alarmes nos IHMs;
- Verificar nível do óleo lubrificante, completando se necessário;
- Verificar nível de líquido de arrefecimento, completando se necessário;
- Inspecionar se há vazamentos de água, óleo ou combustível;
- Drenar o filtro separador de água (Racor), quando houver;
- Limpeza do filtro da bombinha manual de combustível;
- Verificar o funcionamento do sistema de pré-aquecimento;
- Verificar o nível de combustível do tanque e completar, se necessário. Anotar no check-list o volume preenchido;
- Anotar o horímetro na Ordem de Serviço;
- Medir a tensão das baterias;
- Verificar o funcionamento do carregador de bateria (flutuador);
- Ligar o gerador em vazio por aprox. 10-15 min.

#### **Com o equipamento Ligado:**

- Mudar o modo de operação para "manual" e ligar o gerador em vazio por aprox. 10-15 min. Avaliar se a partida do motor diesel ocorreu normalmente na primeira tentativa ou se houve dificuldade;
- Avaliar a condição de funcionamento do motor: rotação contínua a 1.800 rpm e sem falhas ou "engasgos";
- Checar a pressão do óleo do motor;
- Verificar a temperatura da água do sistema de arrefecimento;
- Medir a tensão do gerador nas 3 fases;
- Verificar a frequência do gerador nas 3 fases;
- Verificar se há vazamentos de óleo, combustível e água;
- Desligar o gerador e retomar o modo de operação para "automático"

### **Mensalmente**

#### **Com o equipamento DESLIGADO**



- Inspeção visual no grupo gerador e QTA sobre condição de operação (automático) e se há falhas/alarmes nos IHMs;
- Verificar nível do óleo lubrificante, completando se necessário;
- Verificar nível de líquido de arrefecimento, completando se necessário;
- Inspeccionar a condição física e nível de saturação do(s) elemento(s) filtrante(s) de ar, substituindo-o(s) se necessário;
- Inspeccionar se há vazamentos de água, óleo ou combustível;
- Drenar o filtro separador de água (Racor), se houver;
- Limpeza do filtro da bombinha manual de combustível;
- Verificar o funcionamento do sistema de pré-aquecimento;
- Verificar o nível de combustível do tanque e completar, se necessário.
- Anotar o horímetro na ordem de serviço;
- Verificar no painel da USCA se há registro de alarmes;
- Realizar a limpeza dos bornes da bateria, se encontrar sinais de zinabre;
- Realizar teste de carga das baterias com instrumento específico;
- Verificar se a bateria está dentro da data de validade (24 meses);
- Verificar o funcionamento do carregador de bateria (flutuador);
- Inspeccionar o desgaste e tensionamento da correia do alternador e bomba d'água;
- Inspeção visual na colmeia e caixa do radiador;
- Limpeza e despoeiramento do gerador e seus componentes;
- Limpeza interna e externa do contêiner;

#### Com o equipamento Ligado:

- Mudar o modo de operação para "manual" e ligar o gerador;
- Avaliar se a partida do motor diesel ocorreu normalmente na primeira tentativa ou houve dificuldade. Mantê-lo em funcionamento em vazio por 15 minutos;
- Avaliar a condição de funcionamento do motor: rotação contínua a 1.800 rpm e sem falhas ou "engasgos";
- Checar a pressão do óleo do motor;
- Verificar a temperatura da água do sistema de arrefecimento;
- Medir a tensão do gerador nas 3 fases;
- Verificar a frequência do gerador nas 3 fases;
- Verificar se há vazamentos de óleo, combustível e água;
- Proceder com o reabastecimento, se necessário.

#### **Semestralmente**

#### Com o equipamento DESLIGADO

- Inspeção visual no grupo gerador e QTA sobre condição de operação (automático) e se há falhas/alarmes nos IHMs;
- Troca do óleo lubrificante do motor e filtros;
- Verificar nível de líquido de arrefecimento, completando se necessário;
- Checar concentração de aditivo com instrumento específico, corrigindo se necessário;
- Inspeccionar se há vazamentos de água, óleo ou combustível;
- Troca dos filtros de combustível e separador de água (se houver);
- Inspeccionar a condição física e nível de saturação do(s) elemento(s) filtrante(s) de ar, substituindo-o(s) se necessário;
- Limpeza do filtro da bombinha manual de combustível;
- Verificar o funcionamento do sistema de pré-aquecimento;
- Verificar o nível de combustível do tanque e completar, se necessário;
- Anotar o horímetro na ordem de serviço;
- Verificar no painel da USCA se há registro de alarmes;
- Realizar a limpeza dos bornes da bateria, se encontrar sinais de zinabre;
- Realizar teste de carga das baterias com instrumento específico;
- Verificar o funcionamento do carregador de bateria (flutuador);
- Inspeccionar o desgaste e tensionamento da correia do alternador e bomba d'água;
- Lubrificar o rolamento da bomba d'água (se aplicável);
- Inspeção visual na colmeia e caixa do radiador para detectar trincas/fissuras e vazamentos;
- Limpeza e despoeiramento do gerador e seus componentes;
- Limpeza interna e externa do contêiner;

Com o equipamento Ligado:

- Mudar o modo de operação para "manual" e ligar o gerador;
- Avaliar se a partida do motor diesel ocorreu normalmente na primeira tentativa ou se houve dificuldade;
- Avaliar a condição de funcionamento do motor: rotação contínua a 1.800 rpm e sem falhas ou "engasgos";
- Checar a pressão do óleo do motor;
- Verificar a temperatura da água do sistema de arrefecimento;
- Medir a tensão do gerador nas 3 fases;
- Verificar a frequência do gerador nas 3 fases;
- Verificar se há vazamentos de óleo, combustível e água;
- Realizar teste de transferência de carga, desde que alinhado previamente com a Unidade. Avaliar o comportamento do gerador: temperatura do motor, pressão de óleo, se há vazamentos de fluidos, frequência, corrente por fase, potência consumida por fase,

percentual de carga, ruídos ou vibrações anormais. Anotar parâmetros para inserir no relatório;

- Proceder com o reabastecimento, se necessário.

#### Anualmente

##### Com o equipamento DESLIGADO

- Inspeção visual no grupo gerador e QTA sobre condição de operação (automático) e se há falhas/alarmes nos IHMs;
- Troca do óleo lubrificante do motor e filtros;
- Verificar nível e condição do líquido de arrefecimento para completar, corrigir a concentração ou substituí-lo;
- Inspeccionar se há vazamentos de água, óleo ou combustível;
- Troca dos filtros de combustível e separador de água (se houver);
- Inspeccionar a condição física e nível de saturação do(s) elemento(s) filtrante(s) de ar, substituindo-o se necessário;
- Limpeza do filtro da bombinha manual de combustível;
- Verificar o funcionamento do sistema de pré-aquecimento;
- Verificar o nível de combustível do tanque e completar, se necessário;
- Anotar o horímetro na ordem de serviço;
- Realizar a limpeza dos bornes da bateria, se encontrar sinais de zinabre;
- Realizar teste de carga das baterias com instrumento específico;
- Verificar o funcionamento do carregador de bateria (flutuador);
- Inspeccionar o desgaste e tensionamento da correia do alternador e bomba d'água;
- Lubrificar o rolamento da bomba d'água (quando aplicável);
- Inspeção visual na colmeia e caixa do radiador para detectar trincas/fissuras e vazamentos;
- Checar o estado de degradação das mangueiras do tanque aos filtros;
- Verificar o estado do silencioso e escapamento de gases quanto a corrosão;
- Verificar o estado das carcaças e material fono-absorvedor dos atenuadores de ruído;
- Desconectar os cabos de força e medir a resistência de isolamento dos enrolamentos do gerador. Anotar valores na OS;
- Limpeza e despoeiramento do gerador e seus componentes;
- Limpeza interna e externa do contêiner e base;

##### No QTA (Quadro de Transferência Automática) desligado:

- Verificar e reapertar as conexões entre as chaves de transferência e os cabos. Observar se há a ocorrência de sobreaquecimento;
- Lubrificar as articulações de disjuntores e chaves;

- Verificar os contatos fixos e móveis das chaves de transferência;
- Verificar os contatos dos contadores auxiliares;
- Verificar o estado dos isoladores dos barramentos;
- Medir e registrar o aterramento do painel e do Grupo Gerador;
- Efetuar limpeza geral do quadro;
- Verificar o estado da pintura externa do painel;
- Efetuar a limpeza geral das canaletas de passagem dos cabos;

Com o equipamento Ligado:

- Mudar o modo de operação para "manual" e ligar o gerador;
- Avaliar se a partida do motor diesel ocorreu normalmente na primeira tentativa ou se houve dificuldade;
- Avaliar a condição de funcionamento do motor: rotação contínua a 1.800 rpm e sem falhas ou "engasgos";
- Checar a pressão do óleo do motor;
- Verificar a temperatura da água do sistema de arrefecimento;
- Medir a tensão do gerador nas 3 fases;
- Verificar a frequência do gerador nas 3 fases;
- Verificar se há vazamentos de óleo, combustível e água;
- Realizar teste de transferência de carga, desde que alinhado previamente com a Unidade. Avaliar o comportamento do gerador: temperatura do motor, pressão de óleo, se há vazamentos de fluidos, frequência, corrente por fase, potência consumida por fase e percentual de carga. Anotar parâmetros para inserir no relatório;
- Proceder com o reabastecimento, se necessário.

# **ANEXO I**

## **CARACTERÍSTICAS DOS GRUPOS GERADORES**

### **GERADOR DA DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE BAURU**

Endereço: Av. Dom Pedro II, 3-20, Centro, Bauru – SP – tel.: (14) 3224-3388

Características:

GERADOR: PERKINS

MOD.: 1103A-33TG1

POTENCIA: 75 Kva

COMBUSTÍVEL: DIESEL

### **GERADOR DA CENTRAL DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DE BAURU**

Endereço: Av. Rodrigues Alves, 20-20, Vila Cardia, Bauru – SP

Características:

GERADOR: PERKINS

POTENCIA: 170 Kva

COMBUSTÍVEL: DIESEL

# **ANEXO II**

## **PLANO DE MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E CONTROLE - PMOC**

### **GERADOR**

**MODELO EXEMPLIFICATIVO DE ALGUNS SERVIÇOS E PERIODICIDADE. A OBRIGAÇÃO DE ELABORAÇÃO DO PMOC É INTEIRAMENTE DA CONTRATADA QUE DEVERÁ ELABORAR NO PRAZO MÁXIMO DE 30 DIAS A CONTAR DA ASSINATURA DO CONTRATO, DEVENDO PREVER, NO MÍNIMO, A ROTINA A SEGUIR PARA CADA GERADOR:**

## **ANEXO I - PLANO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA**

Este anexo define o roteiro mínimo de atividades que a empresa contratada deverá executar nas manutenções preventivas dos grupos geradores.

### **Quinzenalmente**

#### **Com o equipamento DESLIGADO**

- Inspeção visual no grupo gerador e QTA sobre condição de operação (automático) e se há falhas/alarmes nos IHMs;
- Verificar nível do óleo lubrificante, completando se necessário;
- Verificar nível de líquido de arrefecimento, completando se necessário;
- Inspeccionar se há vazamentos de água, óleo ou combustível;
- Drenar o filtro separador de água (Racor), quando houver;
- Limpeza do filtro da bombinha manual de combustível;
- Verificar o funcionamento do sistema de pré-aquecimento;
- Verificar o nível de combustível do tanque e completar, se necessário. Anotar no check-list o volume preenchido;
- Anotar o horímetro na Ordem de Serviço;
- Medir a tensão das baterias;
- Verificar o funcionamento do carregador de bateria (flutuador);
- Ligar o gerador em vazio por aprox. 10-15 min.

#### **Com o equipamento Ligado:**

- Mudar o modo de operação para "manual" e ligar o gerador em vazio por aprox. 10-15 min. Avaliar se a partida do motor diesel ocorreu normalmente na primeira tentativa ou se houve dificuldade;
- Avaliar a condição de funcionamento do motor: rotação contínua a 1.800 rpm e sem falhas ou "engasgos";
- Checar a pressão do óleo do motor;
- Verificar a temperatura da água do sistema de arrefecimento;
- Medir a tensão do gerador nas 3 fases;
- Verificar a frequência do gerador nas 3 fases;
- Verificar se há vazamentos de óleo, combustível e água;
- Desligar o gerador e retomar o modo de operação para "automático"

### **Mensalmente**

#### **Com o equipamento DESLIGADO**



- Inspeção visual no grupo gerador e QTA sobre condição de operação (automático) e se há falhas/alarmes nos IHMs;
- Verificar nível do óleo lubrificante, completando se necessário;
- Verificar nível de líquido de arrefecimento, completando se necessário;
- Inspeccionar a condição física e nível de saturação do(s) elemento(s) filtrante(s) de ar, substituindo-o(s) se necessário;
- Inspeccionar se há vazamentos de água, óleo ou combustível;
- Drenar o filtro separador de água (Racor), se houver;
- Limpeza do filtro da bombinha manual de combustível;
- Verificar o funcionamento do sistema de pré-aquecimento;
- Verificar o nível de combustível do tanque e completar, se necessário.
- Anotar o horímetro na ordem de serviço;
- Verificar no painel da USCA se há registro de alarmes;
- Realizar a limpeza dos bornes da bateria, se encontrar sinais de zinabre;
- Realizar teste de carga das baterias com instrumento específico;
- Verificar se a bateria está dentro da data de validade (24 meses);
- Verificar o funcionamento do carregador de bateria (flutuador);
- Inspeccionar o desgaste e tensionamento da correia do alternador e bomba d'água;
- Inspeção visual na colmeia e caixa do radiador;
- Limpeza e despoeiramento do gerador e seus componentes;
- Limpeza interna e externa do contêiner;

Com o equipamento Ligado:

- Mudar o modo de operação para "manual" e ligar o gerador;
- Avaliar se a partida do motor diesel ocorreu normalmente na primeira tentativa ou houve dificuldade. Mantê-lo em funcionamento em vazio por 15 minutos;
- Avaliar a condição de funcionamento do motor: rotação contínua a 1.800 rpm e sem falhas ou "engasgos";
- Checar a pressão do óleo do motor;
- Verificar a temperatura da água do sistema de arrefecimento;
- Medir a tensão do gerador nas 3 fases;
- Verificar a frequência do gerador nas 3 fases;
- Verificar se há vazamentos de óleo, combustível e água;
- Proceder com o reabastecimento, se necessário.

**Semestralmente**

Com o equipamento DESLIGADO

- Inspeção visual no grupo gerador e QTA sobre condição de operação (automático) e se há falhas/alarmes nos IHMs;
- Troca do óleo lubrificante do motor e filtros;
- Verificar nível de líquido de arrefecimento, completando se necessário;
- Checar concentração de aditivo com instrumento específico, corrigindo se necessário;
- Inspeccionar se há vazamentos de água, óleo ou combustível;
- Troca dos filtros de combustível e separador de água (se houver);
- Inspeccionar a condição física e nível de saturação do(s) elemento(s) filtrante(s) de ar, substituindo-o(s) se necessário;
- Limpeza do filtro da bombinha manual de combustível;
- Verificar o funcionamento do sistema de pré-aquecimento;
- Verificar o nível de combustível do tanque e completar, se necessário;
- Anotar o horímetro na ordem de serviço;
- Verificar no painel da USCA se há registro de alarmes;
- Realizar a limpeza dos bornes da bateria, se encontrar sinais de zinabre;
- Realizar teste de carga das baterias com instrumento específico;
- Verificar o funcionamento do carregador de bateria (flutuador);
- Inspeccionar o desgaste e tensionamento da correia do alternador e bomba d'água;
- Lubrificar o rolamento da bomba d'água (se aplicável);
- Inspeção visual na colmeia e caixa do radiador para detectar trincas/fissuras e vazamentos;
- Limpeza e despoeiramento do gerador e seus componentes;
- Limpeza interna e externa do contêiner;

Com o equipamento Ligado:

- Mudar o modo de operação para "manual" e ligar o gerador;
- Avaliar se a partida do motor diesel ocorreu normalmente na primeira tentativa ou se houve dificuldade;
- Avaliar a condição de funcionamento do motor: rotação contínua a 1.800 rpm e sem falhas ou "engasgos";
- Checar a pressão do óleo do motor;
- Verificar a temperatura da água do sistema de arrefecimento;
- Medir a tensão do gerador nas 3 fases;
- Verificar a frequência do gerador nas 3 fases;
- Verificar se há vazamentos de óleo, combustível e água;
- Realizar teste de transferência de carga, desde que alinhado previamente com a Unidade. Avaliar o comportamento do gerador: temperatura do motor, pressão de óleo, se há vazamentos de fluidos, frequência, corrente por fase, potência consumida por fase,

percentual de carga, ruídos ou vibrações anormais. Anotar parâmetros para inserir no relatório;

- Proceder com o reabastecimento, se necessário.

#### Anualmente

##### Com o equipamento DESLIGADO

- Inspeção visual no grupo gerador e QTA sobre condição de operação (automático) e se há falhas/alarmes nos IHMs;
- Troca do óleo lubrificante do motor e filtros;
- Verificar nível e condição do líquido de arrefecimento para completar, corrigir a concentração ou substituí-lo;
- Inspecionar se há vazamentos de água, óleo ou combustível;
- Troca dos filtros de combustível e separador de água (se houver);
- Inspecionar a condição física e nível de saturação do(s) elemento(s) filtrante(s) de ar, substituindo-o se necessário;
- Limpeza do filtro da bombinha manual de combustível;
- Verificar o funcionamento do sistema de pré-aquecimento;
- Verificar o nível de combustível do tanque e completar, se necessário;
- Anotar o horímetro na ordem de serviço;
- Realizar a limpeza dos bornes da bateria, se encontrar sinais de zinabre;
- Realizar teste de carga das baterias com instrumento específico;
- Verificar o funcionamento do carregador de bateria (flutuador);
- Inspecionar o desgaste e tensionamento da correia do alternador e bomba d'água;
- Lubrificar o rolamento da bomba d'água (quando aplicável);
- Inspeção visual na colmeia e caixa do radiador para detectar trincas/fissuras e vazamentos;
- Checar o estado de degradação das mangueiras do tanque aos filtros;
- Verificar o estado do silencioso e escapamento de gases quanto a corrosão;
- Verificar o estado das carcaças e material fono-absorvedor dos atenuadores de ruído;
- Desconectar os cabos de força e medir a resistência de isolamento dos enrolamentos do gerador. Anotar valores na OS;
- Limpeza e despoeiramento do gerador e seus componentes;
- Limpeza interna e externa do contêiner e base;

##### No QTA (Quadro de Transferência Automática) desligado:

- Verificar e reapertar as conexões entre as chaves de transferência e os cabos. Observar se há a ocorrência de sobreaquecimento;
- Lubrificar as articulações de disjuntores e chaves;

- Verificar os contatos fixos e móveis das chaves de transferência;
- Verificar os contatos dos contadores auxiliares;
- Verificar o estado dos isoladores dos barramentos;
- Medir e registrar o aterramento do painel e do Grupo Gerador;
- Efetuar limpeza geral do quadro;
- Verificar o estado da pintura externa do painel;
- Efetuar a limpeza geral das canaletas de passagem dos cabos;

Com o equipamento Ligado:

- Mudar o modo de operação para "manual" e ligar o gerador;
- Avaliar se a partida do motor diesel ocorreu normalmente na primeira tentativa ou se houve dificuldade;
- Avaliar a condição de funcionamento do motor: rotação contínua a 1.800 rpm e sem falhas ou "engasgos";
- Checar a pressão do óleo do motor;
- Verificar a temperatura da água do sistema de arrefecimento;
- Medir a tensão do gerador nas 3 fases;
- Verificar a frequência do gerador nas 3 fases;
- Verificar se há vazamentos de óleo, combustível e água;
- Realizar teste de transferência de carga, desde que alinhado previamente com a Unidade. Avaliar o comportamento do gerador: temperatura do motor, pressão de óleo, se há vazamentos de fluidos, frequência, corrente por fase, potência consumida por fase e percentual de carga. Anotar parâmetros para inserir no relatório;
- Proceder com o reabastecimento, se necessário.

**ANEXO III**

**DESCRIÇÃO**

**EXEMPLIFICATIVA DOS**

**SERVIÇOS DE**

**MANUTENÇÃO PREVENTIVA**

**GERADOR**

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	M	T	S	A
1	Testes de carga	x			
2	Verificação do desempenho do motor	x			
3	Inspeções para detectar vazamentos		X		
4	Verificação do tempo de vida útil da bateria		X		
5	Limpeza do gerador e da área circundante	X			
6	Verificação dos níveis de refrigerante e óleo do motor		X		
7	Verificação do nível do combustível/abastecimento	X			
8	Verificação dos rolamentos e polia esticadora		X		
9	Verificação das folgas das válvulas		X		
10	Verificação de bicos injetores	X			
11	Limpeza de conexões e componentes			X	
12	Troca de filtros		X		
13	Verificação dos níveis de fluído	X			
14	Remoção e troca de peças	X			
15	Avaliação das leituras e indicadores do painel de controle		X		
16	Atualização de componentes			X	
17	Elaboração dos relatórios de manutenção	X			
18	Cumprir rotinas de lubrificação	X			
19	Inspecionar instalações elétricas (alternador/fusíveis/carregador de bateria/excitatriz do gerador		X		
20	Verificar bomba d'água e bomba de combustível		X		
21	Revisão geral do quadro de comando	X			
22	Verificar acúmulo de sujeira	X			
23	Verificar sinais de corrosão	X			
24	Aquecedor de refrigerante		X		



**ANEXO IV**

**RELAÇÃO DE PEÇAS**

**EXEMPLIFICATIVA**

**GERADOR**



**RELAÇÃO DE PEÇAS, MATERIAIS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS SUSCETÍVEIS DE SUBSTITUIÇÃO (EXEMPLIFICATIVA- o rol e quantidade abaixo é apresentado de forma exemplificativa, sendo que a Contratada deverá fornecer todas as peças, insumos, materiais, ferramentas, componentes elétricos, eletrônicos e mecânicos necessários para manter o GERADOR em pleno funcionamento)**

Item	Descrição da Peça/Componente	Quantidade Estimada/12 meses
1	ÓLEO LUBRIFICANTE	300 L
2	BATERIAS	3
3	FILTROS DE ÓLEO	6
4	FILTROS DE COMBUSTÍVELMOTOR	6
5	FILTROS SEPARADOR DE ÁGUA	6
6	FILTROS DE ÁGUA	6
7	FILTROS DE AR	6
8	FILTROS DE ARREFECIMENTO	6
9	MOTOR	2
10	MANGUEIRAS DE COMBUSTÍVEL	5
11	LUBRIFICADORES	12
12	CORREIAS	8
13	ALTERNADOR	2
14	TERMOSTATO	10
15	BIELAS	2
16	PISTÕES	3
17	ANÉIS DE SEGMENTO	4
18	VIRABREQUINS	2
19	RELÉS	9
20	SENSORES	20
21	PAINEL DE CONTROLE	3
22	VÁLVULAS	70
23	VENTILADOR	2
24	BOMBA DE ÁGUA	1
25	TUBOS DE ESCAPE	5
26	SILENCIADORES	6

# **ANEXO V**

## **IMR**

## IMR – AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A avaliação da Contratada na prestação dos serviços se faz por meio da análise dos seguintes aspectos:

- Desempenho profissional;
- Desempenho das atividades;
- Gerenciamento

### 1. CRITÉRIOS

No formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços, devem ser atribuídos os valores 3 (três), 1 (um) e 0 (zero) para cada item avaliado, correspondente aos conceitos “Bom”, “Regular” e “Péssimo”, respectivamente:

- Realizado - BOM: 3 (três) pontos;
- Parcialmente realizado - REGULAR: 1 (um) ponto
- Não realizado- PÉSSIMO: 0 (zero) pontos

### 2. CONDIÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Na impossibilidade de se avaliar determinado item, este será desconsiderado e justificado;
- b) Quando atribuídas notas 1 (um) e 0 (zero), a unidade responsável deverá dar ciência à Contratada, em até 10 (dez) dias após a medição do período, visando proporcionar ciência quanto ao desempenho dos trabalhos realizados naquele período de medição e avaliação;
- c) Sempre que a Contratada solicitar prazo visando o atendimento de determinado item, esta solicitação deve ser formalizada, objetivando a análise do pedido pelo gestor do contrato. Nesse período, este item não deve ser analisado.

### 3. COMPOSIÇÃO DOS MÓDULOS

GRUPO 1 – DESEMPENHO PROFISSIONAL	
ITENS DE PONDERAÇÃO	NOTA
Limpeza do ambiente após a conclusão do atendimento	
Manutenções preventivas e corretivas realizadas	
Qualificação profissional	
Gerenciamento/monitoramento remoto executado	
Tempo de execução do atendimento	
Apresentação dos funcionários (uniformes, identificação, EPI's)	
TOTAL	

GRUPO 2 – DESEMPENHO DAS ATIVIDADES	
ITENS DE PONDERAÇÃO	NOTA
Funcionamento e testes dos geradores	
Troca de peças eventuais conforme demanda	
Eficiência do sistema	
Atendimento às ocorrências emergenciais/corretivas	
Emissão do relatório	
TOTAL	

GRUPO 3 – FUNCIONAMENTO DO GERADOR	
SERVIÇO	NOTA
Funcionamento adequado do gerador por todo o mês	
Nível de qualidade do funcionamento	
Número de ocorrências corretivas atendidas	
Fornecimento de peças/combustível	
TOTAL	

GRUPO 4 - GERENCIAMENTO	
ITENS DE PONDERAÇÃO	NOTA
Periodicidade da Supervisão	
Gerenciamento das atividades operacionais	
Atendimento às solicitações e necessidade contratuais	
Salários, benefícios e obrigações trabalhistas	
TOTAL	

NOTA FINAL (somatório das notas totais para os grupos 1, 2, 3 E 4)	
--	--

NOTA FINAL:	Assinatura do Responsável pela fiscalização:	Assinatura do Gestor Contrato

PERCENTUAL DE LIBERAÇÃO	NOTA OBTIDA NA AVALIAÇÃO
Liberação total da fatura	Nota maior ou igual a 47
Liberação de 90% da fatura	Nota maior ou igual a 43 e menor que 47
Liberação de 80% da fatura	Nota maior ou igual a 39 e menor que 43
Liberação de 65% da fatura	Nota maior ou igual a 33 e menor que 39
Liberação de 50% da fatura	Nota menor que 33

RECEBEMOS OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO DE: GERAFORTE GRUPOS GERADORES LTDA


DATA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e

NÚMERO 9684

SÉRIE 1



GERAFORTE GRUPOS GERADORES LTDA

RUA RIO BRANCO,214.  
AGUA BRANCA  
CONTAGEM - MG  
C.N.P.J./C.P.F. 10.618.016/0001-16  
FONE (31)3396-9694 CEP 32371-490

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA


0 - ENTRADA

1 - SAÍDA

Nº 9684

SÉRIE 1

FOLHA 1/1



CHAVE DE ACESSO

3124 1210 6180 1600 0116 5500 1000 0096 8411 3510 7640

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e  
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizada

NATUREZA DA OPERAÇÃO

Venda Producao do Estabelecimento

NÚMERO PROTOCOLO

131246382019087 23/12/2024 14:46:43

INSCRIÇÃO ESTADUAL

0011079870091

INSC. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.

CNPJ/CPF

10.618.016/0001-16

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL

SP ENGE CONSTRUTORA LTDA.

CNPJ / CPF

06.117.336/0001-15

DATA EMISSÃO

23/12/2024

ENDEREÇO

R MAESTRO CARDIM, 560, CJ 151

BAIRRO / DISTRITO

PARAISO

CEP

01323-000

DATA DE ENT / SAI

26/12/2024

MUNICÍPIO

SAO PAULO

FONE / FAX

(11)93344-5059

UF

SP

INSCRIÇÃO ESTADUAL

116931988110

HORA DE SAÍDA

16:00:00

FATURA / DUPLICATA			
001	23/12/2024	70.500,00	
002	26/01/2025	35.250,00	
003	26/02/2025	35.250,00	

CÁLCULO DO IMPOSTO					
BASE DE CÁLCULO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO ICMS SUBST.	VALOR DO ICMS SUBST.	VALOR TOTAL DOS TRIBUTOS	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
R\$ 141.000,00	R\$ 16.920,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 141.000,00
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACES.	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 141.000,00

TRANSPORTADOR / VOLUME

RAZÃO SOCIAL

TRANSPORTE E LOGISTICA LUTE LTDA

FRETE POR CONTA

0-Por conta do Remetente (CIF)

CÓDIGO ANTT

PLACA

UF

CNPJ / CPF

44.955.381/0001-38

ENDEREÇO

RUA OITENTA E CINCO, 0

MUNICÍPIO

CONTAGEM

UF

MG

INSCRIÇÃO ESTADUAL

0042476010049

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
1				2500,000	2500,000

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

72055567

VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS

BASE DE CÁLCULO DO ISSQN

VALOR DO ISSQN

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS													
CÓD. PROD	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS / SERVIÇOS	NCM / SH	CST	CFOP	UNID	QUANTIDADE	V. UNITÁRIO	V. TOTAL	BC. ICMS	V. ICMS	V. IPI	ALIQ. ICMS	ALIQ. IPI
CGG0170PA ACSAC	GRUPO ELETROGENEO 170KVA CARENADO,MOTOR PERKINS,GERADOR WEG,QUADRO AUTOMATICO.	85021210	000	6101	UN	1,0000	141.000,00	141.000,00	141.000,00	16.920,00		12,00	0,00

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

IPI REDUZIDO A 0% CONFORME LEGISLACAO VIGENTE. ICMS REDUZIDO A 12% COM BASE NO SUBITEM 4.12 ITEM 4 PARTE I DO ANEXO I DO RICMS-MG DECRETO 48.589 DE 2023. - PROPOSTA AUTORIZADA N 22738/2024 -SERIE:5507/24 MODELO Motor : PERKINS PP83036 NS B621616K Gerador : GTA251AI24 NS 1100630397 --COND DE PAGAMENTO: SINAL R\$35.250,00 PAGO 10/12/24 - C/EMBARQUE R\$35.250,00 PAGO 23/12/24 - RESTANTE 30/60DDL COM BOLETOS - LOCAL DE ENTREGA: R MAESTRO CARDIM N 560 CJ.151 - PARAISO, SAO PAULO/SP - CEP: 01323-000

RESERVADO AO FISCO

**ANEXO II**

***MINUTA DE TERMO DE CONTRATO***

Vide o arquivo específico em que se encontra o conteúdo deste Anexo (especificado no item 14 deste Edital).

]

**DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE BAURU**

(Processo Administrativo nº 058.00121204/2024-67.)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., CELEBRADO  
ENTRE O ESTADO DE SÃO PAULO POR INTERMÉDIO DA  
DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE BAURU E  
.....

O Estado de São Paulo, por intermédio da DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE BAURU com sede na PRAÇA DOM PEDRO II, Nº 3-20, CENTRO, na cidade de BAURU /Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 04.236.548/0067-12, neste ato representada pelo DR. LUCIANO DE BARROS FARO, DELEGADO SECCIONAL DE POLÍCIA DE BAURU, nomeado(a) pela Portaria emitida pelo Exmo. Sr. Delegado Geral de Polícia em 06 de abril de 2020, publicada no DOE de 07 de abril de 2020, portador da identificação funcional RS/PV nº 11973602-01-03 e inscrito(a) no CPF sob o nº.152.762.998-89, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ..... sediado(a) na ..... doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº....., conforme atos constitutivos da fornecedora OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 9007/2024, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA, EMERGENCIAL E GERENCIAMENTO/MONITORAMENTO REMOTO, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS EM 02 (DOIS) APARELHOS GERADORES, SENDO 01 INSTALADO NA CENTRAL DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DE BAURU E 01 INSTALADO NA DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE BAURU, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL
1	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA, EMERGENCIAL E GERENCIAMENTO/MONITORAMENTO REMOTO DE 02 (dois) GERADORES, DIESEL,	2356	Unidade	2	3.800,00	7.600,00

	SENDO 01 INSTALADO NA CPJ DE BAURU, 170 KVA E 01 INSTALADO NA DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE BAURU DE 75 KVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS (incluindo fornecimento de peças, insumos, componente, materiais, ferramentas, abastecimento e tudo o que for necessário para o perfeito funcionamento do equipamento)					
--	---	--	--	--	--	--

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é o de *empreitada por preço global*.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. *O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) meses, contados da data da emissão da autorização/ordem para início dos serviços, prorrogável por até 10 (dez) anos, a critério do Contratante, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.1.1. *O Contratado poderá se opor à prorrogação de que trata a subdivisão acima, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo Contratante em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.*

2.1.2. *Dentre outras exigências, a prorrogação de que trata a subdivisão acima é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração e em harmonia com os preços do mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido, permitida a negociação com o Contratado, observando-se, ainda, os seguintes requisitos:*

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;*
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;*
- c) Seja juntada justificativa, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;*
- d) Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;*
- e) Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação.*



2.1.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não poderá pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência do Contratante.

2.1.4. Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, custos não renováveis já pagos ou amortizados no âmbito da contratação, quando houver, deverão ser eliminados como condição para a prorrogação.

2.1.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.1.7. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condições resolutivas consubstanciadas:

*I - na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato a partir de sua ocorrência; ou*

*II - na ausência de vantagem para o Contratante na manutenção do contrato, desde que o Contratante comunique ao Contratado a opção pela extinção do contrato com ao menos 2 (dois) meses de antecedência em relação à próxima data de aniversário do contrato, acarretando a extinção do contrato a partir da referida data de aniversário contratual.*

2.1.8. Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas na subdivisão acima desta cláusula, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização. |

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato. |

### **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. |Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual. |

### **5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

5.1. |O valor mensal da contratação é de R\$ ..... (.....), perfazendo o valor total de R\$ .....(....). |

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. |Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado. |

**6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. *Os preços inicialmente ajustados poderão ser repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação do Contratado.*

7.2. *O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:*

- a. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;*
- b. Para os demais custos, decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra): a partir da data da apresentação da proposta.*

7.3. *Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.*

7.3.1. *Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que apostilada.*

7.4. *A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços (art. 135, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).*

7.5. *Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias (art. 135, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).*

7.6. *É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.*

7.7. *Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133, de 2021).*

7.8. *Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a demonstração analítica da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção coletiva ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato que fundamenta a repactuação.*

7.8.1. *A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho visa a repassar integralmente a variação de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.*

7.9. *Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos demais custos, decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), a respectiva variação será apurada mediante a aplicação do índice de reajustamento IPC FIPE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da*

anualidade, observando a data de referência e o interregno mínimo definidos nesta cláusula, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra) a ser reajustada;

I<sup>0</sup> = Índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta ou à data do último reajustamento aplicado;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.9.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.9.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra) será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.9.3. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.9.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), por meio de termo aditivo.

7.10. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.11. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.12. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.13. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.14. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.15. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.16. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.17. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação em até 1 (um) mês, contado a partir da data em que for apresentada, pelo Contratado, solicitação acompanhada de documentação contendo demonstração analítica da variação dos custos a serem repactuados (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º, Lei nº 14.133, de 2021).

7.17.1. O prazo referido na subdivisão anterior não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.18. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.19. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20. Se ocorrer repactuação para valor maior, o Contratado deverá complementar a garantia contratual que tenha sido anteriormente prestada, caso exigida neste instrumento, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.21. Caso ocorra majoração da tarifa de transporte público, será facultada a revisão de item relativo a valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços que constitui parte integrante do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados. Caso sejam preenchidos os requisitos legais, a revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por termo aditivo a este Contrato. |

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 01 (um) mês para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação

motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 01 (um) mês, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do art. 131 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.11. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;*

8.1.12. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes. |

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que

desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;

9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas (art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.1.22. *Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is): Avenida Rodrigues Alves, nº 20-20, Vila Cardia, Bauru/SP, na Central de Polícia Judiciária de Bauru e Praça Dom Pedro II, nº 3-20, Centro, Bauru/SP na Delegacia Seccional de Polícia de Bauru.*

*9.1.22.1. O técnico deverá se deslocar aos locais das repartições, localizadas na Avenida Rodrigues Alves, nº 20-20, Vila Cardia, Bauru/SP e na Praça Dom Pedro II, nº 3-20, Centro, Bauru/SP para a realização das manutenções necessárias.*

9.1.23. *Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo ser exigida do Contratado, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou do novo fornecedor que continuará a execução dos serviços;*

9.1.24. *Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.* |

9.2. Em atendimento à Lei nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estadual nº 69.588, de 2025, o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025.

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do art. 14 e/ou parágrafo único do art. 48 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. *[Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.]*

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

11.1. *[Não haverá exigência de garantia contratual da execução.]*

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa:**

- (1) *[Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;*
- (2) *[Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para suplementação ou reposição da garantia;*
  - a. *[O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;*
- (3) *[Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do item 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato;*



(4) *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do item 12.1, de 10% a 30% do valor do Contrato;*

(5) *Para infração descrita na alínea “b” do item 12.1, a multa será de 20% a 30% do valor do Contrato;*

(6) *Para infrações descritas na alínea “d” do item 12.1, a multa será de 20% a 30% do valor do Contrato;*

(7) *Para a infração descrita na alínea “a” do item 12.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato;*

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021)

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de

direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no art. 1º, § 2º, item 3, do Decreto estadual nº 55.938, de 2010, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto estadual nº 57.159, de 2011, na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando o Contratado for sociedade cooperativa,].

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

I. *Gestão/Unidade: 00001/180299*

II. *Fonte de Recursos: 150010001*

III. *Programa de Trabalho: 180205*

IV. *Elemento de Despesa: 339039*

V. *Plano Interno: 007.008.0209*

VI. *Nota de Empenho:*

14.2. *Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.* |

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

#### **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)**

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento *em 01 (uma) via*, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]. OU [Local], data da última assinatura eletrônica das partes.

---

Representante legal do CONTRATANTE

---

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2- |

**ANEXO III**

**MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA**

**ANEXO III.1**

**MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA**

(...)

**MODELO (S) REFERENTE (S) A PLANILHA DE PROPOSTA**

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MENSAL PARA 02 GERADORES (R\$)	VALOR TOTAL PARA 12 MESES (R\$)	VALOR TOTAL PARA 60 MESES (R\$)
1	<p>Prestação de Serviços Contínuos de Manutenção Técnica Preventiva, Corretiva, emergencial e monitoramento/gerenciamento remoto, <b>incluindo o fornecimento e substituição de partes e peças de 02 (DOIS) geradores de emergência, diesel</b>, sendo 01 instalado na Central de Polícia Judiciária de Bauru/SP e 01 instalado na Delegacia Seccionald e Polícia de Bauru, <b>CONFORME DEFINIÇÃO E DESCRIÇÃO CONTIDA NO TERMO DE REFERÊNCIA.</b></p> <p>Obs: A Contratada deverá prever no custo unitário mensal todos os custos com materiais, peças, insumos, combustível, ferramentas, componentes, abastecimento, motor, mão de obra para manter os equipamentos geradores em pleno funcionamento durante a vigência contratual</p>	2356	UNIDADE	2			

Prazo de validade da proposta é de : (mínimo 90 dias)

A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecida neste Edital e seus anexos.

Data: Assinatura do responsável:

**ANEXO IV**

**MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)**

**ANEXO IV.1**

**MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**

*(em papel timbrado do licitante)*

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)

**ANEXO V**

**MODELOS REFERENTES À VISTORIA PRÉVIA**

**ANEXO V.1**

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO  
DA LICITAÇÃO PRECEDIDA DE VISTORIA**  
(elaborada pelo licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, e que realizou vistoria prévia no(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação, colhendo todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

\_\_\_\_\_  
(nome/assinatura do representante legal)



**ANEXO V.2**

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO  
DA LICITAÇÃO**  
(elaborada pelo licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

\_\_\_\_\_  
(nome/assinatura do representante legal)

**ANEXO V.3**

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA  
CONTRATAÇÃO**

*(elaborada pelo licitante)*

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de responsável técnico de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO que o licitante tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

*(Local e data)*

\_\_\_\_\_  
*(nome/assinatura/qualificação do responsável técnico)*


**ANEXO VI**  
**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**

### PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MENSAL PARA 02 GERADORES (R\$)	VALOR TOTAL PARA 12 MESES (R\$)	VALOR TOTAL PARA 60 MESES (R\$)
1	<p>Prestação de Serviços Contínuos de Manutenção Técnica Preventiva, Corretiva, <b>emergencial e</b> monitoramento/gerenciamento remoto, incluindo o fornecimento e substituição de <b>partes e peças de 02 (DOIS) geradores de emergência, diesel</b>, sendo 01 instalado na Central de Polícia Judiciária de Bauru/SP e 01 instalado na Delegacia Seccional de Polícia de Bauru, <b>CONFORME DEFINIÇÃO E DESCRIÇÃO CONTIDA NO TERMO DE REFERÊNCIA.</b></p> <p>Obs: A Contratada deverá prever no custo unitário mensal todos os custos com materiais, peças, insumos, combustível, ferramentas, componentes, abastecimento, motor, mão de obra para manter os equipamentos geradores em pleno funcionamento durante a vigência contratual</p>	2356	UNIDADE	2	R\$ 7.600,00	R\$ 91.200,00	R\$ 456.000,00

**Estimativa de valores do item CATSER 2356 - A descrição sucinta do objeto, estimativa de quantidade e valores da contratação para o item CATSER 2356 – Gerador – Serviço de manutenção preventiva, corretiva e emergencial de grupos diesel de geradores de emergência, com fornecimento de peças, nos termos do contido no Termo de Referência tem um TOTAL estimado mensal mediano de R\$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais)) para 02 geradores, descritos no Termo de Referência.**

O valor total estimado para a contratação é o fornecido pela aferição do melhor preço na composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item nos sistemas oficiais do Governo, no presente caso, **Portal Nacional de Contratação Pública**, cujo relatório detalhado segue anexado.

  
 CAROLINE HETRAS LIMA GOMES DE SÁ  
 INVESTIGADORA DE POLÍCIA

**ANEXO VII**

**AVALIAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS**

## IMR – AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A avaliação da Contratada na prestação dos serviços se faz por meio da análise dos seguintes aspectos:

- Desempenho profissional;
- Desempenho das atividades;
- Gerenciamento

### 1. CRITÉRIOS

No formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços, devem ser atribuídos os valores 3 (três), 1 (um) e 0 (zero) para cada item avaliado, correspondente aos conceitos “Bom”, “Regular” e “Péssimo”, respectivamente:

- Realizado - BOM: 3 (três) pontos;
- Parcialmente realizado - REGULAR: 1 (um) ponto
- Não realizado- PÉSSIMO: 0 (zero) pontos

### 2. CONDIÇÕES COMPLEMENTARES

- Na impossibilidade de se avaliar determinado item, este será desconsiderado e justificado;
- Quando atribuídas notas 1 (um) e 0 (zero), a unidade responsável deverá dar ciência à Contratada, em até 10 (dez) dias após a medição do período, visando proporcionar ciência quanto ao desempenho dos trabalhos realizados naquele período de medição e avaliação;
- Sempre que a Contratada solicitar prazo visando o atendimento de determinado item, esta solicitação deve ser formalizada, objetivando a análise do pedido pelo gestor do contrato. Nesse período, este item não deve ser analisado.

### 3. COMPOSIÇÃO DOS MÓDULOS

GRUPO 1 – DESEMPENHO PROFISSIONAL	
ITENS DE PONDERAÇÃO	NOTA
Limpeza do ambiente após a conclusão do atendimento	
Manutenções preventivas e corretivas realizadas	
Qualificação profissional	
Gerenciamento/monitoramento remoto executado	
Tempo de execução do atendimento	
Apresentação dos funcionários (uniformes, identificação, EPI's)	
TOTAL	

GRUPO 2 – DESEMPENHO DAS ATIVIDADES	
ITENS DE PONDERAÇÃO	NOTA
Funcionamento e testes dos geradores	
Troca de peças eventuais conforme demanda	
Eficiência do sistema	
Atendimento às ocorrências emergenciais/corretivas	
Emissão do relatório	
TOTAL	

GRUPO 3 – FUNCIONAMENTO DO GERADOR	
SERVIÇO	NOTA
Funcionamento adequado do gerador por todo o mês	
Nível de qualidade do funcionamento	
Número de ocorrências corretivas atendidas	
Fornecimento de peças/combustível	
TOTAL	

GRUPO 4 - GERENCIAMENTO	
ITENS DE PONDERAÇÃO	NOTA
Periodicidade da Supervisão	
Gerenciamento das atividades operacionais	
Atendimento às solicitações e necessidade contratuais	
Salários, benefícios e obrigações trabalhistas	
TOTAL	

NOTA FINAL (somatório das notas totais para os grupos 1, 2, 3 E 4)	
--	--

NOTA FINAL:	Assinatura do Responsável pela fiscalização:	Assinatura do Gestor Contrato

PERCENTUAL DE LIBERAÇÃO	NOTA OBTIDA NA AVALIAÇÃO
Liberação total da fatura	Nota maior ou igual a 47
Liberação de 90% da fatura	Nota maior ou igual a 43 e menor que 47
Liberação de 80% da fatura	Nota maior ou igual a 39 e menor que 43
Liberação de 65% da fatura	Nota maior ou igual a 33 e menor que 39
Liberação de 50% da fatura	Nota menor que 33

## DECLARAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE MINUTAS PADRONIZADAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 058.00121204/2024-67

UNIDADE CONTRATANTE: DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE BAURU

OBJETO: Prestação de serviços contínuos de manutenção técnica preventiva, corretiva, com gerenciamento/monitoramento remoto, incluindo fornecimento e substituição de partes e peças de 2 (dois) aparelhos geradores, sendo 01 instalado na Central de Polícia Judiciária de Bauru e 01 instalado na Delegacia Seccional de Polícia de Bauru.

DECLARO ter utilizado as minutas padronizadas do Estado de São Paulo, elaboradas em conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, de acordo com a análise técnica da Secretaria de Gestão e Governo Digital, e o exame jurídico da Procuradoria Geral do Estado, disponibilizadas no Portal de Compras do Governo do Estado de São Paulo (<https://compras.sp.gov.br/>), no sítio eletrônico <https://www.pge.sp.gov.br/>, ou em outro sítio eletrônico oficial do Estado, a seguir especificadas:

- a) termo de referência para licitação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra, conforme versão atualizada em 01/01/2026;
- b) contrato para licitação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra, conforme versão atualizada em 01/01/2026;
- c) edital de pregão por menor preço, conforme versão atualizada em 09/01/2026;

DECLARO, ainda, que eventuais alterações do texto padronizado foram destacadas em negrito e sublinhadas para o exame específico pela Procuradoria Geral do Estado, em atendimento ao artigo 53 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e discriminadas com a correspondente justificativa no anexo que constitui parte integrante desta declaração.

Bauru, 10 de fevereiro de 2026.

Nome: **Caroline Heiras Lima Gomes de Sá**  
Investigadora de Polícia  
CPF nº 310.977.178-01  
Servidora responsável pela elaboração dos documentos

Nome: **LUCIANO DE BARROS FARO**  
CPF nº 152.762.998-89  
Autoridade competente para autorizar a licitação/contratação



## ANEXO DA DECLARAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE MINUTAS PADRONIZADAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 058.00121204/2024-67

<b>LISTA DE ALTERAÇÕES DO TEXTO PADRONIZADO</b> (destacadas em negrito e sublinhadas)		
Minuta alterada (conforme versão especificada na declaração)	Disposição(ões) do texto padronizado alterada(s)	Justificativa da alteração
<u>termo de referência</u>	ITEM 1.3	Excluído por ter optado pela redação do Item 1.4.
<u>termo de referência</u>	Item 1.7	Excluído por ter optado pela redação do Item 1.6
<u>termo de referência</u>	Item 2.2	Excluído por ter optado pela redação do Item 2.3
<u>termo de referência</u>	Item 4.3	Excluído por ter optado pela redação do Item 4.2
<u>termo de referência</u>	Item 4.4	Excluído por não se aplicar ao caso
<u>termo de referência</u>	Item 4.6 a 4.8	Excluídos por não se aplicarem ao caso
<u>termo de referência</u>	Item 4.9	Excluído por ter optado pela redação dos itens 4.10 a 4.14
<u>termo de referência</u>	ITEM 5 E SEQUENTES	No referido item foram acrescentadas descrição dos serviços, métodos, rotinas, etapas, procedimentos, execução do trabalho, obrigações da Contratada e Contratante, objetivando um melhor detalhamento e especificação das exigências para execução dos serviços.
<u>termo de referência</u>	Item 5.8	Excluído por ter optado pela redação do Item 5.7
<u>termo de referência</u>	Item 5.9	Excluído por ter optado pela redação do item 5.10
<u>termo de referência</u>	Item 6.7	Excluído por não se aplicar ao caso
<u>termo de referência</u>	Item 6.19	Excluído por não se aplicar ao caso
<u>termo de referência</u>	Item 7.15	Excluído por não se aplicar ao caso
<u>termo de referência</u>	Itens 7.30 a 7.38	Excluídos por não se aplicarem ao caso
<u>termo de referência</u>	Item 8.4	Excluído por não se aplicar ao caso
<u>termo de referência</u>	Item 8.11	Excluído por não se aplicar ao caso

<b>LISTA DE ALTERAÇÕES DO TEXTO PADRONIZADO</b> (destacadas em negrito e sublinhadas)		
Minuta alterada (conforme versão especificada na declaração)	Disposição(ões) do texto padronizado alterada(s)	Justificativa da alteração
<i>termo de referência</i>	Item 8.29	Excluído por não se aplicar ao caso
Termo de referência	Item 8.32 e seguintes	Excluídos por não se aplicarem ao caso
Termo de referência	Itens 9.2 e 9.3	Excluídos por ter optado pela redação do item 9.1
Minuta de Contrato	Itens 2.1 a 2.1.3	Excluídos por ter optado pela redação dos Itens 2.2 a 2.2.8
Minuta de Contrato	Itens 4.2 a 4.2.6	Excluídos por ter optado pela redação do Item 4.1
Minuta de Contrato	Item 5.2	Excluído por ter optado pela redação do item 5.1
Minuta de Contrato	Item 5.4	Excluído por não se aplicar ao caso
Minuta de Contrato	Itens 7.1 a 7.8	Excluídos por ter optado pela redação dos itens 7.9 a 7.29
Minuta de Contrato	Item 8.1.12	Excluído por não se aplicar ao caso
Minuta de Contrato	Item 9.1.24.1	Excluído por não se aplicar ao caso
Minuta de Contrato	Itens 10.2 a 10.10	Excluídos por ter optado pela redação do Item 10.1
Minuta de Contrato	Itens 11.2 a 11.17	Excluídos por ter optado pela redação do Item 11.1
Minuta de Edital	Itens 1.2, 1.4 e 1.5	Excluídos por ter optado pela redação do Item 1.3
Minuta de Edital	Item 2.2	Excluído por não se aplicar ao caso, vez que não se trata de registro de preços
Minuta de Edital	Itens 3.5.1 e 3.5.1.1	Excluídos por ter optado pela redação dos itens 3.5.2
Minuta de Edital	Item 3.4	Excluído agricultor familiar e produtor rural, pessoa física
Minuta de Edital	Item 3.5.3	Excluído por não se aplicar ao caso
Minuta de Edital	Item 3.6.2	Excluído por não se tratar de projeto básico ou executivo
Minuta de Edital	Item 3.6.3	Excluído por não se tratar de projeto básico ou executivo
Minuta de Edital	Item 3.9	Excluído por não se aplicar ao caso

LISTA DE ALTERAÇÕES DO TEXTO PADRONIZADO		
(destacadas em negrito e sublinhadas)		
Minuta alterada (conforme versão especificada na declaração)	Disposição(ões) do texto padronizado alterada(s)	Justificativa da alteração
Minuta de Edital	Item 3.10	Excluído por ter optado pela redação do Item 3.11
Minuta de Edital	Item 3.12	Excluído por ter optado pela redação do Item 3.13
Minuta de Edital	Item 3.14	Excluído por não se aplicar ao caso
Minuta de Edital	Item 5.2.1	Excluído por não se aplicar ao caso
Minuta de Edital	Item 5.9.1	Excluído por não se aplicar ao caso
Minuta de Edital	Itens 6.12 a 6.13.6	Excluídos por ter optado pela redação dos itens 6.11
Minuta de Edital	Itens 6.22.1 a 6.22.2.2	Excluídos por não se aplicarem ao caso
Minuta de Edital	Itens 7.9 a 7.10.13	Excluídos por ter optado pela redação do item 7.8 a 7.8.1.2
Minuta de Edital	Item 7.12.1	Excluído por não se aplicar ao caso
Minuta de Edital	Itens 7.15 a 7.16.3.1	Excluídos por não se aplicarem ao caso
Minuta de Edital	Item 8.1.2	Excluído por ter optado pela redação dos itens 8.1.3
Minuta de Edital	Itens 9.2 a 9.6	Excluídos por ter optado pela redação do Item 9.1
Minuta de Edital	Itens 10.2 a 10.5	Excluídos por ter optado pela redação do Item 10.1
Minuta de Edital	Itens 12.1.5.4 e 12.1.5.5	Excluídos por não se aplicarem ao caso
Minuta de Edital	Item 12.1.10.3	Excluído por não se aplicar ao caso
Minuta de Edital	Itens 12.21 a 12.21.3	Excluídos por não se aplicarem ao caso
Minuta de Edital	Item 14.2.1.5.3	Excluído por não se aplicar ao caso
Minuta de Edital	Itens 14.2.3 a 14.2.3.3.7	Excluídos por não se aplicarem ao caso

Bauru, 10 de fevereiro de 2026,



CAROLINE HEIRAS LIMA GOMES DE SÁ  
CPF nº 310.977.178-01  
INVESTIGADORA DE POLÍCIA



# PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

## CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

**PROCESSO:** 058.00121204/2024-67

**INTERESSADO:** DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE BAURU

**PARECER:** CJ/SSP n.º 75/2025

**EMENTA:** **LICITAÇÃO. Modalidade: pregão eletrônico. Objeto: contratação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e emergencial de gerador instalado na Central de Polícia Judiciária de Bauru, com fornecimento de peças. Exame da instrução dos autos, bem como da minuta de edital e anexos, à luz da Lei Federal nº 14.133/2021 e regulamentos específicos do Estado de São Paulo. Observações e recomendações. Viabilidade jurídica, desde que atendidas integralmente as orientações do opinativo.**

1. Cuida-se de procedimento preparatório instaurado pela Delegacia Seccional de Bauru, com vistas à deflagração de licitação, na modalidade pregão eletrônico, tendo por objeto a contratação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e emergencial de gerador instalado na Central de Polícia Judiciária de Bauru, com fornecimento de peças.

2. Da instrução dos autos, destacam-se os seguintes elementos:

- a) Ficha de integração SIAFEM (id. 0045364874);
- b) Documento de formalização de demanda – DFD (id. 0046340082);
- c) Despacho (id. 0048144135);
- d) Estudo Técnico Preliminar nº 69/2024 (id. 0048148699);
- e) Matriz de Gerenciamento de Riscos (id. 0048148896);
- f) Relatório resumido de pesquisa de preço (id. 0048149121);
- g) Relatório detalhado de pesquisa de preço (id. 0048149383);
- h) Termo de Referência nº 63/2024 e anexos (id. 0048653785);



# PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

## CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

- i) Planilha orçamentária (id. 0048653964);
- j) Planilha de proposta (id. 0048654028);
- k) Informação sobre ata de registro de preços (id. 0048654178);
- l) Formulário de solicitação de recursos (id. 0048654283);
- m) Despacho autorizador do Senhor Delegado Seccional de Polícia (id. 0048654365);
- n) Declaração de utilização de minutas padronizadas (id. 0048656188);
- o) Minuta de edital de pregão eletrônico e anexos (id. 0048656264);
- p) Minuta de contrato (id. 0048656347).
- q) SEI 058.00008413/2025-05: Nota fiscal 9684 (23/12/2024) – gerador (id. 0053463689); Despacho (id. 0053474398).

3. Assim instruídos, retornam os autos a esta Consultoria Jurídica para análise e parecer, nos termos do artigo 53 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**É o relatório do essencial, passa-se a opinar.**

### I – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

4. Preliminarmente, saliento que a manifestação desta Consultoria Jurídica é pontual e cinge-se ao exame da viabilidade jurídica da deflagração do certame nos termos propostos pela origem sob o **enfoque jurídico**<sup>1</sup>, não sendo sua atribuição analisar a conveniência e oportunidade da contratação ou verificar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa. Dessa forma, a verificação das especificações do objeto e suas características, das necessidades da Administração ou mesmo de critérios de conveniência e oportunidade fogem à competência deste órgão. Ressalta-se, ainda, que a presente manifestação tem caráter meramente opinativo, não traduzindo um ato administrativo de cunho decisório.

5. Registra-se, ademais, ainda há aspectos da Lei Federal nº 14.133/2021 (a Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC) não regulamentados no Estado

<sup>1</sup> À luz do artigo 132 da Constituição Federal de 1988, artigo 98 da Constituição Estadual e artigo 45 da Lei Complementar nº 1270/2015.



# PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

## CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

de São Paulo, valendo sugerir que a origem **acompanhe atentamente a edição de novos decretos** tratando da matéria, merecendo destaque o campo legislação do Portal de Compras do Estado (que contém tabela com os atos já editados e em elaboração)<sup>2</sup>. Caso sobrevenha alguma regulamentação alterando as premissas do presente opinativo, recomenda-se que a unidade submeta eventuais dúvidas à análise desta Consultoria Jurídica.

## II – ANÁLISE FORMAL DO EXPEDIENTE

### II.1 - MODALIDADE LICITATÓRIA, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA

6. O pregão, como modalidade licitatória, deverá ser utilizado para a *“aquisição de bens e serviços comuns”*, assim definidos como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do artigo 6º, incisos XIII<sup>3</sup> e XLI<sup>4</sup>, e artigo 29<sup>5</sup>, ambos da NLLC.

7. Segundo Marçal Justen Filho<sup>6</sup>, na *“sua dimensão mais evidente, o objeto comum é aquele disponível no mercado, que não apresenta variações significativas de qualidade. Mais precisamente, o objeto comum destina-se a atender necessidades comuns da Administração, de modo que pequenas variações de qualidade se tornam irrelevantes”*.

8. No caso em análise, o **item 1.2** do Termo de Referência (id. **0048653785**) informa que o objeto da contratação é caracterizado como serviço comum, o que foi justificado no despacho da autoridade (id. **0048654365**), tornando viável a utilização

<sup>2</sup> Disponível em < <https://compras.sp.gov.br/legislacao/> >.

<sup>3</sup> “Art. 6º. [...] XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado”.

<sup>4</sup> “Art. 6º. [...] XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto”.

<sup>5</sup> “Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado”.

<sup>6</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas**. 2ª ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2023, p. 29.



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

da modalidade pregão em sua forma eletrônica, em atenção ao disposto no §2º do artigo 17 da Lei Federal nº 14.133/2021<sup>7</sup>, tal como proposto pela origem.

9. Ainda de acordo com o artigo 6º, XLI, da Lei Federal nº 14.133/2021, a licitação para aquisição de bens e serviços comuns por meio do pregão poderá ter como critério de julgamento “o de menor preço ou o de maior desconto”. No caso concreto, a capa da minuta de edital elaborada pela origem indica que foi escolhido o critério de julgamento do **menor preço** e o modo de disputa **aberto** (id. 0048656264).

10. É recomendável que a autoridade competente se manifeste expressamente sobre o **critério de julgamento** e o **modo de disputa** da licitação ora proposta, justificando sua escolha de modo a se certificar quanto à adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajosa para a Administração Pública (artigo 18, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021<sup>8</sup>).

### **II.2 – ENQUADRAMENTO DO OBJETO COMO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

11. O artigo 6º da Lei Federal nº 14.133/2021 contempla importantes conceitos quando o objeto do contrato administrativo envolve a prestação de serviços, veja-se:

“Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XV - serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;

<sup>7</sup>“Art. 17. (...) § 2º As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo”.

<sup>8</sup>“Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos: (...) VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto”.





## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

XVI - serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra: aqueles cujo modelo de execução contratual exige, entre outros requisitos, que:

- a) os empregados do contratado fiquem à disposição nas dependências do contratante para a prestação dos serviços;
- b) o contratado não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos;
- c) o contratado possibilite a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos;

XVII - serviços não contínuos ou contratados por escopo: aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto; (...)."

**12.** A distinção entre essas categorias de serviços não é apenas conceitual, havendo regras próprias para cada uma delas que se referem ao procedimento licitatório e à execução do ajuste, o que reflete na necessidade de disposições específicas no termo de referência, edital e contrato. Especificamente nos casos de serviços contínuos, é necessário que a Administração defina nos autos se (i) há dedicação exclusiva de mão de obra; ou (ii) na ausência de dedicação exclusiva, (ii.1) se há predominância de mão de obra, ou (ii.2) se não há predominância.

**13.** Haverá diferenças do regime jurídico aplicável a depender da configuração de uma dessas três hipóteses, tais como a disciplina da fiscalização do cumprimento de obrigações contratuais e a incidência de reajuste ou de repactuação de preços, para fins de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma do artigo 92, §4º, da NLLC<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> "Art. 92 (...) § 4º Nos contratos de serviços contínuos, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o critério de reajustamento de preços será por: I - reajustamento em sentido estrito, quando não houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante previsão de índices específicos ou setoriais; II - repactuação, quando houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante demonstração analítica da variação dos custos."





## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

### CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

14. Ainda sobre os serviços de natureza continuada, lembro que a disciplina do prazo de vigência desses contratos está prevista no artigo 106 da NLLC, de modo que a Administração pode celebrar esses contratos com prazo de **até 5 (cinco) anos**, desde que a autoridade competente ateste a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual (inciso I). A teor do disposto no artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, é possível que os contratos de serviços e fornecimentos contínuos sejam prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima de 10 (dez) anos, desde que (i) haja previsão em edital e (ii) a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

15. Dessa forma, é recomendável que os procedimentos administrativos destinados à contratação de serviços sejam instruídos com manifestação do setor competente da unidade, examinando o objeto da licitação e concluindo sobre a categoria em que se enquadra, o que merece ser providenciado no caso concreto. Lembro que o modelo de Termo de Referência e da minuta de contrato que deverão ser utilizados pela origem depende desse enquadramento, como se verifica dos documentos disponibilizados nos sítios eletrônicos oficiais do Estado.

### ***II.3 – DEMAIS OBSERVAÇÕES PRELIMINARES***

#### **II.3.1 – Competência para autorizar a licitação**

16. Quanto à autoridade competente para autorizar a deflagração do certame, enquanto não editado decreto regulamentar explicitando as competências para o exercício das atividades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, o entendimento consignado no despacho<sup>10</sup> da Senhora Subprocuradora Geral da Consultoria

<sup>10</sup> “(...) 5. Aprovo as conclusões do d. Parecer CJ/SAP nº 24/2024 enumeradas no item 2 deste despacho, com os acréscimos e ressalvas a seguir especificados. 6. O caso em tela trata de recepção tácita de regras estabelecidas em decretos estaduais concernentes à competência para atuação em procedimentos licitatórios e de contratações administrativas. 7. Cumpre registrar que é usual a recepção (expressa ou tácita) de normas de hierarquia inferior por ocasião da edição de nova legislação, caracterizada pela permanência em vigor das normas anteriores que sejam compatíveis com o ato normativo superveniente de hierarquia superior, o que decorre da própria natureza contínua do ordenamento jurídico. Ademais, há regra expressa de recepção nas hipóteses tratadas pelo artigo 189 da Lei federal nº 14.133/2021. 8. No que tange aos decretos de organização da Secretaria mencionados na instrução, é relevante salientar, ainda, que o Decreto nº 57.688/2011 também



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Geral que examinou o Parecer CJ/SAP nº 24/2024<sup>11</sup> é o de que, devido à recepção de normas, deverão ser observadas as regras dos decretos que tratam da organização administrativa concernentes à competência para os atos relativos a licitações e contratos vigentes sob a égide da Lei Federal nº 8.666/1993 e da Lei Federal nº 10.520/2001.

17. No caso do pregão, a competência para autorizar a deflagração do certame foi definida de acordo com o valor estimado da contratação, nos termos do artigo 3º do Decreto Estadual nº 47.297/2002<sup>12</sup>, cabendo ao dirigente da unidade de despesa autorizar a licitação quando o montante previsto for inferior a R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais). Ultrapassado este valor, a competência se desloca para as autoridades elencadas no caput do mesmo artigo e para os dirigentes de unidades orçamentárias, segundo a organização que, no âmbito da Secretaria de Segurança Pública, estabelecem os Decretos Estaduais nº 39.948/1995 e nº 57.947/2012, com suas sucessivas alterações.

18. Assim, considerando que a planilha de **id. 0048653964** indica que o valor estimado para o certame é **inferior** a R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), bem como que o **Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior – Deinter 4 - Bauru** constitui Unidade de Despesa, nos termos do **artigo 3º, inciso V**, do Decreto Estadual nº 57.947/2012 (com redação dada pelo Decreto Estadual nº 64.414/2019), tem o **Senhor Delegado Seccional de Polícia** competência para autorizar a deflagração do certame, tal como feito no despacho autorizador que consta dos autos (**id. 0048654365**).

### II.3.2 - Designação dos agentes públicos

19. Os artigos 7º e 8º da Lei Federal nº 14.133/2021 disciplinam a designação dos agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução da citada lei, introduzindo as figuras do agente de contratação e da comissão de contratação,

---

estabelece regras de competência remissivas ao artigo 3º do Decreto nº 47.297/2002 (alínea “b” do inciso III do artigo 26 e alínea “b” do inciso II do artigo 28), concernentes a licitações na modalidade pregão (...). ”

<sup>11</sup> De autoria do i. Procurador do Estado Rodrigo Augusto de Carvalho Campos.

<sup>12</sup> Quanto ao tema, assim constou das Orientações Consolidadas da Subprocuradoria Geral da PGE: “Sem prejuízo de eventual tratamento específico no caso concreto, previsto em outras normas, em princípio, podem ser consideradas recepcionadas as regras de competência para autorizar licitação na modalidade pregão, previstas no Decreto nº 47.297/2002, diante do artigo 189 da NLLC”. Cf. PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Orientações Consolidadas SUB-CONS PGE/SP. Aplicação da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. v. 1 - 2.1.2025.** pág. 07.



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

mantida a denominação do pregoeiro para o agente responsável pela condução do pregão (§5º do artigo 8º). O artigo 9º estabelece as vedações ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos.

20. No âmbito do Estado de São Paulo, o Decreto Estadual nº 68.220/2023 regulamentou o § 3º do artigo 8º da Lei Federal nº 14.133/2021, disciplinando a atuação do agente de contratação, da equipe de apoio, da comissão de contratação, dos gestores e dos fiscais de contratos, no âmbito da Administração Pública direta e autárquica do Estado de São Paulo. O artigo 3º do decreto cuida da designação desses agentes, enquanto o artigo 4º prevê a aplicação do **princípio da segregação das funções**<sup>13</sup>, vedando que o mesmo agente público seja designado para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na contratação.

21. No presente, consta do despacho autorizador a designação do pregoeiro e demais agentes públicos (**id. 0048654365**), cabendo registrar que a autoridade atestou que tais agentes cumprem fielmente os requisitos do artigo 3º do Decreto Estadual nº 68.220/2023, não incorrendo nas vedações dos artigos 4º e 5º do mesmo decreto, bem como nas do artigo 9º da Lei Federal nº 14.133/2021.

### II.3.3 – Documento de formalização de demanda – DFD

22. O artigo 12, inciso VII, da NLLC dispõe que “*a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias*”. De acordo com o disposto no artigo 2º, inciso IV, do Decreto Estadual nº 67.689/2023, o documento de formalização de demanda -

<sup>13</sup> A Lei Federal nº 14.133/2021 elencou, em seu artigo 5º, o rol de princípios que norteiam sua aplicação, dentre os quais foi incluído expressamente o princípio da segregação de funções. Já o §1º do artigo 7º do mesmo diploma legal é claro ao estabelecer que a autoridade competente “(...) deverá observar o princípio da segregação de funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação”.



# PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

## CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DFD é “documento que fundamenta o plano de contratações anual, por meio do qual a área requisitante evidencia e detalha a necessidade de contratação”.

23. Nesse contexto, o DFD revela-se como artefato de extrema importância para a licitação, constituindo o ato inicial que deflagrará todo o procedimento administrativo de contratação.

24. O artigo 7º do Decreto Estadual nº 67.689/2023<sup>14</sup> prevê as informações mínimas que devem constar do documento de formalização de demanda, no caso concreto foi juntado o DFD de id. 0046340082.

### II.4 – FASE PREPARATÓRIA

25. A Lei Federal nº 14.133/2021, estabeleceu que a **fase preparatória**, nos termos do artigo 18, é caracterizada pelo planejamento, devendo compatibilizar-se com o plano de contratações anual, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que possam interferir na contratação, compreendidos os elementos que seguem abaixo:

“Art. 18 (...)

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

<sup>14</sup> “Artigo 7º - Para elaboração do plano de contratações anual, o requisitante preencherá o documento de formalização de demanda no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações - PGC com as seguintes informações: I - justificativa da necessidade da contratação; II - descrição sucinta do objeto; III - quantidade a ser contratada, quando couber, considerada a expectativa de consumo anual; IV - estimativa preliminar do valor da contratação, por meio de procedimento simplificado; V - indicação da data pretendida para a conclusão da contratação, a fim de não gerar prejuízos ou descontinuidade das atividades do órgão ou da entidade; VI - grau de prioridade da compra ou da contratação em baixo, médio ou alto, de acordo com a metodologia estabelecida pelo órgão ou pela entidade contratante; VII - indicação de vinculação ou dependência com o objeto de outro documento de formalização de demanda para a sua execução, com vistas a determinar a sequência em que as contratações serão realizadas; VIII - nome da área requisitante ou técnica com a identificação do responsável”.



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

- III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;
- IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;
- V - a elaboração do edital de licitação;
- VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;
- VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;
- VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
- IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;
- X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;
- XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.”.

**26.** Nesse passo, cumpre analisar alguns dos elementos citados, necessários à deflagração do certame ora proposto.

### **II.4.1 - Estudo Técnico Preliminar (art. 18, I, da Lei Federal nº 14.133/2021)**





## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

27. O Estudo Técnico Preliminar – ETP é elemento típico da etapa de planejamento da contratação, destinando-se a caracterizar o interesse público envolvido e a melhor solução para satisfazê-lo, oferecendo os subsídios ao termo de referência. É o documento que evidencia o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação.

28. No âmbito do Estado de São Paulo, o ETP foi regulamentado pelo Decreto Estadual nº 68.017/2023 que o define como “documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a melhor solução para satisfazê-lo e oferece subsídios ao anteprojeto, ao termo de referência ou a projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação” (artigo 2º, inciso I).

29. O decreto em questão também detalha os procedimentos a serem adotados pelo órgão ou entidade licitante, especialmente a utilização do Sistema ETP Digital, disponível no Portal de Compras do Governo Federal. É recomendável que conste dos autos a menção à utilização sistema mencionado, nos termos do § 2º do artigo 1º do Decreto Estadual nº 68.017/2023.

30. O artigo 3º do Decreto Estadual nº 68.017/2023<sup>15</sup> prevê determinados requisitos para a elaboração e o conteúdo do ETP, enquanto o artigo 4º estabelece circunstâncias que devem ser consideradas na elaboração do referido documento.

<sup>15</sup> “Artigo 3º - O ETP deverá: I - evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução, de modo a permitir a avaliação das viabilidades técnica, socioeconômica e ambiental da contratação; II - estar alinhado com o Plano de Contratações Anual, com o Plano de Logística Sustentável e com os demais instrumentos de planejamento da Administração; III - ser elaborado conjuntamente por servidores da área técnica e requisitante ou, quando houver, pela equipe de planejamento da contratação, observado o § 1º do artigo 2º deste decreto. Artigo 4º - A elaboração do ETP deverá considerar: I - a possibilidade de utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução, conservação e operação do bem, serviço ou obra, desde que não haja prejuízo à competitividade do processo licitatório e à eficiência do respectivo contrato, nos termos do § 2º do artigo 25 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; II - a necessidade de ser exigido, em edital ou em aviso de contratação direta, que os serviços de manutenção e assistência técnica sejam prestados mediante deslocamento de técnico ou disponibilizados em unidade de prestação de serviços localizada em distância compatível com suas necessidades, conforme dispõe o § 4º do artigo 40 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; III - as contratações anteriores voltadas ao atendimento de necessidade idêntica ou semelhante à atual, como forma de melhorar a performance contratual, em especial nas contratações de execução continuada ou de fornecimento contínuo de bens e serviços, com base, inclusive, no relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do artigo 174 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; IV - os ETPs de outros órgãos e entidades, disponíveis na base de dados do Sistema ETP Digital, voltados ao atendimento de necessidade idêntica ou semelhante”.



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

### CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

É recomendável que o(s) setor(es) responsável(is) pela confecção do documento ateste(m) nos autos o atendimento desses dois dispositivos.

31. Vale recordar que diversos aspectos técnicos envolvendo a caracterização do objeto, ou mesmo escolhas referentes ao procedimento licitatório, devem ser **justificados**<sup>16</sup> no ETP, tais como, quando for o caso: o enquadramento dos bens como “comuns”, para fins de utilização do pregão; a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual, se o caso; a indicação de marca ou modelo (ou eventual vedação de marca ou produto); a exigência de amostra ou prova de conceito; a escolha sobre a exigência de garantia da contratação; os requisitos de qualificação técnica e/ou econômico-financeira; dentre outros.

32. Vê-se, portanto, que o ETP subsidia todo o processo decisório da contratação, devendo ser elaborado com cuidado pela Administração, observando o §8º do artigo 5º Decreto Estadual nº 68.017/2023<sup>17</sup>, para consecução dos objetivos do certame, nos termos do artigo 11 da Lei Federal nº 14.133/2021.

33. O artigo 18, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021 apresenta o rol de elementos que devem constituir o ETP, o que também foi reproduzido, em linhas gerais, nos incisos do artigo 5º do Decreto Estadual nº 68.017/2023. Segundo o §1º do dispositivo do citado decreto, o documento deverá conter, **no mínimo**, os elementos dos incisos I, V, VI, VII e XIII do “caput” do mesmo artigo. São eles: descrição da necessidade da contratação (**inciso I**); estimativa das quantidades a serem contratadas (**inciso V**); estimativa do valor da contratação (**inciso VI**); justificativas para o parcelamento ou não da solução (**inciso VII**); e manifestação conclusiva sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (**inciso XIII**).

<sup>16</sup> Note-se que o próprio modelo de Termo de Referência disponibilizado no Portal de Compras do Estado contempla previsões em que se mencionam justificativas constantes do Estudo Técnico Preliminar, revelando a importância de que essas escolhas sejam devidamente motivadas neste último documento.

<sup>17</sup> Assim dispõe o §8º do artigo 5º Decreto Estadual nº 68.017/2023: “Em todos os casos, o estudo técnico preliminar deve privilegiar a consecução dos objetivos de uma contratação, nos termos do artigo 11 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em detrimento de modelagem de contratação centrada em exigências meramente formais”.



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

34. Por sua vez, também de acordo com o mesmo §1º, os demais elementos previstos nos incisos do “caput”, caso não sejam contemplados no ETP, deverão ser justificados pela Administração, a saber: descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução (**inciso II**); levantamento de mercado, consistente na análise das alternativas possíveis, e justificativas técnica e econômica da escolha da solução a contratar (**inciso III**); descrição da solução como um todo (**inciso IV**); contratações correlatas e/ou interdependentes (**inciso VIII**); demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual (**inciso IX**); demonstrativo dos resultados pretendidos (**inciso X**); providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (**inciso XI**); descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (**inciso XII**).

35. Cumpre anotar que a descrição da **necessidade da contratação** (artigo 5º, inciso I, do Decreto Estadual nº 68.017/2023) é a primeira questão a ser enfrentada em um estudo técnico preliminar, justamente para permitir reflexão sobre os motivos pelos quais determinada contratação foi solicitada, e a necessidade final a ser atendida, que pode inclusive ser distinta a depender da finalidade do órgão ou entidade, ainda que o objeto indicado pelo setor requisitante seja similar ao de contratação anterior.

36. Ressalta-se que esse tipo de justificativa deve ser suficiente para demonstrar a indispensabilidade da contratação que se pretende realizar, sendo vedadas justificativas genéricas, incapazes de demonstrar de forma cabal a necessidade da Administração. É certo, entretanto, que não cabe ao órgão jurídico adentrar ao mérito das razões do gestor público, que envolve os juízos de conveniência e oportunidade, principalmente nesse contexto em que prevalece a tecnicidade do assunto.

37. O **levantamento de mercado** consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativas técnica e econômica da escolha da solução a contratar. O inciso III do artigo 5º do Decreto Estadual nº 68.017/2023<sup>18</sup> elenca um rol exemplificativo

<sup>18</sup> “**Artigo 5º** - Com base no Plano de Contratações Anual, deverão ser registrados no Sistema ETP Digital os seguintes elementos: (...) III - levantamento de mercado, consistente na análise das alternativas possíveis, e justificativas técnica e econômica da escolha da solução a contratar, podendo, entre outras opções: a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como por organizações privadas, no contexto nacional ou internacional, com objetivo de identificar a existência de novas





## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

de medidas que podem ser adotadas por ocasião do estudo para a escolha da solução pelos responsáveis por sua elaboração. Salienta-se que, nessa etapa de levantamento, o órgão deverá, primeiramente, prover a análise técnica das soluções identificadas, promovendo a análise econômica apenas daquelas que, qualitativamente, forem viáveis, como forma de minimização de custo processual. Se, após o levantamento de mercado, a quantidade de fornecedores for considerada restrita, deverá ser certificada a imprescindibilidade dos requisitos impostos para a contratação, excluindo ou flexibilizando os que não forem justificados (§§ 2º e 3º do artigo 5º).

**38.** O ETP deve definir o objeto e estimar, de forma clara e precisa, o quantitativo demandado para o atendimento da necessidade administrativa por meio da solução escolhida. De acordo com o inciso V do artigo 5º do decreto, a **estimativa das quantidades** deve estar acompanhada *“das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala”*.

**39.** Nessa linha, deve-se evitar estimativas genéricas, sem respaldo em elementos técnicos que demonstrem a exata correlação entre a quantidade estimada e a demanda. Convém reforçar que a metodologia utilizada para o cálculo dos quantitativos deve ser exposta de maneira clara no ETP, juntando-se as memórias de cálculo e todos os documentos que lhes respaldam (como, por exemplo, faturas ou o histórico de consumo de contratações anteriores, dados sobre a demanda interna, gráficos etc.). A unidade também deve se atentar para eventual fato futuro apto a impactar o quantitativo demandado. Esses elementos são indispensáveis para se afastar eventuais alegações de falhas na etapa de planejamento da contratação.

---

metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração; b) ser realizada audiência e/ou consulta pública, preferencialmente na forma eletrônica, para coleta de contribuições; c) em caso de possibilidade de compra, locação de bens ou outros instrumentos jurídicos para utilização de bens, ser avaliados os custos e os benefícios de cada opção para escolha da alternativa mais vantajosa, prospectando-se arranjos inovadores em sede de economia circular; e d) ser consideradas outras opções logísticas menos onerosas à Administração, tais como chamamentos públicos de doação e permutas”.



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

40. Também é elemento obrigatório do ETP a **estimativa do valor da contratação**<sup>19</sup>, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (artigo 5º, inciso VI).

41. Outro aspecto que deve ser levado em conta na etapa de planejamento da licitação é o **parcelamento ou não da solução**, cujas justificativas devem constar do ETP (artigo 5º, inciso VII). Especificamente para as contratações de **serviços**, o artigo 47 da Lei Federal nº 14.133/2021 prevê que as licitações devem atender ao princípio do parcelamento<sup>20</sup>, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso (inciso II do “caput”). O §1º do mesmo dispositivo estabelece que, na aplicação do princípio do parcelamento, deverão ser considerados: (i) a responsabilidade técnica; (ii) o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens; e (iii) o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado. De toda sorte, a decisão acerca do parcelamento envolve análise de questões técnicas e gerenciais específicas, a ser pormenorizada pela unidade contratante, mediante justificativa que observe os elementos legalmente definidos.

42. Ainda como elemento obrigatório do ETP, cabe à Autoridade apresentar **manifestação conclusiva** sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (artigo 5º, inciso XIII).

<sup>19</sup> A respeito do assunto, cita-se o Enunciado nº 10 do Fórum Nacional das Consultorias Jurídica das Procuradorias-gerais dos Estados e do Distrito Federal – FONACON: “A estimativa do valor da contratação, exigida quando da elaboração do Estudo Técnico Preliminar, poderá ser feita se forma sumária, com documentos de pronta consulta e imediatamente disponíveis não necessitando seguir o rigor do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021”.

<sup>20</sup> De acordo com Marçal Justen Filho, o “parcelamento pode ampliar a competitividade e o universo de possíveis interessados. Assim se passa porque o parcelamento produz uma pluralidade de licitações, cada qual versando sobre quantitativo mais reduzido de objetos e valor econômico inferior. Isso aumenta o número de sujeitos em condições de disputar a contratação, inclusive pela redução dos requisitos de habilitação (que serão proporcionados à dimensão dos lotes). Trata-se não apenas de realizar o princípio da isonomia, mas da própria eficiência. A competição pode resultar na redução de preços e se supõe que a Administração desembolsará menos, em montantes globais, através da realização de uma multiplicidade de contratos de valor inferior do que pela pactuação de contratação única. Mas a efetiva adoção do parcelamento depende da presença de requisitos de ordem técnica e econômica”. **Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas**. 2ª ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2023. p. 551.



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

### CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

43. O “caput” do artigo 18 da Lei Federal 14.133/2021 prevê que a fase preparatória da licitação deve compatibilizar-se com o plano de contratação anual (PCA), sempre que elaborado. Por esse motivo, o inciso II do artigo 3º do Decreto Estadual nº 68.017/2023 determina que o ETP deverá estar alinhado não somente com o PCA, como também como o Plano de Logística Sustentável e com os demais instrumentos de planejamento da Administração instituídos. Frise-se que, no âmbito do Estado de São Paulo, o plano de contratações anual encontra-se regulamentado pelo Decreto Estadual nº 67.689/2023.

44. No caso concreto, a unidade elaborou **Estudo Técnico Preliminar 43/2024 (id. 0048148699)**, que no geral observou o Decreto estadual nº 68.017/2023.

45. Segundo o Decreto Estadual nº 68.017/2023, o ETP deve ser elaborado **conjuntamente** por servidores da área técnica e requisitante ou, quando houver, pela equipe de planejamento da contratação, admitindo-se a possibilidade de as funções de requisitante e de área técnica serem desempenhadas pelo mesmo agente público ou unidade, desde que, no exercício dessas atribuições, detenha conhecimento técnico-operacional sobre o objeto demandado (§1º do artigo 2º c/c inciso III do artigo 3º). Dessa forma, recomenda-se à autoridade competente se certificar de que o ETP constante dos autos foi preparado em conformidade com essa diretriz, lembrando que o artigo 2º<sup>21</sup>, incisos V, VI e VII, contempla as definições de requisitante, área técnica e equipe de planejamento da contratação, para fins do aludido decreto.

46. Recordo, outrossim, que o ETP constitui documento de ordem eminentemente técnica, não cabendo a este órgão jurídico aprofundar a análise de seu conteúdo, cabendo recomendar que o setor técnico revise o seu teor de maneira cuidadosa,

<sup>21</sup> “Artigo 2º. (...) V - requisitante: agente ou unidade responsável por identificar a necessidade de contratação de bens, serviços e obras e requerê-la; VI - área técnica: agente ou unidade com conhecimento técnico-operacional sobre o objeto demandado, responsável por analisar o documento de formalização de demanda, e promover a agregação de valor e a compilação de necessidades de mesma natureza; VII - equipe de planejamento da contratação: conjunto de agentes que reúnem as competências necessárias à completa execução das etapas de planejamento da contratação, o que inclui conhecimentos sobre aspectos técnicos-operacionais e de uso do objeto, licitações e contratos, dentre outros”.



# PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

## CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

certificando-se de que está em conformidade com os parâmetros exigidos pela legislação, conforme delineado acima.

### II.4.2 - Mapa de riscos (art. 18, X, da Lei Federal nº 14.133/2021)

47. A análise de riscos<sup>22</sup> consiste na identificação dos riscos que a contratação pretendida pode gerar ao interesse público, para a definição de seus métodos de gerenciamento, ações preventivas e de contingência. A Administração tem o dever de avaliar os riscos pertinentes à licitação e à execução contratual. Essa análise refletirá nas decisões a serem tomadas no procedimento do certame, inclusive no que concerne à definição de regras contratuais específicas<sup>23</sup>.

48. O gerenciamento de risco se materializa por meio de um “mapa de riscos”, o que é diferente da “matriz de riscos” a que alude o artigo 6º, inciso XVII, da Lei Federal nº 14.133/2021<sup>24</sup> (cláusula contratual definidora de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do ajuste).

<sup>22</sup> De acordo com a publicação Instrumentos de Padronização dos Procedimentos de Contratação da AGU: “[o] gerenciamento de riscos, então, trata-se de importante etapa do Planejamento da Contratação em que cabe à equipe responsável pela sua realização: • identificar os principais riscos que possam comprometer a efetividade da contratação ou que impeçam o alcance dos resultados que atendam às necessidades do órgão; • avaliar os riscos que foram identificados e mensurar a probabilidade de sua ocorrência e o seu possível impacto; • conferir tratamento aos riscos por meio da definição de ações para reduzir a probabilidade de ocorrência dos eventos e consequência (“ações preventivas”), ou então, para os riscos que persistirem, definir as “ações de contingência” para o caso de os eventos correspondentes aos riscos se concretizarem; • definir os responsáveis pelas ações de tratamento e monitoramento dos riscos, sendo relevante a indicação do setor que, de fato, tenha atribuição para tratar de forma eficiente os eventos mapeados”. **Instrumento de padronização dos procedimentos de contratação** – Brasília: Advocacia-Geral da União: Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, 2023. p. 32/33.

<sup>23</sup> De acordo com a publicação da AGU: “[o] gerenciamento de riscos é importante etapa do processo de contratação de soluções de TIC, em que cabe à equipe responsável pela sua realização: • Identificar os principais riscos que possam comprometer a efetividade da contratação ou que impeçam o alcance dos resultados que atendam às necessidades do órgão; • Avaliar os riscos que foram identificados e mensurar a probabilidade de sua ocorrência e o seu possível impacto; • Conferir tratamento aos riscos por meio da definição de ações para reduzir a probabilidade de ocorrência dos eventos e consequências (“ações preventivas”), ou então, para os riscos que persistirem, definir as “ações de contingência” para o caso de os eventos correspondentes aos riscos se concretizarem; • definir os responsáveis pelas ações de tratamento e monitoramento dos riscos, sendo relevante a indicação do setor que, de fato, tenha atribuição para tratar de forma eficiente os eventos mapeados”. **Instrumento de padronização dos procedimentos de contratação de soluções de tecnologia da informação e comunicação – TIC: fase de planejamento da contratação** – Brasília: Advocacia-Geral da União: Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, 2024. p. 58/59.

<sup>24</sup> “Art. 6º. (...) XXVII - matriz de riscos: cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, contendo, no mínimo, as seguintes informações: a) listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato que possam causar impacto em seu equilíbrio econômico-financeiro e previsão de eventual necessidade de prolação de termo aditivo por ocasião de sua ocorrência; b) no caso de obrigações de resultado, estabelecimento das frações do objeto com relação



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

### CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

49. Nessa linha, consta dos autos documento intitulado como “Matriz de gerenciamento de riscos” (id. 0048148896), valendo salientar que o exame da adequação do referido documento não se insere na competência deste órgão jurídico, uma vez que possui caráter eminentemente técnico.

#### II.4.3 - Termo de Referência (art. 18, II, da Lei Federal nº 14.133/2021)

50. Com relação ao Termo de Referência – TR, trata-se de documento voltado à caracterização do objeto contratual, salientando-se que o artigo 6º, inciso XXIII<sup>25</sup>, da Lei Federal nº 14.133/2021 descreve o conteúdo mínimo necessário.

51. O Decreto Estadual nº 68.185/2023 disciplina a elaboração do TR no âmbito estadual, destacando-se a necessidade de utilização do Sistema TR Digital, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 1º do referido decreto, o que se sugere seja objeto de menção nos autos.

52. Frise-se que deverão ser registrados no Sistema TR Digital os parâmetros e elementos descritivos constantes do artigo 6º do Decreto Estadual nº 68.185/2023, devendo ser utilizados os modelos de TR instituídos pela Secretaria de Gestão

---

às quais haverá liberdade para os contratados inovarem em soluções metodológicas ou tecnológicas, em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto ou no projeto básico; c) no caso de obrigações de meio, estabelecimento preciso das frações do objeto com relação às quais não haverá liberdade para os contratados inovarem em soluções metodológicas ou tecnológicas, devendo haver obrigação de aderência entre a execução e a solução predefinida no anteprojeto ou no projeto básico, consideradas as características do regime de execução no caso de obras e serviços de engenharia”.

<sup>25</sup> “Art. 6º (...) XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos: a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação; b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas; c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto; d) requisitos da contratação; e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento; f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade; g) critérios de medição e de pagamento; h) forma e critérios de seleção do fornecedor; i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado; j) adequação orçamentária.”.





## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

### CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

e Governo Digital – SGGD, com auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico do Estado (§3º do mesmo dispositivo).

**53.** O Decreto Estadual nº 68.021/2023 instituiu o catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras no âmbito da Administração Pública direta e autárquica do Estado de São Paulo, compreendido como ferramenta informatizada de centralização de expertise processual, disponibilizada e gerenciada pela SGGD, com indicação de preços, destinado à padronização de itens a serem contratados e que estarão disponíveis para licitação ou para contratação direta. Após tratar do processo de padronização de itens a serem contratados, o Decreto Estadual nº 68.021/2023 estabeleceu no parágrafo único de seu artigo 10 que a não utilização do referido catálogo é situação excepcional, devendo ser justificada por escrito e anexada ao respectivo processo de contratação. O disposto no artigo 10 do mencionado Decreto é aplicável às hipóteses em que o objeto a ser licitado já conste de item padronizado compondo o catálogo eletrônico de padronização.

**54.** Nos termos do artigo 20 da Lei Federal nº 14.133/2021, os itens de consumo adquiridos para suprir demandas das estruturas da Administração Pública deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, sendo vedada a aquisição de **artigos de luxo**, definidos na forma do Decreto Estadual nº 67.985/2023, que regulamentou a questão no âmbito da Administração Pública direta e autárquica do Estado de São Paulo. Referido decreto também veda a contratação de serviços enquadrados na categoria de luxo.

**55.** É preciso ter em mente que a fase interna da licitação concretiza a reflexão do gestor público sobre o objeto do certame e sobre sua relevância para as atividades da Administração. As justificativas e o delineamento do objeto precisam estar expressos nos autos, uma vez que esse é o instrumento que o Poder Público tem para revelar o processo decisório à sociedade e aos órgãos de controle.

**56.** De toda sorte, convém salientar que o exame das especificações do objeto e suas características foge à competência deste órgão jurídico, pela falta do indispensável conhecimento técnico para tanto. No entanto, recomenda-se ao(s)



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

setor(es) responsável(is) pela elaboração do Termo de Referência o necessário cuidado na sua especificação e quantificação, certificando-se de que o documento contém a explicitação **clara, precisa e suficiente**<sup>26</sup> dos serviços a serem prestados e das obrigações que serão atribuídas à contratada, de sorte que não restem dúvidas a eventuais interessados quanto à delimitação do objeto do certame.

57. Cabe ressaltar, ademais, que são vedadas especificações que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório ou que sejam impertinentes ou irrelevantes ao objeto licitado (artigo 9º da NLLC). Portanto, o gestor deverá tomar as devidas cautelas para assegurar que as especificações correspondem àquelas essenciais à contratação, sem as quais não poderão ser atendidas as necessidades da Administração.

58. Lembra-se que o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal estabelece que somente são permitidas **exigências de qualificação técnica e econômica** indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. Sendo assim, cabe à Administração ponderar, no caso concreto, considerando o vulto e/ou a complexidade do objeto, a essencialidade do serviço e os riscos decorrentes de sua paralisação em função da eventual incapacidade econômica da contratada em suportar adversidades contratuais, a necessidade de inclusão ou não no Termo de Referência dos requisitos de habilitação pertinentes à qualificação técnica e econômica.

59. No caso em exame, a origem declarou (**id. 0048656188**) que foi adotado o modelo padrão de Termo de Referência disponibilizado em sítio eletrônico oficial do Estado “*termo de referência para licitação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra, conforme versão atualizada em 05/09/2024*”. Observo que a declaração está **incompleta**, uma vez que seu anexo não informou as alterações que foram realizadas no texto padronizado.

---

<sup>26</sup> Súmula nº 166 do Tribunal de Contas da União “A definição precisa e suficiente do objeto licitado constitui regra indispensável da competição, até mesmo como pressuposto do postulado de igualdade entre os licitantes, do qual é subsidiário o princípio da publicidade, que envolve o conhecimento, pelos concorrentes potenciais das condições básicas da licitação, constituindo, na hipótese particular da licitação para compra, a quantidade demandada uma das especificações mínimas e essenciais à definição do objeto do pregão”.



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

### CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

**60.** Por conseguinte, em atenção ao disposto no Decreto Estadual nº 64.378/2019, recomenda-se que a declaração seja complementada, de modo a identificar precisamente **todos** os dispositivos dos modelos que foram alterados, apresentando as devidas justificativas correlatas. Salienta-se que cabe à origem indicar, no anexo da declaração, todas as adequações que foram realizadas em face das circunstâncias do caso, bem como as alternativas de redações que foram selecionadas dos modelos, justificando concretamente suas escolhas.

**61.** Nada obstante, em relação ao Termo de Referência juntado no **id. 0048653785**, cabem as seguintes observações:

- a) **Item 4.2.** A Administração deve justificar a escolha do modelo, nos termos do art. 41, inciso I, alíneas "a", "b", "c" e "d", da Lei nº 14.133, de 2021.
- b) **Item 4.3.** Este item pode ser utilizado pela Administração para redigir disposição contemplando exigência de carta de solidariedade de fabricante de bem, conforme o art. 41, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021. O texto poderá ser adaptado de acordo com as peculiaridades do caso concreto. Trata-se de exigência excepcional, que deve ser devidamente motivada.
- c) **Itens 4.5. a 4.9.** Considerando as características do objeto a ser contratado, a Administração deve justificar a exigência de vistoria prévia do local de execução.
- d) **Item 7.15.1.** Justificar a inclusão.
- e) **Item 8.1.** A Administração deve definir o regime de execução do contrato (por exemplo, “empreitada por preço global”, ou “empreitada por preço unitário”) que seja mais adequado considerando as características do objeto a ser contratado e as condições da contratação. Recordar-se que, na empreitada por preço unitário, o pagamento devido ao Contratado vincula-se a preço certo de unidades determinadas dos serviços (“m²”, “posto”, “refeição”, etc), cuja prestação é submetida a medições em que são verificados os quantitativos que deverão ser pagos. Assim, a Administração somente pagará pelas unidades dos serviços que efetivamente foram prestadas seguindo as regras contratuais conforme verificado nas medições. Dessa forma, sugiro que a Administração justifique a escolha.
- f) **Item 8.18.** Conforme os comentários do modelo padronizado, a prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal e a prova de regularidade fiscal





## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

### CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

correspondente deve levar em conta a natureza da atividade objeto da contratação e o âmbito da tributação sobre ele incidente. Assim, a unidade deverá escolher a redação desses dispositivos em conformidade com a incidência ou não dos tributos estaduais ou municipais no objeto da licitação.

- g) **Qualificação técnica.** Recomenda-se sejam justificadas nos autos as exigências.
- h) **Item 9.1.** Adotar a redação do modelo padrão.

**62.** Após a revisão do documento, é recomendável que o Termo de Referência seja submetido à apreciação para fins de aprovação pela **autoridade competente** para autorizar as licitações ou os contratos no âmbito do respectivo órgão ou entidade (artigo 2º, inciso I, do Decreto Estadual nº 68.220/2023).

**63.** Recomenda-se também que se ateste no expediente que os responsáveis pela elaboração do TR preenchem os requisitos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 14.133/2021 e atendem às definições do artigo 2º do Decreto Estadual nº 68.185/2023, lembrando que, de acordo com o artigo 5º deste último decreto, o documento deverá ser elaborado, conjuntamente, por agentes públicos da área técnica e requisitante ou, quando houver, pela equipe de planejamento da contratação.

**64.** Salienta-se que o TR deverá ser divulgado na mesma data de divulgação do edital no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, como anexo, sem necessidade de registro ou de identificação para acesso (artigo 9º do Decreto Estadual nº 68.185/2023).

#### **II.4.4 - Pesquisa de preços (art. 18, inciso IV, c/c art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021)**

**65.** A Lei Federal nº 14.133/2021 determina em seu artigo 18, inciso IV, que a fase preparatória deve abordar a questão relacionada ao “*orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação*”. Estabelece, ainda, os critérios para definição do valor estimado no artigo 23, regulamentado no âmbito estadual



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

pelo Decreto Estadual nº 67.888/2023, cujas disposições devem ser estritamente observadas pelo setor responsável pela pesquisa.

66. Na definição do valor estimado, sempre que possível, deverão ser observadas as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de entrega, instalação e montagem do bem ou execução do serviço, quantidade contratada, formas e prazos de pagamento, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso, com observância da potencial economia de escala e das peculiaridades do local de execução do objeto (artigo 2º do Decreto Estadual nº 67.888/2023).

67. O artigo 3º do mesmo decreto<sup>27</sup> elenca os parâmetros que devem ser utilizados para a aferição do melhor preço estimado, lembrando que, nos termos do §1º do mesmo dispositivo, o agente público pode optar pela adoção simples ou combinada dos referidos parâmetros, considerando a atratividade do mercado e a mitigação do risco de sobrepreço. É importante, ademais, que o(s) responsável(is) pela pesquisa de preços atente(m) para as condições de utilização de cada um dos parâmetros, em especial o prazo máximo de antecedência em relação à publicação do edital.

68. Segundo o artigo 4º do Decreto Estadual nº 67.888/2023, para definição do valor estimado, podem ser utilizados a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata seu artigo 3º, desconsiderados,

<sup>27</sup> “Artigo 3º - Serão utilizados os seguintes parâmetros para aferição do melhor preço estimado: I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, tais como a ferramenta de pesquisa de preços do Governo Federal, o Banco de Preços em Saúde – BPS e o Portal Nacional de Contratações Públicas, observados os índices de atualização específicos ou setoriais, admitido o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), se não houver outro; II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observados os índices de atualização específicos ou setoriais, admitido o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), se não houver outro; III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal ou estadual e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso; IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas e/ou em bases do Estado de São Paulo, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, na forma estabelecida em ato do Secretário de Gestão e Governo Digital”.



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

previamente ao cálculo, os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados. Excepcionalmente, mediante justificativa nos autos pelo agente público responsável e aprovado pela autoridade competente, será admitida a determinação do preço estimado com menos de três preços coletados na etapa de orçamentação (§5º do artigo 4º).

69. Por sua vez, o artigo 7º do Decreto Estadual nº 67.888/2023<sup>28</sup> indica os requisitos que devem constar do documento que formaliza o valor estimado, os quais deverão ser observados pela Administração, destacando-se a necessidade de justificativa para o método matemático utilizado e de justificativa da escolha dos fornecedores (no caso de pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do artigo 3º).

70. Nesse sentido, os preços coletados devem dar suporte à estimativa quanto aos custos e ao valor da contratação, de sorte que a pesquisa deve ser realizada com amplitude que seja tecnicamente adequada e em regra composta de, no mínimo, três preços válidos, além de contemplar todas as características do objeto.

71. No caso em análise, o documento id. 0048149121 aponta o relatório de pesquisa de preço, elaborado com base no sistema do Governo Federal. Os preços obtidos na pesquisa foram compilados na tabela “Consolidação dos preços cotados”, que indica o valor estimado do certame.

72. Recomenda-se que a Administração se certifique quanto à observância integral dos requisitos formais do §2º do artigo 3º do Decreto Estadual nº 67.888/2023<sup>29</sup>, cabendo reforçar que, caso algum fornecedor não tenha oferecido resposta, deve-se registrar tal circunstância nos autos.

<sup>28</sup> “Artigo 7º - O valor estimado definido será formalizado em documento que conterà, ao menos, as seguintes informações: I - descrição do objeto a ser contratado; II - identificação do agente responsável pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento; III - caracterização das fontes consultadas; IV - série de preços coletados; V - método matemático aplicado para a definição do valor estimado; VI - justificativa para o método utilizado, se for o caso, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável; VII - memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte; VIII - justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do artigo 3º”.

<sup>29</sup> “Artigo 3º (...) § 2º - Na hipótese do uso do parâmetro de que trata o inciso I deste artigo, as contratações pesquisadas deverão estar, preferencialmente, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital”.



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

73. É necessário que a Administração realize um **juízo crítico**<sup>30</sup> a respeito dos preços coletados, especialmente quando houver grande variação entre os valores apresentados. Para a desconsideração dos preços entendidos como inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo. O resultado da pesquisa deverá ser consolidado e subscrito pelo agente público responsável, o qual deve certificar-se de que as especificações técnicas do bem ou serviço cotado correspondem fielmente ao objeto que se pretende contratar (artigo 4º, §§ 3º, 4º e 6º, do Decreto Estadual nº 67.888/2023).

74. Convém ressaltar que a verificação da razoabilidade dos dados fornecidos e sua compatibilidade com os preços praticados no mercado é de **competência da Administração**, não cabendo a este órgão jurídico a conferência de cálculos aritméticos.

75. O artigo 18, inciso XI, da Lei Federal 14.133/2021 prevê que deve constar da fase preparatória do certame a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação. Nesse aspecto, o artigo 6º do Decreto Estadual nº 67.888/2023 estabelece que “*(d)esde que justificado, o valor estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, salvo na hipótese de licitação cujo critério de julgamento for por maior desconto incidente sobre o valor estimado*”.

76. No presente, a deliberação da autoridade registrou que o orçamento não será sigiloso (**id. 0048654365**), de modo que a planilha orçamentária deve acompanhar o edital como um de seus anexos.

### II.4.5 - Motivação circunstanciada das condições do edital (artigo 18, IX, da Lei federal nº 14.133/2021)

77. Considerando o encadeamento de atos e as atribuições dos agentes que atuam no processo administrativo licitatório, é recomendável que a autoridade competente emita **despacho autorizador** do certame, analisando criticamente os principais

<sup>30</sup> TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO: “Indispensável que a Administração avalie, de forma crítica, a pesquisa de preço obtida junto ao mercado, em especial quando houver grande variação entre os valores a ela apresentados”. Acórdão nº 403/2013-Primeira Câmara. Rel. Walton Alencar Rodrigues.



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

### CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

pontos da licitação proposta, bem como justificando suas escolhas à luz das circunstâncias do caso concreto. A título exemplificativo, sugere-se que a deliberação contemple, no mínimo, as seguintes informações: autorização para a abertura do certame; justificativa para a contratação; aprovação do estudo técnico preliminar e do termo de referência; definição das condições de execução e pagamento e das condições de recebimento; exigência ou não de garantia; motivação circunstanciada das principais condições do edital (tais como justificativas das regras pertinentes à participação das empresas em consórcio e das exigências de qualificação técnica e de qualificação econômico-financeira); motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação; e a designação do pregoeiro e equipe de apoio.

78. No caso, o Senhor Delegado Seccional de Polícia exarou o despacho de **id. 0047282344**, abordando em linhas gerais esses aspectos.

#### II.4.6 - Edital da licitação e a formalização da avença (art. 18, V e VI, da Lei Federal nº 14.133/2021)

79. Os requisitos do edital de licitação e do instrumento de contrato estão previstos, respectivamente, nos artigos 25 e 92 da Lei Federal nº 14.133/2021.

80. No presente caso, foi juntada declaração (**id. 0048656188**), informando que foi adotado modelo padrão disponibilizado em sítio eletrônico oficial do Estado de “*edital de pregão por menor preço, conforme versão atualizada em 05/09/2024*”. Observo que a declaração está **incompleta**, uma vez que seu anexo não informou as alterações que foram realizadas no texto padronizado.

81. Como já observado anteriormente neste parecer, a declaração de utilização das minutas padronizadas necessita ser complementada em seu anexo, a fim de que se identifique, de maneira precisa, **todos** os dispositivos dos modelos que foram alterados, com as devidas justificativas.

82. Nada obstante, a minuta de edital juntada no **id. 0048656264** merece as seguintes considerações:



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

### CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

- a) **Item 3.5.2.** Justificar a inclusão.
- b) **Itens 3.10.** A decisão por vedar ou permitir a participação de sociedades cooperativas no certame deve ser devidamente **justificada** nos autos, a partir do cotejamento entre as especificações da contratação e o disposto no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/2021<sup>31</sup>, o que se recomenda seja providenciado.
- c) **Item 6.8.** Administração deve especificar nesta subdivisão se se trata de intervalo mínimo de diferença de "valores" ou "percentuais", conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido no início do Edital, correspondendo ao menor preço ou ao maior desconto, respectivamente. Justificar a escolha.
- d) **tem 8.1.2.** Referida exigência é possível nos casos em que a avaliação prévia do local de execução for imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, devendo a opção ser devidamente fundamentada pela Administração.

**83.** Quanto à minuta de contrato (**id. 0048656347**), recomenda-se que a unidade promova uma revisão geral e cuidadosa do documento em conformidade com as disposições do edital. O documento em tela merece as seguintes observações adicionais:

- a) **Cláusula Sétima.** Justificar a escolha da alternativa adotada, considerando as notas explicativas.
- b) **Cláusula Oitava. Itens 8.1.11. e 8.1.12.** Justificar a inclusão.
- c) **Cláusula Nona.** Em relação às obrigações do contratado, elencadas nos itens desta cláusula, recomenda-se que se promova uma verificação acerca da adequação do rol apresentado às necessidades da unidade contratante, às condições da contratação e ao objeto a ser contratado. Vale lembrar que o que não estiver previsto nesta

<sup>31</sup> “Art. 16. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando: I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009; II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados; III - qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas; IV - o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação”.





## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

### CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

cláusula, nem na documentação que compõe as especificações técnicas da contratação, não poderá ser exigido. Por fim, justificar a inclusão dos itens 9.1.22, 9.1.23 e 9.1.24.

### **III - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

**84.** O artigo 150 da Lei Federal nº 14.133/2021 prevê que nenhuma contratação poderá ser realizada sem a indicação dos créditos orçamentários para pagamento das parcelas contratuais vincendas no exercício em que for realizada.

**85.** O ETP (id. 0048148699) indica que o planejamento está no PCA 2025, sendo essa a hipótese, a reserva de recursos deve ocorrer em relação ao orçamento de 2025.

**86.** Ademais, cabe à unidade verificar se se trata de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental, sendo que, na hipótese afirmativa, deverá ser juntada aos autos estimativa do impacto orçamentário-financeiro abrangendo o exercício em que deva entrar em vigor e os dois exercícios subsequentes, com respectivas premissas e metodologia de cálculo, assim como declaração do ordenador da despesa de que há adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, nos termos do artigo 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal nº 101/2000), considerando a estimativa de valor superior ao montante de R\$ 59.906,02<sup>32</sup> (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos) fixado como limite para classificação como “despesas irrelevantes” a que se refere o § 3º do mesmo artigo (definido conforme artigo 55 da Lei Estadual nº 17.990/2024<sup>33</sup> – **LDO paulista do exercício de 2025**). Registra-se,

<sup>32</sup> Correspondente à atualização do valor estabelecido no artigo 75, “caput”, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2023, realizada pelo Decreto Federal nº 11.871/2023.

<sup>33</sup> “Artigo 55 - As propostas de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais que acarretem aumento da despesa devem ser amparadas por estudo prévio que demonstre a sua viabilidade técnica e os processos devem ser instruídos com a memória de cálculo do impacto que comprove a adequação orçamentário-financeira no exercício em que entrarem em vigor e nos dois subsequentes, em obediência ao disposto no artigo 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000. Parágrafo único - São consideradas como despesas irrelevantes, para fins do artigo 16, § 3º, da Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites previstos nos incisos I e II do artigo 75 da Lei federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021.”.



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

porém, que o Tribunal de Contas da União já entendeu que as exigências previstas no artigo 16 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 não se aplicam às despesas ordinárias e rotineiras da Administração Pública, quando os recursos necessários ao seu custeio já tenham sido previstos no orçamento<sup>34</sup>.

**87.** Não há necessidade de manifestação prévia da Secretaria da Fazenda e Planejamento, quanto aos aspectos orçamentários e financeiros, e da Casa Civil, quanto à compatibilidade da proposta com as diretrizes governamentais, porquanto o valor total estimado da contratação não supera R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), nos termos do artigo 1º do Decreto nº 41.165/1996, alterado pelo do Decreto Estadual nº 67.590, de 22 de março de 2023.

**88.** Deve a Unidade verificar se a hipótese dos autos se insere nas previstas no inciso IX do artigo 2º do Decreto Estadual nº 64.065, de 2 de janeiro de 2019<sup>35</sup>, que demandariam manifestação prévia à contratação por parte do Comitê Gestor do Gasto Público.

**89.** Em se tratando de **contratação de serviços comuns**, deve ser observado o prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, para a apresentação das propostas e lances, quando adotados os critérios de julgamento de **menor preço** ou de **maior desconto** (artigo 55, II, “a”, Lei Federal nº 14.133/2021<sup>36</sup>).

<sup>34</sup> TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO: “ (...) as despesas ordinárias e rotineiras da administração pública, já previstas no orçamento, destinadas à manutenção das ações governamentais preexistentes, prescindem da estimativa de impacto orçamentário-financeiro de que trata o art. 16, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal” (Acórdão TCU nº 883/2005, Primeira Câmara, Rel. Min. Augusto Sherman Cavalcanti).

<sup>35</sup> “Artigo 2º - Compete ao Comitê Gestor do Gasto Público de que trata este decreto: (...) X - manifestar-se previamente à realização de certame licitatório ou contratação direta de: a) serviços técnicos profissionais especializados, nos termos dos incisos I a IV e VI do artigo 13 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; b) aquisição de imóveis; c) nova locação de imóveis; d) aquisição de equipamentos, exceto os de Tecnologia da Informação e da Comunicação; e) obras; f) termos aditivos de obras, reformas, equipamentos e de serviços técnicos especializados. (NR)”

<sup>36</sup> “Art. 55. Os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, são de: I - para aquisição de bens: a) 8 (oito) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto; b) 15 (quinze) dias úteis, nas hipóteses não abrangidas pela alínea “a” deste inciso; II - no caso de serviços e obras: a) 10 (dez) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto, no caso de serviços comuns e de obras e serviços comuns de engenharia; b) 25 (vinte e cinco) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor





## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

90. Necessário frisar que no prazo de 20 (vinte) dias úteis, sob pena de ineficácia, a contratação deverá ser divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, nos termos da determinação do artigo 94 da NLLC<sup>37</sup>.

91. De acordo com o artigo 54, *caput* e §1º, c/c artigo 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e do termo de contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial do Estado, bem como em jornal diário de grande circulação<sup>38</sup>.

92. Destaca-se também que, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o artigo 54, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

### IV - CONCLUSÃO

preço ou de maior desconto, no caso de serviços especiais e de obras e serviços especiais de engenharia; c) 60 (sessenta) dias úteis, quando o regime de execução for de contratação integrada; d) 35 (trinta e cinco) dias úteis, quando o regime de execução for o de contratação semi-integrada ou nas hipóteses não abrangidas pelas alíneas “a”, “b” e “c” deste inciso; III - para licitação em que se adote o critério de julgamento de maior lance, 15 (quinze) dias úteis; IV - para licitação em que se adote o critério de julgamento de técnica e preço ou de melhor técnica ou conteúdo artístico, 35 (trinta e cinco) dias úteis”. (grifei)

<sup>37</sup> “Art. 94. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura: I - **20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação**; II - 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta”. (grifei)

<sup>38</sup> A respeito do tema, assim constou das Orientações Consolidadas da Subprocuradoria Geral da PGE: “Tratando-se de edital de licitação da Administração Pública do Estado de São Paulo, deve ser feita publicação de extrato do edital em jornal diário de grande circulação no Estado, não bastando publicação em jornal de grande circulação local. Embora não esteja expressa no § 1º do artigo 54 da NLLC, a diferenciação entre jornal de circulação local e jornal de circulação no Estado decorre da abrangência de atuação distinta dos entes da federação estaduais e municipais. Assim, persiste a diferenciação, que era realizada à luz da Lei federal nº 8.666/1993, entre jornal de circulação local e jornal de circulação no Estado para fins de atendimento à disposição da NLLC acima referida”. Cf. PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Orientações Consolidadas SUB-CONS PGE/SP. Aplicação da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. v. 8 - 20.9.2024. pág. 23.**



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

93. Feitas essas considerações, desde que complementada a instrução dos autos e observadas **integralmente** as recomendações e orientações constantes do presente opinativo, não vislumbro óbices legais à deflagração do certame.

É o parecer, que submeto à apreciação superior.

São Paulo, 23 de janeiro de 2025.

**Claudia Kiyomi Quian Trani**

Procuradora do Estado



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA**  
**SEGURANÇA PÚBLICA**

**PROCESSO:** 058.00121204/2024-67  
**INTERESSADO:** DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE BAURU  
**ASSUNTO:** SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E  
EMERGENCIAL DE 01 GERADOR INSTALADO NA CPJ  
BAURU  
**PARECER:** **CJ/SSP n.º 75/2025**

1. De acordo com os termos do Parecer CJ/SSP em referência, por seus próprios fundamentos.
2. Encaminhem-se os autos à Delegacia Seccional de Polícia de Bauru, para conhecimento da orientação jurídica prestada.

São Paulo, 24 de janeiro de 2025.

**Paola de Almeida Prado**

Procuradora do Estado Chefe Substituta